

Filosofia

10.º ano

10



Ministério
da Educação



Manual Digital na app
EV Smart Book e em
www.escolavirtual.cv



Explora o manual digital do teu livro



Exercícios Interativos

Para resolução com *feedback* imediato.



Vídeos e interatividades

Explicam a matéria de forma motivadora.



Jogos

Exploram os conceitos curriculares de forma lúdica.



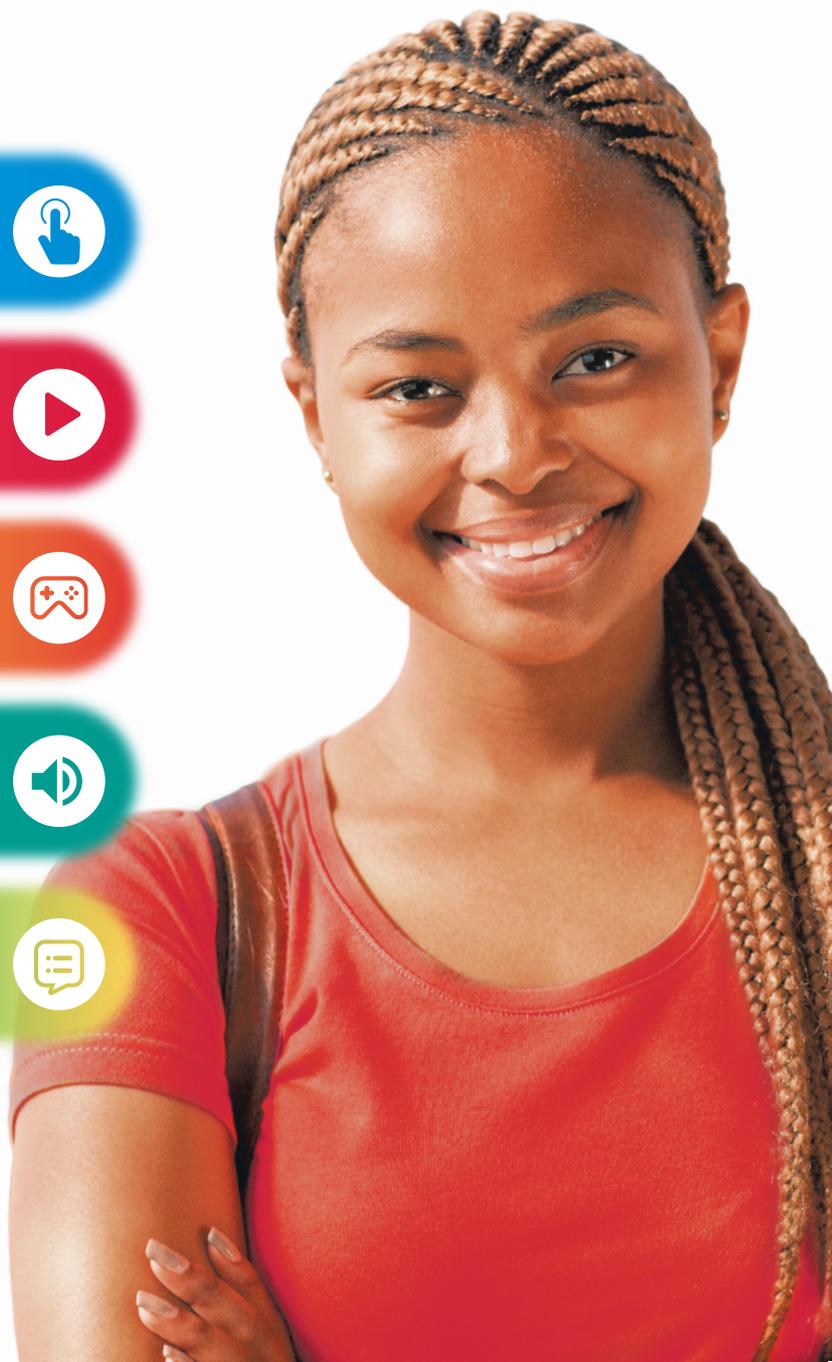
Áudios

Dão vida aos textos e ajudam a reforçar as competências linguísticas.



QuizEV

Desafiam-te a mostrares o que sabes. Podes, também, jogar com os teus amigos.



Filosofia

10.º ano



Manual Revisto

O presente manual foi revisto e validado pela Universidade de Cabo Verde.

Explora o teu manual digital



<https://escolavirtual.cv>

Acesso e condições de utilização em
www.escolavirtual.cv

Ao longo da unidade, há...

Esquemas

Tema 1. Inspecção Filosófica ou que é a Filosofia?

Tanto em teoria e que até agora estudámos, podemos dizer que as questões filosóficas têm algumas características que os distinguem dos demais:

Características das questões filosóficas

- 1. Não são resolvidas matematicamente nem experimentalmente.
- 2. Não são resolvidas nem matematicamente nem experimentalmente.
- 3. São resolvidas de modo crítico e fundamentado.
- 4. Dão respeito e fundamentação à base do conhecimento.

O facto de as questões filosóficas não serem resolvidas nem matematicamente, nem experimentalmente será aprofundado mais adiante, quando nos referirmos ao método da Filosofia.

Atividades

1. Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
 - A. O questionamento filosófico tem respeito à verdade da realidade.
 - B. Os principais filósofos orientam-se para relacionar ideias.
 - C. As questões filosóficas são resolvidas através da Matemática.
 - D. A questão "O que são as virtudes?" não é de carácter filosófico.
 - E. A questão "O que é a realidade?" é filosófica.
2. Refere quais das seguintes questões são filosóficas e quais não são filosóficas:
 - A. Qual é a composição química da água?
 - B. O que é o justiça?
 - C. Quem escreveu A República?
 - D. Qual o nível de letares de crescimento populacional?
 - E. É possível viver após a morte?
 - F. Qual é o fundamento da moralidade?
 - G. O que é a virtude?
 - H. Quanto vivem os dinossauros?
 - I. A morte é independente da cura?
 - J. Qual é o crescimento mais populoso do mundo?
3. Mostra como é que o questionamento filosófico incide sobre as nossas crenças fundamentais.

Recursos digitais

Atividades

1.5. O objeto da Filosofia

Em contrário do que sucede noutras disciplinas, o objeto da filosofia não se encontra apenas a uma parte da realidade (por exemplo, a biologia estuda os seres vivos, a Astronomia trata de nos corpos celestes e a Sociologia analisa os factos sociais), o objeto da Filosofia corresponde ao real como um todo.

A filosofia procura, portanto, uma compreensão do real na sua totalidade.

Texto 12

«O que se meira processa de ser, seja a ciência e a filosofia como conhecimento do Universo [...] Mas sucede que a filosofia não se coloca diante do seu objeto – o Universo – como a física perante o seu céu e a matéria. O físico principia por definir o perfil deste e se depois começa o seu trabalho, e trata do físico e suas estruturas internas. Do mesmo modo, o matemático define o número e a aritmética trata de todos os pontos aritméticos, depois começa a conhecer a aritmética do Universo, partilhando a sua realidade, que por ser imutável deixa em parte de ser problema. Em outras palavras, o físico e o matemático conhecem de imediato a estrutura e os atributos essenciais do seu objeto, portanto, começam logo com um problema, mas o filósofo, que não se trata como o matemático, mas o físico, não tem nada de imediato a filosofia parte a partir de um segundo plano de saber que é [...] O filósofo, está de modo evidente de qual que se trata o objeto, embora para o desconhecimento como tal [...] O filósofo situa-se portanto o seu objeto numa situação de conhecimento que não é a mesma que a do físico, portanto, o filósofo ignora qual é o seu objeto e deve saber conhecer o mundo que não é nem um caso real nem um caso teórico, que é o matemático, que é o que não deixa nada de forma, portanto, é o que que se trata»

Diogo Vasconcelos, *Que é a Filosofia?*, Lisboa: Editora Cosmos, 1999, p. 47.

- Análise e interpretação**
1. Como estabelecem as ciências os respectivos objetos de estudo?
 2. Em que medida a atitude do filósofo é diferente da atitude das outras ciências conhecidas perante os respectivos objetos de estudo?

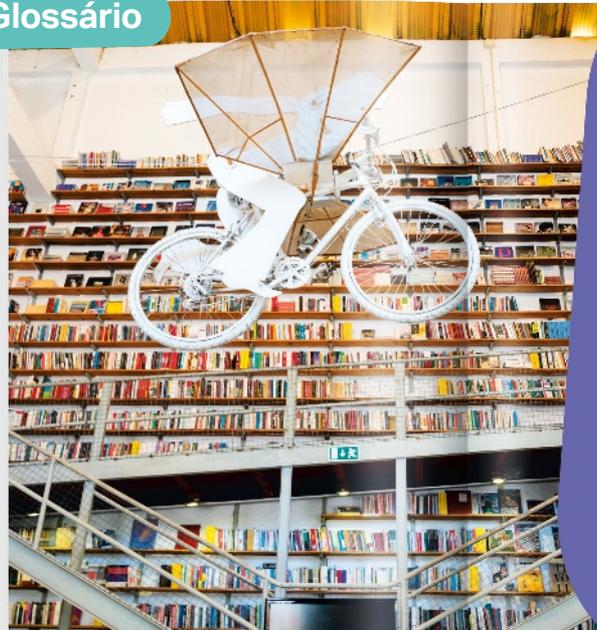


Fig. 10. 1660-01017 - Diogenes (1663-1663).

Textos

No fim, o teu livro apresenta-te um...

Glossário



Glossário

Com os conceitos mais importantes

1

Iniciação filosófica: o que é a Filosofia?

	6
1.1. O conceito de filosofia	10
1.2. A origem do filosofar	14
1.3. Filosofar espontâneo e filosofar sistemático	19
1.4. Problemas filosóficos e não filosóficos	24
1.5. O objeto da Filosofia	29
1.6. O problema do método da Filosofia	32
1.7. Especificidades da Filosofia	36
1.8. Características do saber filosófico	43

2

Unidade antropológica

	52
2.1. O que é o Homem? – dimensões física e espiritual	56
2.2. O Homem como ser em construção	65
2.3. O Homem como ser circunstancial	68
2.4. O Homem como ser cultural: a noção de cultura	71
2.5. O Homem como produto e produtor de cultura	74
2.6. A diversidade cultural no mundo	78
2.7. O Homem como ser intersubjetivo	83
2.8. Dimensão simbólica: linguagem e pensamento	87
2.9. Função argumentativa – persuasão e refutação	97

3	Unidade axiológica – ação humana, os valores e as culturas	108
	3.1. Ações e acontecimentos, atos do Homem e atos humanos	112
	3.2. Liberdade, responsabilidade e determinismo	119
	3.3. Os valores	135

4	As normas morais	158
	4.1. A ética das virtudes de Aristóteles	162
	4.2. A ética deontológica de Immanuel Kant	179
	4.3. A ética consequencialista de John Stuart Mill	197

Glossário	218
------------------	-----

Bibliografia	230
---------------------	-----

7



Iniciação filosófica: o que é a Filosofia?

- 1.1. O conceito de filosofia
- 1.2. A origem do filosofar
- 1.3. Filosofar espontâneo e filosofar sistemático
- 1.4. Problemas filosóficos e não filosóficos
- 1.5. O objeto da Filosofia
- 1.6. O problema do método da Filosofia
- 1.7. Especificidades da Filosofia
- 1.8. Características do saber filosófico

Objetivos de aprendizagens

- Esclarece o problema do conceito de filosofia.
- Questiona a origem do filosofar.
- Distingue o filosofar espontâneo do filosofar sistemático.
- Identifica na tradição oral de Cabo Verde ditados, sentenças e provérbios que indiciam o filosofar espontâneo do povo das ilhas.
- Esclarece o conceito de problema e a importância do problema filosófico.
- Problematisa o objeto da Filosofia.
- Problematisa o método filosófico.
- Distingue um problema filosófico do não filosófico.
- Revela esforços de desconstrução de estereótipos, credências e superstições sociais.
- Autoavalia-se, reconhece os seus erros e manifesta curiosidade intelectual.
- Reconhece e assimila a importância das atitudes filosóficas decorrentes da sua especificidade evidenciando-as nos debates e na vida real.
- Compreende a especificidade do saber filosófico a partir dos conceitos de historicidade e universalidade.
- Trabalha individualmente e em grupo, toma iniciativas e respeita a opinião dos outros.

Iniciação filosófica: o que é a Filosofia?

Uma curiosidade legítima de qualquer estudante que entra em contacto com uma nova disciplina consiste em tentar saber que assuntos essa disciplina estuda. Ao longo da primeira unidade, teremos oportunidade de esclarecer qual é o objeto de estudo da disciplina de Filosofia.

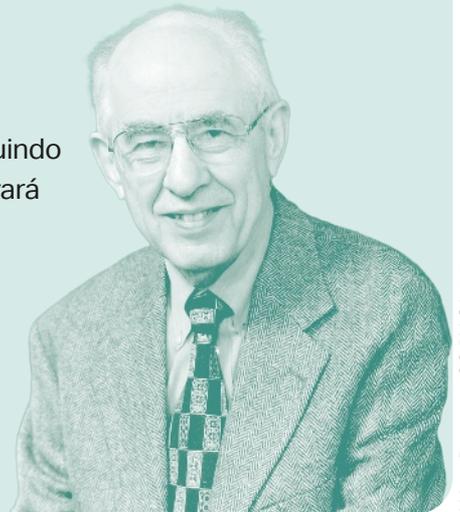
Para já, como forma de nos iniciarmos na Filosofia, vamos ler com atenção a experiência mental que se segue:

Texto 1

«Imagine-se que um ser humano (pode imaginar que é você mesmo) foi sujeito a uma operação por um cientista perverso. O cérebro da pessoa (o seu cérebro) foi removido do corpo e colocado numa cuba de nutrientes que o mantém vivo. Os terminais nervosos foram ligados a um supercomputador científico que faz com que a pessoa de quem é o cérebro tenha a ilusão de que tudo está perfeitamente normal. Parece haver pessoas, objetos, o céu, etc.; mas realmente tudo o que a pessoa (você) está experienciando é o resultado de impulsos eletrónicos deslocando-se do computador para os terminais nervosos. [...]

Quero agora pôr uma questão que parecerá muito tola e óbvia (pelo menos para algumas pessoas, incluindo alguns filósofos muito sofisticados), mas que nos levará a autênticas profundezas filosóficas bastante rapidamente. Suponha-se que toda esta história era de facto verdadeira. Poderíamos nós, se fôssemos assim cérebros numa cuba, dizer ou pensar que o éramos?»

Putnam, Hillary. *Razão, Verdade e História*.
Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992, pp. 28-29.



Hilary Putnam - CC BY-SA 2.5

Fig. 1 Hilary Putnam (1926-2016).

No final deste texto, é-nos colocada uma questão intrigante:

- “Se fôssemos cérebros numa cuba, poderíamos dizer ou pensar que o éramos?”.

Seria difícil, tendo em conta o cenário descrito, dizer ou pensar que éramos cérebros numa cuba. De qualquer modo, se o formos, então tudo o que pensamos saber acerca do mundo será falso.

A possibilidade de sermos cérebros numa cuba obriga-nos, assim, a questionar se sabemos ou não alguma coisa acerca da realidade.

Portanto, esta experiência mental suscita-nos várias questões:

- “Será que podemos conhecer alguma coisa?”;
- “Como podemos ter a garantia de que aquilo que pensamos acerca da realidade é verdadeiro?”;
- “O que é a realidade?”;
- “O que é o conhecimento?”;
- “Quem somos nós, que julgamos poder conhecer o mundo?”;
- “O que é o ser humano?”;
- “O que é a vida?”.

Estas são algumas das perguntas colocadas no âmbito da Filosofia.

A Filosofia é uma autêntica aventura do pensamento humano.



Fig. 2 Representação da experiência mental do cérebro numa cuba.

Nesta unidade, estudaremos os principais aspetos que permitem **caracterizar a Filosofia**, refletindo em torno do conceito de “filosofia”; da origem do filosofar; do filosofar espontâneo e do filosofar sistemático; da diferença entre problemas filosóficos e não filosóficos; do objeto e do método da Filosofia; das especificidades da Filosofia e das características do saber filosófico. Iniciemos, pois, esta interessante viagem através da Filosofia e do filosofar.

1.1. O conceito de filosofia

Ao iniciarmos o estudo da disciplina de **Filosofia**, é natural que desejemos saber de que assuntos ela trata. Ora, a melhor forma de compreender o que significa “filosofia” é começar a **pensar de uma maneira diferente**.

O texto que se segue coloca-nos perante um problema filosófico que é um verdadeiro desafio intelectual.

Texto 2

«Normalmente não tens dúvidas sobre a existência do chão debaixo dos teus pés, ou da árvore que está lá fora, ou dos teus próprios dentes. De facto, a maior parte do tempo nem sequer pensas nos estados mentais que te tornam consciente dessas coisas: parece que tens consciência direta delas. Mas como sabes que elas existem realmente?

Se tentares argumentar que tem de existir um mundo físico exterior porque não verias prédios, pessoas, ou estrelas, a menos que existissem coisas lá fora que refletissem ou lançassem luz para os teus olhos, causando assim as tuas experiências visuais, a resposta é óbvia: como sabes isso?»

Nagel, Thomas. *Que Quer Dizer Tudo Isto?*

Uma Iniciação à Filosofia. Lisboa: Gradiva, 1995, pp. 12-13.

Análise e interpretação

- 1 Como se caracteriza a nossa postura habitual perante as coisas com que nos deparamos no nosso dia a dia?
- 2 Qual é o principal problema colocado por Thomas Nagel no texto?

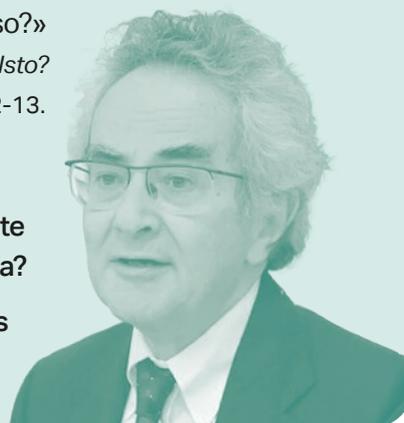
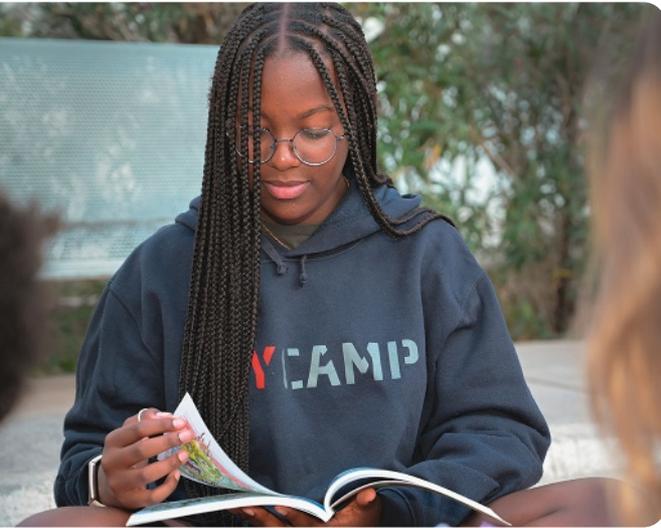


Fig. 3 Thomas Nagel (1937-).



© Pedro Moita

Fig. 4 Podemos procurar as reflexões dos filósofos sobre o que é a Filosofia.

Como sabemos que as coisas existem realmente? Esta é uma das muitas questões que os filósofos colocam e que nos obrigam a pensar de um modo diferente do habitual.

Ora, tal como não existe uma resposta definitiva à questão anterior, também não há uma resposta consensual para a pergunta: "O que é a Filosofia?". Isto significa que **não existe uma definição universal, aceite por todos os filósofos**. Por isso, a definição de "Filosofia" não pode ser fornecida de um modo conclusivo.

Texto 3

«Quando se procura acesso à massa de pensamentos reunidos sob o conceito de Filosofia, quando se procura definir este conceito a partir de um ponto do mundo espiritual que não esteja já integrado no âmbito filosófico, não há processo de satisfazer esta necessidade na estrutura dada do nosso conhecimento. Pois o que a Filosofia é só dentro dela própria e só com os seus conceitos e meios pode realmente determinar-se: é ela mesma, digamos, o primeiro dos seus problemas. [...] Só mesmo a Filosofia pode dizer o que é a Filosofia, e ainda se ela existe genericamente ou se é apenas um nome a encobrir um fantasma desprovido de valor.»

Simmel, Georg. *Problemas Fundamentais da Filosofia*.

Coimbra: Atlântida Editora, 1970, p. 7.

Análise e interpretação

- 1 Qual é a condição necessária para saber em que consiste a Filosofia? Porquê?

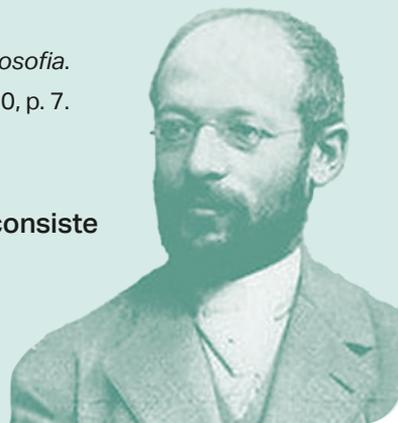


Fig. 5 Georg Simmel (1858-1918).

O texto anterior permite-nos concluir que as pessoas mais habilitadas para definir "filosofia" são os próprios filósofos. A questão "O que é a Filosofia?" é, portanto, uma **pergunta de natureza filosófica**.

Sendo assim, devemos procurar a resposta para esta pergunta no interior de cada sistema filosófico particular. **Cada filósofo apresenta uma definição de “filosofia” distinta, tendo em conta a sua própria filosofia.** Esta questão e as diferentes respostas permitem-nos entrar em pleno no filosofar e na Filosofia.

Neste sentido, considerando a multiplicidade das perspetivas filosóficas, há quem prefira falar de “filosofia” no plural: **mais do que filosofia, existem filosofias.** Cada filósofo desenvolve uma perspetiva acerca da realidade, ainda que sempre situada num contexto que inevitavelmente a influencia.

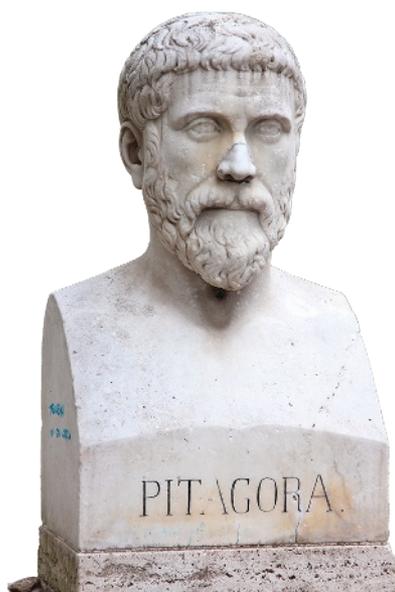
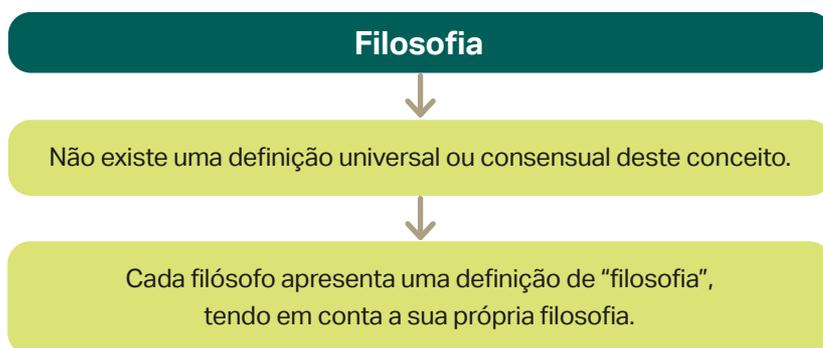


Fig. 6 Busto de Pitágoras, Villa Borghese, Roma.



Fig. 7 Cada filósofo apresenta uma perspetiva influenciada pelo contexto, isto é, pelo que sente, pelo que conhece e pelo que o rodeia.

Apesar de não existir uma definição consensual, há vários aspetos que nos permitem caracterizar a Filosofia. Por exemplo, do ponto de vista etimológico, a palavra “filosofia” resulta da junção dos termos gregos “*philo*”, que significa “amor” ou “amizade”, e “*sophia*”, que significa “sabedoria”. Neste sentido, **a Filosofia é o amor à sabedoria.** Considera-se ter sido **Pitágoras** (séc. VI a. C.) a usar o termo pela primeira vez, chamando-se a si mesmo “filósofo”.

Texto 4

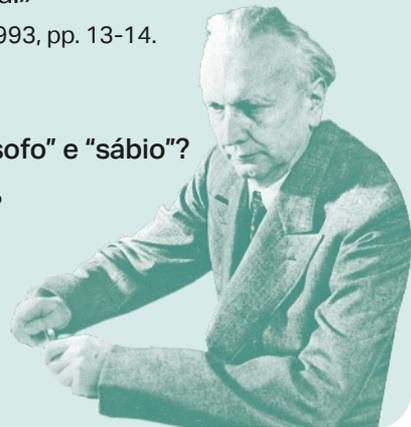
«A palavra grega *filósofo* (*philosophos*) é formada em oposição a *sophos*, significa o que ama o saber, em contraposição ao possuidor de conhecimentos que se designava por sábio. Este sentido da palavra manteve-se até hoje: é a demanda da verdade e não a sua posse que constitui a essência da filosofia, muito embora tenha sido frequentemente traída pelo dogmatismo, isto é, por um saber expresso em dogmas definitivos, perfeitos e doutrinários. Filosofar significa estar-a-caminho. As interrogações são mais importantes do que as respostas e cada uma destas transforma-se em nova interrogação. [...]

A filosofia a nada se subordina ou se equipara. Não deriva de algo diferente. Cada filosofia define-se a si própria pelo modo como se realiza. Para saber o que é filosofia tem de se fazer uma tentativa. Só então a filosofia será simultaneamente a marcha do pensamento vivo e a consciência desse pensamento (reflexão), isto é, o ato e o respetivo comentário. Só a partir da tentativa pessoal poderemos aperceber-nos do que se nos depara no mundo com o nome de filosofia.»

Jaspers, Karl. *Iniciação Filosófica*. Lisboa: Guimarães Editores, 1993, pp. 13-14.

Análise e interpretação

- 1 Qual é a distinção que Karl Jaspers faz entre "filósofo" e "sábio"?
- 2 O que significa "filosofar", segundo Karl Jaspers?
- 3 Transcreve uma frase do texto que se aproxime da ideia de que cada filósofo apresenta uma definição de "filosofia" distinta, tendo em conta a sua própria filosofia.



Arquivo Mondadori

Fig. 8 Karl Jaspers (1883-1969).

A «**demanda da verdade**» (não propriamente a sua posse) e o «**estar-a-caminho**» (associado ao carácter interminável das **interrogações**) permitem-nos compreender melhor o que é a Filosofia. A Filosofia é uma atividade que, em grande medida, consiste na **busca incessante da sabedoria e do conhecimento**.

Atividades

- 1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
 - A. Existe uma definição consensual do conceito de "filosofia".
 - B. O filósofo é aquele que alcançou o conhecimento absoluto.
 - C. A pergunta "O que é a Filosofia?" é uma pergunta filosófica.
 - D. Etimologicamente, "filosofia" significa "amor à sabedoria".
 - E. A Filosofia é uma atividade em que as interrogações são evitadas.
- 2 O que significa dizer que a Filosofia é um problema para si mesma?

1.2. A origem do filosofar

Em algum momento da nossa vida, todos nós já colocámos questões filosóficas, por exemplo:

- “O que é o bem?”;
- “Quem somos?”;
- “Haverá vida após a morte?”;
- “Será que Deus existe?”;
- “Qual é o sentido da vida?”;
- “O que é a verdade?”;
- “O que é o conhecimento?”;
- “Será que o conhecimento é possível?”;
- “Como devemos agir?”;
- “O que é a beleza?”.



Fig. 9 Colocar questões filosóficas é já começar a filosofar.

Texto 5

«Qual a coisa mais importante na vida? Se o perguntarmos a alguém num país com o problema da fome, a resposta é: a comida. Se pusermos esta questão a alguém que esteja com frio, nesse caso a resposta é: o calor. E se perguntarmos a uma pessoa que se sinta muito sozinha a resposta será certamente: a companhia de outras pessoas. Mas admitindo que todas estas necessidades estão satisfeitas – será que resta alguma coisa de que todos os homens precisam? Os filósofos acham que sim. Segundo eles, o homem não vive apenas do pão. É evidente que todos os homens precisam de comer. Todos precisam de amor e de atenção, mas há algo mais de que todos os homens precisam. Precisamos de descobrir quem somos e porque é que vivemos. A melhor maneira de nos iniciarmos na filosofia é colocar perguntas filosóficas: Como se formou o mundo? Haverá uma vontade ou um sentido por detrás daquilo que acontece? Haverá vida depois da morte? Como podemos encontrar resposta para estas perguntas? E, acima de tudo, como deveríamos viver?»

Gaarder, Jostein. *O Mundo de Sofia – Uma Aventura na Filosofia*.

Lisboa: Editorial Presença, 2002, p. 18.

Análise e interpretação

- 1 De que é que, segundo Jostein Gaarder, todos precisamos, uma vez satisfeitas as necessidades mais básicas?
- 2 Qual é, segundo Jostein Gaarder, a melhor maneira de nos iniciarmos na Filosofia?

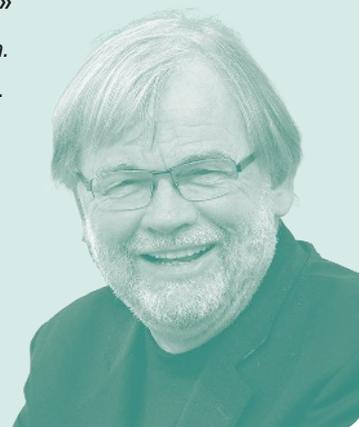
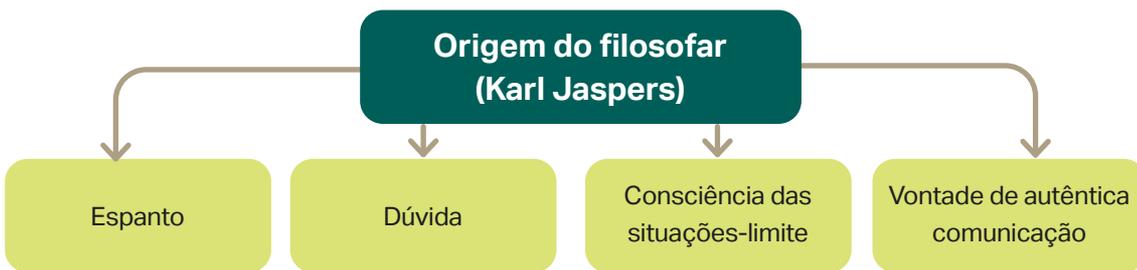


Fig. 10 Jostein Gaarder (1952-).

Os vários problemas colocados no texto ajudam-nos a compreender o que pode levar alguém a filosofar, isto é, qual pode ser a **origem do filosofar**.

Ora, a Filosofia teve um princípio no tempo histórico (veremos mais à frente onde e quando nasceu a **filosofia ocidental**), mas ela possui também uma origem do ponto de vista do indivíduo. Segundo **Karl Jaspers**, “princípio” é diferente de “origem”. Enquanto o **princípio da Filosofia** se refere ao seu **início histórico**, a **origem da filosofia** refere-se à fonte de onde brota o **impulso do filosofar**.

O esquema seguinte mostra-nos onde pode encontrar-se o impulso que nos leva a filosofar, de acordo com a perspectiva de Karl Jaspers:



No que se refere ao espanto, podemos dizer que o filósofo possui a capacidade de se espantar com o mundo que nos rodeia e de se admirar com os diversos aspectos da vida e das coisas.

Já **Platão** (427-347 a. C.) e **Aristóteles** (384-322 a. C.), dois filósofos gregos, consideravam que o espanto (ou a admiração) se encontra na origem do filosofar. **A contemplação do Universo e dos corpos celestes incita o ser humano à investigação.** O espanto perante o mundo impele-o ao conhecimento, tornando-o, ao mesmo tempo, consciente da sua ignorância.

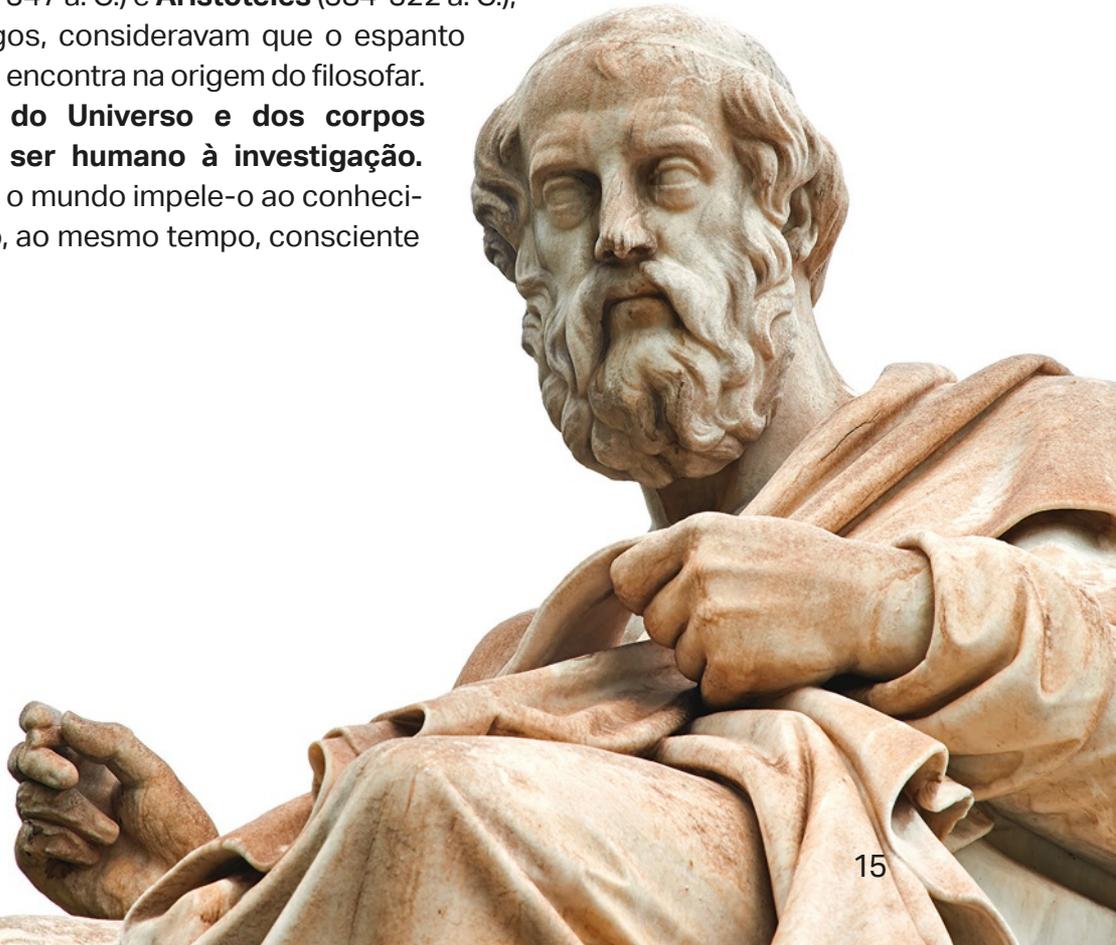


Fig. 11 Estátua de Platão, Atenas.



Áudio
Biografia
de Platão



Documento
Platão: biografia

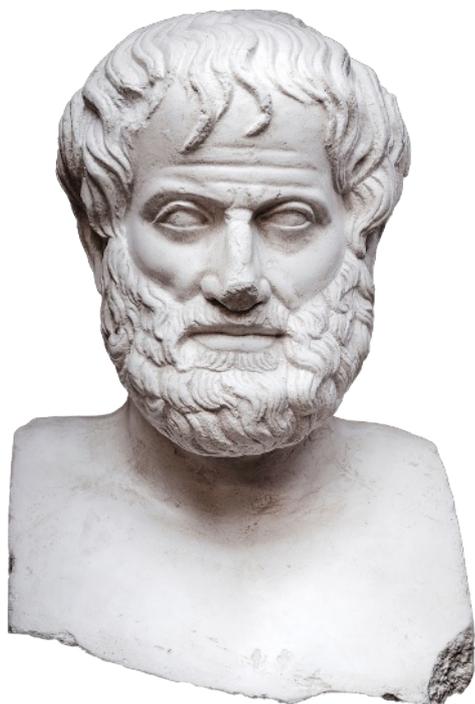


Fig. 12 Busto de Aristóteles.

Quando contemplamos as coisas celestes e terrestres e nos questionamos acerca da sua origem, não visamos um fim utilitário, ou a satisfação de qualquer necessidade prática imediata. Fazemo-lo, antes, pelo amor ao conhecimento, pelo desejo de saber.

O filosofar pode também ser originado pela **dúvida**. Quando duvidamos de determinadas crenças que sempre foram tidas como garantidas, ou quando desconfiamos das percepções dos sentidos, de preconceitos, de ideias feitas e de opiniões não fundamentadas, estamos a criar as condições para o filosofar.

Com efeito, se é certo que podemos acumular muita informação, **nada nos garante que estejamos seguros acerca da sua verdade**, isto é, a informação poderá ser falsa.

Sabemos, de facto, que as percepções dos sentidos muitas vezes nos enganam e não nos dizem o que as coisas são. Sabemos também que há opiniões contraditórias acerca dos mais diversos assuntos. Sabemos ainda que, desde a infância, assimilámos muitos preconceitos e ideias infundadas.

Perante este cenário, impõe-se a dúvida. **Essa dúvida pode ser metódica, provisória, colocada ao serviço da verdade.** **Descartes** (1596-1650) foi um filósofo que usou a dúvida metodicamente, isto é, de modo intencional, organizado e dirigido.

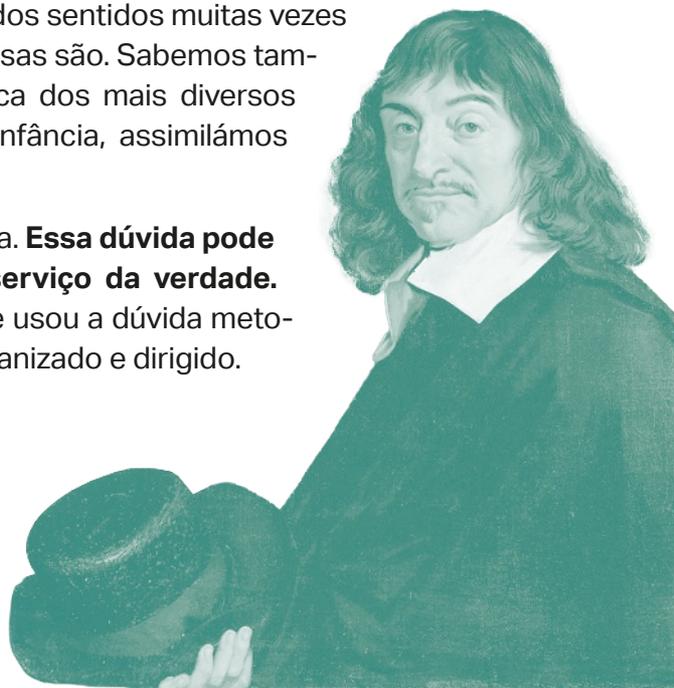


Fig. 13 René Descartes.

Considerando outra possível origem do filosofar, importa referir que o ser humano vive em determinadas **situações**, algumas das quais nos motivam a refletir com maior profundidade, questionando as nossas crenças fundamentais.

Algumas das situações que vivemos no nosso quotidiano são particularmente desafiadoras: a **culpa**, a **dor**, a **fraqueza**, o **acaso**, a **insegurança**, o **sofrimento**, entre outras. Estas situações designam-se por "**situações-limite**" (já que não as podemos superar nem alterar), revelando-nos a nossa fragilidade e trazendo-nos possíveis sensações de fracasso e impotência. A **tomada de consciência destas situações-limite** também se encontra na origem da Filosofia.

Muitas vezes, o ser humano procura fingir que tais situações não existem; mas, com as experiências a elas associadas, ele aprendeu muita coisa, procurando lidar com a natureza pela criação de mecanismos que lhe garantem uma vida segura em sociedade.

Em todo o caso, a força avassaladora das situações-limite está sempre presente na nossa existência. Aliás, é muito comum, quando experienciamos o sofrimento, questionarmos a razão de ser de tudo isto e o sentido da nossa vida. Ao colocar estas questões e ao procurar ativamente uma resposta, estamos a entrar no domínio da Filosofia.

Algumas **situações-limite**:

- culpa;
- dor;
- fraqueza;
- acaso;
- insegurança;
- sofrimento.

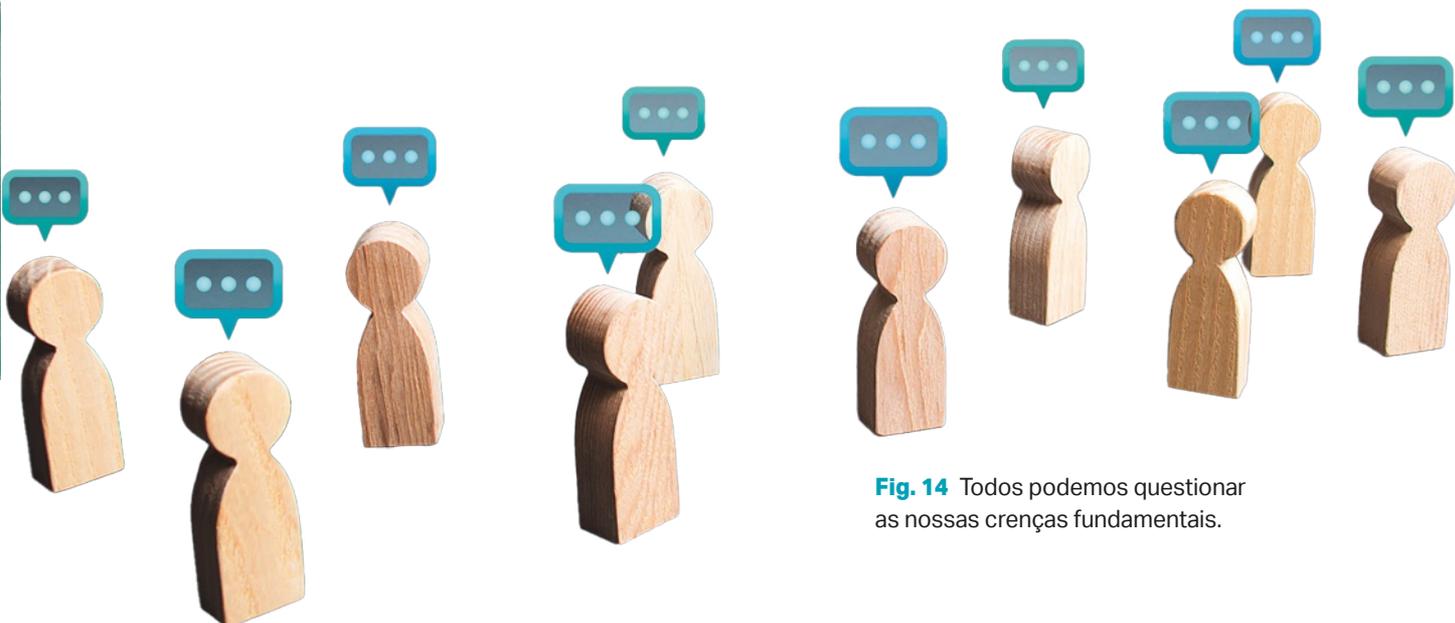


Fig. 14 Todos podemos questionar as nossas crenças fundamentais.

Texto 6

«O sofrimento devido à falta de comunicação e essa satisfação única que a autêntica comunicação nos proporciona não nos dariam tão forte abalo filosófico se, na nossa absoluta solidão, tivéssemos a certeza da verdade. Eu, porém, apenas sou alguém com o outro, sozinho nada sou. [...]

Assim, a origem da filosofia é o espanto, a dúvida e a experiência das situações-limite; mas, em último lugar e incluindo todas estas motivações, é a vontade de autêntica comunicação. Isto revela-se logo de princípio pelo facto de toda a filosofia ansiar pela participação, exprimir-se, pretender ser ouvida; essencialmente é a própria comunicabilidade que está indissolivelmente ligada à verdade.

Na comunicação a filosofia alcança a sua finalidade, o fundamento e o sentido último de todos os fins: a apreensão do ser, a claridade do amor, a plenitude da paz.»

Jaspers, Karl. *Iniciação Filosófica*. Lisboa: Guimarães Editores, 1993, pp. 26-27.

Análise e interpretação

- 1 Como justifica Karl Jaspers que a vontade de autêntica comunicação esteja na origem da filosofia?

Como podemos verificar no texto, Karl Jaspers considera que a origem da Filosofia se encontra também na «**vontade de autêntica comunicação**». Esta motivação inclui, segundo ele, todas as referidas anteriormente. De facto, **nenhum ser humano pode viver isolado, nem é fora da comunicação com os outros que a verdade se alcança**. Cada indivíduo é um “ser-com-os-outros”, partilha com eles uma cultura e com eles realiza a sua liberdade. A ausência de comunicabilidade provoca um abalo e desencadeia o anseio de participação, de diálogo, de partilha. «Na comunicação a filosofia alcança a sua finalidade.»

Atividades

- 1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
 - A. As questões filosóficas dizem respeito a toda a humanidade.
 - B. As situações-limite impedem o exercício da Filosofia.
 - C. Descartes usou a dúvida metódica para alcançar a verdade.
 - D. Aristóteles e Platão diziam que o medo está na origem do filosofar.
 - E. Segundo Karl Jaspers, a Filosofia é uma atividade solitária.
- 2 Mostra, a partir de duas situações concretas, em que medida o espanto e a dúvida se encontram na origem do filosofar.
- 3 Explica, à luz do problema da origem do filosofar, a seguinte afirmação de Comte-Sponville: «Não se filosofa para passar o tempo. Filosofa-se para salvar a pele e a alma.»

Comte-Sponville In Jacquard, Albert. *Pequeno Manual de Filosofia para Uso dos Não-Filósofos*. Lisboa: Terramar, 1997, p. 164.

1.3. Filosofar espontâneo e filosofar sistemático

Conforme referimos, **todos já colocámos questões filosóficas**. O ser humano comum, mesmo frequentemente desconhecendo que está a filosofar, coloca, por vezes, interrogações de cariz filosófico e desenvolve, inclusive, vários modos de compreender a vida e o mundo e de pensar o seu quotidiano.

Como tal, é incorreto dizer que apenas os filósofos profissionais, ou aquelas pessoas que estão mais diretamente ligadas à Filosofia, são capazes de filosofar. É certo que **o ser humano comum, ao filosofar, não o faz de forma crítica e rigorosa, mas ele também possui as inquietações associadas ao ato de filosofar**.

Texto 7

«O que importa é incitar toda a gente a servir-se do seu raciocínio. Sempre que alguém procura forjar a sua própria opinião, incitá-lo a argumentar. É irrelevante, pois, saber se, ao agir desse modo, essa pessoa está, ou não, a filosofar. Em contrapartida, o que me parece relevante é que esse exercício do espírito não se torne o domínio reservado de uns tantos privilegiados. Reservar a filosofia aos que se dizem filósofos seria tão ridículo como proibir de cozinhar os que não são cozinheiros profissionais.»

Jacquard, Albert. *Pequeno Manual de Filosofia para Uso dos Não-Filósofos*. Lisboa: Terramar, 1997, p. 160.

Análise e interpretação

- 1 Albert Jacquard apresenta uma estratégia possível para levar alguém a filosofar. Qual é essa estratégia?



2009 by Guillaume Paumier (photo@gpaumier.org).
Creative Commons Attribution Share-Alike 3.0.

Fig. 15 Albert Jacquard (1925-2013).



Fig. 16 No que toca a questões filosóficas, o que distingue as pessoas ligadas à Filosofia é o facto de percorrerem um caminho diferente, mais rigoroso, e estando conscientes de que o fazem.

Albert Jacquard sublinha a **necessidade de se incentivar toda a gente a argumentar e a servir-se do seu próprio raciocínio**. Em princípio, todos dispomos de uma capacidade racional que nos habilita a pensar e a refletir de modo autónomo, formulando problemas filosóficos e procurando responder-lhes de forma fundamentada e crítica. Portanto, como refere **Karl Popper**, todos podem ser considerados filósofos.

Texto 8

«Creio que todos os homens são filósofos, ainda que uns mais do que outros. Estou naturalmente de acordo em que existe algo como um grupo especial e exclusivo de filósofos académicos, mas [...] penso [...] que há muito a favor daqueles (que a meus olhos são também uma espécie de filósofos) que desconfiam da filosofia académica. [...]

Todos os homens são filósofos. Mesmo quando não têm consciência de terem problemas filosóficos, têm, em todo o caso, preconceitos filosóficos. A maior parte destes preconceitos são as teorias que aceitam como evidentes: receberam-nas do seu meio intelectual ou por via da tradição.

Dado que só tomamos consciência de algumas dessas teorias, elas constituem preconceitos no sentido de que são defendidas sem qualquer verificação crítica, ainda que sejam de extrema importância para a ação prática e para a vida do homem. Uma justificação para a existência da filosofia profissional ou académica é a necessidade de analisar e de testar criticamente estas teorias muito divulgadas e influentes.»

Popper, Karl. *Em busca de Um Mundo Melhor*.
Lisboa: Editorial Fragmentos, 1989, pp. 158 e 163.

Análise e interpretação

- 1 Karl Popper menciona “preconceitos filosóficos”. Que exemplos desses preconceitos são referidos?
- 2 Que justificação é apresentada por Karl Popper para a existência da filosofia profissional?

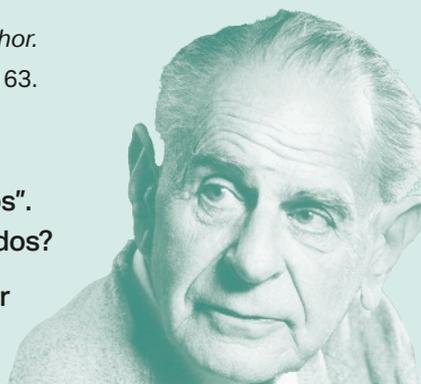


Fig. 17 Karl Popper (1902-1994).

Karl Popper destaca a ideia de que **todos os seres humanos são filósofos**, mas é necessário distinguir a **filosofia espontânea** (presente na sabedoria comum) da **filosofia sistemática** (própria dos especialistas desta área do saber), isto é, da «filosofia profissional ou académica», referida no texto 8.



A **filosofia espontânea** está presente no senso comum, na religião popular, nas superstições, nas crenças, nos provérbios, nas opiniões e em todos os modos de ver, pensar, agir e sentir das pessoas, surgindo de modo natural a partir das vivências do quotidiano e das experiências da vida. Não possui um âmbito académico, não pressupõe o conhecimento da História da Filosofia e não se desenvolve de modo crítico.

Por sua vez, a **filosofia sistemática**, sendo típica dos filósofos profissionais, possui uma linguagem técnica que lhe confere rigor e coerência. Muitos filósofos constroem sistemas, visões estruturadas e totalizantes do mundo e da vida. Este tipo de filosofia pressupõe o conhecimento da tradição filosófica e da evolução das diversas problemáticas, é académica e analisa criticamente várias doutrinas. Aliás, frequentemente, o pensamento de um dado filósofo resulta de um repensar de algum pensamento anterior, que o influenciou e que ele submeteu à análise crítica.

Teremos a oportunidade de compreender melhor o **filosofar sistemático** à medida que formos estudando as perspectivas de alguns filósofos.

O que importa, neste momento, é analisar o **filosofar espontâneo presente na sabedoria popular**.

Vejamos, pois, alguns exemplos, a partir de provérbios de Cabo Verde, mais ou menos conhecidos.

Texto 9

«De um grão de um grão galinha enche o papo. [...] Fome não tem lei. [...] A garrafa não joga com a pedra. [...] Saco vazio não se põe em pé.»

Costa, Elisa Maria Lopes da (Org.). *Ditos e Reditos – Provérbios da Lusofonia*. Prior Velho: Paulinas, 2005, pp. 51, 53-54 e 63.

Texto 10

«30
*Ter e mutu, mas e ka nada:
e ti la na pórtá simitéri:
ta daji kraki, ragaça la...
So boas óbra ki ta subi séu!
Ka ten ningen ki fla-m m'e ka si!*
[...]

« 65
*Pidi Ñu San Simon d'Azuda
ku Nos'Siñóra Sokoru
ku Nos'Siñóra da Lus
ku Nos'Siñóra da Grasa
ku Ñu San Jón Botista...
Ños nu pidi Ñu San Tiagu Maiór
Ku Ñu San Migel Arkanzu
ku Ñu Santu Amaru Abadi!...
Siñór Déus ta purdua-nu, ta juda-nu
ta libra-nu di bóka pekador!
Boka pekador ten perdan, [...].»*
Ña Nasia Gomi. 1985. In Silva, Tomé Varela da. *Finasons di Ña Nasia Gomi*. Praia: Institutu Kauberdianu di libru, 1985, pp. 38 e 48.

«Podes muito ter [bens materiais], mas isso não é nada.

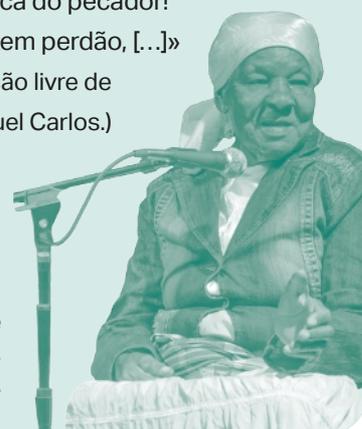
O limite é a porta do cemitério, onde o ruído [*kraki*] da chave que abre a porta [do cemitério] é sinal de que ficará lá para sempre [*ragaça lá*].

Ao céu alcançam somente as boas obras. E ninguém me dirá que não é assim.»

«Peço a *Nhô* São Simão de ajuda
E a Nossa Senhora de Socorro
E a Nossa Senhora da Luz
E a Nossa Senhora da Graça
E *Nhô* São João Baptista...
Pedimos ao *Nhô* Santiago Maior
E *Nhô* São Miguel Arcanjo
E *Nhô* Santo Amaro Abade!...
Senhor Deus perdoar-nos-á, ajudar-nos-á
Livrar-nos-á da boca do pecador!
Boca de pecador tem perdão, [...]

(Tradução livre de
Elter Manuel Carlos.)

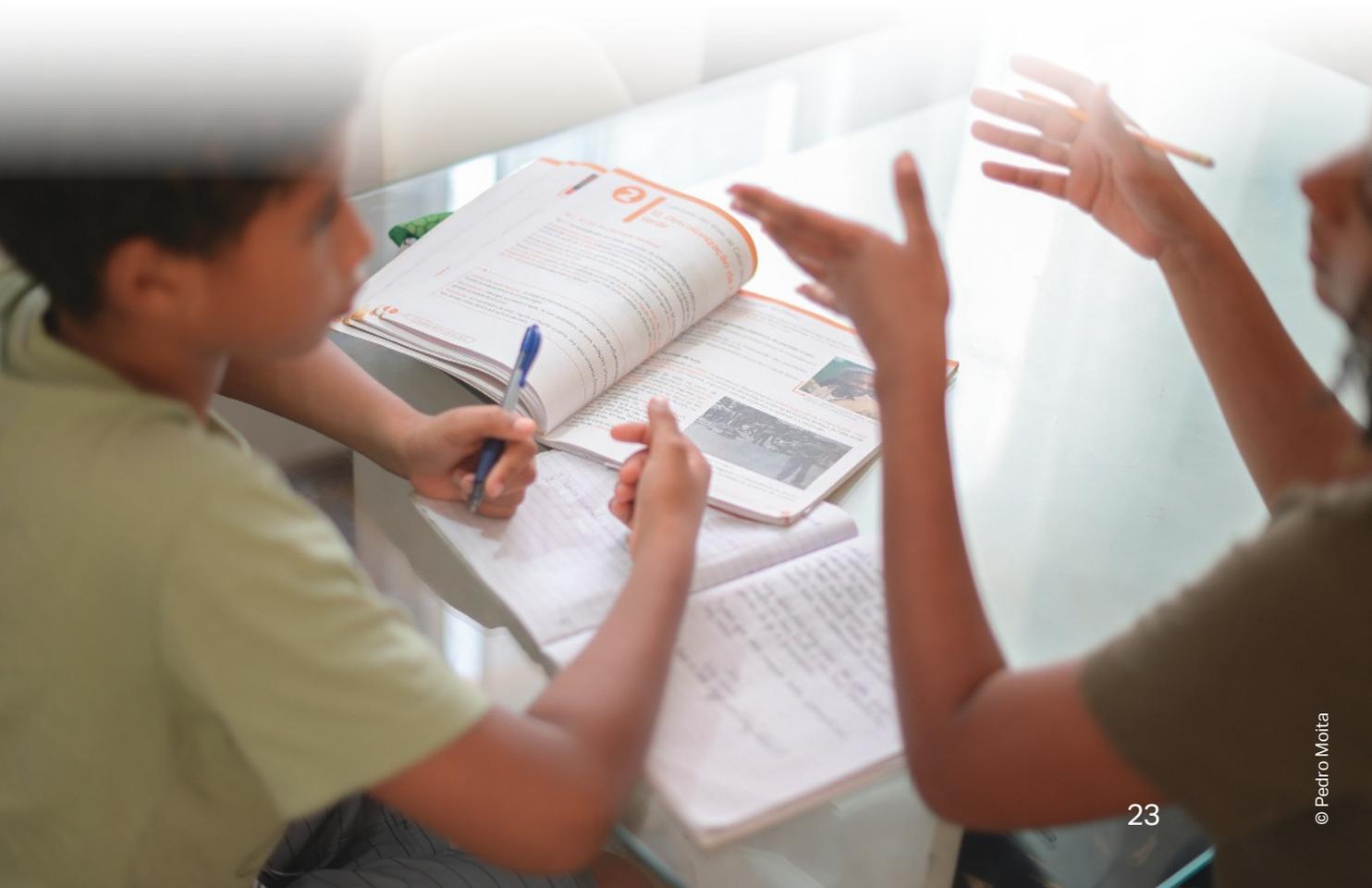
Fig. 18 Nácia Gomes (1925-2011), cujo nome verdadeiro é Maria Inácia Gomes Correia, também conhecida como Nha Nácia Gomi.



Atividades

- 1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
 - A. Só os filósofos profissionais são capazes de filosofar.
 - B. O ser humano comum é capaz de colocar questões filosóficas.
 - C. A filosofia espontânea é a filosofia académica.
 - D. A filosofia sistemática possui uma linguagem rigorosa.
 - E. A filosofia sistemática exige conhecimento da História da Filosofia.
- 2 Se se pode afirmar que todos os seres humanos são filósofos, será que todos têm a capacidade de construir sistemas filosóficos? Justifica.
- 3 Procede à recolha de manifestações da sabedoria popular (provérbios, quadras, entre outras) que possam ser consideradas exemplos de filosofia espontânea.

Fig. 19 Estudar as teorias e os pensamentos dos filósofos é importante para que possam surgir novas análises críticas.



1.4. Problemas filosóficos e não filosóficos

Os **problemas filosóficos** são enunciados na forma de **questões filosóficas**. Estas perguntas exigem um certo distanciamento da vida quotidiana e do imediatismo da experiência, portanto:



Áudio
As questões
da filosofia



Em vez de...	o filósofo...
perguntar: qual é a taxa de natalidade em Cabo Verde?	pergunta: o que é a vida?
se questionar sobre quais são as religiões predominantes em África	questiona-se sobre a existência de Deus.
procurar saber as causas da violência	procura saber o que é o bem ou como devemos agir.
perguntar sobre qual era o regime político de Atenas no século V a. C.	pergunta sobre o que é a justiça ou quem deve governar.



Fig. 20 As questões filosóficas não se reduzem a situações específicas.

Texto 11

«A preocupação fundamental da filosofia consiste em questionar e compreender ideias muito comuns que usamos todos os dias sem pensar nelas. Um historiador pode perguntar o que aconteceu em determinado momento do passado, mas um filósofo perguntará: "O que é o tempo?" Um matemático pode investigar as relações entre os números, mas um filósofo perguntará: "O que é um número?" Um físico perguntará de que são constituídos os átomos ou o que explica a gravidade, mas um filósofo irá perguntar como podemos saber que existe qualquer coisa fora das nossas mentes. [...] Não poderíamos viver sem tomar como garantidas as ideias de tempo, número, conhecimento, linguagem, certo e errado, a maior parte do tempo, mas em filosofia investigamos essas mesmas coisas. O objetivo é levar o conhecimento do mundo e de nós um pouco mais longe. É óbvio que não é fácil. Quanto mais básicas são as ideias que tentamos investigar, menos instrumentos temos para nos ajudar. Não há muitas coisas que possamos assumir como verdadeiras ou tomar como garantidas. Por isso, a filosofia é uma atividade de certa forma vertiginosa, e poucos dos seus resultados ficam por desafiar por muito tempo.»

Nagel, Thomas. *Que Quer Dizer Tudo Isto? Uma Iniciação à Filosofia*.

Lisboa: Gradiva, 1995, pp. 8-9.

Análise e interpretação

- 1 A que tipo de questões procura responder um filósofo? Exemplifica com as questões referidas no texto.
- 2 Por que razão Thomas Nagel considera que não é fácil levar o conhecimento do mundo e de nós um pouco mais longe?

Thomas Nagel apresenta, no texto 11, mais exemplos de questões que os filósofos colocam, contrastando-as com as interrogações de outras áreas do conhecimento. Além disso, também é dito no texto que «Não há muitas coisas que possamos assumir como verdadeiras ou tomar como garantidas.», o que faz da Filosofia uma atividade de **questionamento constante**.

Fig. 21 As questões filosóficas distinguem-se das questões de outras áreas do conhecimento.



Áudio
A importância da filosofia



No quadro que se segue, são apresentados exemplos de questões não filosóficas e de questões filosóficas, acompanhadas das respetivas disciplinas filosóficas:

Questões não filosóficas	Questões filosóficas e respetivas disciplinas filosóficas
<ul style="list-style-type: none"> • Quais são as instituições que ajudam os mais desfavorecidos? • Como reagiu Maria quando António o insultou? 	Ética
	<ul style="list-style-type: none"> • Como devemos agir? • O que distingue uma ação moralmente correta de uma ação moralmente incorreta?
<ul style="list-style-type: none"> • Como se chama o primeiro-ministro? • Qual é o regime político vigente em Cabo Verde? • Qual é o salário mínimo dos cabo-verdianos? 	Filosofia social e política
	<ul style="list-style-type: none"> • Quem deve governar? • O que é uma sociedade justa?
<ul style="list-style-type: none"> • Quando surgiu o islamismo? • Como é que o cristianismo encara a relação entre o pecado e a salvação? 	Filosofia da religião
	<ul style="list-style-type: none"> • Será que Deus existe? • A existência do mal é compatível com a existência de Deus?
<ul style="list-style-type: none"> • Quais são os conteúdos abordados no âmbito da lógica? • Quem foi o filósofo que mais escreveu sobre lógica? 	Lógica
	<ul style="list-style-type: none"> • Quais são os princípios lógicos do pensamento? • O que faz com que um argumento seja válido?
<ul style="list-style-type: none"> • Quando teve início o movimento impressionista? • Quem pintou a <i>Mona Lisa</i>? 	Estética e filosofia da arte
	<ul style="list-style-type: none"> • O que é o belo? • O que é uma obra de arte?
<ul style="list-style-type: none"> • Quem inventou a imprensa? • Em que idade é mais fácil aprender línguas? 	Filosofia do conhecimento
	<ul style="list-style-type: none"> • O que é o conhecimento? • Será que o conhecimento é possível?
<ul style="list-style-type: none"> • Onde fica Cabo Verde? • Quanto tempo dura a maratona? • O que diferencia as baleias dos tubarões? 	Metafísica
	<ul style="list-style-type: none"> • O que é o espaço? • O que é o tempo? • O que é a realidade?



Vídeo
O que é uma questão filosófica?



As questões filosóficas são múltiplas, havendo outras disciplinas filosóficas além das que aparecem neste quadro. Há questões filosóficas sobre, por exemplo, a **linguagem** (filosofia da linguagem), o **ser** (ontologia), as **ciências** (filosofia da ciência), os **valores** (axiologia) e a **mente** (filosofia da mente). A **Filosofia** lida, portanto, com **questões fundamentais** acerca do mundo, da vida, do conhecimento, dos valores, entre outras.

Todos nós possuímos determinadas **crenças** acerca do mundo, das coisas e das pessoas. Acreditamos, por exemplo, que há seres vivos e seres inanimados, que somos mortais, que existem árvores, que há ações corretas e ações incorretas, que há coisas belas e outras que o não são.

Quando nos interrogamos acerca da base de tais crenças, estamos a aceder às nossas **crenças fundamentais** (por exemplo, as crenças que temos acerca do que são o ser, a morte, a existência, a justiça e a beleza). Questionar essas crenças fundamentais, ou submetê-las a um exame crítico e racional, é próprio da Filosofia. Daí que o questionamento filosófico se traduza em interrogações como:

- “O que é o ser?”;
- “O que é a morte?”;
- “O que é a existência?”;
- “O que torna uma ação correta ou incorreta?”;
- “O que é a beleza?”.

As preocupações da Filosofia abrangem **várias dimensões da existência humana**, não se devendo estabelecer fronteiras rígidas entre os diversos problemas filosóficos, pois estes encontram-se inter-relacionados.

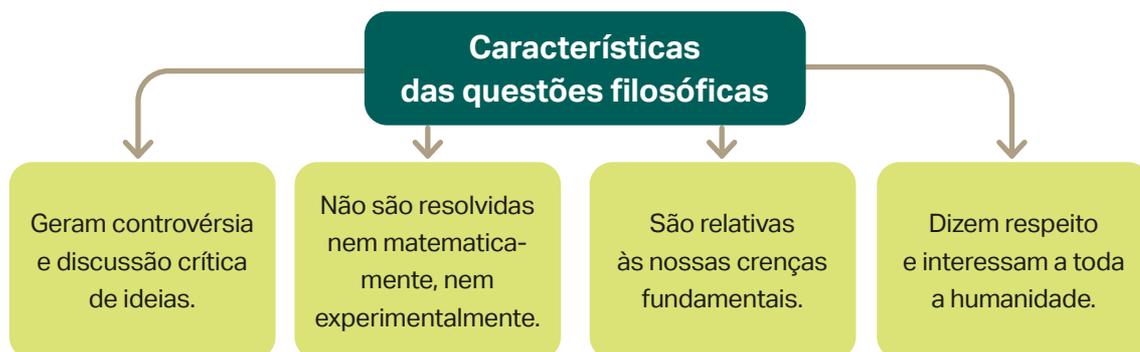
Fig. 22 Ao questionar as nossas crenças acerca do mundo, verificamos se possuem bases sólidas ou não.



Áudio
A filosofia faz a crítica das nossas crenças (Stolnitz)



Tendo em conta o que até agora estudámos, podemos dizer que as questões filosóficas têm algumas características que as distinguem das demais:



O facto de as questões filosóficas não serem resolvidas nem matematicamente, nem experimentalmente será aprofundado mais adiante, quando nos referirmos ao **método da Filosofia**.

Atividades

- 1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
 - O questionamento filosófico tem resposta através da experiência.
 - Os problemas filosóficos encontram-se inter-relacionados.
 - As questões filosóficas são resolvidas através da Matemática.
 - A questão "O que são os valores?" não é de carácter filosófico.
 - A questão "O que é a realidade?" é filosófica.
- 2 Refere quais das seguintes questões são filosóficas e quais não são filosóficas.
 - Qual é a composição química da água?
 - O que é a justiça?
 - Quem escreveu *A República*?
 - Quais são os fatores do crescimento populacional?
 - Existe vida após a morte?
 - Qual é o fundamento da moralidade?
 - O que é a virtude?
 - Quando viveram os dinossauros?
 - A mente é independente do corpo?
 - Qual é o continente mais populoso do mundo?
- 3 Mostra como é que o questionamento filosófico incide sobre as nossas crenças fundamentais.



1.5. O objeto da Filosofia

Ao contrário do que sucede noutras disciplinas, cujo objeto corresponde apenas a uma parte da realidade (por exemplo, a Biologia estuda os seres vivos, a Astronomia foca-se nos corpos celestes e a Sociologia analisa os factos sociais), o **objeto da Filosofia** corresponde ao **real como um todo**.

A Filosofia procura, portanto, uma **compreensão do real na sua totalidade**.

Texto 12

«O que primeiro ocorreria dizer seria definir a filosofia como conhecimento do Universo. [...] Mas sucede que o filósofo não se coloca diante do seu objeto – o Universo – como o físico perante o seu, que é a matéria. O físico principia por definir o perfil desta e só depois começa o seu labor e tenta conhecer a sua estrutura íntima. Do mesmo modo, o matemático define o número e a extensão; isto é, todas as ciências particulares começam por demarcar um pedaço do Universo, por limitar o seu problema, que por ser limitado deixa em parte de ser problema. Em outras palavras: o físico e o matemático conhecem de antemão a extensão e os atributos essenciais do seu objeto; portanto, começam não com um problema, mas com algo que dão ou tomam como já sabido. Mas o Universo em cuja pesquisa o filósofo parte audaz como um argonauta, não se sabe o que é. [...] *O filósofo, pois, de modo diferente de qualquer outro cientista, embarca para o desconhecido como tal.* [...] O filósofo situa-se perante o seu objeto numa atitude diferente de qualquer outro conhecedor; o filósofo ignora qual é o seu objeto e dele sabe somente: primeiro, que não é nenhum dos restantes objetos; segundo, que é um objeto integral, que é o autêntico todo, o que não deixa nada de fora e, por isso, o único que se basta.»

Ortega y Gasset, José. *O Que É a Filosofia?*.

Lisboa: Edições Cotovia, 1999, p. 47.

Análise e interpretação

- 1 Como estabelecem as ciências os respetivos objetos de estudo?
- 2 Em que medida a atitude do filósofo é diferente da atitude de outros conhecedores perante os respetivos objetos de estudo?



Fig. 23 José Ortega y Gasset (1883-1955).

De acordo com **Ortega y Gasset**, o objeto da Filosofia é um **objeto integral**, o **autêntico todo**. Ora, se o objeto da Filosofia corresponde ao real como um todo, **não se pode**, todavia, **considerar a Filosofia como uma mera soma das várias ciências e dos seus objetos**. À Filosofia interessam apenas os problemas fundamentais suscitados por esse todo, ou seja, aqueles em que pomos em questão as nossas crenças fundamentais.

Podemos também dizer que os grandes problemas filosóficos se revelam inseparáveis de uma interrogação inevitável: "O que é o ser humano?". Esta questão evidencia o **carácter antropológico da Filosofia**.

Aquele que filosofa é, na expressão de **Miguel de Unamuno**, «**o homem de carne e osso**»*, o ser humano individual, que sofre e também se alegra, que trabalha e tem momentos de lazer, que intervém na política e age sobre o mundo, que se relaciona com os outros e procura conhecer-se a si mesmo, que se reproduz e acaba por morrer, tendo, ao mesmo tempo, **consciência da sua própria morte**.

Nesse sentido, podemos distinguir **duas dimensões na Filosofia**:

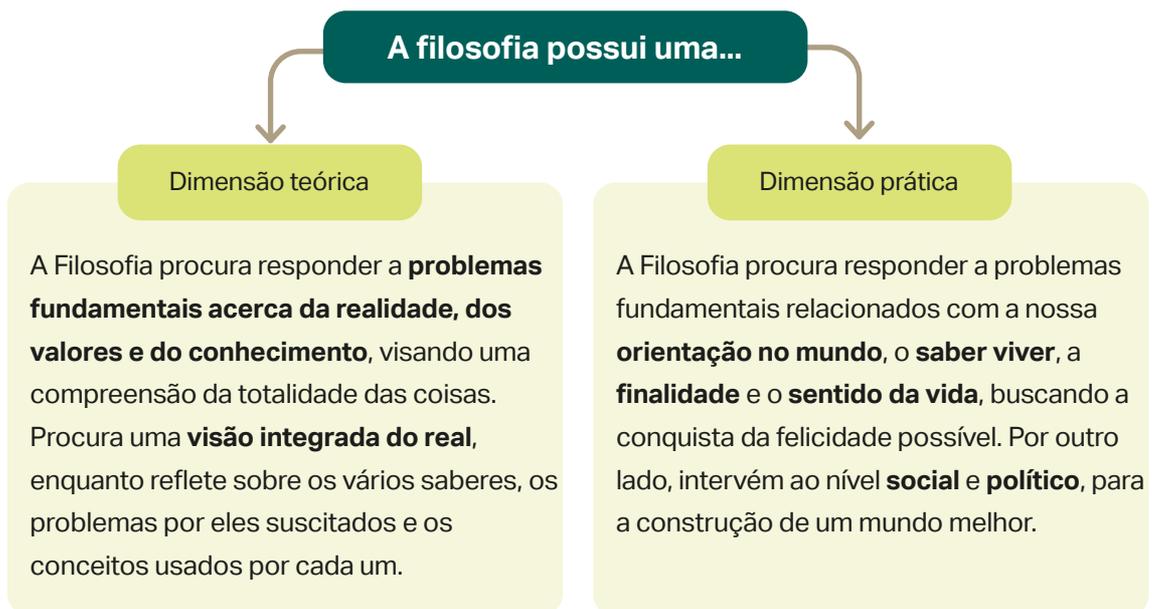


Fig. 24 Miguel de Unamuno (1864-1936).



Vídeo
Filosofia: objeto,
método
e teorias



* Unamuno, Miguel de. *Do Sentimento Trágico da Vida*. Lisboa: Relógio D'Água, s/d, p. 7.

O ato de filosofar compromete o próprio filósofo nas suas opções existenciais, pois a Filosofia, sendo uma **reflexão sobre a totalidade do real e da experiência vivida**, é também, como acabámos de ver, uma **fonte de orientação prática**.

Atividades

- 1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
 - A. O objeto da Filosofia é a soma dos objetos das ciências.
 - B. O objeto da Filosofia corresponde ao real como um todo.
 - C. As duas dimensões da Filosofia são a teórica e a conceptual.
 - D. A Filosofia intervém ao nível político.
 - E. A Filosofia possui um carácter antropológico.
- 2 Explica em que consiste o objeto da Filosofia, comparando-o com os objetos das ciências.
- 3 Distingue, resumidamente, as duas dimensões da Filosofia.



Fig. 25 A Filosofia não se reduz à mera teoria: ela tem também uma dimensão prática.

1.6. O problema do método da Filosofia

Tal como existem várias filosofias e abordagens, também se pode dizer que existem diferentes métodos no exercício do filosofar, como, por exemplo, o analítico e o fenomenológico. Ainda assim, é possível indicar alguns traços gerais que nos permitem encontrar algo comum na maneira como os filósofos trabalham. Para compreendermos qual é o método geral da Filosofia, comecemos por analisar o texto 13.

Texto 13

«O núcleo da filosofia reside em certas questões que o espírito reflexivo humano acha naturalmente enigmáticas, e a melhor maneira de começar o estudo da filosofia é pensar diretamente sobre elas. Uma vez feito isso, encontramos-nos numa posição melhor para apreciar o trabalho de outras pessoas que tentaram solucionar os mesmos problemas.

A filosofia é diferente da ciência e da matemática. Ao contrário da ciência, não assenta em experimentações nem na observação, mas apenas no pensamento. E, ao contrário da matemática, não tem métodos formais de prova. A filosofia faz-se colocando questões, argumentando, ensaiando ideias e pensando em argumentos possíveis contra elas e procurando saber como funcionam realmente os nossos conceitos.»

Nagel, Thomas. *Que Quer Dizer Tudo Isto? Uma Iniciação à Filosofia*.
Lisboa: Gradiva, 1995, p. 8.

Análise e interpretação

- 1 Qual é, segundo Thomas Nagel, a melhor maneira de começar o estudo da filosofia?

De acordo com o texto, **a Filosofia diferencia-se da Ciência e da Matemática**. Distingue-se da Ciência (entenda-se, das ciências da natureza e das ciências sociais e humanas) porque não se baseia na observação nem no método experimental, mas sim no pensamento e na reflexão. Isto é o mesmo que dizer que **a Filosofia é uma disciplina a priori**. Torna-se, então, importante esclarecer o que significa "*a priori*" e como se distingue de "*a posteriori*":

- **a priori** – é o conhecimento ou a justificação **independente da experiência** e logicamente anterior a ela;
- **a posteriori** – é o conhecimento ou a justificação que **depende da experiência**.

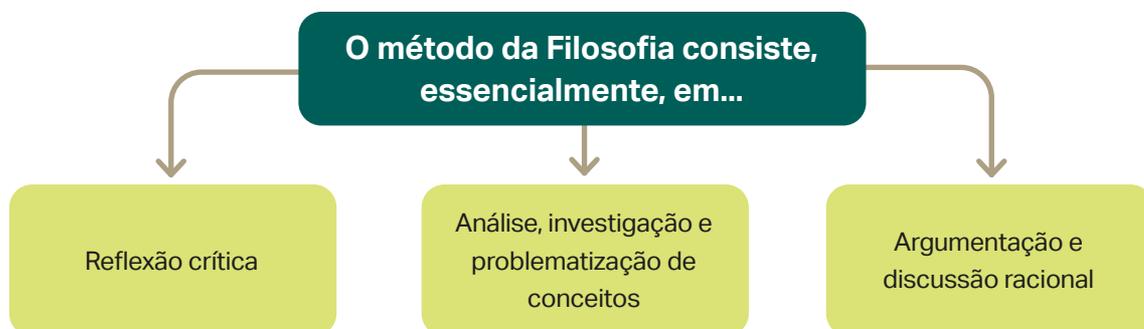
	Filosofia	Ciências empíricas
Lida(m) com	Problemas independentes da experiência.	Problemas empíricos, isto é, baseados na experiência.
Exemplos	"O que é a vida?"; "O que é o tempo?"; "O que é uma sociedade justa?".	"Quantos dentes tem o gato do Lucas?"; "Quais são as cores do arco-íris?"; "Como se reproduzem os peixes?".
Respostas	Não encontramos na experiência (ou seja, nos sentidos) uma resposta para as questões filosóficas.	Podemos encontrar respostas na experiência. Logo, estes são problemas empíricos.

Como podemos constatar, ao contrário das ciências naturais, sociais e humanas – que são saberes empíricos e utilizam o **método experimental**, baseando-se na observação e na medição empírica –, a Filosofia lida com **problemas não empíricos**, ou seja, **lida com problemas conceptuais (*a priori*)**, aplicando as ferramentas racionais da análise lógica e de esclarecimento conceptual, em vez de testes empíricos. É de notar, ainda assim, que muitas das questões abordadas pela Filosofia derivam de observações de casos no mundo e podem levar a aplicações nesse mesmo mundo, como as questões da ética ou da filosofia política.

A **Matemática**, que também lida com problemas *a priori*, não dependendo da observação empírica, usa **cálculos** e **métodos formais de prova**. Pelo contrário, para tentar resolver os seus problemas, **a Filosofia não recorre aos métodos da Matemática**, mas sim à **reflexão crítica** e à **argumentação racional**.

A hand-drawn mathematical equation showing the addition of 1 and 2 to equal 3. The numbers and symbols are drawn with thick, dark, slightly irregular lines, giving it a chalkboard or blackboard appearance.

Fig. 26 Exemplo de uma operação matemática.



Portanto, a tentativa de resposta a questões e problemas filosóficos implica algumas atividades fundamentais, como a **análise de conceitos**, a **formulação de teses ou teorias** e a **formulação de argumentos a favor dessas teorias**.

No quadro que se segue, apresenta-se um exemplo de como os filósofos costumam trabalhar. Neste exemplo, defende-se a tese de que “a existência de Deus é compatível com a existência do mal”.

Como se faz filosofia?	
Atividades fundamentais	Exemplificação
Formulação de problemas filosóficos	Será que a existência de Deus é compatível com a existência do mal?
Análise de conceitos (definir os conceitos, clarificando ou explicitando o seu significado)	Analisam-se os conceitos de “mal” (exemplo: <i>o mal é aquilo que nunca é desejável</i>) e de “Deus” (exemplo: <i>Deus é um ser onipotente, onisciente e sumamente bom</i>).
Proposta de teses ou teorias (respostas aos problemas)	A existência de Deus é compatível com a existência do mal.
Formulação de argumentos (conjunto de proposições em que se procura defender uma tese ou conclusão)	Deus permite o mal a fim de nos pôr à prova e garantir o nosso livre-arbítrio. Se assim é, então a existência de Deus é compatível com a existência do mal. Logo, a existência de Deus é compatível com a existência do mal.
Pensar em possíveis objeções ou críticas e procurar responder-lhes.	Poderá objetar-se dizendo que, se Deus é infinitamente bom, então o mal não pode existir. Ora, isso não é correto. Isto porque, apesar de ser infinitamente bom, Deus não criou um mundo perfeito, mas sim um mundo que deve evoluir para a perfeição, o que pressupõe que o mal exista.

Atividades

- 1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.

A Filosofia

- A. lida com problemas conceptuais.
 B. possui métodos formais de prova.
 C. usa o método experimental.
 D. é uma disciplina *a posteriori*.
 E. é uma disciplina *a priori*.

- 2 Explica a diferença entre o método da Filosofia e o método das ciências empíricas.

- 3 Tendo em conta o modo como se faz filosofia, preenche o quadro que se segue, apresentando a tua própria tese acerca do problema em discussão, assim como uma argumentação que a permita defender.

Problema filosófico	<i>Será que o conhecimento é possível? (Será que podemos conhecer alguma coisa?)</i>
Análise de conceitos	
Tese ou teoria	
Argumentação	

1.7. Especificidades da Filosofia

Vamos explorar algumas características que podem ser apontadas como específicas da Filosofia e encontradas em várias filosofias.



Manual Digital

Áudio
A filosofia não é um luxo (Shand)



Como já referimos, ao contrário das ciências empíricas – que investigam setores bem delimitados do real, baseando-se em provas empíricas –, o questionar dos filósofos é ilimitado, radical, exercendo-se no sentido de uma **apreensão do real na sua totalidade**. Com base nesse aspeto, podemos agora enumerar as **características específicas da Filosofia**.

A primeira característica a referir é a **atitude interrogativa**. Como já vimos, a Filosofia lida com questões fundamentais acerca do mundo, da vida, do conhecimento, dos valores, entre outras, submetendo as nossas **crenças fundamentais** a um **exame crítico**.

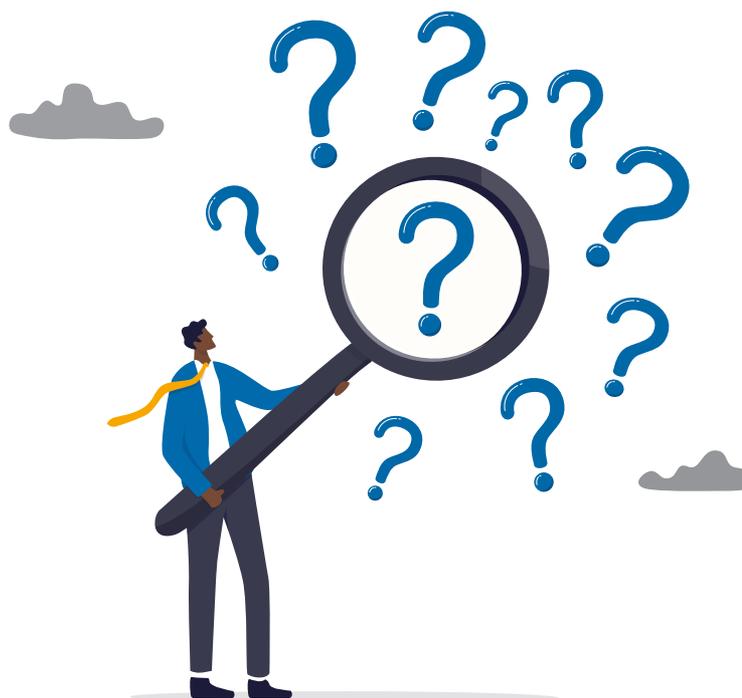


Fig. 27 Qualquer questão com que a Filosofia lida pode ser submetida a um exame crítico.

No texto que se segue, são referidas várias questões filosóficas, assim como a importância de as colocar.

Texto 14

«Uma razão importante para estudar filosofia é o facto de esta lidar com questões fundamentais acerca do sentido da nossa existência. A maior parte das pessoas, num ou noutro momento da sua vida, já se interrogou a respeito de questões filosóficas. Por que razão estamos aqui? Há alguma demonstração da existência de Deus? As nossas vidas têm algum propósito? O que faz que certas ações sejam moralmente boas ou más? Poderemos alguma vez ter justificação para violar a lei? Poderá a nossa vida ser apenas um sonho? É a mente diferente do corpo, ou seremos apenas seres físicos? Como progride a ciência? O que é a arte? E assim por diante. A maior parte das pessoas que estuda filosofia acha importante que cada um de nós examine estas questões. Algumas até defendem que não vale a pena viver a vida sem a examinar. Persistir numa existência rotineira sem jamais examinar os princípios nos quais esta se baseia pode ser como conduzir um automóvel que nunca foi à revisão. Podemos justificadamente confiar nos travões, na direção e no motor, uma vez que sempre funcionaram suficientemente bem até agora; mas esta confiança pode ser completamente injustificada: os travões podem ter uma deficiência e falharem precisamente quando mais precisarmos deles. Analogamente, os princípios nos quais a nossa vida se baseia podem ser inteiramente sólidos; mas, até os termos examinado, não podemos ter a certeza disso.»

Warburton, Nigel. *Elementos Básicos de Filosofia*.

Lisboa: Gradiva, 1998, pp. 23-24.

Análise e interpretação

- 1 Explicita a comparação que é feita por Nigel Warburton no texto.



Fig. 28 Nigel Warburton (1962-).

A segunda característica da Filosofia a considerar é a **radicalidade**. O carácter radical da Filosofia decorre do facto de esta **ir à raiz dos problemas**, questionando as nossas crenças fundamentais.

Ao colocar questões radicais (como “O que é a realidade?”; “Porque é que há o ser em vez do nada?”; “Qual é o sentido da vida?”; “Será que Deus existe?”, entre outras), a Filosofia procura os **fundamentos últimos das crenças ou opiniões, procura justificações consistentes e exclui atitudes dogmáticas**. Entendemos aqui por dogmatismo a submissão completa, sem exame pessoal, a certos princípios ou à autoridade que os impõe ou revela. Neste sentido, **a Filosofia é antidogmática**.



Áudio
Razões para
estudar filosofia



Texto 15

«A filosofia poderá ser perspectivada como uma reflexão radical sobre a realidade, sobre o homem e o mundo.

Como reflexão radical a filosofia situa-se no plano de uma racionalidade interpretativa e explicativa. Esta racionalidade interpretativa e explicativa implica que as posições assumidas não se alicerçam em [...] meras opiniões, mas se enraízem numa fundamentação que minimamente lhes confira uma justificação consistente.

Por consequência, no âmbito da filosofia não terão sentido atitudes dogmáticas, visto que a dogmatização [...] envolverá necessariamente a ausência de uma fundamentação racional aberta.»

Sousa, Maria Carmelita Homem de. *As Ilusões da Razão*.

Porto: Brasília Editora, 1986, pp. 17-18.

Análise e interpretação

- 1 O que é que o ato de filosofar, enquanto reflexão radical, implica?

Outra característica da Filosofia a ter em conta é a **humildade**. Essa humildade está presente, por exemplo, na atitude de **Sócrates** (469-399 a. C.), que terá dito “Só sei que nada sei”, uma expressão da chamada “**douta ignorância**”. Enquanto os demais acreditavam saber algo, Sócrates reconhecia que nada sabia.

A douta ignorância equivale à abertura da mente em relação ao conhecimento. Ela revela-nos a humildade de quem procura sempre o conhecimento, sugerindo que **a consciência de que nada se sabe é um princípio fundamental para superar as ilusões a respeito daquilo que julgamos saber, ou de um saber que, sendo limitado, pensamos que é ilimitado**. Portanto, a atitude de quem se dedica à Filosofia, e em particular do “aprendiz de filósofo”, deve ser humilde.

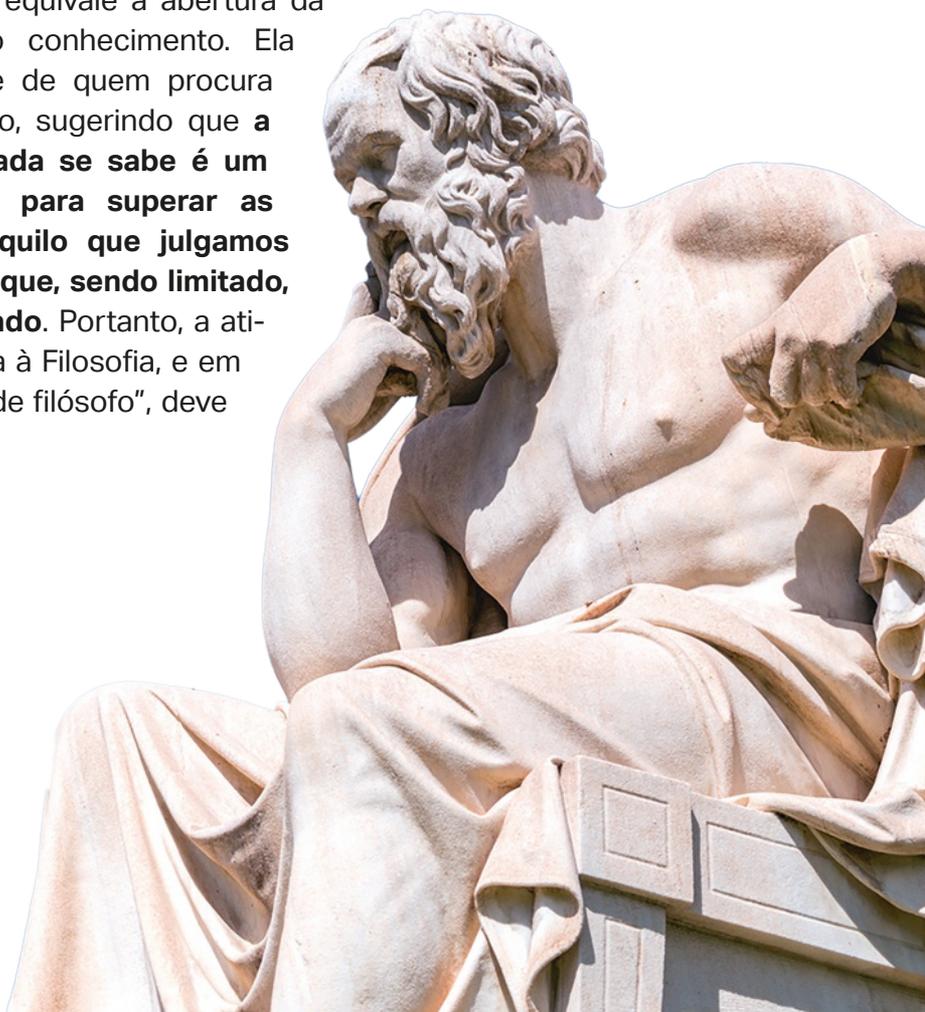


Fig. 29 Estátua de Sócrates, em Atenas.

A quarta característica da Filosofia que vamos destacar é o **espírito crítico**. O filósofo assume uma **postura crítica**, servindo-se da **curiosidade genuína** e do **questionamento genuíno** e utilizando a **dúvida**, a fim de ultrapassar a ignorância, as evidências não discutidas e os erros que eram tidos como verdades. A **discussão crítica** constitui um aspeto importante do método filosófico e da investigação filosófica, que não se devem sujeitar a qualquer tipo de dogma, opinião ou preconceito. O filósofo possui espírito crítico e debate os problemas básicos, sem achar que alcançou a verdade definitiva, ou seja, está aberto a novas discussões, como verificaremos no texto 16.

Texto 16

«Ao aprendiz de filósofo (ao *jovem* aprendiz, pretendo eu dizer, e na minha qualidade de aprendiz mais velho), rogo que se não apresse a adotar soluções, que não leia obras de uma só escola ou tendência, que procure conhecer as argumentações de todas, e que queira tomar como primário escopo a singela façanha de *compreender* os problemas: de compreendê-los *bem*, de os compreender a *fundo*, habituando-se a ver as dificuldades reais que se deparam nas coisas que se afiguram fáceis ao simplismo e à superficialidade do que se chama senso comum (a filosofia é, em não pequena parte, a luta do bom senso contra o "senso comum"). [...]

Ora, se o fundamental da filosofia é de facto a crítica, e se pois a filosofia deve ser estudada, não pelo mérito das respostas precisas sobre um certo número de questões primárias, senão que pelo valor que em si mesma assume, para a cultura do espírito, a mera discussão de tais problemas – segue-se que é ideia inteiramente absurda a de se dar a alguém uma iniciação filosófica pela pura transmissão das respostas precisas com que pretendeu resolver esses tais problemas um determinado autor ou uma certa escola. Deverá, pois, a iniciação filosófica assumir um carácter essencialmente crítico, e consistir num debate dos problemas básicos que não seja dominado pelo intuito dogmático de cerrar as portas às discussões ulteriores.»

Sérgio, António. "Prefácio do tradutor". In Russell, Bertrand. *Os Problemas da Filosofia*. Coimbra: Almedina, 2001, pp. 8-9.

Análise e interpretação

- 1 O que é que António Sérgio pede ao jovem aprendiz de filósofo?
- 2 Em que deve e não deve consistir a iniciação filosófica, segundo António Sérgio?

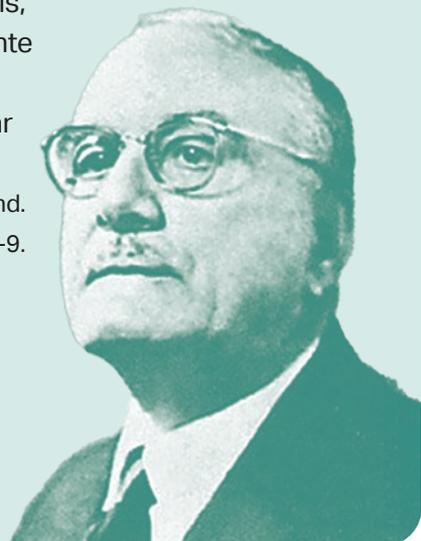


Fig. 30 António Sérgio (1883-1969).

Tema 1. Iniciação filosófica: o que é a Filosofia?

Uma outra característica da Filosofia é o rigor. A Filosofia é uma tentativa de resolver problemas. Estes devem ser formulados corretamente, através de questões claras e com sentido. A Filosofia não é um conjunto de palavras ou frases que possamos juntar a nosso bel-prazer: é um esforço de **clarificação de conceitos** e de **defesa de ideias**.

Como já referimos, na tentativa de resolver os problemas que colocam, os filósofos defendem **teses** ou **teorias**, procurando fazê-lo com bons **argumentos**. Como tal, as ideias devem ser expostas de **forma clara, exata, sem ambiguidades** e obedecendo às **regras da lógica**. O pensamento filosófico assenta, assim, no **rigor conceptual e argumentativo**.

	Formulação/expressão não rigorosa	Formulação/expressão rigorosa
Problema acerca da possibilidade do conhecimento	Podemos saber se o nosso pensamento apreende os factos?	Será que o conhecimento é possível?
Conceito de conhecimento	O conhecimento é o que temos na cabeça e se refere às coisas e à vida.	O conhecimento é uma crença verdadeira acompanhada de justificação.
Tese acerca da possibilidade do conhecimento	Podemos conhecer, mais ou menos, algumas coisas.	O conhecimento é possível.

O filósofo **ousa pensar por si mesmo**, servindo-se da sua própria razão de modo livre e autónomo. A **autonomia de pensamento**, ou a **liberdade de pensar por si mesmo**, constitui uma importante característica da Filosofia.

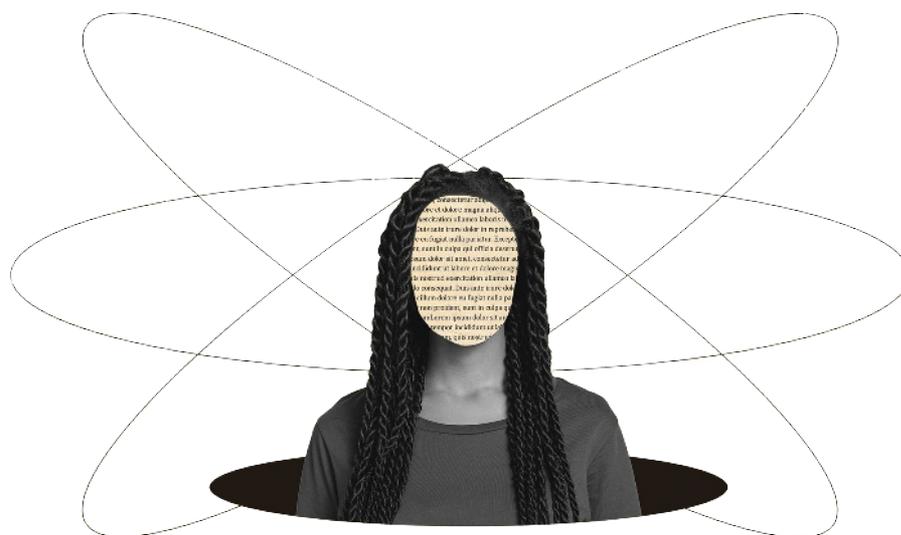


Fig. 31 Para formular ou defender uma teoria, é preciso relacionar vários conceitos em simultâneo.

Associada à **autonomia** encontra-se a **autenticidade**, isto é, ser genuíno e agir de acordo com a sua visão do mundo, efetuando escolhas livres. Existe, então, uma articulação entre a Filosofia e a vida: **filosofar é viver**, e viver, no caso do ser humano, implica potenciar a consciência para se **construir como pessoa**. Em situações normais, somos seres pensantes e **vamo-nos construindo como pessoas e edificando um sistema de valores que nos permita agir de modo responsável e consciente**.

Pensar e agir não são dimensões separáveis. Pelo contrário, pensamento e ação encontram-se relacionados: pensamos para agir, mas também agimos e depois pensamos sobre a ação realizada. Portanto, **existe um diálogo (ou uma dialética) entre o pensar e o agir**.

Nesse sentido, a Filosofia não é o exercício de alguém que vive isolado numa “torre de marfim”, divorciado do mundo, dos outros e da vida: é, pelo contrário, uma **atividade implicada e comprometida**, com consequências, ainda que não necessariamente imediatas, ao nível social, político, religioso, moral e existencial.



Áudio
Os problemas
da filosofia



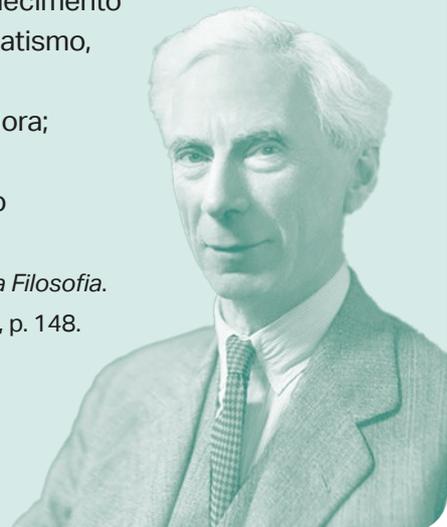
Texto 17

«Quando começamos a filosofar [...], imediatamente caímos na conta [...] de que até os objetos mais ordinários conduzem o espírito a certas perguntas a que incompletissimamente se dá resposta. A filosofia, se bem que incapaz de nos dizer ao certo qual venha a ser a verdadeira resposta às variadas dúvidas que ela própria evoca, sugere numerosas possibilidades que nos conferem amplidão aos pensamentos, descativando-nos da tirania do hábito. Embora diminua, por consequência, o nosso sentimento de certeza no que diz respeito ao que as coisas são, aumenta em muitíssimo o conhecimento a respeito do que as coisas podem ser; varre o dogmatismo, um tudo-nada arrogante, dos que nunca chegaram a empreender viagens nas regiões da dúvida libertadora; e vivifica o sentimento de admiração, porque mostra as coisas que nos são costumadas num determinado aspeto que o não é.»

Russell, Bertrand. *Os Problemas da Filosofia*.
Coimbra: Almedina, 2001, p. 148.

Análise e interpretação

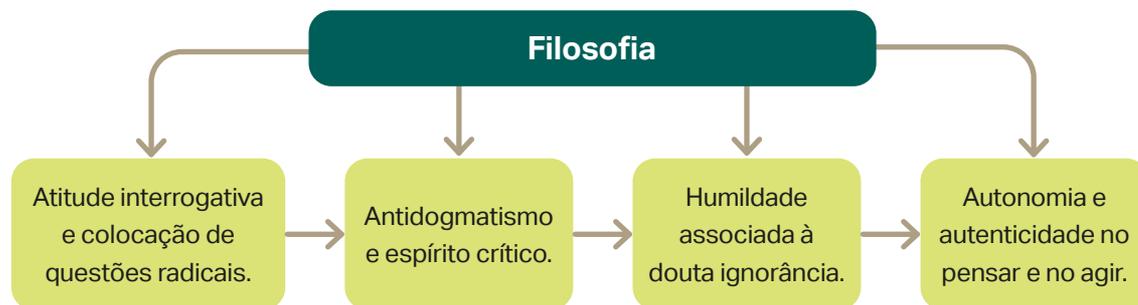
- 1 O que é que, segundo Russell, a Filosofia permite?



© National Portrait Gallery, London

Fig. 32 Bertrand Russell (1872-1970).

Apresentamos agora um esquema que estabelece uma relação entre as várias características da Filosofia já referidas.



Atividades

- 1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
 - A. A atitude interrogativa da Filosofia só é própria de quem filosofa há pouco tempo.
 - B. O filósofo é radical porque está sempre a criticar tudo e todos.
 - C. "Só sei que nada sei" é uma expressão da doura ignorância.
 - D. O pensamento e a ação são esferas totalmente separadas e distintas.
 - E. Existe uma dialética entre o pensar e o agir.
- 2 Mostra em que medida a Filosofia é rigorosa e radical.
- 3 Relaciona a atitude interrogativa própria da Filosofia com a humildade e o espírito crítico.
- 4 Debate com os teus colegas acerca da importância das atitudes filosóficas, recorrendo a exemplos da vida real.



Fig. 33 O debate também é importante para defrontar perspetivas que não estávamos a considerar.

1.8. Características do saber filosófico

Uma das características do saber filosófico é a **universalidade**. Em que medida é que o saber filosófico é universal? Essencialmente, pelas seguintes razões:

- a Filosofia é um saber que resulta do estudo reflexivo de **problemas universais e fundamentais**, tais como os que se relacionam com os valores, a existência, a realidade, a razão, a mente, o conhecimento ou a linguagem;
- a Filosofia procura, como já vimos, uma **compreensão do real na sua totalidade**, traduzindo-se, em muitos casos, na construção de autênticos sistemas filosóficos, que oferecem uma visão global do mundo e da vida;
- os **grandes problemas** são **comuns a toda a humanidade** – todos os seres humanos são, em princípio, capazes de colocar problemas filosóficos, os quais dizem respeito a toda a humanidade.

Na história intelectual ocidental, a **Filosofia** é considerada a **mãe de todas as ciências**, pois deu origem à maioria das ciências naturais (como a Física ou a Biologia) e das ciências sociais e humanas (como a Sociologia ou a Psicologia). Estas ciências, portanto, formaram-se a partir dos diferentes domínios dos grandes sistemas filosóficos.

Em vez de estudarem a totalidade do real, as ciências foram selecionando partes da realidade e autonomizaram-se da Filosofia, para se dedicarem apenas aos problemas que essa parte da realidade coloca.

Ora, apesar desta autonomização das ciências, a **Filosofia** terá sempre, pelas razões que já apontámos, uma **vocação para a universalidade**.



Fig. 34 Sendo os problemas da Filosofia comuns a toda a humanidade, qualquer pessoa de qualquer cultura pode colocar estes problemas.

Além da universalidade, o saber filosófico é também caracterizado pela **historicidade**. Em que sentido? Essencialmente, porque:

- **a Filosofia tem uma história e desenvolve-se ao longo da história**, intervindo no curso dos acontecimentos;
- **o filósofo é um ser situado no tempo**, que **vive numa determinada circunstância**, sendo **influenciado pela sua cultura** – e, por sua vez, **influenciando-a** –, pelos modos de pensar, sentir e agir da época histórica em que vive, sem com eles ficar comprometido;
- **o pensamento filosófico não surge a partir do nada** – evolui no interior de uma tradição, de um contexto social, político, religioso e económico, que procura compreender e superar.

Antero de Quental (1842-1891) destaca estas duas características do saber filosófico que acabámos de esclarecer.

Texto 18

«A filosofia é eterna como o pensamento humano: mas, porque é eterna como ele, é que é como ele continuamente instável e flutuante, suscetível de progresso e sujeita ao retrocesso [...]. Sempre igual a si mesma, no fundo, mas num fundo envolto, inconsciente e quase impenetrável, é continuamente diversa de si mesma nas suas manifestações [...].

Iludem-se então os que procuram a verdade na filosofia? Sim e não. Iludem-se, por certo, se procuram na filosofia a verdade total e definitiva, a fórmula completa, nítida e inalterável da lei suprema das coisas [...]. Saber tudo equivaleria a nada saber. Uma filosofia definitiva, feita e assente uma vez para todo o sempre, implicaria a imobilidade do pensamento humano: o absoluto anestesiá-lo-ia [...].

[A verdade filosófica] não é o absoluto, mas participa da natureza do absoluto e tem em si, como diz o poeta, *parte alguma de infinito*. [...]

O que é então a filosofia? É a equação do pensamento e da realidade, numa dada fase do desenvolvimento daquele e num dado período do conhecimento desta: o equilíbrio momentâneo entre a reflexão e a experiência [...].

É por isso que a cada período histórico corresponde a sua filosofia.»

Quental, Antero de. *Tendências Gerais da Filosofia na Segunda Metade do Século XIX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, pp. 53-54.

Análise e interpretação

- 1 O que é que implicaria uma filosofia definitiva?

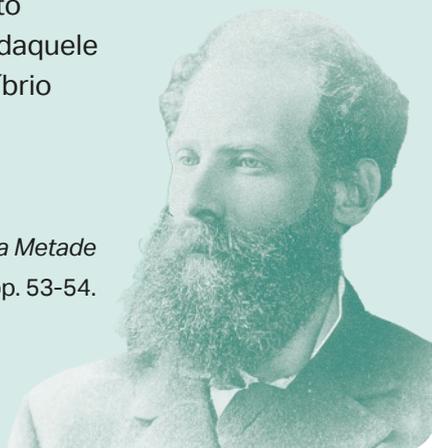


Fig. 35 Antero de Quental.



Áudios
O que é a filosofia?

O que é a filosofia?
(Descartes)



EVStory
O que é a filosofia?



Apresentamos agora um quadro que nos mostra, a partir de expressões do texto, **o carácter simultaneamente universal e histórico do saber filosófico**.

Universalidade do saber filosófico	Historicidade do saber filosófico
«A filosofia é eterna como o pensamento humano.»	A Filosofia é «suscetível de progresso e sujeita ao retrocesso».
A Filosofia é «sempre igual a si mesma, no fundo.»	A Filosofia é «continuamente diversa de si mesma nas suas manifestações».
A verdade filosófica «participa da natureza do absoluto.»	A verdade filosófica «não é o absoluto. [...] A cada período histórico corresponde a sua filosofia».

A filosofia que vamos estudar é o resultado do trabalho de inúmeros pensadores. Por isso, podemos agora colocar a questão de saber quando, onde e em que circunstâncias surgiu a filosofia ocidental. A filosofia ocidental nasceu na **Grécia**, mais propriamente em Mileto, uma colónia grega da Ásia Menor, no século VI a. C.

Foi por essa altura que filósofos como **Tales, Anaximandro e Anaxímenes** sentiram a necessidade de substituir as perspetivas fornecidas pelo **mito** (no qual se baseava a cultura dessa época) por explicações com fundamentos racionais, isto é, baseadas na **razão** e na **experiência**.

Naturalmente, não podemos estudar aqui todos os filósofos, nem sequer superficialmente. Ainda assim, apresentamos, como informação complementar, dada a importância da **filosofia grega** na história do pensamento ocidental, um quadro cronológico com os principais filósofos e as mais relevantes correntes filosóficas da Grécia Antiga (da filosofia pré-socrática ao período helenístico).



Fig. 36 Representação de um filósofo grego a pensar.

Quadro cronológico dos principais filósofos e das correntes filosóficas da Grécia Antiga (até ao período helenístico)

I. Filosofia pré-socrática

(século VI e primeira metade do século V a. C.)

1. Filósofos de Mileto

- Tales (c. 624-546 a. C.)
- Anaximandro (c. 610-547 a. C.)
- Anaxímenes (c. 588-524 a. C.)

2. Pitagorismo antigo

- Pitágoras (c. 532 a. C.)
- Alcmeón de Crotona (c. 500 a. C.)

3. Heraclito

(c. 504/501 a. C.)

4. Xenófanes

(c. 570-470 a. C.)

5. Filósofos eleatas

- Parménides (c. 470 a. C.)
- Zenão de Eleia (c. 490-430 a. C.)
- Melisso de Samos (c. 444/441 a. C.)

6. Pluralistas

- Empédocles (c. 483-430 a. C.)
- Anaxágoras (c. 499-428 a. C.)
- Leucipo (c. 450 a. C.)
- Demócrito (c. 460-370 a. C.)

II. Os sofistas e Sócrates

(segunda metade do século V a. C.)

- Protágoras (c. 490-410 a. C.)
- Górgias (c. 480-380 a. C.)
- Sócrates (469-399 a. C.)

III. Platão e Aristóteles

(século IV a. C.)

- Platão (427-347 a. C.)
- Aristóteles (384-322 a. C.)

IV. Período helenístico

(final do século IV a. C. até ao século I a. C.)

- Estoicismo – Zenão de Cítio (c. 335-264 a. C.)
- Epicurismo – Epicuro de Samos (c. 341-270 a. C.)
- Ceticismo – Pirro de Élis (c. 360-270 a. C.)

Nota: nos casos em que figura apenas uma data, esta refere-se ao que os antigos chamavam "acmé", isto é, a maturidade (aproximadamente aos quarenta anos).

Fonte: Cordón, Juan; Martínez, Tomas. *História da Filosofia*. Lisboa: Edições 70, vol. I, 1990, p. 30.



Atividade
Friso cronológico - Filosofia antiga

Vídeo
A Escola de Atenas



Atividades

- 1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
 - A. Foram as ciências que deram origem à Filosofia.
 - B. O filósofo, sendo autónomo ao pensar, não recebe influências de ninguém.
 - C. A filosofia ocidental nasceu na Grécia.
 - D. O pensamento filosófico é sempre igual, ao longo da história.
 - E. Os primeiros filósofos apresentaram explicações com fundamentos racionais, procurando substituir as explicações míticas.
- 2 Mostra em que medida, apesar de ser universal, o saber filosófico é também histórico.
- 3 Consulta a tabela da página 46 e investiga as principais ideias desses filósofos e dessas correntes filosóficas. Trabalha uma ideia ou uma corrente filosófica mencionada, para depois a partilhares com os teus colegas.



Fig. 37 A Escola de Atenas, pintado por Rafael, em 1509-1511.

Síntese

“O que é a Filosofia?” é uma **pergunta filosófica**. Não existe uma definição consensual de “filosofia”, mas, etimologicamente, esta significa “**amor à sabedoria**”. A origem do filosofar pode encontrar-se, segundo Karl Jaspers, no **espanto**, na **dúvida**, na **consciência das situações-limite** e na **vontade de autêntica comunicação**. A **filosofia espontânea** (presente na sabedoria comum) distingue-se da **filosofia sistemática** (académica ou profissional).

Os **problemas filosóficos** são enunciados na forma de **questões filosóficas**. Estas – que surgem em domínios como a ética, a filosofia social e política, a filosofia da religião, a lógica, a estética, a filosofia do conhecimento, a metafísica e a axiologia – são relativas às nossas **crenças fundamentais**, geram **controvérsia e discussão** crítica de ideias, dizem respeito e **interessam a toda a humanidade e não são resolvidas nem matematicamente, nem experimentalmente**.

O **objeto da Filosofia** corresponde ao **real como um todo**. Os problemas filosóficos são inseparáveis da questão: “O que é o ser humano?”. A Filosofia possui uma **dimensão teórica** – ao procurar responder a problemas fundamentais acerca da realidade, dos valores e do conhecimento – e uma **dimensão prática** – tentando orientar-nos no mundo e intervindo também ao nível social e político.

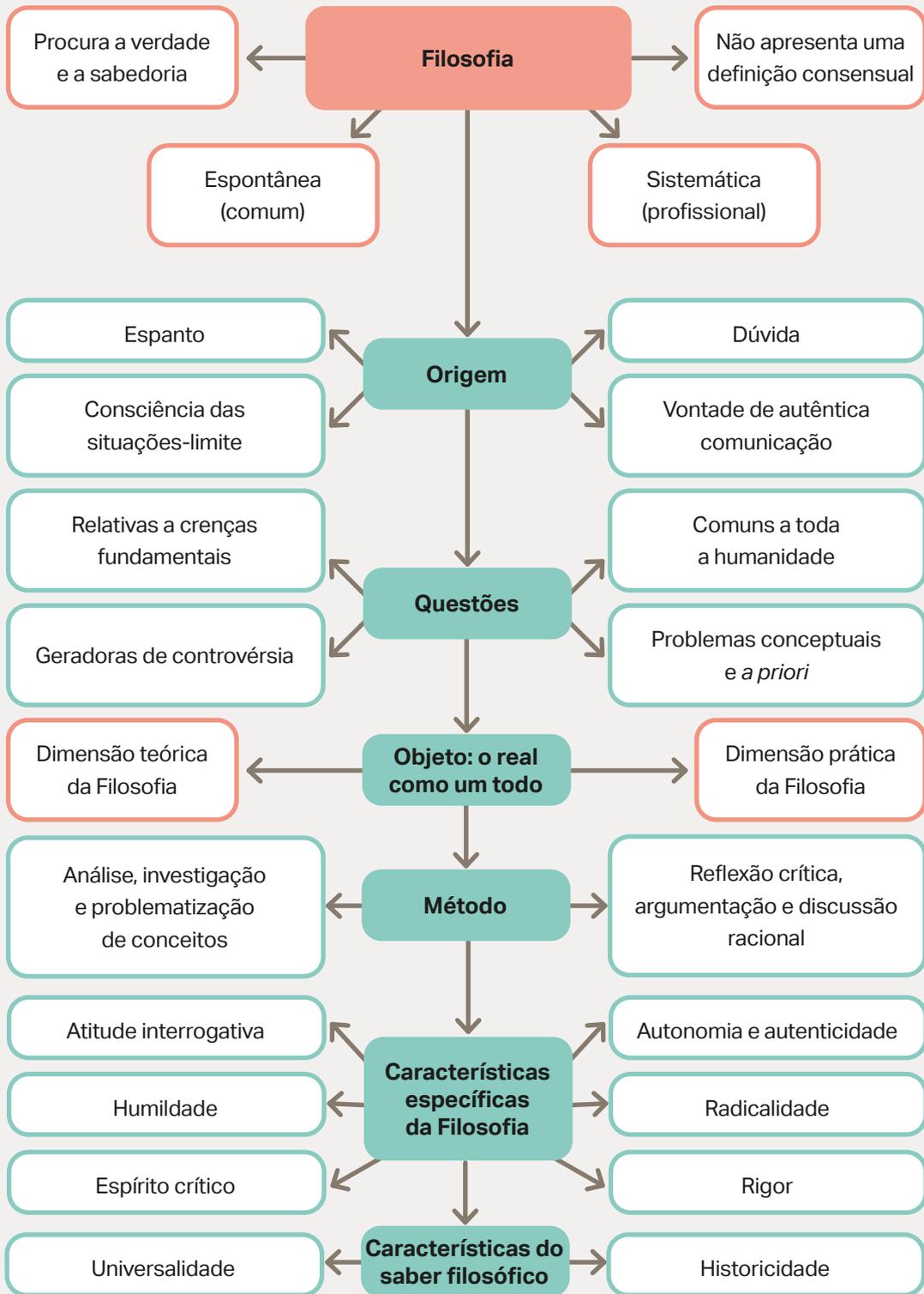
A Filosofia diferencia-se das ciências empíricas, porque não se baseia na observação nem no método experimental, mas sim no pensamento e na reflexão – lida com **problemas conceptuais (a priori)**. **Distingue-se da Matemática**, por não usar **cálculos** nem **métodos formais de prova**. O **método da Filosofia** consiste na **reflexão crítica**, na **análise, investigação e problematização de conceitos** e na **argumentação e discussão racional**.

São **características específicas da Filosofia** a **atitude interrogativa** (lida com questões fundamentais), a **radicalidade** (vai à raiz dos problemas e é antidogmática), a **humildade** (presente, por exemplo, na doura ignorância), o **espírito crítico** (uso da dúvida, da curiosidade e da discussão), o **rigor** (conceptual e argumentativo), a **autonomia** (liberdade de pensar por si mesmo) e a **autenticidade** (ser genuíno e fiel a si mesmo).

Duas **características do saber filosófico** são a **universalidade** (problemas universais, fundamentais, comuns a toda a humanidade, e tentativa de compreensão do real na sua totalidade) e a **historicidade** (a Filosofia desenvolve-se, intervindo, ao longo da história, e o filósofo está situado no tempo e numa determinada cultura).

A **filosofia ocidental** nasceu na **Grécia**, no século VI a. C. A **filosofia grega** teve grande importância para a história do pensamento ocidental, destacando-se filósofos como **Sócrates, Platão e Aristóteles**.

Esquema-síntese



Ficha de trabalho

Grupo I

1 Para cada um dos itens seguintes, seleciona a única opção correta.

1.1. Qual destas opções traduz uma questão filosófica?

- A. "Em que dia começam as férias?"
- B. "Em que país nasceu Aristóteles?"
- C. "O que pensava Descartes acerca de Deus?"
- D. "Será que temos livre-arbítrio?"

1.2. Na origem do filosofar não se encontra

- A. o espanto.
- B. a dúvida.
- C. o medo de pensar.
- D. a vontade de autêntica comunicação.

1.3. A tomada de consciência das situações-limite pode estar na origem do filosofar, porque essas situações

- A. são facilmente ultrapassáveis.
- B. revelam a nossa fragilidade.
- C. provam que somos imortais.
- D. implicam a existência de Deus.

1.4. A filosofia sistemática

- A. carece de rigor lógico.
- B. não se faz com base em argumentos.
- C. é típica dos filósofos profissionais.
- D. resolve todos os problemas.

1.5. "O que é a realidade?" constitui uma questão

- A. ética.
- B. metafísica.
- C. lógica.
- D. estética.

1.6. O objeto da Filosofia é o

- A. mundo dos seres vivos.
- B. universo dos seres espirituais.
- C. irreal e as fantasias humanas.
- D. real na sua totalidade.

1.7. A Filosofia é uma disciplina

- A. *a priori*.
- B. *a posteriori*.
- C. experimental.
- D. empírica.

Grupo II

- 1** Estabelece a correspondência entre os elementos da coluna A e as afirmações da coluna B. Algumas afirmações podem ser comuns a mais do que um elemento.

Coluna A	Coluna B
A. Filosofia	<input type="checkbox"/> 1. Lida com problemas independentes da experiência.
	<input type="checkbox"/> 2. Utiliza o método experimental.
	<input type="checkbox"/> 3. Lida com problemas <i>a priori</i> .
B. Ciência(s) empírica(s)	<input type="checkbox"/> 4. Recorre à reflexão crítica e à argumentação racional.
	<input type="checkbox"/> 5. Usa cálculos e métodos formais de prova.
	<input type="checkbox"/> 6. Baseia-se na observação e na medição empírica.
	<input type="checkbox"/> 7. Não depende da observação empírica.
C. Matemática	<input type="checkbox"/> 8. Analisa conceitos e assenta na argumentação racional.
	<input type="checkbox"/> 9. Foca-se nas nossas crenças fundamentais.

- 2** Lê o texto que se segue.

«A grande maioria das palavras que compõem as diversas línguas do mundo são termos gerais, e isso não sucedeu por negligência ou acaso, mas por razão e necessidade.

Primeiramente, *é impossível que cada coisa particular possa ter um nome peculiar e distinto*. [...] Jamais os homens tentaram dar nomes a cada uma das ovelhas de que se compõe um rebanho, ou a cada corvo que voa sobre as suas cabeças. [...]

Em segundo lugar, se tal se pudesse fazer, seria, ainda assim, inútil, porque não serviria, em nada, o principal objetivo da linguagem. Em vão os homens empilhariam nomes de coisas particulares, porque isso não teria qualquer utilidade para a intercomunicação dos seus pensamentos. [...]

Mas, em terceiro lugar, supondo mesmo que isso se podia fazer (o que eu não creio), um nome distinto para cada coisa particular pouca utilidade teria para alargar o nosso conhecimento, que [...] se estende a pontos de vista gerais.»

Locke, John. *Ensaio sobre o Entendimento Humano*, vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, pp. 553-555.

2.1. Identifica a tese principal.

2.2. Evidencia os argumentos usados para a defender.

- 3** Mostra em que medida a autonomia e a autenticidade são próprias da Filosofia.
- 4** Porque é que se pode dizer que a Filosofia tem uma vocação para a universalidade?
- 5** O que significa afirmar que o filósofo é um ser situado no tempo?
- 6** Quem foram e com que se preocupavam os primeiros filósofos ocidentais?





Unidade antropológica

- 2.1. O que é o Homem? – dimensões física e espiritual
- 2.2. O Homem como ser em construção
- 2.3. O Homem como ser circunstancial
- 2.4. O Homem como ser cultural: a noção de cultura
- 2.5. O Homem como produto e produtor de cultura
- 2.6. A diversidade cultural no mundo
- 2.7. O Homem como ser intersubjetivo
- 2.8. Dimensão simbólica: linguagem e pensamento
- 2.9. Função argumentativa – persuasão e refutação

Objetivos de aprendizagens

- Explica o conceito de Homem na sua dimensão física e espiritual.
- Compreende o Homem enquanto ser em construção.
- Esclarece a ideia de Homem enquanto ser circunstancial.
- Define o conceito de cultura.
- Deduz a dimensão cultural do Homem e compreende porque ele é produto e produtor de cultura.
- Analisa a pluralidade cultural existente no mundo.
- Adota uma atitude de tolerância perante a diversidade cultural e valoriza a inclusão social.
- Explica a dimensão intersubjetiva do Homem.
- Reconhece a centralidade do Homem como ser social e intersubjetivo.
- Vê o outro enquanto sujeito de direitos e não enquanto mero objeto.
- Relaciona linguagem e pensamento.
- Compreende a função argumentativa, a função persuasiva e a função refutativa do discurso.
- Distingue persuasão de refutação.

É importante refletir sobre a **natureza humana**. Por um lado, porque é justamente o **Homem (ser humano)** quem coloca a questão acerca da realidade do mundo e de si mesmo. Por outro, porque só efetuando um questionamento sobre si mesmo, no sentido de se tentar compreender, é que o ser humano está em condições de compreender o mundo que o rodeia.

Como exercício inicial, vamos refletir sobre uma experiência mental.

Texto 1

«Suponha que um raio atinge uma árvore morta num pântano; eu estou parado nas proximidades. O meu corpo é reduzido aos seus elementos, enquanto, inteiramente por coincidência (e a partir de moléculas diferentes), a árvore se transforma na minha réplica física. A minha réplica, o homem do pântano, move-se exatamente como eu me movia; de acordo com sua natureza, ela sai do pântano, encontra e parece reconhecer os meus amigos, e parece devolver os seus cumprimentos em inglês. Ela entra na minha casa e parece escrever artigos sobre interpretação radical. Ninguém consegue perceber a diferença.»

Davidson, Donald. "Knowing One's Own Mind".
In *Proceedings and Addresses of the American
Philosophical Association*, 60(3). Trad. José
Ferreira Borges, 1987, p. 443.



Fig. 1 Donald Davidson (1917-2003).

O texto suscita-nos, desde logo, algumas questões:

- A réplica formada a partir da árvore coincide com a pessoa que foi desintegrada pelo raio?
- Este homem do pântano tem os mesmos pensamentos, sentimentos e atitudes do seu original?
- Será que uma réplica de mim, uma cópia possuidora do mesmo cérebro e das mesmas estruturas biológicas, pensará como eu?
- Será que o homem do pântano tem consciência?

Estas questões remetem-nos para o problema de saber o que é a **mente humana** e em que medida ela influencia a **identidade pessoal**.

Davidson responde negativamente a todas as questões colocadas. A sua perspectiva é a de que o homem do pântano nunca poderia reconhecer aquilo que fazia parte da vida da pessoa original. Também se pode dizer que as palavras dessa réplica não teriam qualquer significado, porque a mente é mais do que a mera soma de elementos físicos ou o resultado da combinação de partículas materiais que constituem o cérebro. **A mente é influenciada pelas vivências e experiências passadas**, pela história individual. Por isso, o homem do pântano nunca poderia ter a identidade do homem desintegrado. É essa a ideia expressa no texto que se segue (que surge na continuidade do anterior).

Texto 2

«Mas há uma diferença. A minha réplica não consegue reconhecer os meus amigos; ela não consegue reconhecer nada, já que nunca conheceu nada em primeiro lugar. Ela não consegue saber os nomes dos meus amigos (embora, claro, pareça que sabe); não consegue lembrar-se da minha casa. Ela não pode significar o que eu signifique com a palavra "casa", por exemplo, porque o som "casa" que ela [a minha réplica ou o homem do pântano] emite não foi aprendido num contexto que lhe desse o significado correto – ou qualquer significado. Na verdade, não vejo como se pode dizer que a minha réplica significa algo com os sons que emite, nem que tenha quaisquer pensamentos.»

Davidson, Donald. "Knowing One's Own Mind". In *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*, 60(3). Trad. José Ferreira Borges, 1987, p. 444.

A argumentação de Davidson pode ser estendida a gémeos verdadeiros ou a possíveis clones humanos, os quais teriam identidades diferentes, embora pudessem ser geneticamente iguais.

Estas questões levam-nos a perceber a importância de efetuarmos uma **abordagem antropológica**. Daí podemos derivar uma série de questões:

- "O que é o Homem?";
- "Teremos uma alma imortal ou será que nos reduzimos a um corpo físico?";
- "Seremos seres completos ou seres em construção?";
- "Que relação existe entre o ser humano e a sua circunstância?";
- "O que significa dizer que somos seres culturais?";
- "Qual é a importância da relação do eu com os outros?";
- "Em que sentido o ser humano é um animal simbólico?"

São estas algumas das perguntas a que tentaremos dar resposta nas páginas seguintes.



Áudio
Homem do Pântano



Vídeo
Homem do Pântano



Nesta unidade, estudaremos os seguintes tópicos:

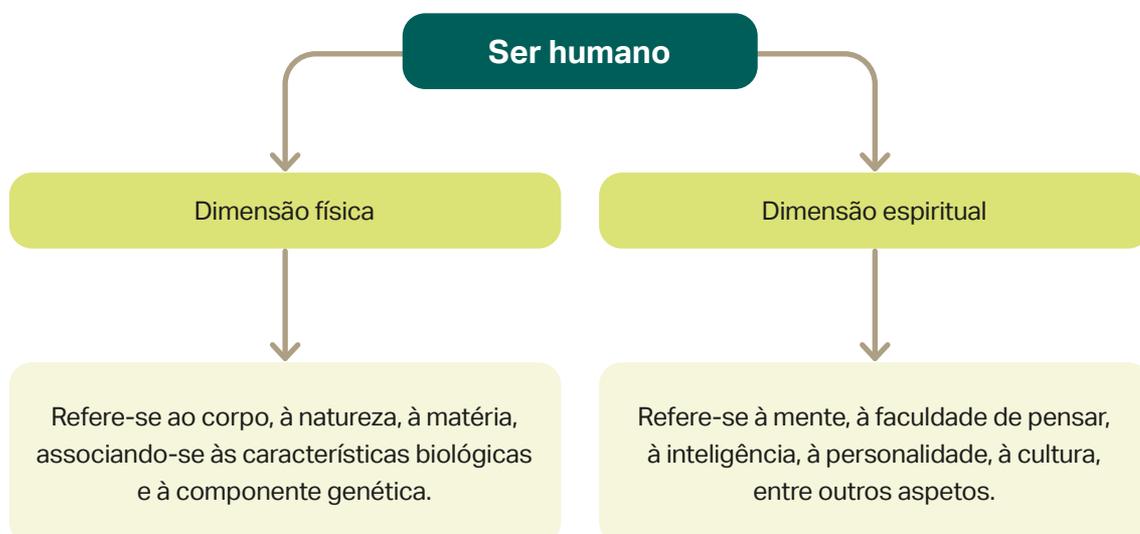
- as **dimensões física e espiritual** do ser humano;
- o seu carácter de **projeto**, enquanto **ser em construção**;
- a sua vertente **circunstancial**;
- a sua **dimensão cultural**, que o torna **produto e produtor de cultura**;
- a **diversidade cultural** no mundo;
- a **dimensão intersubjetiva** do ser humano;
- a **dimensão simbólica** em que vivemos, que nos levará às relações entre **linguagem e pensamento**;
- a **função argumentativa do discurso**, associada à **persuasão** e à **refutação**.

2.1. O que é o Homem? – dimensões física e espiritual

Vamos agora procurar compreender a **realidade humana**, tendo em conta a **dimensão física** e a **dimensão espiritual**. Um conceito importante, que procuraremos esclarecer, é o conceito de “**pessoa**”. Discutiremos também, de forma bastante resumida, o problema da **imortalidade da alma**, um problema filosófico relevante para entender o ser humano.

2.1.1. O conceito de “pessoa”

Quando perspetivamos o **Homem (ou ser humano) como totalidade**, é usual considerarmos que existem nele **duas dimensões**, correspondentes ao **corpo** e à **mente**, à **matéria** e ao **espírito**, ao **físico** e ao **mental (ou psíquico)**.



Apesar de efetuarmos esta divisão, nota-se que estas duas dimensões não se encontram separadas. Alguns filósofos, como **Emmanuel Mounier** (1905-1950), defendem, inclusive, que o **ser humano é totalmente corpo e totalmente espírito**, ou seja, é simultaneamente corpo e espírito, uma ideia que sublinha a interação e a conexão entre estas duas dimensões da realidade humana. O **sujeito humano** constitui, assim, uma **unidade organizada e estruturada** de todos os aspetos que o caracterizam.

Texto 3

«Os espiritualismos modernos dividem o mundo e o homem em duas séries independentes, material e espiritual. Ora aceitam como um facto bruto a independência das duas séries (paralelismo psicofisiológico), abandonando a matéria às suas fatalidades, contanto que preservem o direito de legislar absolutamente no reino do espírito: a junção dos dois mundos fica então por explicar. Ora recusam toda a realidade ao mundo material até dele fazerem apenas uma aparência do espírito: a importância desta aparência é do domínio do paradoxo.

Este esquema é estilhaçado à partida pelo realismo personalista.

A pessoa imerge na natureza. – O homem é, com igual direito, corpo e espírito, todo ele “corpo” e todo ele “espírito”.»

Mounier, Emmanuel. *O Personalismo*.

Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2010, p. 23.

Análise e interpretação

- 1 Porque é que, na ótica de Emmanuel Mounier, os «espiritualismos modernos» não permitem compreender adequadamente a realidade humana?

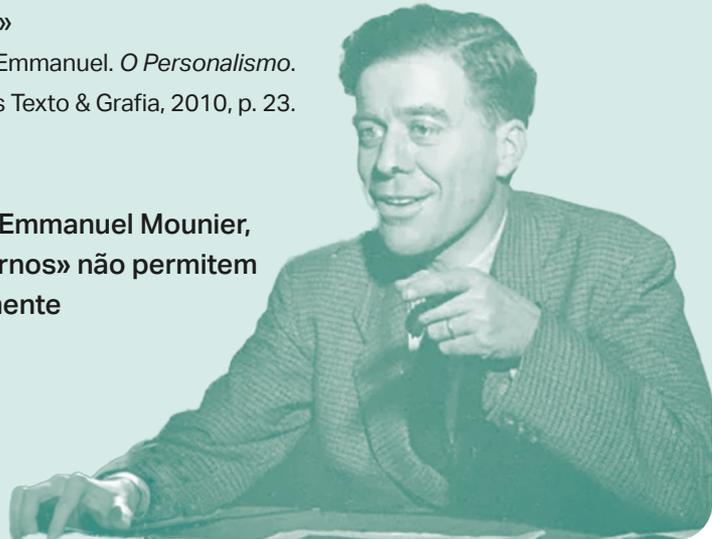


Fig. 2 Emmanuel Mounier.

O conceito de “**pessoa**” permite pensar na realidade humana de um modo que **supera esse dualismo entre corpo e espírito**. A pessoa é, simultaneamente, corpo e espírito, uma síntese complexa e estruturada das suas múltiplas dimensões.

Contudo, o que podemos entender por “pessoa”? Quais são as características que definem a pessoa? O que significa “ser pessoa”? Ainda que o conceito de “pessoa” possa ser encarado sob diferentes perspetivas filosóficas, apresentamos aqui uma possível caracterização, a partir dos principais aspetos que permitem definir “pessoa”.



As duas últimas características da pessoa (**abertura** e **projeto**) serão desenvolvidas mais adiante.

Relativamente às outras características, podemos dizer que cada pessoa é **singular**, já que é diferente das demais. A totalidade das suas características particulares – físicas, mentais, emocionais, psicológicas, morais e espirituais – dá-lhe um sentido de **unidade, identidade, mesmidade, permanência** e **continuidade** que se resume num “eu” concreto.

Sendo um “eu”, a pessoa volta-se para dentro, tendo **consciência de si mesma**. Este voltar-se para dentro para se encontrar consigo mesma corresponde a uma atividade introspectiva e cognitiva fundamental. Este sentido de interioridade atinge o seu grau máximo quando o “eu” assume o propósito de se autoconhecer e de se aperfeiçoar.

Ser pessoa é também **comprometer-se**. A identidade de cada pessoa é feita dos compromissos que esta assume nas relações com o mundo, com os outros e consigo própria. Ao comprometer-se, a pessoa mostra **autonomia**, autoafirma-se, auto-determina-se, assume a sua liberdade e a sua responsabilidade, deixando a sua marca no mundo.



Fig. 4 As nossas características particulares permitem que nos distingamos uns dos outros.

Comparada com as coisas materiais, a pessoa encontra-se num grau superior, pois não se subordina a essas coisas. A pessoa possui, portanto, **dignidade**. Além disso, a pessoa vale por si mesma, não é um mero instrumento.

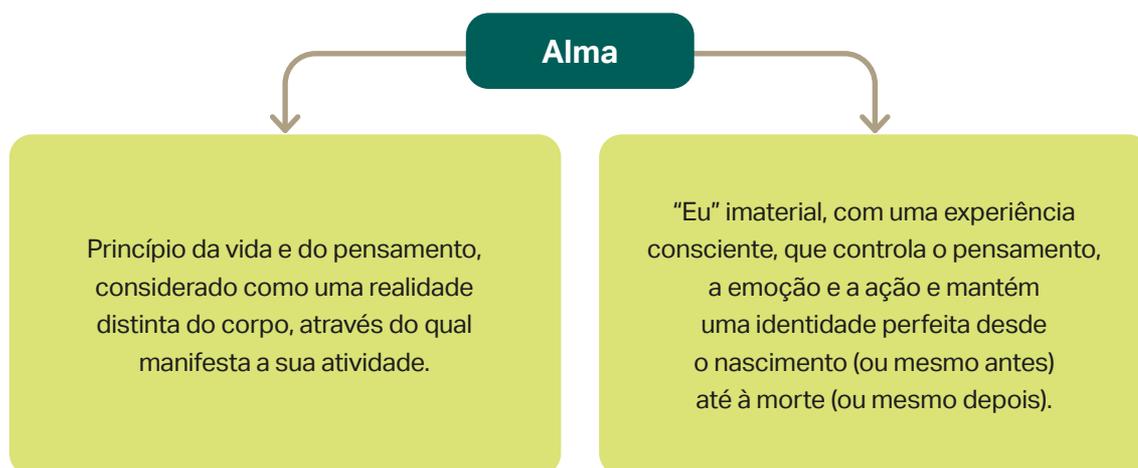
Atividades

- 1 Começa por fazer o teu autorretrato. Regista, no caderno diário, as características pessoais que avalias como positivas (boas) e as que avalias como negativas (más). Revela algumas delas aos teus colegas e verifica se concordam com a tua avaliação.
- 2 Indica, para cada enunciado, a característica da pessoa que lhe corresponde.

A. Nenhum ser humano é uma ilha.	
B. Tu és único e especial!	
C. Cada um é responsável pelo que faz.	
D. Estuda para seres alguém!	
E. Sinto-me estranho.	
F. Uma pessoa não tem preço.	

2.1.2. Será que temos uma alma imortal?

Vários filósofos consideram que o **sujeito humano** é constituído por um **corpo material** e por uma **alma espiritual**. A pessoa é, assim, determinada pela **alma**, que é a causa de toda a sua atividade psíquica. Como podemos, então, definir "alma"?



O problema relativo à questão de saber se temos ou não uma alma imortal foi debatido por diversos filósofos. Um dos defensores mais importantes da imortalidade da alma foi **Platão**.

Segundo Platão, a pessoa é, sobretudo, uma **alma**, e esta é uma **substância imaterial, de carácter espiritual**. Um dos seus argumentos em defesa da imortalidade é o da **simplicidade da alma**, que pode resumir-se do seguinte modo:

- Só se pode destruir uma coisa pela separação das suas partes.
- Ora, a alma não tem partes.
- Logo, a alma não pode ser destruída.

Platão apresentou este e outros argumentos na obra intitulada *Fédon*. Na sua opinião, quando ocorre a morte, **a alma separa-se do corpo** (o seu cárcere terreno) e continua a viver.



Fig. 5 Representação da separação da alma do corpo.

Texto 4

«– Aquilo que sempre permanece o mesmo e se comporta dum modo idêntico não será, de sua natureza, isento de composição? As coisas, porém, que são agora duma maneira e logo doutra e nunca se comportam de um modo igual, não serão, ao contrário, compostas?

– Assim me parece. [...]

– Olha agora, Cebes, prosseguiu Sócrates, se de tudo quanto dissemos se pode concluir que a alma tem grande semelhança com o divino, imortal, inteligível, uniforme, indissolúvel e com o que permanece sempre o mesmo e se comporta da mesma maneira; ao passo que o corpo é em extremo semelhante ao humano, mortal, não inteligível, multiforme, dissolúvel e ao que nunca se comporta do mesmo modo. Poderemos, meu caro Cebes, alegar alguma razão contra isso e dizer que não é assim?

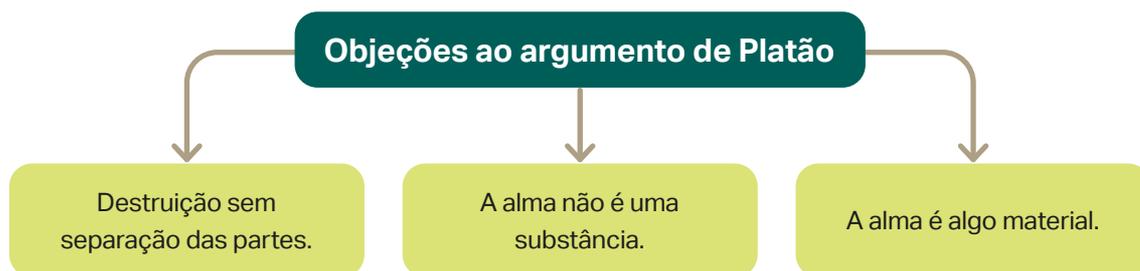
– Não podemos.»

Platão. *Fédon*. Porto: Porto Editora, 1995, pp. 53-54 e 56.

Análise e interpretação

1 A que se assemelha a alma, segundo Platão? E o corpo?

O argumento da simplicidade da alma está sujeito a algumas objeções.



Em primeiro lugar, é discutível que só se possa destruir algo separando as suas partes. Isso apenas poderá ser considerado verdadeiro quando aplicado a **coisas materiais**. Portanto, apenas será legítimo concluir que a alma não é uma coisa material, não propriamente que é indestrutível.

Pode também **rejeitar-se a ideia de que a alma (ou mente) é uma substância** e defender-se que é **uma série particular de acontecimentos mentais ou experiências**, ligados entre si de diversas formas. Esta perspetiva chama-se **teoria do feixe**.

Em terceiro lugar, é discutível o pressuposto de que a alma é algo imaterial. Admitindo-se uma **perspetiva materialista**, segundo a qual só as coisas físicas são reais, a alma não passa de algo material, associado ao corpo, e que perderá a consciência após a morte.

Bertrand Russell, por exemplo, defende a ideia de que **a vida mental e espiritual depende de processos associados ao cérebro e à energia organizada do corpo**.

Texto 5

«As pessoas fazem parte do mundo quotidiano, do qual se ocupa a ciência, e as condições que determinam a sua existência podem ser descobertas. Uma gota de água não é imortal; pode ser dividida em oxigénio e hidrogénio. Se, portanto, uma gota de água afirmasse possuir uma qualidade aquosa que sobreviveria à sua dissolução, tenderíamos para o ceticismo. Do mesmo modo, sabemos que o cérebro não é imortal, e que a energia organizada de um corpo vivo é, por assim dizer, desmobilizada com a morte, ficando, pois, indisponível para a ação coletiva. Todos os indícios tendem a mostrar que aquilo que consideramos a nossa vida mental está ligado à estrutura do cérebro e à energia corporal organizada. Por conseguinte, é racional supor que a vida mental cessa quando cessa a vida do corpo. Trata-se apenas de um argumento de probabilidade, mas é tão forte como aqueles em que se apoiam as conclusões científicas em geral.»

Russell, Bertrand. *Why I Am Not a Christian*. Trad. José Ferreira Borges, Nova Iorque: Simon and Schuster, 1962, p. 51.

Análise e interpretação

- 1 Sintetiza o argumento científico contra a ideia da imortalidade pessoal, presente no texto.

Sabe-se que certos danos e algumas lesões cerebrais implicam a alteração e até a cessação de processos mentais como memórias, emoções e perceções. Por exemplo, lesões no hipocampo podem impedir o desenvolvimento de novas memórias. Sendo assim, parece razoável concluir que, com a cessação, no momento da morte, do funcionamento cerebral e da vida do corpo, também a consciência e a vida mental terminam.

Este argumento reduz, assim, a dimensão espiritual e as várias experiências da pessoa a determinados **modos de funcionamento do corpo e do cérebro**, negando a existência de uma alma imortal.



Fig. 6 Se cessar o funcionamento do cérebro, será que a consciência também cessa?

Atividades

- 1 Porque é que a teoria do feixe constitui uma objeção à tese da imortalidade da alma?
- 2 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
 - A. Segundo Platão, o corpo é o cárcere da alma.
 - B. Segundo Platão, a alma é feita de matéria.
 - C. Segundo Bertrand Russell, temos uma alma imortal.
 - D. Segundo Bertrand Russell, a vida mental depende de processos cerebrais e corpóreos.
 - E. Platão defendeu a teoria do feixe.
- 3 Atenta nas duas teses seguintes:
 - A. Temos uma alma imortal.
 - B. Não temos uma alma imortal.

3.1. Com qual destas teses concordas? Argumenta a favor dessa tese.

2.2. O Homem como ser em construção

A pessoa não é um produto acabado, mas sim um **processo dinâmico** à procura da **sua própria realização**. Neste sentido, diz-se que a pessoa é um ser em construção, um **projeto**. Este carácter projetivo está ligado ao anseio constante por algo diferente – isso faz parte da condição humana.

Texto 6

«Desejo de “outra coisa”. Não só mais do que ele é, tem e faz, também o ser humano apetece algo cada dia distinto do que era, tinha e fazia até então; quer, em suma, “outra coisa”. [...] A constante aspiração à novidade tem sido vista como uma das notas mais essenciais da condição humana. No animal, a pauta da conduta específica permanece invariável enquanto a espécie sobrevive; salvo ligeiras variações situacionais, o rouxinol atual canta como cantou o primeiro dos rouxinóis [...]; o homem, pelo contrário, século após século é diferente do que até então tinha sido. Não só por obra do seu essencial desejo de novidade, desde logo, mas também por causa dele, o género humano passou em três milhões de anos do nível rudimentar do *Homo habilis* até àquele que intelectual, técnica e esteticamente alcançaram os grupos superiores do *Homo sapiens sapiens*.

O animal não pergunta, nem se pergunta; o homem pergunta-se, pergunta, e até ao fim dos tempos continuará perguntando-se e perguntando, isto é, buscando e às vezes conseguindo novidade. Tal é o primeiro motor dessa peculiar característica do género humano a que chamamos história.»

Entralgo, Pedro Laín. *El cuerpo humano. Teoría actual*. Trad. José Ferreira Borges, Madrid: Espasa-Calpe, 1989, pp. 227-228.

Análise e interpretação

- 1 Que diferença entre o ser humano e o animal é salientada por Pedro Laín Entralgo?



Fig. 7 Pedro Laín Entralgo (1908-2001).

O **ser humano** é, portanto, um **animal inquieto**. Esta inquietação está na base do seu desejo de “ser mais” e de “ser outra coisa”. Justamente por isso, o ser humano é um **agente criador**, cria diversas coisas, tanto ao nível material como espiritual.



Sendo criador de tão diversas coisas, o ser humano, de certo modo, inventa-se a si mesmo. Ele é um **projeto subjetivo**, um **processo aberto**: aberto ao mundo e aos outros, a novas possibilidades de ser, de se concretizar e de se autodeterminar.

Texto 7

«O homem, tal como o concebe o existencialista, se não é definível, é porque primeiramente não é nada. Só depois será alguma coisa e tal como a si próprio se fizer. [...] O homem não é mais que o que ele se faz. Tal é o primeiro princípio do existencialismo. [...] Mas que queremos dizer nós com isso, senão que o homem tem uma dignidade maior do que uma pedra ou uma mesa? Porque o que nós queremos dizer é que o homem primeiro existe, ou seja, que o homem antes de mais nada é o que se lança para um futuro, e o que é consciente de se projetar no futuro. O homem é antes de mais nada um projeto que se vive subjetivamente, em vez de ser um creme, qualquer coisa podre ou uma couve-flor; nada existe anteriormente a este projeto; nada há no céu inteligível, e o homem será antes de mais o que tiver projetado ser.»

Sartre, Jean-Paul. *O Existencialismo É Um Humanismo*.
Lisboa: Editorial Presença, 1962, pp. 182-183.

Análise e interpretação

- 1 Retira do texto as expressões que melhor descrevem o ser humano enquanto projeto.

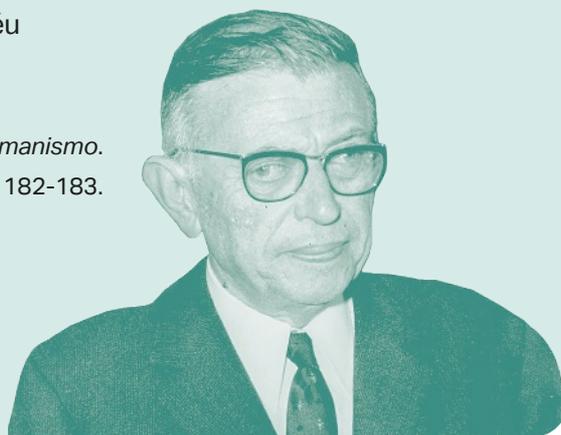


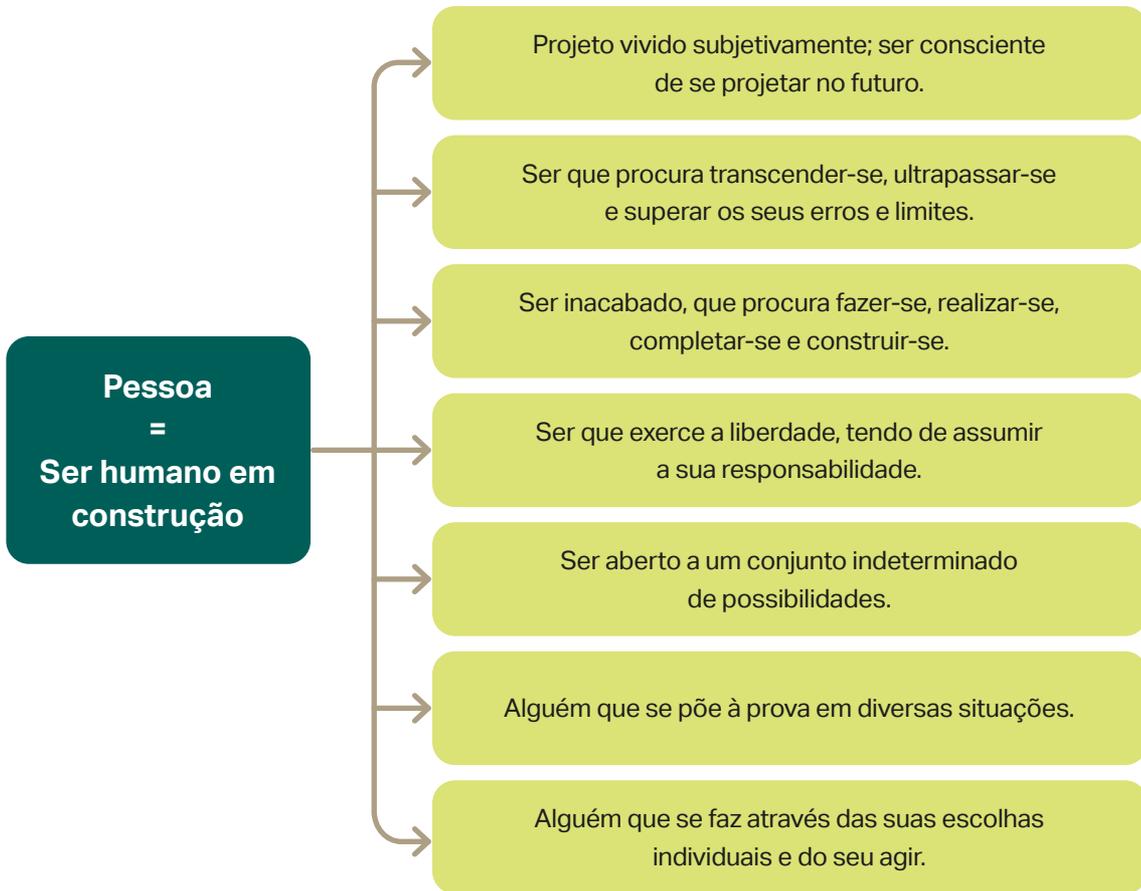
Fig. 8 Jean-Paul Sartre (1905-1980).



Fig. 9 A produção de objetos de barro reflete o carácter criador do ser humano.

Incompleto e finito, **o ser humano está sempre em construção**. Na abertura ao mundo e aos outros, a pessoa não perde o seu valor ou a sua dignidade. Pelo contrário, essa abertura significa a possibilidade de concretizar o seu modo de ser. Existir, no caso de cada pessoa, é **ir-se construindo, realizar-se, escolher um sentido para a existência**. O ser humano é, resumidamente, um **ser inacabado**, em busca de completude.

Os seguintes aspetos referem-se ao ser humano como um ser em construção.



Atividades

- 1 Relaciona a inquietação do ser humano com o facto de este ser um projeto ou um ser em construção.
- 2 Atenta nas seguintes teses:
 - A. Se a vida tem sentido, então esse sentido é criado pelo ser humano.
 - B. A vida tem sentido e esse sentido não é criado pelo ser humano.

2.1. Com qual destas teses concordas? Argumenta a favor dessa tese.

e Manual Digital

Vídeo
Pessoa e cultura



2.3. O Homem como ser circunstancial

A **circunstância** é tudo o que se encontra em torno do **"eu" individual**, tudo o que este encontra no seu horizonte de vida. Além disso, a circunstância só existe definida por esse centro que é o "eu", portanto, não é uma soma de coisas ou de objetos, mas define-se por uma perspectiva, ou seja, é sempre circunstância para alguém.

Texto 8

«Os dois conceitos de *eu* e de *circunstância* são [...] inseparáveis e correlativos; só fazem sentido em função recíproca um do outro, e essa mesma função é o que os constitui no seu ser respetivo. Isto é, toda a circunstância é "minha", "tua", etc., e inversamente, eu não tenho realidade senão numa circunstância. É por isso que Ortega pôde dizer em 1914: "Eu sou eu e a minha circunstância", frase em que o primeiro *eu* é o único real e concreto, enquanto o segundo é um ingrediente – como tal, abstrato, isto é, abstraído da sua circunstância concreta –, como a própria circunstância, da vida na sua efetiva concreção. [...] Circunstância é o nome que o mundo recebe quando é tomado de forma *real* e concreta, ou seja, numa perspectiva determinada, como *horizonte* de uma vida. [...] *Mundo* é sempre o mundo *de alguém*, aquela estrutura que consiste em o homem estar *aberto* às coisas, referido a elas. Dizer "mundo" é dizer "meu mundo", da mesma forma que dizer "eu" já implica um "mundo" ou circunstância. A existência do mundo não é um facto, nem nada que se agregue à existência do eu, mas *ser eu* significa *estar no mundo*, pois somente nele ocorre a constituição do *sujeito* como tal.»

Marías, Julián. *Introducción a la filosofía*.

Trad. José Ferreira Borges, Madrid: Revista de Occidente, 1947, pp. 235-236.

Análise e interpretação

- 1 Que relação existe entre os conceitos de "eu" e de "circunstância", segundo Julián Marías?
- 2 De acordo com Julián Marías, pode haver "mundo" sem "eu"? Justifica.

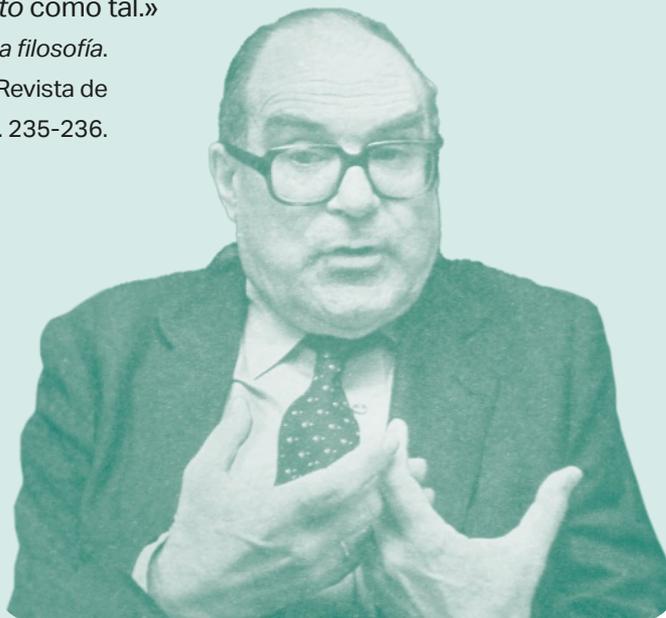


Fig. 10 Julián Marías (1914-2005).

Quando escreve «Eu sou eu e a minha circunstância», Ortega y Gasset pretende dizer que cada ser humano só se constitui como sujeito concreto com as suas circunstâncias. A circunstância é, neste sentido, aquilo que o sujeito vive.

A circunstância pode incluir muitos aspetos, entre os quais destacamos os seguintes:



Sendo um ser circunstancial, cada ser humano vive, inevitavelmente, numa **situação concreta** e constrói o seu mundo sob a influência de **fatores diversos**: socioculturais, biopsicológicos, económicos, religiosos, políticos, entre outros. Por essa razão, a existência individual está condicionada e até determinada de numerosas formas. Como veremos na unidade seguinte, **a ação humana é sempre condicionada**. Existem, aliás, **condicionantes físico-biológicas, psicológicas e histórico-culturais**.

Cada ser humano é, portanto, um **ser condicionado**, único e irrepetível. Cada um de nós vive uma **existência concreta**, aberta a diferentes possibilidades e sujeita a várias limitações.

Texto 9

«A nossa existência concreta está [...] condicionada e determinada de múltiplas formas. Foram-lhe dadas possibilidades, ao mesmo tempo que ficou sujeita a limitações.

Isto já é válido no que diz respeito à nossa vida somático-biológica, ligada a este mundo de coisas, submetida às suas leis físicas e químicas, que surgiu neste mundo fruto de um processo vital, e é regida por leis biológicas e psicológicas, como toda a forma de vida que existe no mundo. Assim, a nossa vida corporal está dependente do mundo como nosso espaço vital; está dependente das coisas do mundo que nos fornecem o alimento, vestuário e habitação, que nós apreendemos, usamos e manipulamos, a fim de podermos viver e subsistir como homens.

Com maior razão não pode o homem prescindir do co-mundo humano. O indivíduo nasce da comunidade e cresce nela de forma humana. Aprende a sua linguagem, adota os seus costumes e participa do seu espírito e da sua cultura. Tudo isto imprime um cunho decisivo na existência humana individual.»

Coreth, Emerich. *O Que É o Homem?*. Lisboa: Editorial Verbo, 1988, pp. 59-60.

Análise e interpretação

- 1 Quais são as duas dimensões, referidas por E. Coreth, que fornecem possibilidades e impõem limitações à nossa existência?

Atividades

- 1 Consulta, no esquema da página 69, os vários aspetos que a circunstância pode incluir e mostra, tendo em conta um, em que medida esse aspeto é essencial para compreender ou conhecer o "eu" individual.
- 2 Atenta nas duas teses seguintes:
 - A. O "eu" individual é inseparável da sua circunstância.
 - B. O "eu" individual não é inseparável da sua circunstância.

2.1. Com qual destas teses concordas? Argumenta a favor dessa tese.

2.4. O Homem como ser cultural: a noção de cultura

A **cultura** é um **fenómeno universal**, presente em todos os tempos e nas regiões do planeta habitadas pelo ser humano. Este possui, sem dúvida, uma **dimensão cultural**. Aliás, a cultura surge, desde logo, como a **ação** dos indivíduos em sociedade, sendo uma condição da sua **adaptação ao meio natural e social**.

Texto 10

«Quer consideremos uma cultura muito simples ou primitiva quer uma cultura extremamente complexa e desenvolvida, confrontámo-nos com um vasto dispositivo, em parte material e em parte espiritual, que possibilita ao homem fazer face aos problemas concretos e específicos que se lhe deparam.

O homem tem de satisfazer, em primeiro lugar, todas as necessidades do organismo; estabelecer planos e trabalhar para alimentar-se, aquecer-se, abrigar-se, vestir-se ou resistir ao frio, ao vento e ao clima; tem de proteger-se e organizar tal proteção contra inimigos exteriores e contra perigos físicos, provenientes de animais ou de outros seres humanos. Todos estes problemas primários foram resolvidos pelo homem criando artefactos e organizando grupos cooperantes e também desenvolvendo conhecimentos e o sentido do valor e da ética.»

Malinowski, Bronisław. *Uma Teoria Científica da Cultura e Outros Ensaios*.

Lisboa: Edições 70, 1997, pp. 37-38.

Análise e interpretação

- 1 Como é que, segundo Malinowski, o ser humano conseguiu resolver os seus problemas primários?

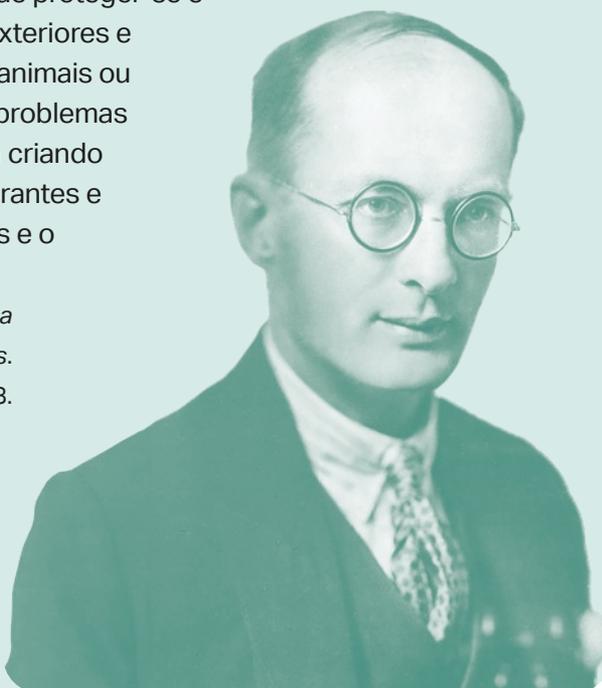


Fig. 11 Bronisław Malinowski (1884-1942).

O primeiro aspeto que devemos, pois, ter em consideração é que **a cultura constitui uma resposta do ser humano às suas necessidades básicas e mais imediatas**, ligadas à **sobrevivência**. Assim, para se compreender a **cultura**, convém lembrar que esta assenta sobre a **natureza**. Porque o ser humano participa, simultaneamente, em ambas, os seus atos naturais são atos culturais e vice-versa. A cultura surge também como possibilidade de aperfeiçoamento da própria dimensão natural dos seres humanos. O que é, então, a cultura?



A **herança cultural** define-nos a partir do grupo ou da sociedade a que pertencemos. Aquilo que cada ser humano é, a sua identidade, é inseparável da cultura. Por outras palavras, a **identidade individual** não pode conceber-se sem se ter em conta a nossa vida inserida num determinado **contexto cultural**. Aquilo que cada um de nós é enquanto indivíduo depende da maneira como interagimos com os outros, num espaço humanamente construído, familiar e com o qual nos identificamos.

Vivemos despreocupadamente no interior do nosso mundo cultural, de tal modo que, muitas vezes, nos é difícil perceber determinados comportamentos ou certas atitudes que não respeitam a ordem estabelecida – aquela que conhecemos e na qual nos sentimos integrados. A aquisição da cultura faz-se, então, através da **aprendizagem**.

Fig. 12 O quimono, peça de vestuário tradicional japonesa, é uma manifestação material de cultura.



Texto 11

«Nada de cultural é herdado biológica ou geneticamente, nada está inscrito à nascença no organismo biológico. A aquisição da cultura resulta dos diversos modos e mecanismos da *aprendizagem* [...]. Os traços culturais não são portanto partilhados por uma pluralidade de pessoas da mesma maneira que os traços físicos; é possível afirmar que os últimos são fruto da *hereditariedade*, enquanto os primeiros são uma *herança* que cada pessoa deve recolher e fazer sua. Houve vários autores que definiram a cultura como sendo uma “herança social”; outros afirmaram que é “tudo o que um indivíduo deve aprender para viver numa sociedade particular”.»

Rocher, Guy. *Sociologia Geral*. Lisboa: Editorial Presença, 1977, vol. I, p. 202.

Análise e interpretação

- 1 Que diferença é estabelecida por Guy Rocher entre os traços culturais e os traços físicos?

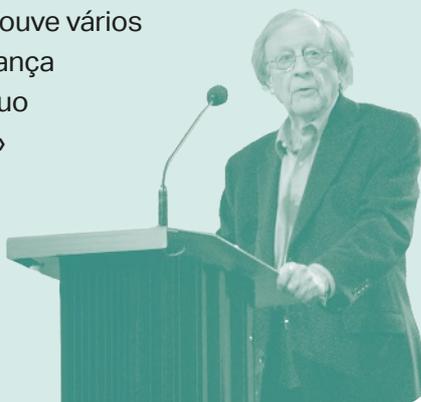


Fig. 13 Guy Rocher (1924-).

Deste modo, o **indivíduo** é não apenas um **ser social**, mas também um **ser cultural**, organizando o seu mundo segundo **as regras** que são **fixadas dentro do seu grupo** e que são **transmitidas de geração em geração**.

A maioria dos indivíduos adota o comportamento estabelecido pelo grupo em que vive. Aliás, o **modelo de comportamento baseado na cultura** é adquirido, quase espontaneamente, por cada membro e constitui o **sistema de referência** para os comportamentos individuais, além de servir como elemento diferenciador relativamente a outros grupos e a outras culturas.

Atividades

- 1 Relaciona “cultura” e “natureza”.
- 2 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
 - A noção de “identidade individual” exclui qualquer referência ao contexto cultural.
 - A aquisição da cultura faz-se através da aprendizagem.
 - A cultura é transmitida de geração em geração, por via genética.
 - São exemplos de manifestações imateriais da cultura os palácios e as máquinas.
 - A maioria dos indivíduos adota o comportamento ditado pela sua cultura.

2.5. O Homem como produto e produtor de cultura

Já vimos que a cultura não se transmite geneticamente. Após o nascimento, a criança é obrigada a iniciar a **aprendizagem** da cultura do grupo a que pertence. O que a criança traz, ao nascer, é de carácter puramente biológico. Contudo, rapidamente sentirá o impacto da cultura, pois todos os procedimentos ligados ao nascimento são já de carácter cultural.

À medida que vai crescendo, a criança vai deixando para trás os aspetos puramente biológicos do seu comportamento – embora, claro, as atividades biológicas não sejam eliminadas – e vai aceitando, assimilando e interiorizando as maneiras de pensar, sentir e agir da sua cultura. Assim, **o indivíduo é produto da sua cultura**.



Fig. 14 Certos hábitos, comportamentos e atividades podem ser considerados como aceites em certas culturas e não em outras.

Os valores e os padrões culturais impõem-se de tal forma que não é nada fácil deixar de os aceitar e interiorizar, mesmo quando são desagradáveis ou desadequados para o indivíduo.

Texto 12

«Teoricamente, uma criança pode decidir aceitar, modificar ou rejeitar qualquer traço de uma cultura. Porque será então que as pessoas tão raramente deixam de aceitar ou interiorizar os valores da sua cultura, mesmo que muitos elementos sejam pessoalmente desagradáveis ou inadequados? Por três motivos fundamentais:

a) A inculturação começa tão cedo que uma criança tem que ser um recipiente pacífico, sem grande capacidade para um acordo ou desacordo ativos;

b) É impossível, durante as primeiras fases da vida, rejeitar uma cultura sem repudiar pais, parentes, e outros membros da sociedade de quem depende o bem-estar de cada um, durante o período em que está a aprender a única forma de vida ao alcance da sua experiência;

c) Não é nem fácil nem rápido, para um indivíduo, apreender completamente um padrão de cultura.»

Lima, Augusto Mesquitela; Martinez, Benito; Filho, João Lopes. *Introdução à Antropologia Cultural*.

Lisboa: Editorial Presença, 1981, p. 51.

Análise e interpretação

- 1 Qual é, de acordo com os autores do texto, a consequência de rejeitar uma cultura durante as primeiras fases da vida?

Como já vimos, o ser humano é um **agente criador**. Nesse sentido, podemos considerá-lo, também, um **produtor de cultura**, por exemplo, com:

- a criação de obras de arte (de pintura, música, literatura, cinema, entre outras);
- as invenções técnicas e tecnológicas;
- as teorias científicas e filosóficas;
- a gastronomia, a moda, os hábitos, as festividades e as celebrações;
- as leis, as instituições, as crenças e práticas religiosas.

Todos estes aspetos são produzidos por pessoas e transmitidos de geração em geração. Cada **geração contribui, à sua maneira**, para o dinamismo próprio da cultura como um todo.



Fig. 15 A música é uma forma de expressão cultural que pode ser transmitida de geração em geração.



Texto 13

«O homem não surge apenas na natureza. Surge também num mundo artificial, criado ao longo do tempo pela inteligência, pela sensibilidade, pela convivência, pelo costume, pela ação. Esse mundo é o mundo da cultura, sedimentado em instituições políticas, em igrejas e ritos religiosos, em preceitos e sistemas de moralidade, em tradições e folclore, em correntes musicais e obras literárias, em doutrinas filosóficas e estéticas. Este mundo é aberto e dinâmico. Reforma-se de época para época, segundo outros esquemas, outros valores, outros ideais. A cultura é um património que se herda e se acrescenta. Cada geração imprime o seu contributo.

Podemos portanto concluir que todas as estruturas culturais são obra humana. Respondem a exigências de adaptação e revelam inconformismo com o estabelecido.

O homem projeta-se criando. Estabelece condições para a sua própria evolução, quer no plano pessoal, quer no plano coletivo. Produz a cultura, mas é também produzido por ela. O progresso forja-se nesta dialética, no movimento que leva da ação ao saber e do saber à ação.»

Guerra, Maria Luísa. *Temas de Filosofia 10.º*. Porto: Porto Editora, 1983, p. 55.

Análise e interpretação

- 1 Como é que a autora do texto caracteriza o mundo da cultura?

Atividades

- 1 Por que motivo se pode dizer que o indivíduo é produto da sua cultura?
- 2 Porque é que a cultura não pode existir se não existirem indivíduos e grupos sociais?
- 3 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
 - A cultura não se transmite de geração em geração.
 - A cultura é apenas aquilo que aprendemos na escola.
 - A pessoa é influenciada pela cultura e até moldada por ela.
 - Mesmo que não existissem grupos sociais, a cultura estaria sempre presente.
 - A cultura abrange todas as produções sociais e humanas.
 - Por muito que nos esforcemos, nunca conseguiremos modificar a nossa cultura.

2.6. A diversidade cultural no mundo

Quando estudamos a cultura e a sua pluralidade, um importante conceito a ter em conta é o de “**padrões de cultura**”. Portanto, o que são os padrões de cultura e qual é a sua importância?

O tipo de alimentos que ingerimos, as horas das refeições, a maneira como nos vestimos, as formas de nos cumprimentarmos, os hábitos de higiene, o tipo de divertimentos e as regras de relacionamento interpessoal, entre outros, referem-se a **padrões culturais**.

Os **padrões de cultura** fazem de tal modo parte das nossas vidas que, em geral, nem nos apercebemos da sua existência. Estes possuem um **carácter normativo** e **permitem prever os comportamentos dos indivíduos**. Se não existissem regras e padrões, a vida em sociedade seria insuportável.

Padrões de cultura

Conjunto de hábitos regulares, formas de comportamento ou práticas repetitivas, de carácter convencional, comuns aos membros de uma determinada cultura ou de um certo grupo social.

Texto 14

«A história da vida individual de cada pessoa é acima de tudo uma acomodação aos padrões de forma e de medida tradicionalmente transmitidos na sua comunidade de geração em geração. Desde que o indivíduo vem ao mundo, os costumes do ambiente em que nasceu moldam a sua experiência dos factos e a sua conduta. Quando começa a falar, ele é o frutozinho da sua cultura, e quando crescido e capaz de tomar parte nas atividades desta, os hábitos dela são os seus hábitos, as crenças dela, as suas crenças, as incapacidades dela, as suas incapacidades. [...] Nenhum outro problema social nos cabe mais forçosamente conhecer do que este do papel que o costume desempenha na formação do indivíduo.»

Benedict, Ruth. *Padrões de Cultura*.

Lisboa: Edição Livros do Brasil, s/d. p. 15.

Análise e interpretação

- 1 Transcreve a passagem do texto que melhor exemplifica a ligação indissociável entre o indivíduo e a sua cultura.



Fig. 16 Ruth Benedict (1887-1948).

Importa ainda salientar que nenhuma sociedade é homogénea ou igualitária, pois existem classes sociais e etárias, assim como diferenças de género, o que conduz, dentro da mesma cultura, a **variações nas formas e no sentido dos padrões culturais**. Apesar disso, alguns **denominadores comuns** excedem essas variações.

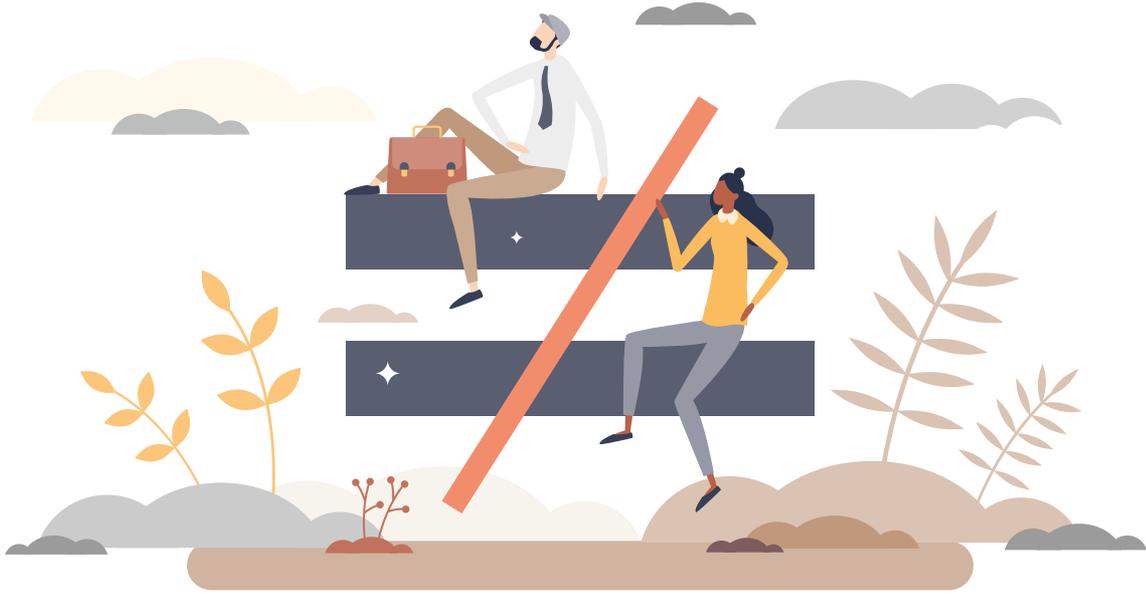
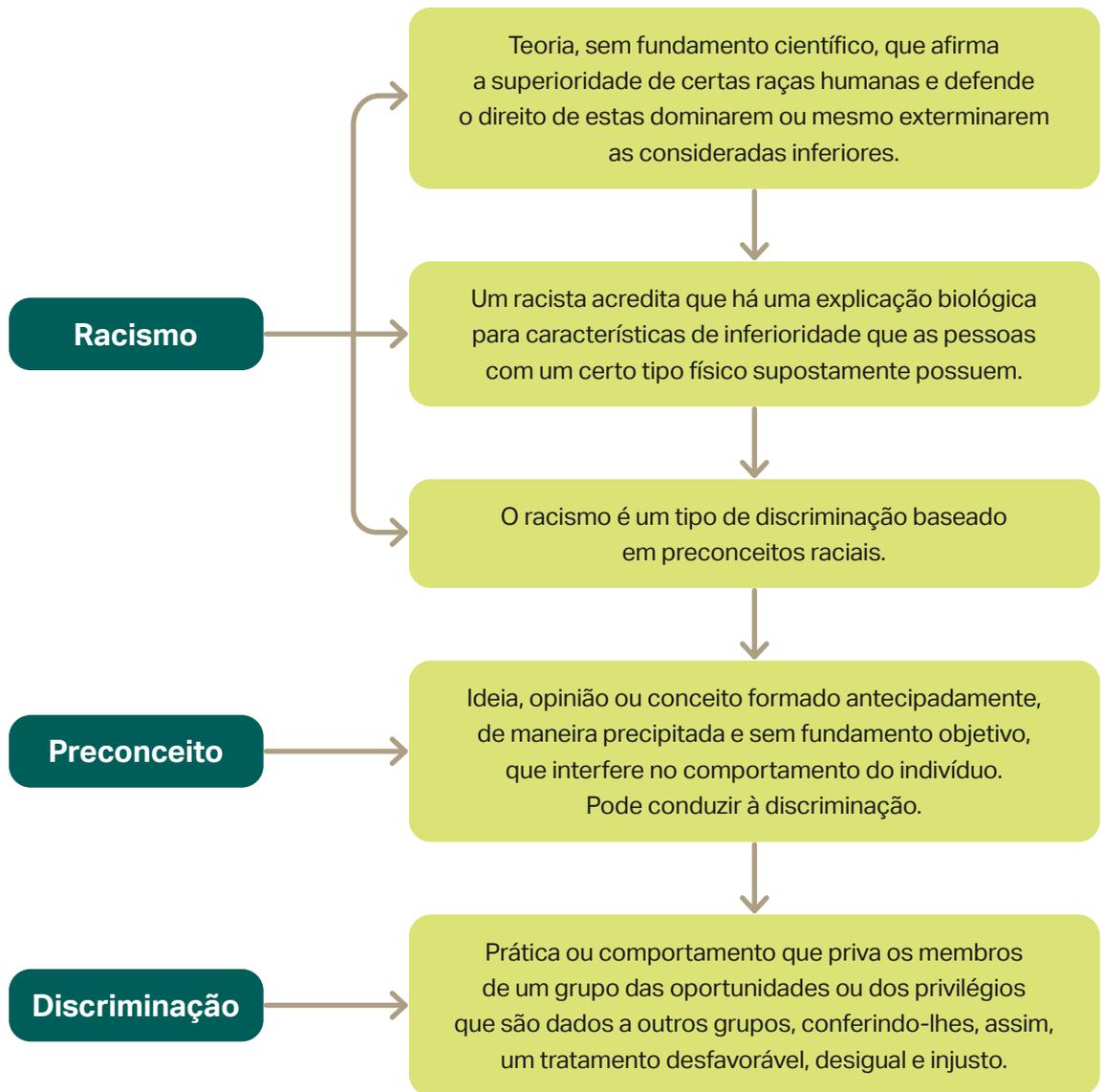


Fig. 17 As diferenças de género existem em muitas culturas.

Outro aspeto a considerar é que determinados setores da população – por partilharem características culturais que os separam dos outros grupos da mesma população – formam **grupos étnicos**. A **etnicidade** é, nesse sentido, o conjunto de características (como a linguagem, a história e a religião) comuns a um grupo de pessoas e que as diferenciam de outro grupo. Muitas vezes, os grupos étnicos são vítimas de **racismo, preconceito e discriminação**.



Fig. 18 As diferenças religiosas permitem distinguir grupos de pessoas.



Numa **sociedade plural e global**, defensora dos direitos individuais e das liberdades fundamentais da pessoa, é eticamente censurável e legalmente punível qualquer tipo de discriminação com base na cor de pele, na etnia ou na religião.

O racismo, o preconceito e a discriminação resultam, com frequência, do desconhecimento e da falta de informação, o que demonstra a importância de conhecermos a **diversidade cultural**.

Diferentes sociedades possuem padrões culturais distintos, portanto, se queremos entender uma sociedade em concreto, temos de conhecer os seus padrões específicos. Os **padrões de cultura** só podem ser entendidos no **contexto social** em que ocorrem. Procurar interpretar os padrões de outra cultura segundo os critérios da nossa pode conduzir a graves erros. Do mesmo modo, também não é correto considerar, à partida, que a nossa cultura é superior às outras.

Resumidamente, a diversidade cultural significa que as formas de pensar, sentir e agir variam, profundamente, de cultura para cultura.

Texto 15

«O homem recebe do meio, em primeiro lugar, a definição do bom e do mau, do confortável e do desconfortável. Deste modo os Chineses preferem os ovos podres e os Oceânicos o peixe em decomposição. Para dormir, os Pigmeus procuram a incómoda forquilha de madeira e os Japoneses deitam a cabeça em duro cepo. O homem recebe assim, do seu meio cultural, um modo de ver e de pensar. No Japão considera-se delicado julgar os homens mais velhos do que parecem e, mesmo durante os testes e de boa-fé, os indivíduos continuam a cometer erros por excesso. [...] O homem retira também do meio as atitudes afetivas típicas. Entre os Maoris, onde se chora à vontade, as lágrimas correm só no regresso do viajante e não à sua partida. Nos Esquimós, que praticam a hospitalidade conjugal, o ciúme desapareceu, tal como na Samoa; [...] a morte não parece cruel, os velhos aceitam-na como um benefício e todos se alegram por eles. [...] Os diferentes povos criaram e desenvolveram um “estilo de vida” que cada indivíduo aceita – não sem reagir, decerto – como um protótipo.»

Malson, Lucien. *As Crianças Selvagens*.
Porto: Livraria Civilização, 1978, pp. 27-29.

Análise e interpretação

- 1 O que é que, segundo Lucien Malson, o ser humano recebe do seu meio cultural?

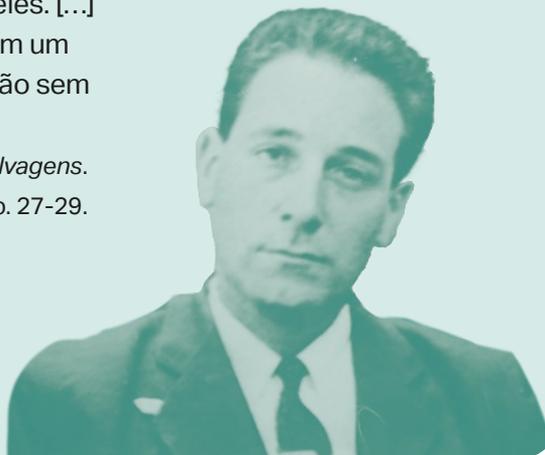


Fig. 19 Lucien Malson (1926-2017).

Um exemplo de um **elemento imaterial da cultura** que revela, de modo particularmente interessante, a **diversidade cultural** é a **arte**. A arte tem tido significados distintos em culturas e épocas diferentes, tem servido fins religiosos, tem servido como forma de diversão e tem transmitido crenças, ideias, medos, esperanças e desejos da cultura na qual é produzida. Por isso, a arte é expressão dos valores de uma cultura.



Áudios
Organizar ideias
– A cultura

Em síntese:
Cultura



Texto 16

«A arte transcende os meros problemas pessoais, para se inscrever na vida dos povos e das comunidades. A verdadeira arte não é imune aos problemas de que a sociedade é refém. E as grandes obras [...] medem-se pela altura das suas questões, pelo caminho que nos colocam de modo a podermos encontrar o nosso próprio caminho. Estamos sempre, na qualidade de espectadores, referenciados nas obras de arte que retratam o nosso ser finito e condicionado pelas circunstâncias histórico-temporais.»

Carlos, Elter Manuel. "Poética da criação pictórica: pensamentos com o quadro Resistência de Kiki Lima".

In Natário, Celeste; Bezerra, Cunha Cícero; Carlos, Elter Manuel; Epifânio, Renato (Orgs). *Errâncias de um Imaginário: entre o Brasil, Cabo Verde e Portugal*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2015, p. 196.



Fig. 20 Elter Manuel Carlos (1980-).

Análise e interpretação

- 1 Como é que, segundo Elter Carlos, as obras de arte se inscrevem na vida dos povos e das comunidades?

Atividades

- 1 Pesquisa a respeito de três culturas distintas. Mostra que há nelas diferentes padrões de cultura. Partilha os resultados com os teus colegas.
- 2 Estabelece a correspondência correta entre os elementos da coluna A e as afirmações da coluna B.

Coluna A	Coluna B
A. Etnicidade	<input type="checkbox"/> 1. Teoria que afirma a superioridade de certas raças relativamente a outras.
B. Racismo	<input type="checkbox"/> 2. Ideia sem fundamento, formada precipitadamente.
C. Preconceito	<input type="checkbox"/> 3. Conjunto de características comuns a um grupo, diferenciando-o de outros.
D. Discriminação	<input type="checkbox"/> 4. Prática que nega aos membros de um grupo certas oportunidades ou privilégios dados a outros grupos.

- 3 Debate com os teus colegas um dos temas seguintes:
 - a. Discriminação de minorias étnicas.
 - b. Racismo no ciberespaço.
 - c. Racismo e discriminação:
 - na escola;
 - no trabalho.

2.7. O Homem como ser intersubjetivo

Como sabemos, uma das características da pessoa é a **abertura ao mundo e aos outros**, que está associada à realização dinâmica do indivíduo enquanto ser em projeto.

A **relação do sujeito (enquanto pessoa) com os outros** e a sua **relação consigo próprio** são indissociáveis. Na construção do **autoconceito** – conjunto de crenças, ideias e percepções que o sujeito tem de si próprio – interferem o tempo, o espaço, as relações com o mundo e com os outros, as experiências e as várias circunstâncias da vida. O indivíduo interpreta as experiências e atribuiu-lhes **significado**, construindo, simultaneamente, uma **história de vida**. Neste processo, o **outro** representa para o sujeito não apenas a possibilidade de interagir, mas também de se ir construindo, já que é no outro que o indivíduo vê espelhadas as suas características e imagina como o outro o avalia.

A **relação do sujeito consigo próprio** é, portanto, a primeira condição de realização da sua pessoa, pois dá-lhe a possibilidade de tomar consciência de si, dos seus limites e das suas circunstâncias de vida para se ir construindo autonomamente.

Será que a realização do sujeito – ainda que este se encontre sempre aberto ao mundo e aos outros – se faz exclusivamente para si, isto é, de modo egocêntrico, egoísta e autocentrado? Assumindo uma **perspetiva individualista** mais radical, torna-se muito difícil justificar a existência de ações solidárias, de caridade ou de compaixão, podendo até negar-se qualquer forma de altruísmo.

De acordo com a teoria do **egoísmo ético**, o nosso único dever é fazer o melhor para nós mesmos. O melhor para nós pode coincidir com o melhor para os outros, mas, à luz desta teoria, o objetivo é sempre e unicamente a promoção do bem pessoal. No fundo, o bem que possamos fazer aos outros deve ser apenas um meio para atingir um fim: **o bem próprio**. Porém, será o egoísmo ético uma teoria moral aceitável?



Fig. 21 O autoconceito de cada pessoa muda conforme a sua vida.

Texto 17

«O egoísmo ético [...] advoga que cada pessoa divida o mundo em duas categorias de pessoas – nós e todos os outros – e que encare os interesses dos do primeiro grupo como mais importantes do que os interesses dos do segundo grupo. Mas, pode cada um de nós perguntar, qual é afinal a diferença entre mim e todos os outros que justifica colocar-me a mim mesmo nesta categoria especial? Serei mais inteligente? Gozarei mais a minha vida? Serão as minhas realizações mais notáveis? Terei necessidades e capacidades assim tão diferentes das necessidades e capacidades dos outros? Em resumo, *o que me torna tão especial?* Ao não fornecer uma resposta, o egoísmo ético revela-se uma doutrina arbitrária [...].

Devemos importar-nos com os interesses das outras pessoas pela mesma razão que nos importamos com os nossos; pois os seus desejos e necessidades são comparáveis aos nossos. [...] É esta tomada de consciência, de que estamos em plano de igualdade uns com os outros, que constitui a razão mais profunda pela qual a nossa moralidade deve incluir algum reconhecimento das necessidades dos outros, e a razão pela qual, portanto, o egoísmo ético fracassa enquanto teoria moral.»

Rachels, James. *Elementos de Filosofia Moral*. Lisboa: Gradiva, 2004, pp. 133-134.

Análise e interpretação

- 1 Segundo James Rachels, porque nos devemos importar com os interesses das outras pessoas?



Fig. 22 James Rachels (1941-2003).

Se aceitássemos o **egoísmo ético** como filosofia de vida, a relação estabelecida entre o “eu” e o outro seria interesseira, hipócrita, dissimulada. Esta doutrina retira qualquer consistência à própria moralidade, visto que **secundariza significativamente o papel do outro**. O outro é entendido como um ser diferente, mas inferior a mim, já que só as minhas vontades devem ser consideradas. O outro é, portanto, completamente instrumentalizado.

A moralidade, em geral, exige que tenhamos em conta o outro, os seus interesses e os seus desejos, num plano de igualdade. Exige, por isso, o **altruísmo**. Neste sentido, **a realização do indivíduo**, enquanto **sujeito moral**, implica esta consciência de que **o outro também é pessoa**, um **sujeito de direitos** e **não um mero objeto**.

Texto 18

«Por experiência interior, a pessoa surge-nos [...] como uma presença dirigida para o mundo e para as outras pessoas, sem limites, misturada com elas, em perspectiva de universalidade. As outras pessoas não a limitam, fazem-na ser e crescer. Ela só existe no movimento para outrem, só por outrem se conhece, só noutrem se encontra. A experiência primitiva da pessoa é a experiência da segunda pessoa. O *tu*, e nele o *nós*, precede o *eu* ou, pelo menos, acompanha-o. É na natureza material (à qual em parte estamos submetidos) que reina a exclusão, porque um espaço não pode ser duas vezes ocupado. Mas a pessoa, pelo movimento que a faz ser, *expõe-se*. Por isso ela é, por natureza, comunicável, só ela própria o é. É necessário partir deste facto primitivo. Assim como o filósofo que começa por se fechar no pensamento nunca encontrará uma porta para o ser, assim também aquele que, antes de mais, se fecha no eu nunca encontrará o caminho para outrem. [...]

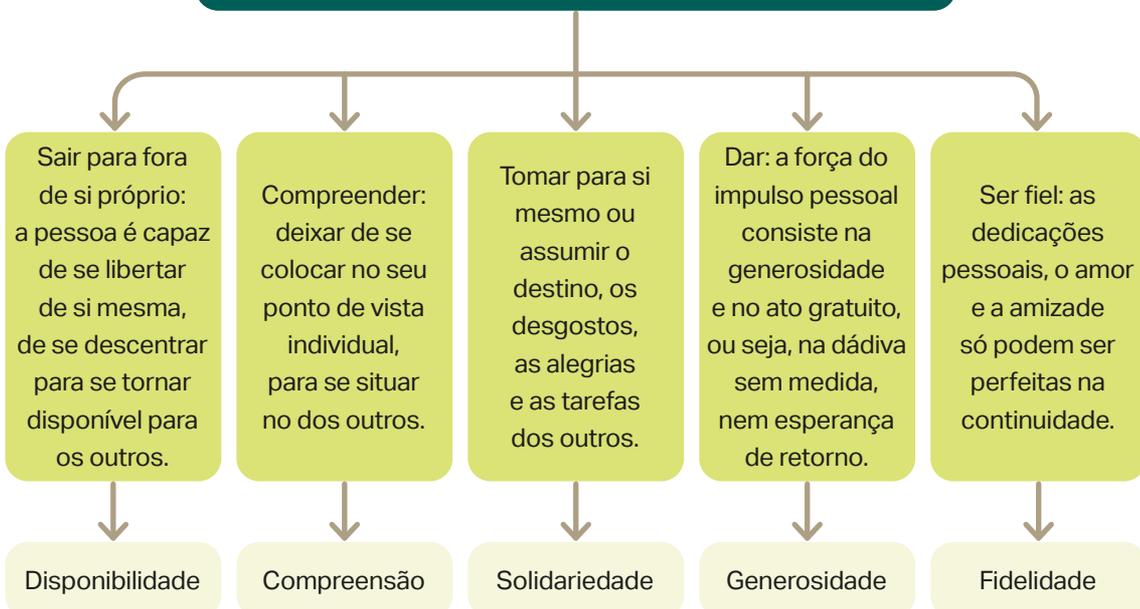
O ato primeiro da pessoa consiste, pois, em suscitar com outros uma sociedade de pessoas, cujos costumes, estruturas, sentimentos e, por fim, instituições sejam caracterizados pela sua natureza de pessoas: sociedade cujos costumes somente começamos a vislumbrar e a esboçar.»

Mounier, Emmanuel. *O Personalismo*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2010, pp. 40-41.

Análise e interpretação

- 1 Qual é a importância que Emmanuel Mounier considera que o “tu” tem para o “eu”?

Atos originais fundadores da sociedade (segundo Emmanuel Mounier)



Compreendemos que a presença do outro é fundamental na construção do “eu” e que todos os “eus” procuram, no fundo, a construção de um “nós”. O “eu” e o “tu” só podem verdadeiramente acontecer se existir um “nós”. A **intersubjetividade** é, neste sentido, anterior à própria subjetividade.

A vida do ser humano faz-se na relação com os outros, na **sociabilidade**, em **convivência**, **diálogo**, **coexistência**. Além de um ser moral, a pessoa é também um **ser social**, um **ser-com-o-outro**.

Para concluir, podemos dizer que **entre a pessoa e a sociedade há uma relação fundamental**. A pessoa só é verdadeiramente pessoa se, ao relacionar-se com os outros em sociedade, assumir o seu papel de agente e procurar a sua **construção em comunidade**. Por sua vez, **a sociedade só é verdadeiramente humana quando permite a realização da pessoa**, da sua autonomia e liberdade.

Atividades

- 1 Porque é que o egoísmo ético não parece ser uma teoria moral aceitável?
- 2 Por que motivo se pode afirmar que há uma relação fundamental entre a pessoa e a sociedade?



Fig. 23 A relação entre a pessoa e a sociedade é de interdependência.

2.8. Dimensão simbólica: linguagem e pensamento

Vamos agora estudar a dimensão simbólica do ser humano, para compreendermos a relação entre linguagem e pensamento. Em primeiro lugar, precisamos de entender o que é a linguagem, diferenciando-a dos conceitos de “língua” e “fala”.

2.8.1. Linguagem, língua e fala

A **linguagem** é um **sistema** e um **processo de comunicação de mensagens**; é também a **faculdade** ou **capacidade** de comunicar, transmitir e expressar pensamentos, ideias, valores ou sentimentos, através de um conjunto de sinais, ou de um sistema de signos convencionais, organizados segundo determinadas regras.

Há vários **tipos de linguagens** – gestual, corporal, sonora, pictórica, verbal, entre outras –, consoante o tipo de signos que considerarmos. A linguagem pode ser **verbal** (oral e escrita), **não verbal** ou **mista** (quando se usa, em simultâneo, a linguagem verbal e a não verbal). A linguagem está na base da cultura.

Texto 19

«O pêssigo nasce pêssigo, o leopardo chega ao mundo já como leopardo, mas o homem de maneira nenhuma nasce já homem e nunca chegará a sê-lo se os outros nisso o não ajudarem. Porquê? Porque o homem não é somente uma realidade biológica, natural (como os pêssigos ou os leopardos), mas também uma realidade *cultural*. Não há humanidade sem aprendizagem cultural e, para começar, sem aquilo que é a base de toda a cultura (e fundamento, por conseguinte, da nossa humanidade): a *linguagem*. O mundo em que vivemos, seres humanos que somos, é um mundo linguístico, uma realidade de símbolos e leis sem a qual não só seríamos incapazes de comunicar entre nós mas também de aprender a *significação* do que nos rodeia.»

Savater, Fernando. *Ética para Um Jovem*.

Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 65.

Análise e interpretação

- 1 O que significa dizer que o mundo em que vivemos é um «mundo linguístico»?

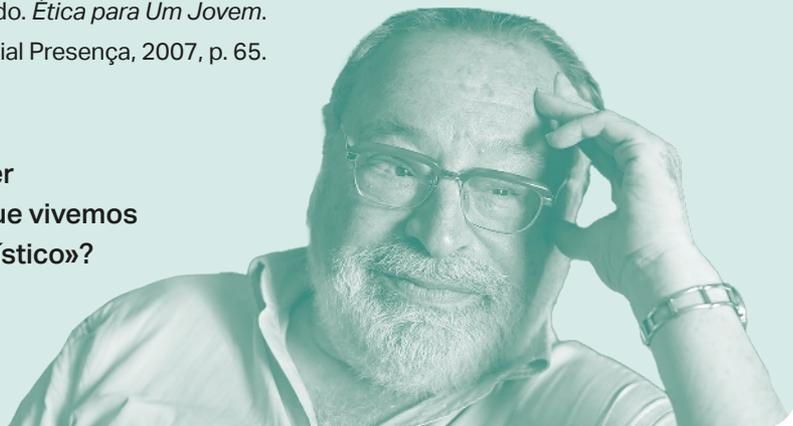


Fig. 24 Fernando Savater (1947-).

Enquanto processo de comunicação, a linguagem implica, pelo menos, dois sujeitos ou intervenientes: o **emissor** (ou destinador) e o **recetor** (ou destinatário). Contudo, cada sujeito é, ao mesmo tempo, emissor e recetor da sua própria mensagem, visto ser capaz de emitir a mensagem e de, simultaneamente, a decifrar, e porque, em princípio, não transmite nada que não seja capaz de decifrar. De igual modo, o recetor só decifra se conseguir dizer aquilo que ouve ou recebe.

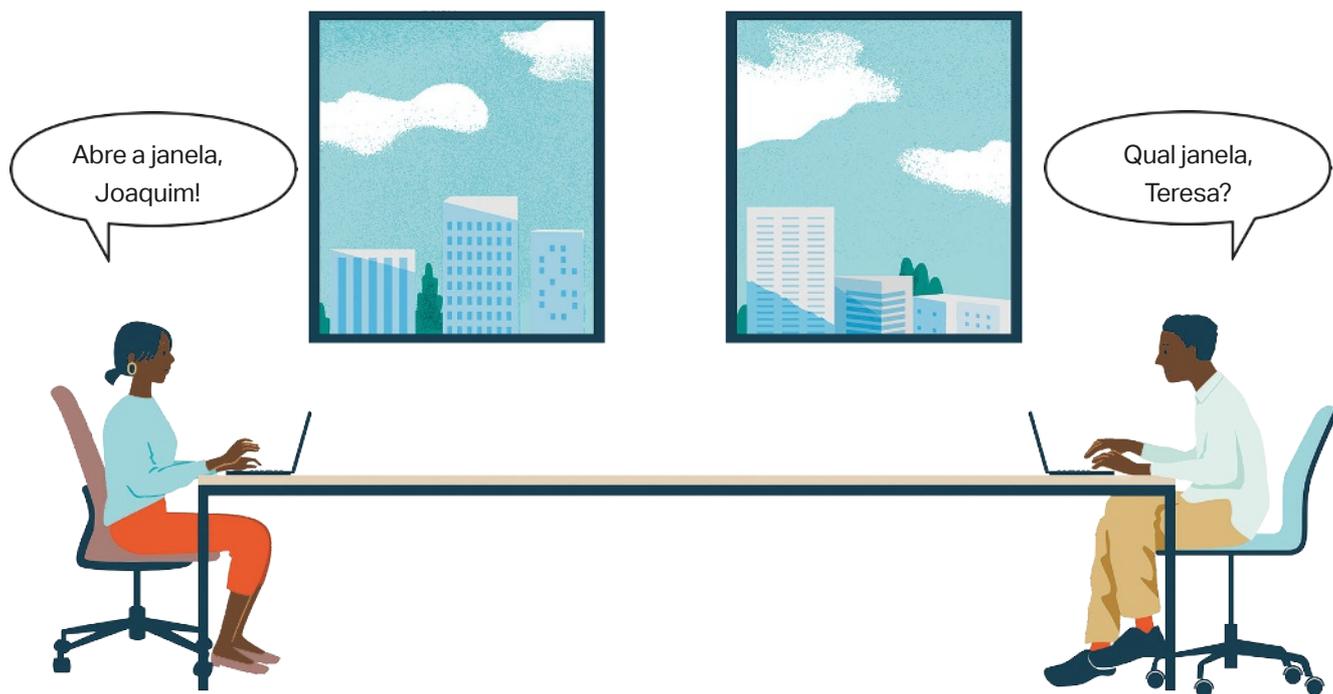
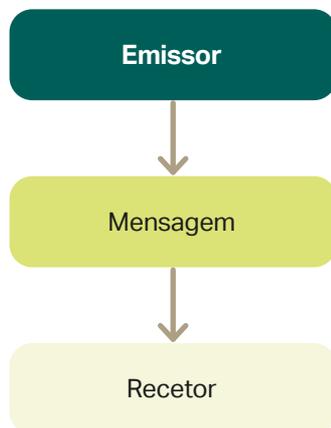


Fig. 25 Exemplo de mensagem.

Para que a mensagem seja construída pelo emissor e percebida pelo recetor, é necessário um **sistema de signos** que ambos conhecem e partilham, ou seja, um código linguístico, que habitualmente designamos por "**língua**".



Fig. 26 Charles Peirce.

Segundo **Charles Peirce** (1839-1914), o **signo** é aquilo que substitui qualquer coisa para alguém, isto é, **aquilo que representa um dado objeto ou facto** para alguém na ausência desse objeto ou facto.

Peirce classificou os **signos** em índices, ícones e **símbolos**.

Tipos de signos	Relação com o objeto	Exemplo
Índice	Tem com o objeto uma relação direta de contiguidade física ou de conexão causal .	O fumo é índice de fogo.
Ícone	Tem com o objeto uma relação de semelhança .	Uma fotografia de uma pessoa é um ícone da pessoa fotografada.
Símbolo	Tem com o objeto uma relação arbitrária e convencional .	A palavra "elefante" é um símbolo que representa esse animal.

As **palavras são**, de um modo geral, **símbolos** e constituem signos linguísticos. O **signo linguístico** possui, segundo **Ferdinand de Saussure** (1857-1913), um **significado** – que é o **conceito** (por exemplo, o conceito de "janela") e um **significante** – que é a **imagem acústica**, ou a impressão psíquica do som (neste caso, o som da palavra "janela").

Por exemplo, o signo "janela", possuindo significante e significado, substitui o objeto "janela", quando Teresa e Joaquim falam um com o outro.

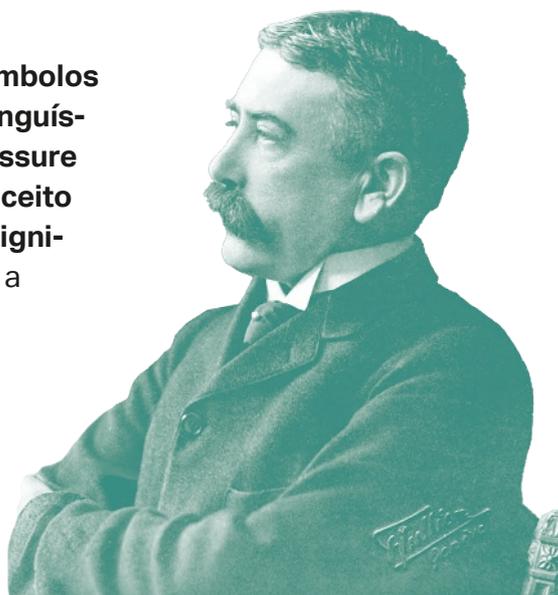


Fig. 27 Ferdinand de Saussure.

Ora, se uma das mensagens transmitidas – “Abre a janela, Joaquim!” ou “Qual janela, Teresa?” – fosse dita em mandarim em vez de o ser em português, a outra pessoa (imaginando que ela desconhecesse mandarim) não decifraria a mensagem. O código linguístico – conjunto de signos e regras gramaticais – tem, então, de ser conhecido e partilhado pelos interlocutores, para haver retorno da mensagem e uma verdadeira comunicação.

Deste modo, a **língua é um sistema de signos** (convencional e socialmente instituído) que se associam ou combinam segundo determinadas regras e que pretendem fornecer ao ser humano meios para exprimir ideias, sentimentos, emoções, entre outros. Contudo, a linguagem implica não só a língua, mas também o uso dela através da **fala**.



Fig. 28 Apesar de todos os balões terem escrito “Bom dia.”, caso encontrasses algum de uma língua que desconhecesses, não serias capaz de compreender a mensagem transmitida.

Segundo Ferdinand de Saussure, a **fala é um ato de vontade e inteligência pelo qual o indivíduo utiliza a língua** para, assim, exprimir as suas ideias, estando a palavra escrita submetida à palavra falada. A fala é, portanto, de natureza individual e acontece numa determinada situação.



Para decifrar, no ato de comunicação, o sentido de uma mensagem, torna-se, portanto, necessário **estar em contexto**. No exemplo da janela, os dois interlocutores percebem que se está a falar de uma janela de casa, porque se encontram num contexto que lhes permite esse entendimento. Seria diferente se estivessem dentro de um automóvel.

Na sua função de comunicação, a **linguagem** envolve, assim, algo mais do que a simples transmissão de uma mensagem de um emissor para um recetor. Ela é um **processo dinâmico** (que envolve a **intersubjetividade**) e permite exprimir modos de pensar individuais e modos de pensar específicos de cada cultura.

Como as palavras são, geralmente, **símbolos**, o ser humano vive num universo simbólico. Ele é verdadeiramente um **animal simbólico**, não apenas pelo uso que faz das palavras ou da linguagem verbal, mas também pela sua dimensão sociocultural.

Fig. 29 O ser humano sempre foi um criador de símbolos e um animal simbólico.

Texto 20

«Não já num universo meramente físico, o homem vive num universo simbólico. A linguagem, o mito, a arte e a religião constituem partes deste universo. São os fios variados que tecem a rede simbólica, a emaranhada teia da experiência humana. Todo o progresso humano no pensamento e na experiência requinta e fortalece esta rede. O homem já não pode defrontar imediatamente a realidade; não pode vê-la, por assim dizer, face a face. A realidade física parece recuar na proporção em que a atividade simbólica do homem avança. Em vez de lidar com as próprias coisas, o homem está, num sentido, constantemente em conversa consigo mesmo. Envolveu-se tanto em formas linguísticas, imagens artísticas, símbolos místicos ou ritos religiosos, que não pode ver ou conhecer seja o que for, exceto pela interposição deste meio artificial. A sua situação é a mesma na esfera teórica e na prática. Ainda aqui, o homem não vive num mundo de factos brutos, ou segundo as suas necessidades e desejos imediatos. Vive antes entre emoções imaginárias, em esperanças e temores, em ilusões e desilusões, nas suas fantasias e sonhos.»

Cassirer, Ernst. *Ensaio sobre o Homem. Introdução à Filosofia da Cultura Humana.* Lisboa: Guimarães Editores, 1995, pp. 32-33.

Análise e interpretação

- 1 Qual é a relação que Ernst Cassirer estabelece entre a realidade física e a atividade simbólica?



Fig. 30 Ernst Cassirer (1874-1945).

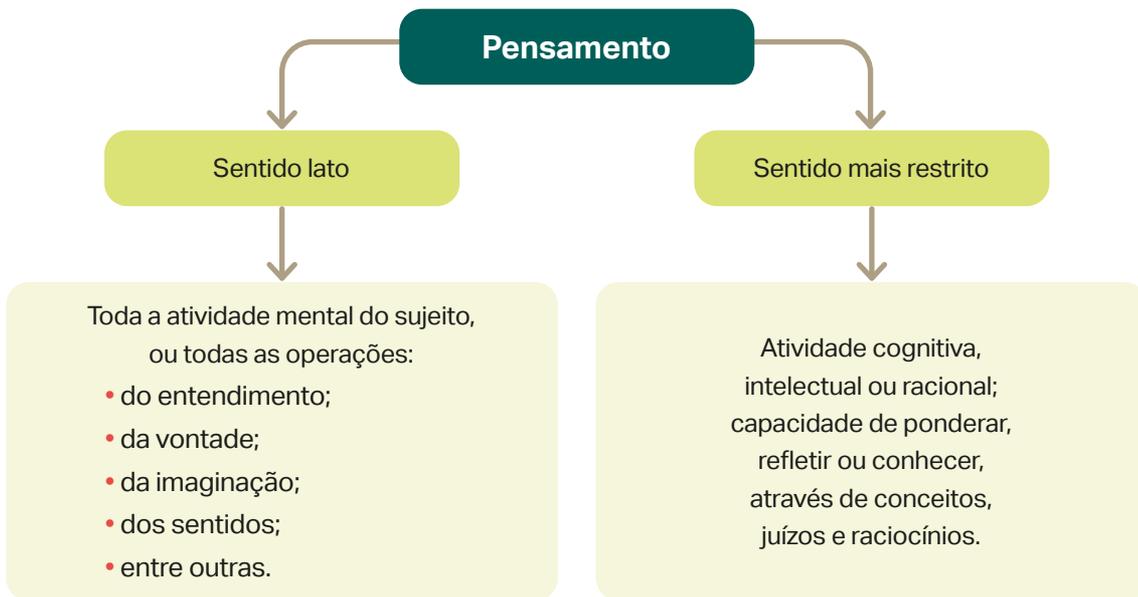
Atividades

- 1 Porque se pode considerar cada sujeito, ao mesmo tempo, emissor e recetor da sua própria mensagem?
- 2 Revê a classificação dos signos, apresentada por Peirce. Indica mais um exemplo para cada caso.
- 3 Relaciona linguagem, língua e fala.
- 4 Porque se pode afirmar que o ser humano é um animal simbólico?

2.8.2. A relação entre linguagem e pensamento

Vamos agora tentar compreender a relação entre o **pensamento** e a **linguagem** (teremos em conta, principalmente, a linguagem verbal). Poderá haver pensamento sem linguagem, ou a linguagem e o pensamento **são inseparáveis**? Estas questões foram e continuam a ser debatidas e analisadas por filósofos, antropólogos e psicólogos.

Primeiro, vamos esclarecer o que entendemos por **"pensamento"**.



O conceito de "pensamento" que aqui será considerado refere-se ao seu sentido estrito. Então, podemos perguntar: qual é a relação que o pensamento (enquanto atividade cognitiva, intelectual ou racional) estabelece com a linguagem?

Embora **não se possa negar a possibilidade de existir um pensamento não verbal**, é, atualmente, bastante consensual a teoria da **indissociabilidade entre o pensamento e a linguagem**. Neste sentido, o pensamento só pode desenvolver-se na e pela linguagem, não sendo anterior a ela. Portanto, isto significa que não há pensamento fora da linguagem.



Fig. 31 O pensamento e a linguagem encontram-se inter-relacionados.

Texto 21

«O pensamento não é nada de “interior”, ele não existe fora do mundo nem fora das palavras. O que nos engana a esse respeito, o que nos faz acreditar num pensamento que existiria por si antes da expressão, são os pensamentos já constituídos e já expressos que podemos recordar silenciosamente e pelos quais nos damos a ilusão de uma vida interior. Mas, na realidade, esse pretendo silêncio é sussurrante de palavras, essa vida interior é uma linguagem interior. O pensamento “puro” reduz-se a um certo vazio da consciência [...]. O pensamento e a expressão constituem-se, pois, simultaneamente.»

Merleau-Ponty, Maurice. *Phénoménologie de la perception*. Trad. José Ferreira Borges, Paris: Éditions Gallimard, 1976, pp. 213-214.

Análise e interpretação

- 1 Segundo Merleau-Ponty, o que nos leva a acreditar que existe um pensamento antes da expressão?

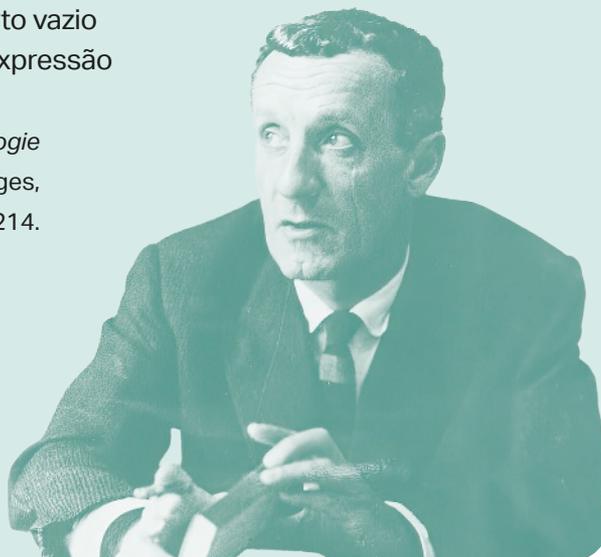


Fig. 32 Maurice Merleau-Ponty (1908-1961).

Sendo assim, o **pensamento só pode exercer a sua atividade** porque se encontra **enraizado na linguagem**. Por seu turno, a linguagem sem pensamento de nada nos serviria, já que esta só ganha sentido e se concretiza mediante o pensamento. Assim, poderá dizer-se que a linguagem é o único **modo de ser do pensamento**, a sua **realização**.

A **interdependência** destes dois elementos revela-se, por exemplo, no ato de conhecimento do mundo.

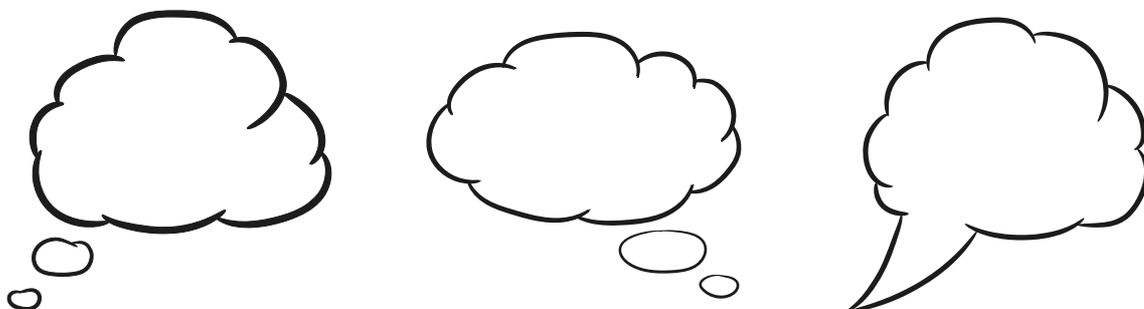


Fig. 33 O pensamento, muitas vezes representado em banda desenhada com balões de linhas curvas que imitam nuvens, é expresso através da linguagem escrita.

Texto 22

«O pensamento e a utilização da linguagem constituem, nos processos do conhecimento e da comunicação, dois elementos indissociáveis de uma unidade. A sua união é tão orgânica, a sua interdependência tão estreita, que nenhum dos dois elementos jamais se pode manifestar independentemente, sob uma forma "pura". [...] O pensamento e a utilização da linguagem devem ser captados como dois aspetos de um único processo: o processo homogêneo do conhecimento do mundo pelo homem, da reflexão sobre o conhecimento (implicadamente, o conhecimento de si) e da comunicação dos seus resultados a outros indivíduos.»

Schaff, Adam. *Linguagem e Conhecimento*.
Coimbra: Livraria Almedina, 1974, p. 209.

Análise e interpretação

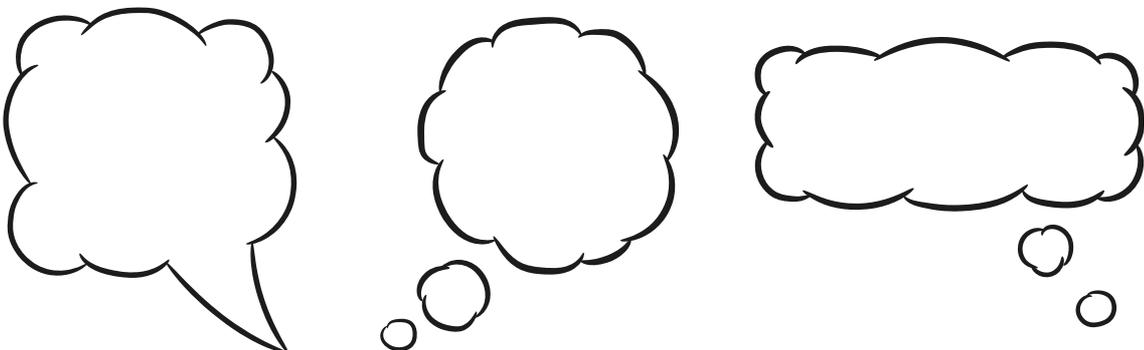
- 1 Existe, segundo Adam Schaff, uma linguagem ou um pensamento puro? Porquê?

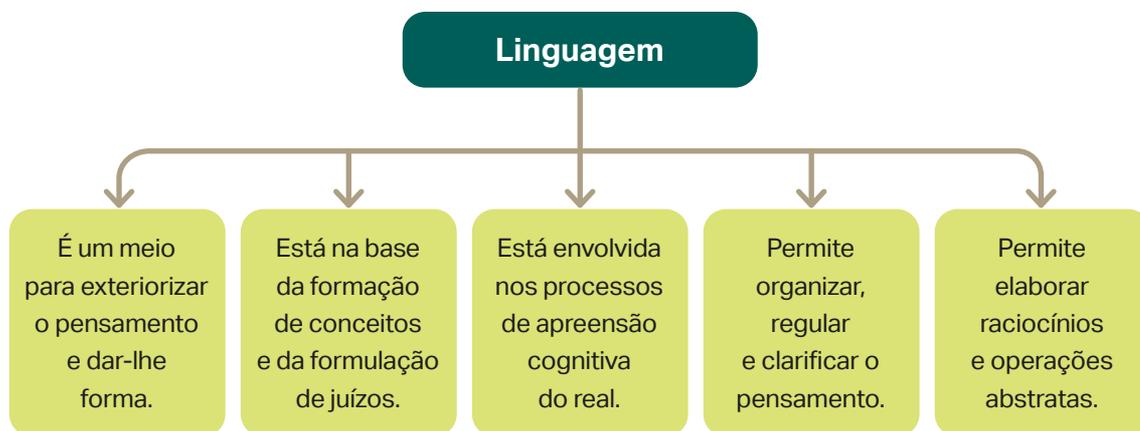


Fig. 34 Adam Schaff (1913-2006).

O pensamento e a linguagem constituem, assim, dois aspetos do processo de **conhecimento do mundo**, da **reflexão sobre o conhecimento** e da **comunicação dos seus resultados**.

A linguagem tem uma grande importância para as nossas atividades mentais. Aliás, o desenvolvimento do pensamento parece depender do desenvolvimento da linguagem, ou seja, quanto melhores forem as nossas **competências linguísticas**, melhores são as nossas **competências lógico-argumentativas**.





Atividades

1 Lê o texto que se segue.

«A estrutura lógica [da linguagem] não é apenas uma manifestação evidente do pensar, é o *pensar*, enquanto *forma* configuradora da linguagem. Há, no entanto, uma certa assimetria entre linguagem e pensamento: não se pode negar em absoluto a possibilidade de um pensamento não articulado, não expresso verbalmente; mas o que não é concebível é uma linguagem humana que não seja ela própria também pensamento.

[...] A linguagem confere uma dimensão fáctica e uma visibilidade ao pensamento: este é invisível, intocável, é a linguagem que, como uma veste – segundo a metáfora de Frege – lhe dá visibilidade. Esta relação íntima torna-se patente na intrínseca inteligibilidade da linguagem: entendemos o que lemos num livro antigo e poeirento, ou numa inscrição antiga, como entendemos uma frase totalmente nova e inesperada e somos capazes de exprimir novos pensamentos com palavras velhas.»

Soares, Maria Luísa Couto. *Do Outro Lado do Espelho*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2005, p. 39.

- 1.1. Poderemos, de acordo com a autora do texto, afirmar que o pensamento e a linguagem são o reflexo exato um do outro? Justifica.
- 1.2. O que é que a linguagem confere ao pensamento?
- 1.3. Porque se pode dizer que a linguagem torna as coisas compreensíveis?

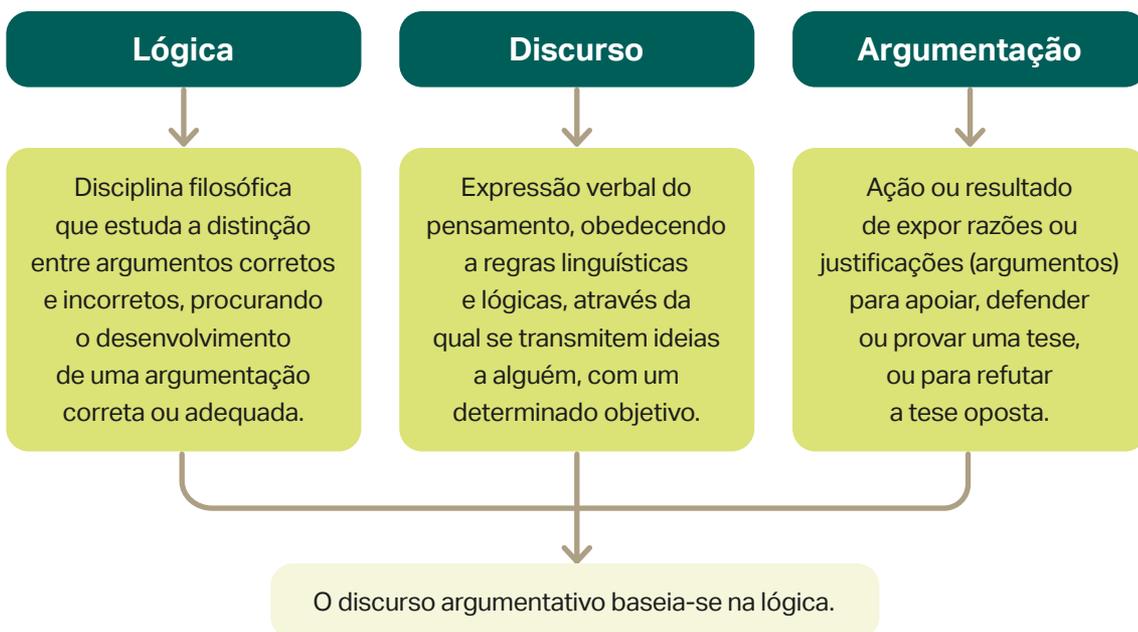
2.9. Função argumentativa – persuasão e refutação

O termo “*logos*”, de origem grega, significa simultaneamente “palavra”, “discurso”, “pensamento” e “razão”. Este termo permite compreender que **existe uma relação entre pensamento, linguagem, lógica, argumentação e discurso**.

O ser humano tem opiniões, crenças, valores e tende a partilhá-los com os seus semelhantes, desenvolvendo um ponto de vista próprio sobre o mundo. Na **comunicação** com os outros, o indivíduo pode querer marcar uma posição, convencer alguém de que o seu ponto de vista é melhor do que o dos restantes ou defender a sua opinião sobre um assunto discutível.



Fig. 35 É comum, em reuniões, que alguém precise de expressar e defender a sua opinião sobre determinados assuntos.



O exercício em que um indivíduo defende uma opinião perante os outros remete-nos, pois, para o **discurso argumentativo**. Vamos, por isso, caracterizar, com maior detalhe, a argumentação.

Texto 23

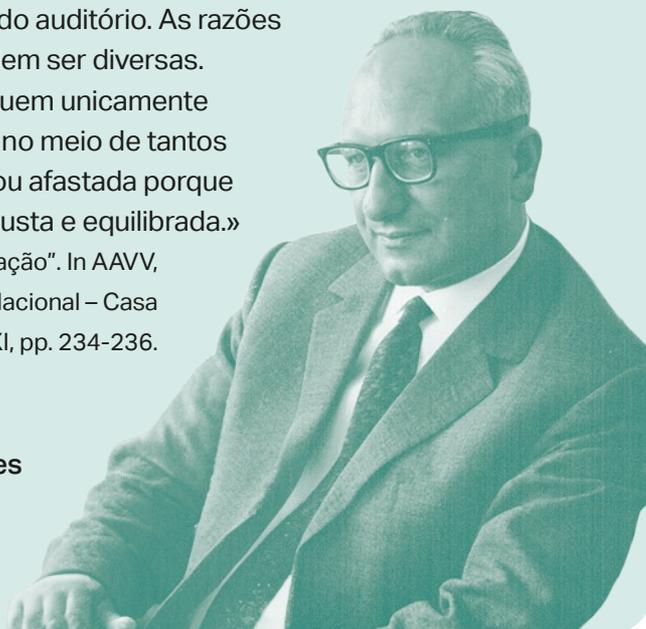
«Argumentar é fornecer argumentos, ou seja, razões a favor ou contra uma determinada tese. [...]

Uma argumentação é necessariamente situada. Para ser eficaz, esta exige um contacto entre sujeitos. É necessário que o orador (aquele que apresenta a argumentação oralmente ou por escrito) queira exercer mediante o seu discurso uma ação sobre o auditório, isto é, sobre o conjunto daqueles que se propõe influenciar. Por outro lado, é necessário que os auditores estejam dispostos a escutar, a sofrer a ação do orador, e isto a propósito de uma questão determinada. [...]

Toda a argumentação visa a adesão do auditório. As razões para admitir ou rejeitar uma tese podem ser diversas.

A verdade ou falsidade desta constituem unicamente um motivo de adesão ou de rejeição no meio de tantos outros: uma tese pode ser admitida ou afastada porque é ou não oportuna, socialmente útil, justa e equilibrada.»

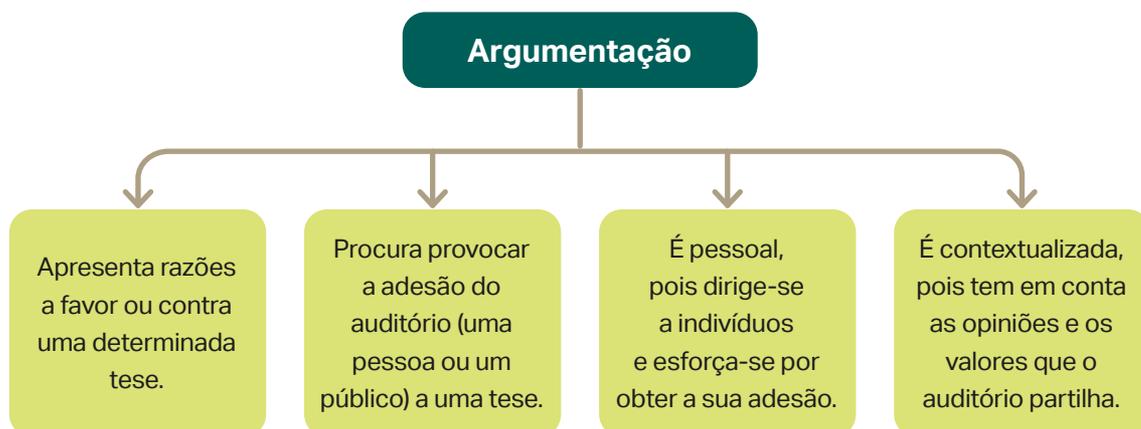
Perelman, Chaïm. "Argumentação". In AAVV, *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987, vol. XI, pp. 234-236.



Análise e interpretação

- 1 Perelman refere duas condições necessárias para que uma argumentação seja eficaz. Quais são elas?

Fig. 36 Chaïm Perelman (1912-1984).



Argumentar é procurar defender uma tese (ou refutar a tese oposta). Uma **tese** é uma ideia que se quer defender a propósito de um dado problema. Na Filosofia, uma tese representa uma resposta a um problema em aberto, estando, portanto, sujeita a discussão.

A **retórica** – enquanto arte de bem falar e de argumentar, de demonstrar eloquência diante de um certo público – tem como objetivo persuadir e convencer um auditório a respeito de determinado assunto, levando-o a aceitar uma certa tese ou opinião. Neste sentido, **a retórica não difere da argumentação**.

No discurso retórico, **Aristóteles** distinguiu três espécies de provas: as baseadas no *ethos*, no *pathos* e no *logos*.

Texto 24

«As provas de persuasão fornecidas pelo discurso são de três espécies: umas residem no carácter moral do orador [*ethos*]; outras, no modo como se dispõe o ouvinte [*pathos*]; e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar [*logos*].

Persuade-se pelo carácter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exato e que deixam margem para dúvida [...].

Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio. [...]

Persuadimos, enfim, pelo discurso, quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular.»

Aristóteles. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, pp. 49-50.

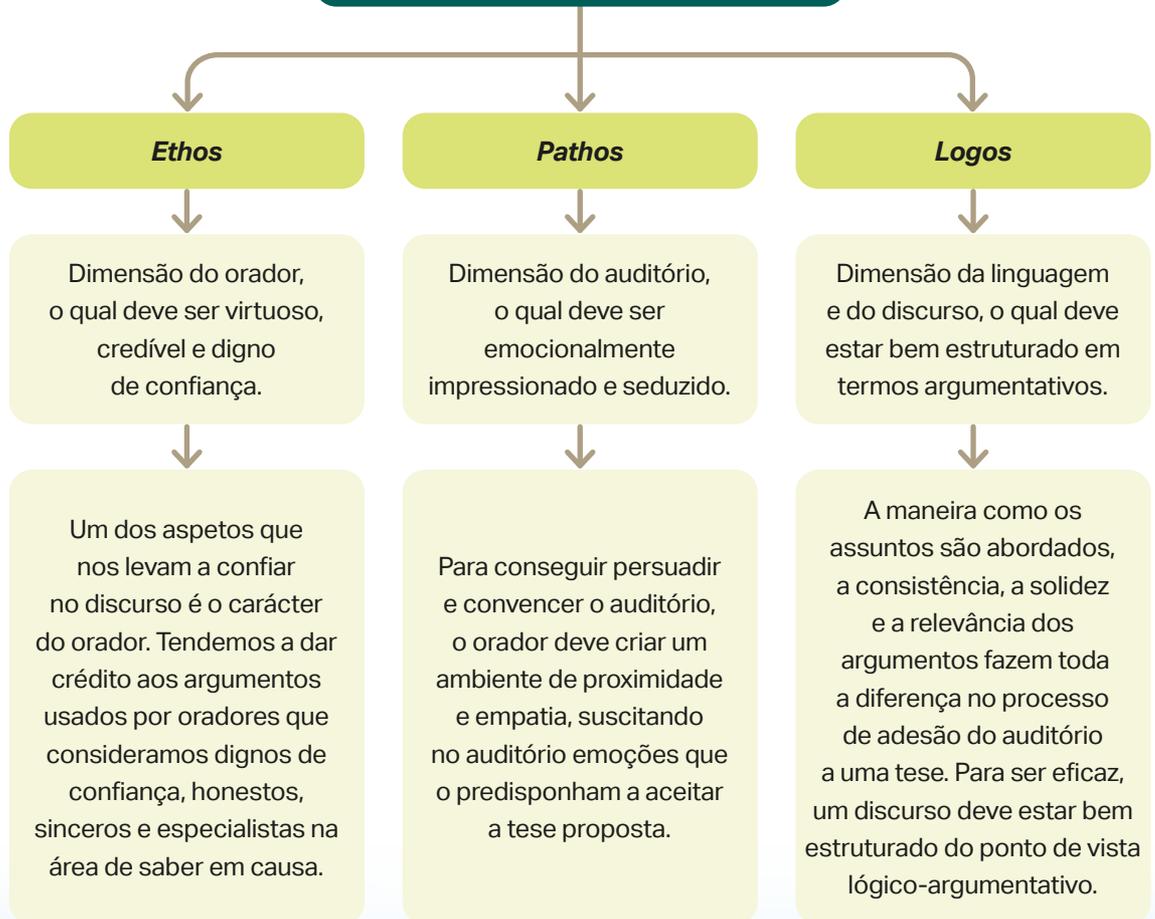
Análise e interpretação

- 1 Segundo Aristóteles, como se pode tentar persuadir uma pessoa, tendo em conta apenas as suas características psicológicas?



Fig. 37 Cada uma destas dimensões da argumentação (*ethos*, *pathos* e *logos*) relaciona-se com as outras duas.

Dimensões da relação retórica



Manual Digital

Vídeo
Persuasão e
manipulação



Fig. 38 Apesar de cada dimensão parecer apontar para um caminho diferente, todas se juntam para o mesmo propósito.



A **eficácia da argumentação** depende, assim, de três pilares fundamentais: do facto de ajuizarmos (*logos*), de o orador ser credível (*ethos*) e de os juízos nos provocarem impressões, devido às emoções que em nós despertam (*pathos*).

Todo o discurso argumentativo tem por objetivo **persuadir** determinado auditório a adotar as teses de dado orador. Por isso, podemos afirmar que **"argumentação"** e **"persuasão"** são conceitos originariamente próximos. Contudo, a argumentação também pode ser usada para **refutar** uma tese. Uma parte do trabalho dos filósofos consiste na **refutação** de teses opostas àquelas que eles defendem. Nessa refutação, é frequente apresentarem-se argumentos contrários àqueles que defendem a tese oposta (a **contra-argumentação**).

Podemos, por isso, considerar que a **função argumentativa** do discurso envolve, desde logo, a **função persuasiva** e a **função refutativa**.

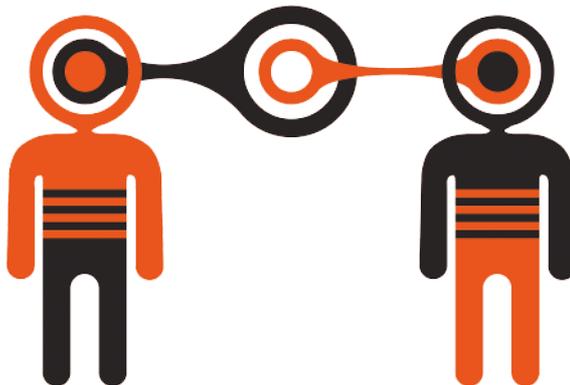
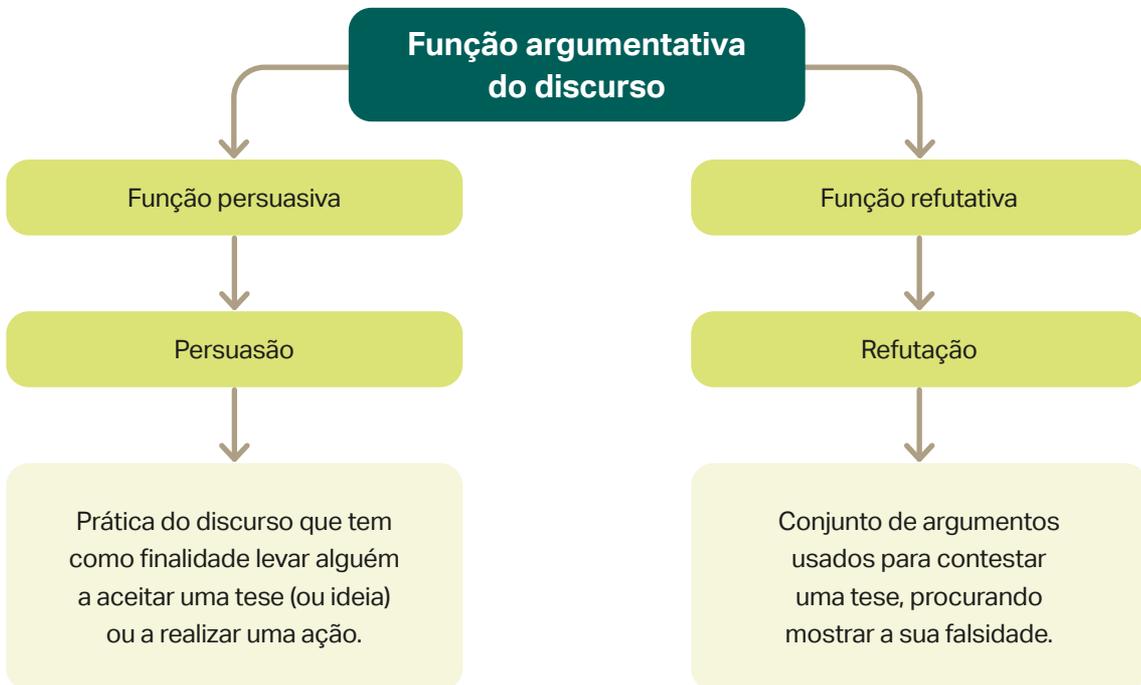


Fig. 39 Quem tenta persuadir alguém procura levá-lo a aceitar uma determinada tese.

Manual Digital

Áudio
Persuasão



Vídeo
Argumentação como processo comunicativo



Apesar desta distinção entre **persuasão** e **refutação**, importa ter em conta que **estas são inseparáveis**. Quando algum filósofo nos tenta persuadir em relação a determinada tese – por exemplo, a tese de que Deus existe –, ele pode estar, ao mesmo tempo, a refutar a tese oposta (a tese de que Deus não existe). Do mesmo modo, quando algum filósofo procura refutar uma certa tese, está também a tentar persuadir-nos de que essa tese é falsa, enquanto a tese que ele defende é verdadeira.

Quando dizemos que duas teses se opõem, estamos, neste caso, a indicar que uma é a negação da outra. Importa notar que nem todas as **relações de oposição** se apresentam sob a forma de negações.

As **teses** surgem sob a forma de **proposições**. Uma **proposição** é o pensamento ou conteúdo, verdadeiro ou falso (ou seja, possui valor de verdade), expresso por uma frase declarativa.



Fig. 40 A persuasão e a refutação são duas funções inseparáveis.

No quadro seguinte, estão presentes algumas proposições e a maneira correta de as negar. Quando negamos uma proposição, obtemos outra que é **contraditória** relativamente à anterior.

Proposição	Negação da proposição
Todos os seres humanos são justos.	Alguns seres humanos não são justos.
Algumas ações são corretas.	Nenhuma ação é correta.
O Universo é finito.	O Universo não é finito.
Existe vida após a morte.	Não existe vida após a morte.
Não há livre-arbítrio.	Há livre-arbítrio.
Nenhum trabalho dignifica.	Alguns trabalhos dignificam.
Algumas ideias são perigosas.	Nenhuma ideia é perigosa.
Existem extraterrestres.	Não existem extraterrestres.
Alguns dias não são chuvosos.	Todos os dias são chuvosos.
O carro do Joaquim é vermelho.	O carro do Joaquim não é vermelho.
Todas as criaturas são imortais.	Algumas criaturas não são imortais.

 Manual Digital

Vídeo
Proposições



Atividades

- 1 Explica a relação entre argumentação e retórica.
- 2 Imagina que precisas de convencer um grupo de empresários a adotar uma nova política ambiental nas suas empresas. Elabora, por escrito, um discurso em que uses o *ethos*, o *pathos* e o *logos* para persuadires o teu auditório.
- 3 Atenta nas duas teses seguintes:
 - A. Deus existe.
 - B. Deus não existe.
 - 3.1. Com qual destas teses concordas? Argumenta a favor dessa tese e procura persuadir os teus colegas de que é verdadeira.
 - 3.2. Após ouvires os argumentos a favor da tese de que discordas, procura refutá-la, apresentando os teus contra-argumentos.
- 4 Indica a negação das proposições a seguir expressas:

A. Alguns pensamentos são negativos.	G. Algumas palavras são capazes de magoar.
B. João é corajoso.	H. Alguns barcos não flutuam.
C. Há extraterrestres.	I. Cabo Verde é um país insular.
D. Nenhum cantor é milionário.	J. A Terra não é plana.
E. Todas as aves voam.	K. Todos os anos são bissextos.
F. Não existem sereias.	

Síntese

O **Homem (ser humano)** possui uma **dimensão física** e uma **dimensão espiritual**, constituindo, enquanto **pessoa**, uma **totalidade**. A pessoa apresenta como características, entre outras, a **singularidade**, a **consciência de si**, a **autonomia**, a **dignidade**, a **abertura** e o carácter de **projeto**.

Vários filósofos consideram que o **sujeito humano** é constituído por um **corpo material** e uma **alma espiritual**. **Platão** defendia a **imortalidade da alma**. Um argumento de carácter científico contra esta ideia é que a vida mental e espiritual depende de **processos estritamente biológicos**.

O **ser humano** é um **animal inquieto** e, por isso, um **agente criador**. A pessoa é um **ser em construção**, um **projeto subjetivo**, um **processo aberto**. A **circunstância** é tudo o que se encontra em torno do **"eu" individual**. Cada ser humano vive numa **situação concreta**, é um **ser condicionado**, sob a influência de **fatores diversos**, muitos deles **socioculturais**.

A **cultura** (condição da adaptação ao meio natural e social) traduz-se em manifestações materiais e imateriais. A **identidade individual** é inseparável da **herança cultural**, ou seja, das tradições e dos valores transmitidos de geração em geração. O ser humano é **produto da cultura**, que adquire por **aprendizagem**, e **produtor de cultura**, por contribuir para todo o seu dinamismo.

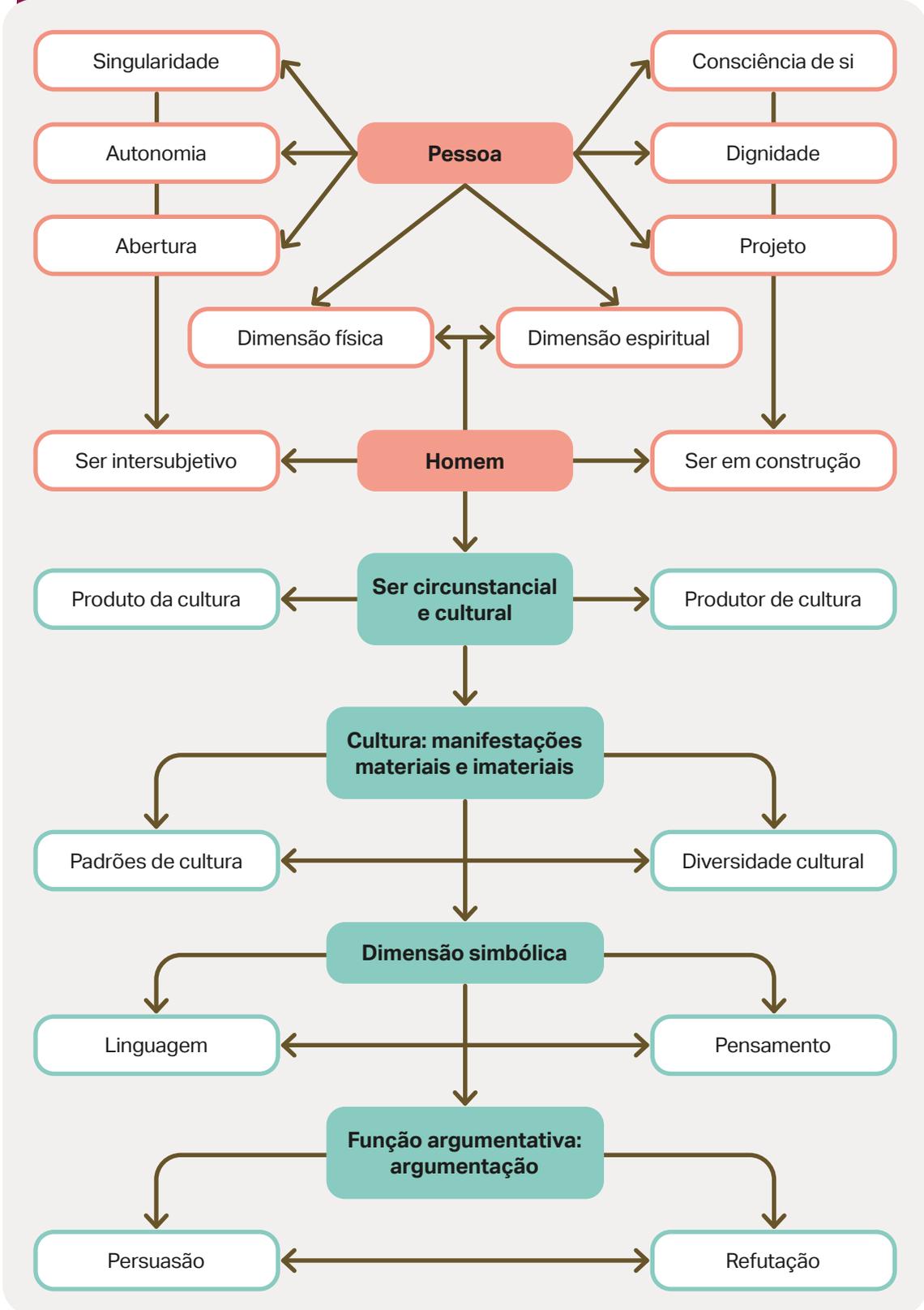
Os **padrões de cultura** variam de sociedade para sociedade. Contudo, dentro da mesma população, há também grupos étnicos, muitas vezes vítimas de **racismo**, **preconceito** e **discriminação**, o que se pode minimizar através do respeito pela **diversidade cultural**.

A realização do **indivíduo** implica a consciência de que o **outro** também é pessoa, um **sujeito de direitos**, e **não um mero objeto**. A vida do ser humano (que é um **ser-com-o-outro**) faz-se na **intersubjetividade** e na **sociabilidade**.

A **linguagem**, usada através da **fala**, implica uma **língua – sistema de signos** – que emissor e recetor conhecem. **Peirce** classificou os **signos** em **índices**, **ícones** e **símbolos**, sendo que as **palavras são**, geralmente, **símbolos**. O **signo linguístico** possui, segundo **Saussure**, um **significado** e um **significante**. O ser humano é um **animal simbólico**. Atualmente, é bastante consensual que **o pensamento e a linguagem são indissociáveis e interdependentes**.

O discurso argumentativo baseia-se na **lógica**. **Argumentar** é apresentar razões a favor ou contra uma determinada tese – as **teses** surgem sob a forma de **proposições**. A **retórica**, enquanto arte de bem falar, não difere da **argumentação**. No discurso retórico, Aristóteles distinguiu as provas baseadas no **ethos**, no **pathos** e no **logos**. A **função argumentativa** do discurso envolve a **persuasão** e a **refutação**.

Esquema-síntese



Ficha de trabalho

Grupo I

1 Para cada um dos itens seguintes, seleciona a única opção correta.

1.1. Segundo Platão,

- A. a alma é destrutível.
- B. com a morte, a alma separa-se do corpo.
- C. a alma é de carácter material.
- D. não há vida após a morte.

1.2. Um dos argumentos para negar a existência de uma alma imortal

- A. é de carácter teológico.
- B. assenta na ideia de que a alma é independente do corpo.
- C. foi proposto por Platão.
- D. considera que a vida espiritual depende do cérebro.

1.3. A pessoa não é um

- A. produto acabado.
- B. processo dinâmico.
- C. ser em construção.
- D. projeto subjetivo.

1.4. A circunstância é

- A. apenas o universo físico, ou as coisas naturais.
- B. unicamente o mundo cultural e as tradições.
- C. tudo o que o "eu" encontra no seu horizonte de vida.
- D. aquilo que não se mistura com o indivíduo.

1.5. Os padrões de cultura

- A. são regras que tornam a vida em sociedade imprevisível.
- B. fazem parte das nossas vidas e são iguais em todas as sociedades.
- C. são normativos e possibilitam a previsão das condutas individuais.
- D. são transmitidos geneticamente e impõem-se aos grupos sociais.

1.6. A linguagem e o pensamento

- A. são esferas independentes entre si.
- B. parecem ser elementos interdependentes.
- C. constituem duas manifestações de dois processos bem distintos.
- D. são independentes do campo cultural.

1.7. A credibilidade do orador e o seu carácter dizem respeito

- A. ao *logos*.
- B. à validade dos argumentos.
- C. ao *pathos*.
- D. ao *ethos*.

Grupo II

1 Lê o texto que se segue.

«Os seres cuja existência depende, em verdade, não da nossa vontade, mas da natureza, não têm contudo, quando desprovidos de razão, senão um valor relativo, o de *meios*, e por essa razão lhes damos o nome de *coisas*; chamamos, pelo contrário, *pessoas*, aos seres racionais, porque a sua natureza os indicia já como fins em si mesmos, isto é, como qualquer coisa que não pode ser simplesmente usada como meio, qualquer coisa que, por conseguinte, nessa medida limita a nossa faculdade de agir como nos apeteça (e é um objeto de respeito).»

Kant, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Lisboa Editora, 1995, p. 100.

- 1.1.** Que diferença estabelece Kant entre os seres naturais e os seres racionais?
- 1.2.** Explicita o sentido da expressão «fins em si mesmos» utilizada por Kant neste texto.
- 1.3.** Relaciona a noção de “pessoa” como ser racional com a consciência de si e a singularidade.

2 Relaciona o carácter circunstancial do ser humano com o facto de ele estar em construção e aberto ao mundo e aos outros.

3 Preenche, corretamente, os espaços vazios do texto que se segue.

A cultura é um fenómeno **A**..... Adquirimo-la através da **B**....., em contacto com os outros. Deste modo, cada um de nós é **C**..... da cultura, mas também, à sua medida, é produtor de alguns elementos culturais, pois o ser humano sempre foi um **D**..... criador. Entre diferentes culturas, existem distintos **E**..... culturais, que ajudam a prever os **F**..... dos indivíduos. Conhecer e reconhecer a **G**..... cultural permite evitar o racismo, o **H**..... e a **I**....., que são muitas vezes resultado da ignorância.

4 Estabelece a correspondência entre os conceitos da coluna A e as afirmações da coluna B.

Coluna A	Coluna B
A. Linguagem	<input type="checkbox"/> 1. Conjunto de argumentos para contestar uma tese.
B. Língua	<input type="checkbox"/> 2. Pensamento expresso por uma frase declarativa.
C. Fala	<input type="checkbox"/> 3. Signo relacionado com o objeto por uma lei convencional.
D. Signo	<input type="checkbox"/> 4. Aquilo que substitui qualquer coisa para alguém.
E. Índice	<input type="checkbox"/> 5. Ideia ou posição que se pretende defender.
F. Ícone	<input type="checkbox"/> 6. Sistema convencional de signos.
G. Símbolo	<input type="checkbox"/> 7. Processo de comunicação de mensagens.
H. Proposição	<input type="checkbox"/> 8. Signo realmente afetado pelo objeto.
I. Tese	<input type="checkbox"/> 9. Signo semelhante ao objeto.
J. Persuasão	<input type="checkbox"/> 10. Ato de empregar a língua para exprimir ideias.
K. Refutação	<input type="checkbox"/> 11. Prática discursiva para levar alguém a aceitar uma tese.

3





Unidade axiológica

- 3.1.** Ações e acontecimentos, atos do Homem e atos humanos
- 3.2.** Liberdade, responsabilidade e determinismo
- 3.3.** Os valores

Objetivos de aprendizagens

- Distingue atos do Homem de atos humanos.
- Problematiza os conceitos de liberdade e de responsabilidade e determinismo.
- Assume atitudes de responsabilidade numa perspetiva de exercício de cidadania ativa e inclusivista, no respeito pelo outro e pela dignidade da pessoa humana.
- Infere a correlação entre a liberdade e a responsabilidade.
- Esclarece o conceito de valor.
- Manifesta abertura e sensibilidade à interculturalidade, valorizando a diversidade individual e de grupos.
- Distingue valor de facto.
- Problematiza a ideia de relativismo, universalidade e hierarquia de valores.
- Analisa a influência recíproca de valores e culturas.
- Questiona os valores de hoje.

Um dos temas de estudo da Filosofia é a **ação humana**. Esse estudo é amplamente justificável. Por um lado, sendo seres naturais e encontrando-nos, a esse nível, sujeitos às mesmas leis que condicionam e determinam os outros seres e fenômenos da natureza, sentimos necessidade de perceber se temos efetivamente **liberdade** – no sentido de **"livre-arbítrio"** –, por outro, consideramos importante perceber o que são os **valores** e que relação existe entre os **valores e a cultura**.

A compreensão destes aspetos ajudar-nos-á a entender melhor o ser humano enquanto **agente supostamente livre e responsável** e a desenvolver uma cidadania ativa e aberta à inclusão, ao **respeito pelo outro** e pela **dignidade da pessoa humana**.

A experiência mental que se segue procura levar-nos a refletir sobre o **problema do livre-arbítrio**.

Texto 1

«O inspetor-chefe Andrews fez milagres nesta cidade. Os assassinios caíram 90%. Os assaltos caíram 80%. O crime nas ruas caiu 85%. O furto de automóveis caiu 70%. Mas agora ele estava no banco dos réus e todo aquele bom trabalho estava em risco. A sua autoridade policial foi a primeira no país a implementar o recém-legalizado programa de justiça preventiva. Os avanços na computação e na inteligência artificial tornavam agora possível prever quem cometeria qualquer tipo de crime no futuro próximo. As pessoas podiam ser testadas por todo o tipo de motivos: como parte de um programa aleatório ou com base numa suspeita específica. Se fossem identificadas como criminosos em potencial, seriam presas e punidas antecipadamente. Andrews não achava o esquema draconiano. De facto, como nenhum crime tinha sido cometido no momento da prisão, as sentenças eram muito mais leves. Um futuro assassino passaria por um programa intenso desenhado para garantir que não cometesse assassinios e só seria libertado quando os testes mostrassem que não o faria. Muitas vezes isso significava uma detenção de menos de um ano. Se fossem deixados para realmente cometer o crime, enfrentariam prisão perpétua e, mais importante, uma pessoa estaria morta. Mas, ainda assim, [...] [protestava-se] dizendo que não se pode prender alguém por algo que não fez.»

Baggini, Julian. *The Pig that Wants to be Eaten: And 99 Other Thought Experiments*. Trad. José Ferreira Borges, Granta Books, 2010, p. 118.



Fig. 1 Julian Baggini (1968-).

O principal problema filosófico que está subjacente a esta experiência mental é, conforme dissemos, o problema do livre-arbítrio. Esta experiência mental suscita-nos, por isso, diversas questões:

- “Se fôssemos capazes de identificar um potencial criminoso, seria legítimo prender e punir antecipadamente essa pessoa, se assim garantíssemos que ela não iria cometer qualquer crime?”;
- “Será legítimo prender alguém por algo que não fez?”;
- “As ações humanas encontram-se determinadas e são, por isso, previsíveis?”;
- “Será que, ao invés dos fenómenos da natureza, temos livre-arbítrio?”;
- “Se temos livre-arbítrio, podemos ser responsabilizados?”;
- “As punições e as recompensas pressupõem a existência do livre-arbítrio?”;
- “É possível compatibilizar o determinismo com o livre-arbítrio?”.

Se as ações humanas forem totalmente previsíveis, então, aparentemente, elas não são livres, mas sim determinadas, pois haverá uma **cadeia de causas e efeitos** que conduzirá necessariamente a essas ações. Ora, se as ações não forem livres, ou seja, se não tivermos alternativa e não pudermos agir de outro modo, também não poderemos ser responsabilizados por aquilo que fazemos, seja bom ou mau. Ainda assim, como veremos, **há filósofos que defendem que é possível que tudo esteja determinado e que tenhamos livre-arbítrio.**

É sobre estas temáticas, seguidas do problema dos valores, que iremos refletir na presente unidade. Não existe consenso em torno do problema de saber se temos ou não livre-arbítrio – o que não surpreende, tratando-se de um problema filosófico.

Importa, no entanto, **distinguir “livre-arbítrio” de “liberdade circunstancial”**. Como veremos, é possível sentirmo-nos livres (ou termos liberdade circunstancial, não nos sentindo coagidos) e não termos livre-arbítrio. O assunto é complexo e, por isso, vale a pena enfrentá-lo.

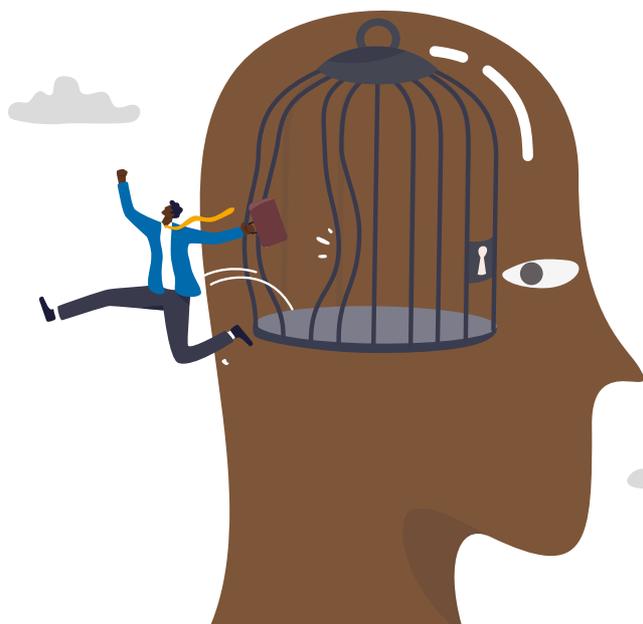


Fig. 2 Podemos estar aprisionados e, mesmo assim, ter livre-arbítrio.



Nesta unidade, estudaremos os seguintes tópicos: a ação humana, contrapondo-a aos meros acontecimentos; a liberdade, a responsabilidade e o determinismo, distinguindo “liberdade circunstancial” de “livre-arbítrio”; as noções de “facto” e “valor”, caracterizando os valores, relacionando-os com a cultura e refletindo sobre os valores na atualidade.



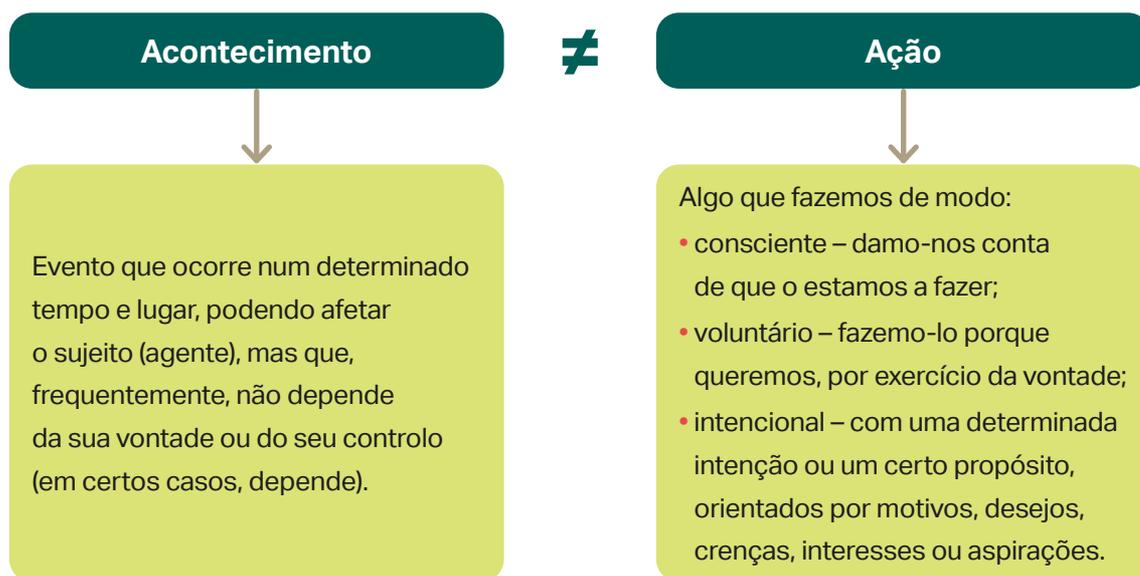
Vídeo
Acontecimentos
e atos



3.1. Ações e acontecimentos, atos do Homem e atos humanos

Quando caminhamos ao ar livre e, sem que o esperemos, começa a chover, é natural que aceleremos o passo para procurar abrigo. Chover foi algo que **simplesmente aconteceu**. Já acelerar o passo foi algo que **decidimos fazer**, em resposta a essa circunstância inesperada.

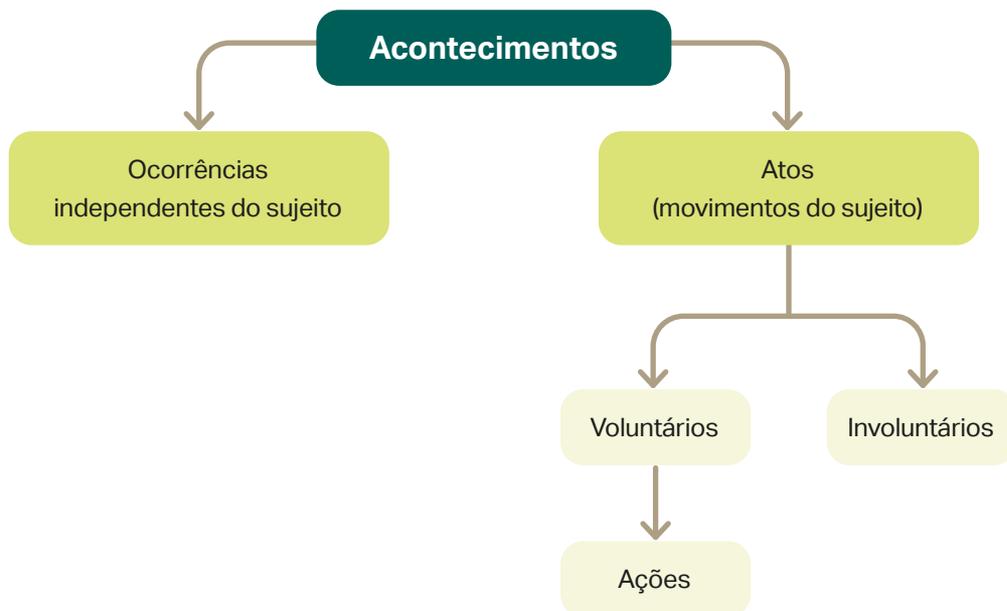
No primeiro caso, estamos a falar de um **mero acontecimento**, enquanto, no segundo, estamos perante uma **ação**.



Nesta distinção já se encontra, então, implícito que as ações e os acontecimentos têm alguma ligação entre si. Com efeito, **todas as ações são acontecimentos**, mas **nem todos os acontecimentos são ações**. Para um acontecimento ser uma ação, é necessário (embora não seja suficiente) que ele envolva um **agente** – o **sujeito da ação**.

Deste modo, retomando o exemplo anterior, acelerar o passo no sentido de procurar abrigo foi, ao mesmo tempo, uma ação e um acontecimento. Contudo, a chuva cair foi apenas um acontecimento.

Feita esta distinção, vamos agora introduzir o conceito de **"ato"**. Geralmente, considera-se que "ato" é sinónimo de "ação". No entanto – para tornar mais clara a diferença entre **"atos do Homem"** e **"atos humanos"** –, reservaremos o termo "ação" para os movimentos do sujeito com um carácter consciente, voluntário e intencional e usaremos "ato" para qualquer movimento do sujeito (voluntário ou involuntário).



A distinção entre **atos voluntários** e **atos involuntários** é fácil de entender. Quando o nosso organismo está a fazer a digestão, não controlamos o modo como esta decorre. Trata-se de um ato involuntário. Há, porém, coisas que dependem da nossa vontade – ou, pelo menos, sentimos que dependem de nós. Por exemplo, podemos optar, voluntariamente, por comer uma sopa ou um pão com queijo, ainda que o tempo e o modo da digestão não dependam da nossa vontade.

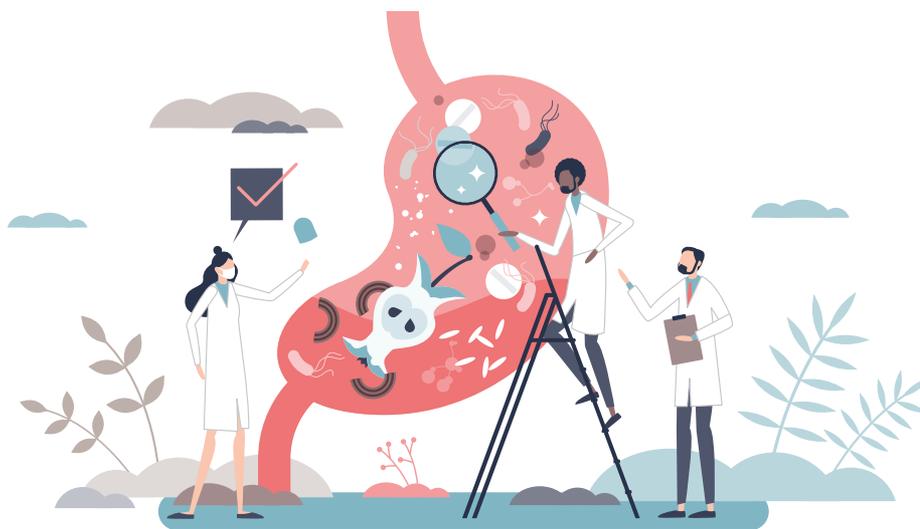


Fig. 3 A digestão não depende da nossa vontade.

Texto 2

«Suponhamos que apanhei o comboio e paguei o meu respetivo bilhete. Durante o percurso vou distraído, pensando nas minhas coisas, sem me dar conta de que brinco com o pedacito de cartão, enrolo-o e desenrolo-o, até que finalmente o atiro descuidadamente pela janela aberta. Nessa altura aparece-me o revisor e pede-me o bilhete: desespero e provavelmente a multa. Posso apenas murmurar para me desculpar: “Atirei-o pela janela... sem me aperceber.” O revisor, que é também um pouco filósofo, comenta: “Bom, se não se apercebeu do que estava a fazer, não pode dizer que o tenha atirado pela janela. É como se ele tivesse caído.” Mas eu não estou disposto a aceitar esta restrição: “Desculpe, mas uma coisa é que me tenha caído o bilhete e outra tê-lo atirado, mesmo que o tenha feito inadvertidamente.” Parece que esta discussão agrada mais ao revisor do que multar-me: “Veja, ‘deitar fora’ o bilhete é uma ação, algo diferente de que nos caia, que é apenas uma dessas coisas que acontecem. Quando alguém faz uma ação é porque quer fazê-la, não é verdade? Mas em contrapartida as coisas acontecem sem querer. De maneira que como você não quis atirar o bilhete podemos dizer que na realidade ele lhe caiu.”»

Savater, Fernando. *As Perguntas da Vida*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2010, pp. 140-141.

Análise e interpretação

- 1 Porque é que a frase «Atirei-o pela janela... sem me aperceber.» pode ser considerada contraditória?



Fig. 4 Abrir um guarda-chuva é um exemplo de um ato voluntário.

Texto 3

«A verdade é que existe uma diferença entre o que simplesmente me acontece (viro um copo com um safanão na mesa ao ir buscar o sal), o que faço sem me dar conta e sem querer (o belo do bilhete atirado pela janela!), o que faço sem me dar conta mas segundo uma rotina adquirida voluntariamente (como meter os pés nos chinelos quando me levanto da cama meio-adormecido) e o que faço apercebendo-me e querendo (atirar o revisor bruscamente pela janela para que vá buscar o bilhete). Parece que a palavra “ação” é uma palavra que apenas convém à última destas possibilidades. É evidente que ainda existem outros gestos difíceis de classificar mas que à partida parecem qualquer coisa menos “ações”: por exemplo, fechar os olhos e levantar o braço quando alguém me atira qualquer coisa à cara ou procurar algo a que me agarrar quando estou quase a cair. Não, decididamente uma “ação” é apenas o que não teria feito se não tivesse querido fazê-lo: chamo ação a um ato *voluntário*.»

Savater, Fernando. *As Perguntas da Vida*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2010, p. 141.

Análise e interpretação

- 1 O que é necessário, segundo Fernando Savater, para que algo seja uma ação?

Acontecimento/Ação	Movimentos do sujeito	Exemplo
Meros acontecimentos	O que simplesmente me acontece	Derrubar um copo sem querer, escorregar ou tropeçar.
	O que faço sem me dar conta e sem querer	Deixar cair o bilhete distraidamente, piscar os olhos (embora nem sempre) ou fazer a digestão.
	O que faço sem me dar conta, mas segundo uma rotina adquirida voluntariamente	Colocar os pés nos chinelos, quando ainda se está ensonado.
Ação	O que faço apercebendo-me e querendo	Pintar um quadro, estudar ou devolver dinheiro emprestado.

Considera-se, pois, "**ação humana**" apenas o que **fazemos de um modo voluntário e consciente**, isto é, aquilo que queremos efetivamente fazer por exercício da vontade e de que realmente temos consciência. A ação humana é, assim, **racional, intencional**, supostamente **livre** e, por conseguinte, supostamente **responsável**.

Ir ao cinema, cozinhar, telefonar a um amigo, ajudar um cego a atravessar a rua, por exemplo, são atos que fazemos voluntariamente e de forma consciente, isto é, **resultaram da nossa vontade e de uma decisão de os realizar**.

Contudo, apesar de fazer algo conscientemente ser uma **condição necessária** para se poder falar em "ação", tal não é uma **condição suficiente**, porque existem comportamentos conscientes que não dependem da vontade do ser humano. Alguns dos nossos movimentos físicos e/ou fisiológicos são apenas **reações**, isto é, o nosso corpo executa-os sem os podermos evitar, embora tenhamos consciência deles: tremer de frio ou transpirar ao correr, por exemplo.

Estes exemplos ilustram, sem dúvida, comportamentos que o ser humano realiza de modo consciente: ele sabe que treme, transpira e respira. Contudo, estes são **movimentos involuntários**, que o corpo realiza **mecânica e independentemente da vontade** do sujeito, para assegurar o seu equilíbrio interno.

O que fazemos **involuntariamente (consciente ou inconscientemente)** está, deste modo, excluído do domínio da ação humana, enquadrando-se em **atos do Homem**, que não estão dependentes da sua vontade. **São Tomás de Aquino** (1225-1274) distinguia "**atos do Homem**" (involuntários) de "**atos humanos**" (voluntários).



Fig. 5 Imagem a partir de Carlo Crivelli, *São Tomás de Aquino*, 1476, National Gallery, Londres.

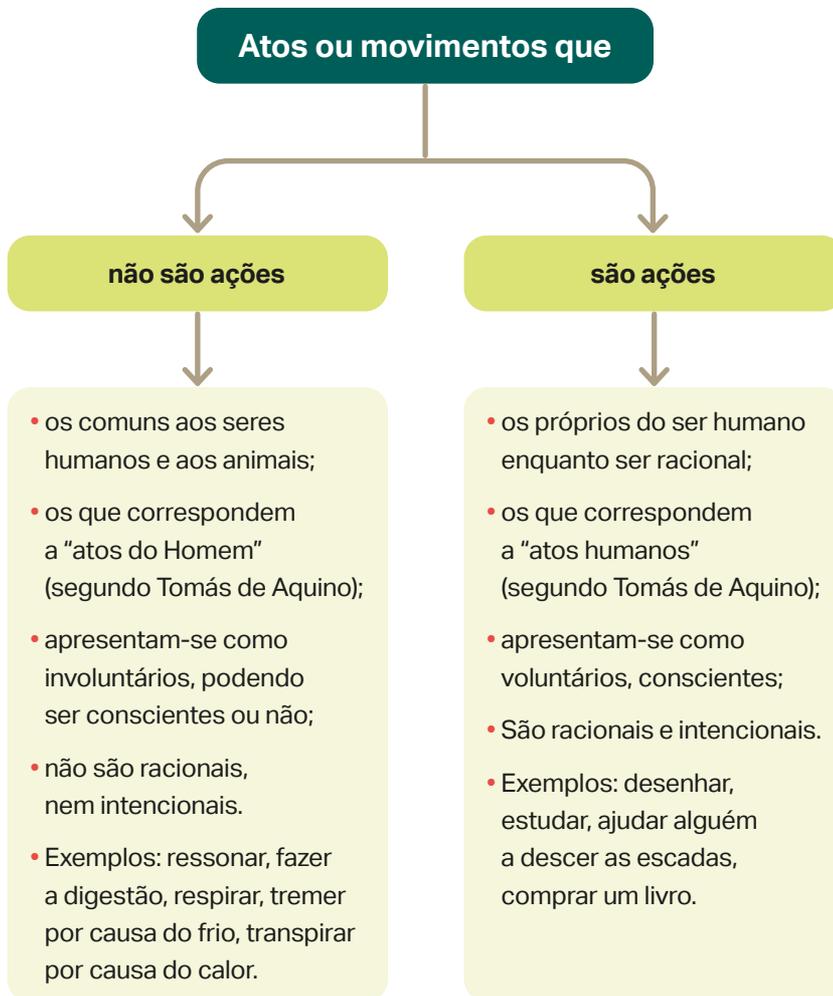


Fig. 6 A desova das tartarugas não corresponde a uma ação.

Atividades

- 1 Que relação existe entre ações e acontecimentos?
- 2 Como podemos definir "ação"?
- 3 Considera as expressões abaixo e coloca, para cada caso, um X na opção correta.

	É ação	Não é ação
A. Fazer uma sopa.		
B. Ato involuntário.		
C. Tremor de nervosismo.		
D. Escrever um poema.		
E. Partir um espelho sem querer.		
F. Partir um copo ao atirá-lo contra uma parede.		
G. Ato inconsciente.		
H. Planear uma visita de estudo.		
I. Ato consciente e involuntário.		
J. Ato humano.		
K. Tropeçar na rua.		
L. Cair de uma bicicleta.		
M. Marcar um golo.		
N. Crescer cabelo.		
O. Contemplar uma pintura.		
P. Acender uma vela.		
Q. Acordar.		
R. Falar com alguém.		
S. Sentir frio.		
T. Cantar.		
U. Ver uma peça de teatro.		



Fig. 7 Para algumas avaliações, os médicos podem recorrer ao exame do reflexo patelar: uma pancada controlada no joelho da pessoa, com um martelo de borracha próprio para essa função, vai, à partida, fazer mover a parte abaixo do joelho sem que a pessoa o faça conscientemente.

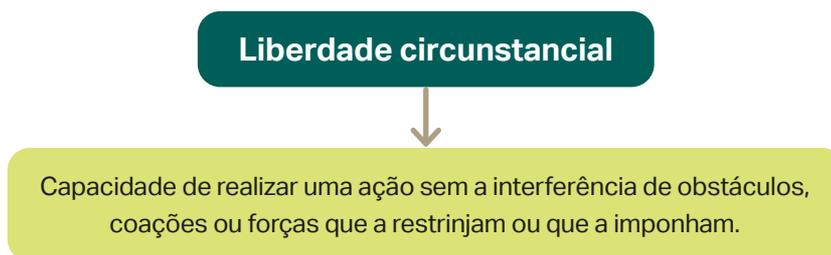
3.2. Liberdade, responsabilidade e determinismo

Toda a ação tem um autor, o **agente**, que pode ser **responsabilizado** pelas suas ações, isto é, pode ter de assumi-las e responder por elas.

Contudo – admitindo que agimos sem coações e possuímos a liberdade de fazer algo –, será que somos responsáveis por aquilo que fazemos? Teremos livre-arbítrio? Será o livre-arbítrio compatível com o determinismo? São estas algumas das questões a que tentaremos dar resposta, nas páginas seguintes.

3.2.1. A liberdade circunstancial e as condicionantes da ação humana

Começemos por clarificar o conceito de “liberdade”, já que surge, na linguagem do dia a dia, com muitos significados. Na discussão filosófica, há dois tipos de liberdade a distinguir: a **liberdade circunstancial** e a **liberdade metafísica** ou **livre-arbítrio**.



A **liberdade circunstancial** é, assim, a capacidade de fazer algo voluntariamente, sem se ser constrangido. Temos liberdade circunstancial, por exemplo, para fazer uma caminhada ou ir comprar algo. No entanto, se alguém nos prendesse a uma árvore, quando quiséssemos caminhar, ou se nos roubassem o dinheiro para as compras, perderíamos essa liberdade circunstancial.

Como facilmente se compreende, a liberdade circunstancial – justamente por estar ligada a uma circunstância – nunca é absoluta, isto é, não podemos fazer tudo o que queremos ou temos vontade de fazer. Trata-se, então, de uma **liberdade situada, contextualizada e condicionada**, no âmbito da nossa **existência singular, finita e situada num tempo e num espaço** específicos.

A nossa **ação é sempre condicionada**, existindo sempre **condicionantes da ação humana** a considerar, nomeadamente relativas às dimensões **biológica, psicológica e cultural**. Entre essas condicionantes encontram-se, por exemplo, as características corporais e mentais, o meio que nos rodeia, as influências da educação, o ambiente natural, a época histórica, as circunstâncias nacionais, sociais, políticas e culturais.

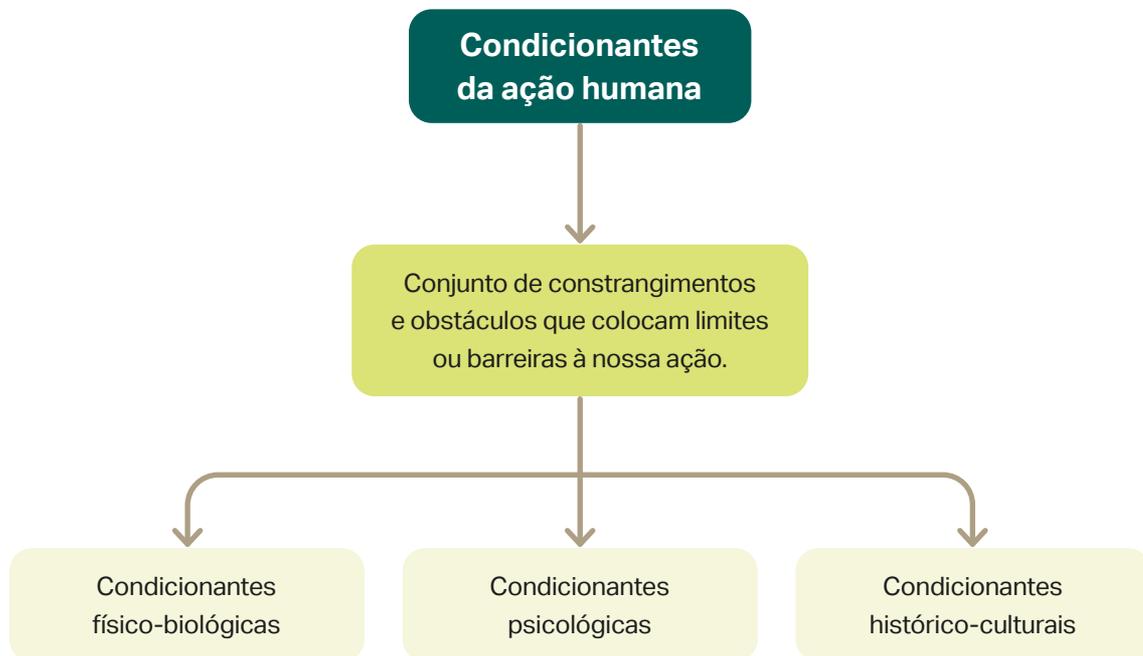


Fig. 8 Apesar das nossas condicionantes físico-biológicas, conseguimos encontrar formas de voar, como pelos balões de ar quente.



As condicionantes da ação, enquanto a **limitam**, abrem-lhe um **horizonte de possibilidades**, assumindo-se também, de certo modo, como **condições** do próprio agir. Por exemplo, não podemos respirar naturalmente (sem auxílio de algum aparelho) dentro de água: essa é uma condicionante da nossa ação. No entanto, podemos desenvolver, graças à nossa inteligência, tecnologia que nos permite superar esse e outros possíveis obstáculos.

Relativamente às **condicionantes físico-biológicas**, todas as ações estão, antes de mais, dependentes da nossa **constituição morfológica e fisiológica**. De facto, o modo como nos relacionamos com o meio envolvente depende das características do nosso corpo, muitas das quais herdámos geneticamente. Essas características limitam determinadas ações, mas possibilitam outras, condicionando, assim, o que podemos fazer e como o podemos fazer.

As ações estão dependentes também das **características psicológicas**, nomeadamente da **personalidade** do agente, do seu **temperamento** ou dos seus **estados psicológicos temporários**, como a alegria, a tristeza ou a depressão, etc.

As **condicionantes histórico-culturais**, por sua vez, são o conjunto de **fatores de carácter histórico, cultural, social, económico, científico, tecnológico, religioso**, entre outros, que influenciam o ser humano, a sua personalidade, o seu modo de ser e, conseqüentemente, a sua ação. O conjunto de regras sociais, padrões, hábitos e costumes, os conhecimentos e os avanços técnicos, o tipo de socialização que o agente experiencia e o tipo de educação que recebe, por exemplo, constituem elementos que influenciam a ação humana, seja orientando-a num determinado sentido, seja impondo limites (legais, morais ou outros) à sua realização. Portanto, a nossa liberdade é sempre limitada.



Texto 4

«Cada um vive numa situação única concreta da sua existência. Cada qual traz consigo, como herança, determinadas aptidões espirituais e corporais; desde a infância está marcado pelo meio que o rodeia, pelas influências de educação, pelo ambiente espiritual ético, religioso e ideológico em que se desenvolve; vive numa época determinada com o seu espírito (ou falta de espírito) histórico, vive em determinadas circunstâncias nacionais, sociais, políticas e culturais seguindo livre no seu “mundo”. Por ele é conformada por dentro e por fora a existência e inclusivamente ficando em parte inevitavelmente condicionada. As possibilidades do nosso querer e agir são-nos pré-indicadas, mas também são impostas restrições à nossa liberdade num âmbito determinado de possibilidades concretas apetecíveis e realizáveis. Outras possibilidades são excluídas de antemão. Algumas nem sequer surgem no nosso horizonte, outras que vemos parecem-nos – com ou sem razão – inacessíveis. Não provocam de maneira nenhuma a nossa livre eleição, uma vez que se nos não apresentam como autênticas possibilidades da nossa liberdade. Em todos estes casos está restringida a nossa liberdade: com a limitação da nossa existência finita e singular, do nosso conhecimento finito e sempre incompleto e da nossa vontade finita reduzida a um estreito campo da ação.»

Coreth, Emerich. *O Que É o Homem?*. Lisboa: Editorial Verbo, 1985, p. 59.

Análise e interpretação

- 1 O que é que, perante as possibilidades do nosso querer e do nosso agir, conduz às restrições da nossa liberdade?

A **ação** e a **liberdade** (circunstancial) são sempre **situadas** e **contextualizadas**, pois acontecem num determinado ambiente historicamente marcado. Ora, o facto de termos uma **liberdade circunstancial e condicionada** – na qual se podem incluir a liberdade política, religiosa, civil, sexual, entre outras – nada nos diz sobre o modo como as escolhas foram originadas ou causadas. Por exemplo, nada nos garante que a escolha de uma religião, de um partido político, ou de um emprego não seja o resultado inevitável da nossa herança genética, da nossa personalidade, da nossa constituição bioquímica ou de outras causas determinantes.

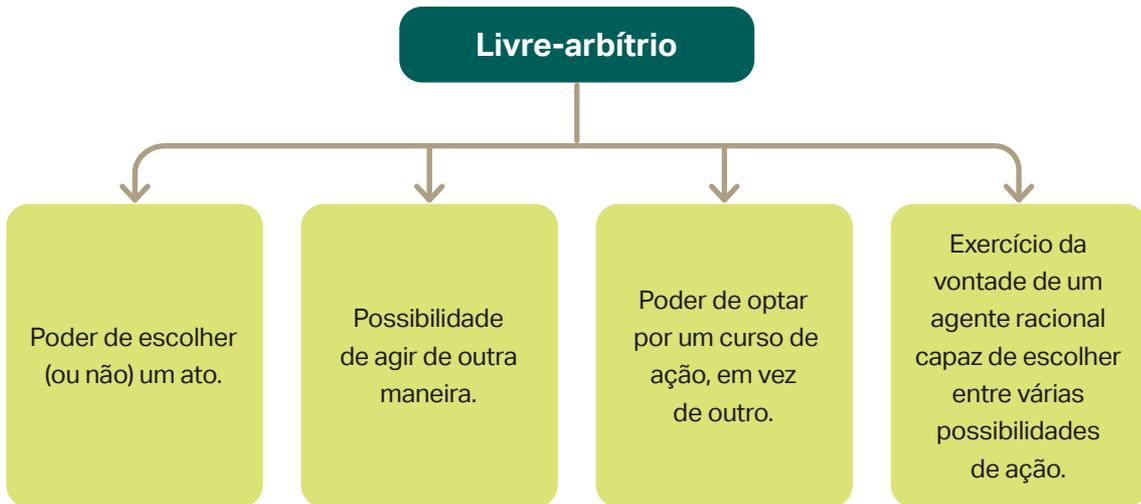
Atividades

- 1 Refere quais são as condicionantes da ação humana, exemplificando.
- 2 Atenta nas duas teses seguintes:
 - A. Ser livre é poder fazer tudo o que se quer.
 - B. Ser livre não é poder fazer tudo o que se quer.

2.1. Com qual destas teses concordas? Argumenta a favor dessa tese.

3.2.2. Três teorias acerca do livre-arbítrio

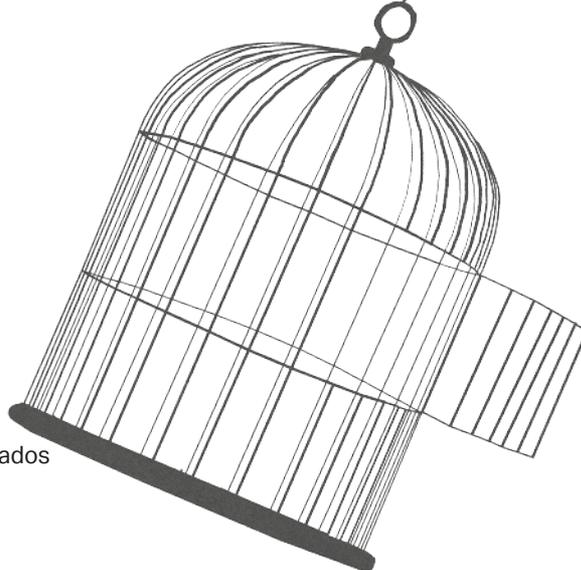
Será que temos livre-arbítrio? Esta questão é muito importante, porque o livre-arbítrio está relacionado com a responsabilidade. O que entendemos, então, por livre-arbítrio?



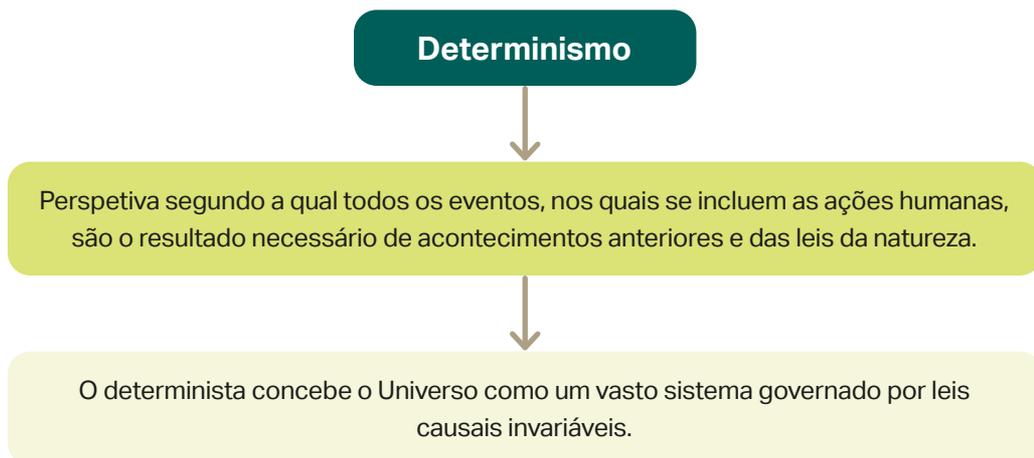
A **responsabilidade** é a situação ou característica daquele que pode ser chamado a "responder" sobre um determinado facto, estando associada à obrigação de reparar o mal causado a outrem ou à possibilidade de se ser julgado e punido por um delito ou um crime.

Responsabilizar o agente por qualquer ação é pressupor que ele é **livre**, isto é, que tem **livre-arbítrio**, ou o poder de escolher de entre as alternativas possíveis. Em resumo, **só há responsabilidade se houver livre-arbítrio**.

Fig. 9 Os animais agem por instinto, pelo que não podem ser responsabilizados pelas suas ações.



A ciência proporciona-nos uma perspetiva acerca do mundo e do comportamento humano que parece contrariar a ideia de que temos livre-arbítrio. Com efeito, a ciência tende a apresentar todos os eventos como o resultado necessário de uma causalidade natural, inclinando-se para o **determinismo**.



Deste modo, os deterministas entendem que, se fosse possível ter um conhecimento completo do Universo no presente, conseguiríamos **prever rigorosamente** o que aconteceria no futuro. O estado atual do Universo surge, assim, como o efeito inevitável do seu estado anterior e a causa do que se seguirá.

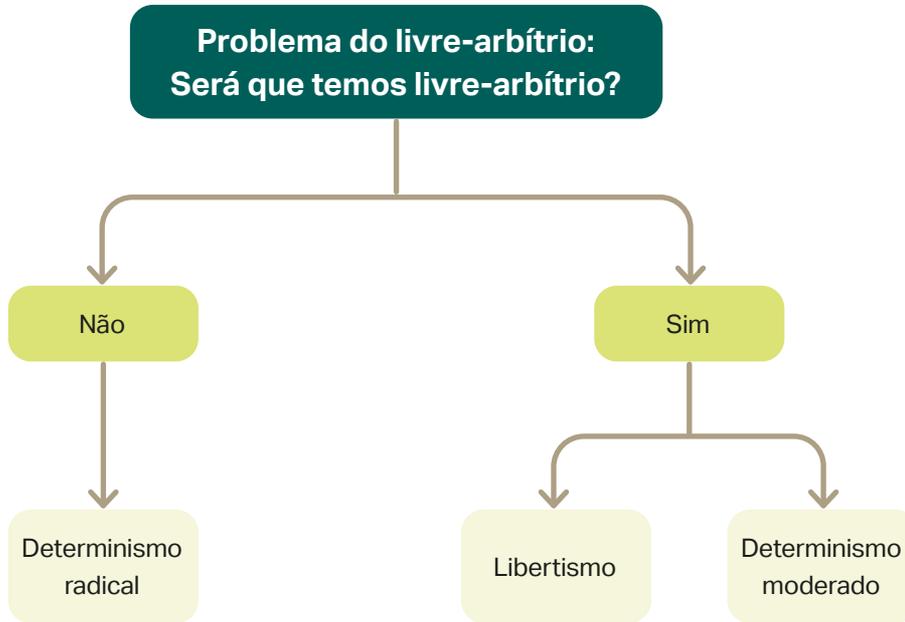
Como as nossas escolhas, os nossos desejos e as nossas ações são eventos do mundo, eles resultam, necessariamente, de causas anteriores e das leis da natureza. Por conseguinte, se os estados mentais têm um carácter biológico, regem-se pelas leis físicas e encontram-se inteiramente determinados.



Fig. 10 Quando alinhamos, em pé, as peças de dominó e empurramos a primeira, todas as seguintes caem em sequência. A efeitos semelhantes damos o nome de "efeito dominó".

Somos levados a perguntar se de facto podemos controlar as nossas ações ou se tudo escapa ao nosso controlo. Além disso, será possível compatibilizar a ideia de que tudo no mundo (inclusive nós próprios) obedece a uma causalidade necessária com a ideia de que temos livre-arbítrio?

Em resposta ao problema do livre-arbítrio, podemos considerar **três teorias**:



O **determinismo radical** e o **libertismo** são **respostas incompatibilistas** ao problema do livre-arbítrio, pois consideram que **o livre-arbítrio não é compatível com o determinismo**. O **determinismo moderado** constitui, por sua vez, uma **resposta compatibilista**, visto **compatibilizar o determinismo com o livre-arbítrio**, defendendo, ao mesmo tempo, que tudo está determinado e que temos livre-arbítrio.



Começemos, então, por estudar o **determinismo radical**.

Manual Digital

Vídeo
Determinismo e liberdade na ação humana



Determinismo radical

Defende que tudo está determinado e que, se tudo está determinado, então não temos livre-arbítrio nem podemos, por isso, ser responsabilizados.

Considera que o livre-arbítrio e o determinismo não são compatíveis.

Defende que o livre-arbítrio é ilusório.

A **responsabilidade moral** exige que tenhamos **livre-arbítrio**, pois considerar o agente como moralmente responsável significa admitir que ele tem mérito ou culpa pelas ações que realiza voluntariamente, diante de várias alternativas possíveis, e que poderia ter escolhido agir de um modo diferente daquele que agiu.

Ora, como não tem qualquer controle sobre as suas ações, que são o **resultado inevitável de causas anteriores** (algumas das quais remontam, inclusive, a um tempo em que ele ainda não tinha nascido), o sujeito não escolhe agir desta ou daquela maneira. Logo, não tem livre-arbítrio e, por isso, não pode ser responsabilizado.

Fig. 11 A responsabilidade pressupõe o livre-arbítrio.

Texto 5

«Uma pedra recebe do impulso de uma causa externa uma quantidade fixa de movimento pela qual continuará necessariamente a mover-se quando o impulso da causa externa tiver cessado. [...] O que aqui se aplica à pedra deve ser entendido em relação a cada coisa individual, por mais complexa que seja a sua estrutura e por mais diversas que sejam as suas funções. Pois todas as coisas singulares são necessariamente determinadas por uma causa externa para existir e agir de uma maneira fixa e determinada.

Além disso, imaginai, por favor, que, enquanto continua em movimento, a pedra pensa e sabe que se está a esforçar, na medida do possível, para continuar em movimento. Ora, esta pedra, uma vez que está consciente apenas do seu esforço e não é de modo algum indiferente, pensará seguramente que é completamente livre e que continua em movimento por nenhuma outra razão senão a de que assim o deseja. Esta é, então, aquela liberdade humana que todos os homens se orgulham de possuir, e que consiste unicamente nisto: os homens estão conscientes do seu desejo e inconscientes das causas pelas quais são determinados.»

Spinoza, Baruch. *Complete Works*. Trad. José Ferreira Borges, Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2002, p. 909.

Análise e interpretação

- 1 Tendo em conta o texto, e usando a pedra em movimento como termo de comparação, explica porque é que os seres humanos possuem a ilusão de que têm livre-arbítrio.

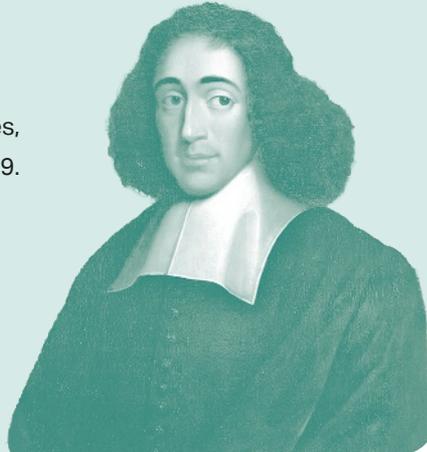


Fig. 12 Imagem a partir da pintura a óleo *Retrato de Baruch Spinoza* (1632-1677), cerca de 1665, Biblioteca Herzog August, Wolfenbüttel.

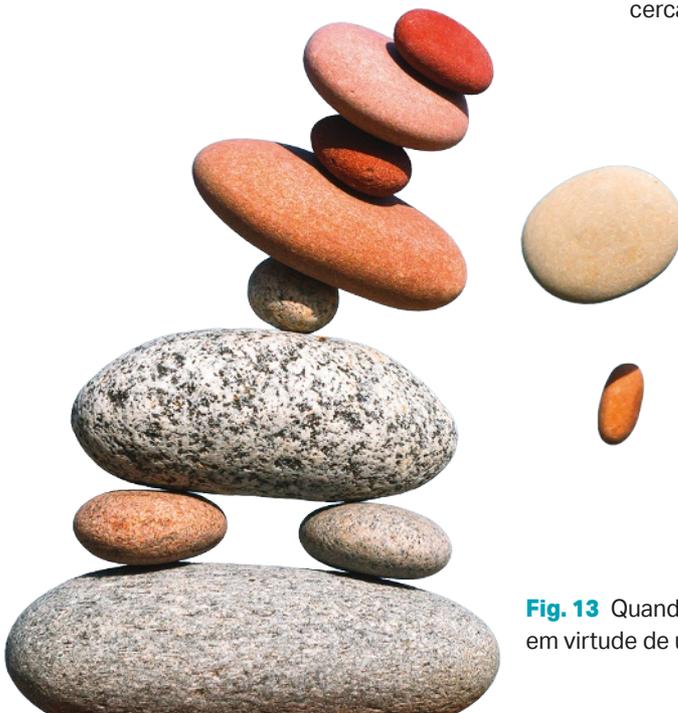


Fig. 13 Quando uma pedra cai, tal acontece em virtude de uma causa externa.

Uma das **objeções** ao determinismo radical consiste em considerar que somos livres porque nos apercebemos de que o somos no ato de deliberar e escolher. Os nossos sentimentos de culpa, arrependimento e remorso mostram que poderíamos ter agido de outro modo, sendo natural acreditarmos nisso. Assim, a nossa vida individual e as nossas escolhas pressupõem o livre-arbítrio. Esta crítica introduz outra perspetiva: o **libertismo**.

Contestando a visão determinista do mundo – segundo a qual todos os eventos são causados por eventos anteriores e pelas leis da natureza –, **os libertistas defendem que o sujeito é um agente causador**, isto é, alguém com o poder de interferir no curso normal das coisas, através da sua capacidade racional e da sua deliberação.

Neste sentido, podemos fazer com que as coisas aconteçam através da nossa própria intervenção. É como se existisse uma **causalidade do agente**, mediante a qual este inicia sequências de acontecimentos, sem ser causalmente determinado.

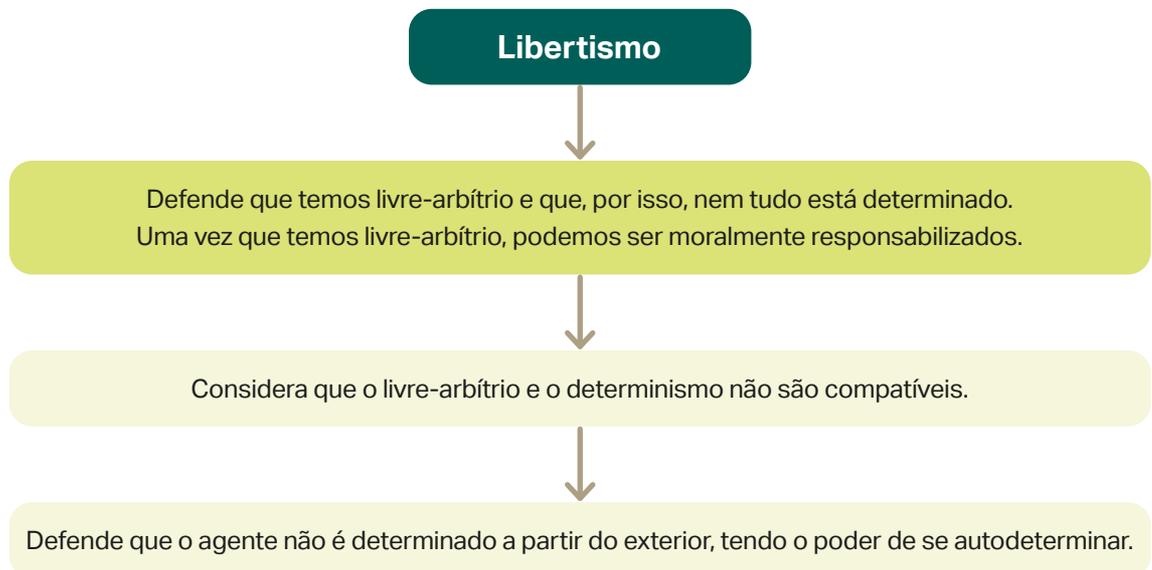


Fig. 14 Ter livre-arbítrio é, num certo sentido, poder agir independentemente das cadeias naturais.

Para defender as suas teses, os libertistas consideram, em geral, que **existe uma dualidade entre o corpo e a mente**, e que esta se encontra acima ou fora da causalidade da natureza ou do mundo físico-biológico. Esta entidade mental, a que muitas vezes também se chama “**alma**” ou “**espírito**”, não está sujeita ao determinismo das coisas naturais, tendo a capacidade de **interferir com a ordem causal da natureza**. O corpo humano é, certamente, determinado por causas naturais e necessárias, mas a mente humana (ou a alma) não está determinada e pode autodeterminar-se.

Os libertistas apresentam também o **argumento da experiência** e o **argumento da responsabilidade**, para defender a sua tese. Por um lado, a experiência da liberdade é uma prova de que somos livres: sabemos que somos livres porque nos apercebemos de que o somos sempre que fazemos uma escolha consciente. Por outro lado, temos a noção da responsabilidade: no nosso modo habitual de pensar, consideramos que os outros são responsáveis pelas suas ações e nós pelas nossas, censuramos o mau comportamento e louvamos o bom. Para justificar estas reações, parece necessário que tenhamos livre-arbítrio.



Fig. 15 Sabemos que alguns alimentos são mais saudáveis do que outros, por isso somos capazes de indicar, por exemplo, que quem escolhe uma banana em vez de um bolo terá feito uma boa escolha, se pretender comida saudável.

Texto 6

«Dostoievski escreveu: “Se Deus não existisse, tudo seria permitido.” Aí se situa o ponto de partida do existencialismo. Com efeito, tudo é permitido se Deus não existe, fica o homem, por conseguinte, abandonado, já que não encontra em si, nem fora de si, uma possibilidade a que se apegue. Antes de mais nada, não há desculpas para ele. Se, com efeito, a existência precede a essência, não será nunca possível referir uma explicação a uma natureza humana dada e imutável; por outras palavras, não há determinismo, o homem é livre, o homem é liberdade. Se, por outro lado, Deus não existe, não encontramos diante de nós valores ou imposições que nos legitimem o comportamento. Assim, não temos nem atrás de nós, nem diante de nós, no domínio luminoso dos valores, justificações ou desculpas. Estamos sós e sem desculpas. É o que traduzirei dizendo que o homem está condenado a ser livre. Condenado, porque não se criou a si próprio; e no entanto livre, porque uma vez lançado no mundo, é responsável por tudo quanto fizer.»

Sartre, Jean-Paul. *O Existencialismo É Um Humanismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1962, pp. 193-194.

Análise e interpretação

1 O que significa a afirmação «o homem está condenado a ser livre»?

A principal crítica ao libertismo é que o facto de **termos experiência da liberdade não prova que tal liberdade exista**, pois essa pode ser ilusória, isto é, a sensação de ser livre (de ter livre-arbítrio) pode não corresponder a nada de real. Afinal, os nossos estados mentais são bastante complexos e podem resultar de causas bioquímicas que não controlamos.

Não é por não se conseguir identificar todas as causas que atuam sobre o agente que se pode concluir que elas não existem. Aliás, como já vimos, o determinista radical diz que possuímos a ilusão de ter livre-arbítrio porque desconhecemos as causas e as forças externas e internas que agem sobre nós e que nos determinam.

Contudo, não será possível estarmos determinados e, ao mesmo tempo, termos livre-arbítrio? Segundo o **determinismo moderado**, que é uma teoria compatibilista, é exatamente isso que acontece.



 Manual Digital

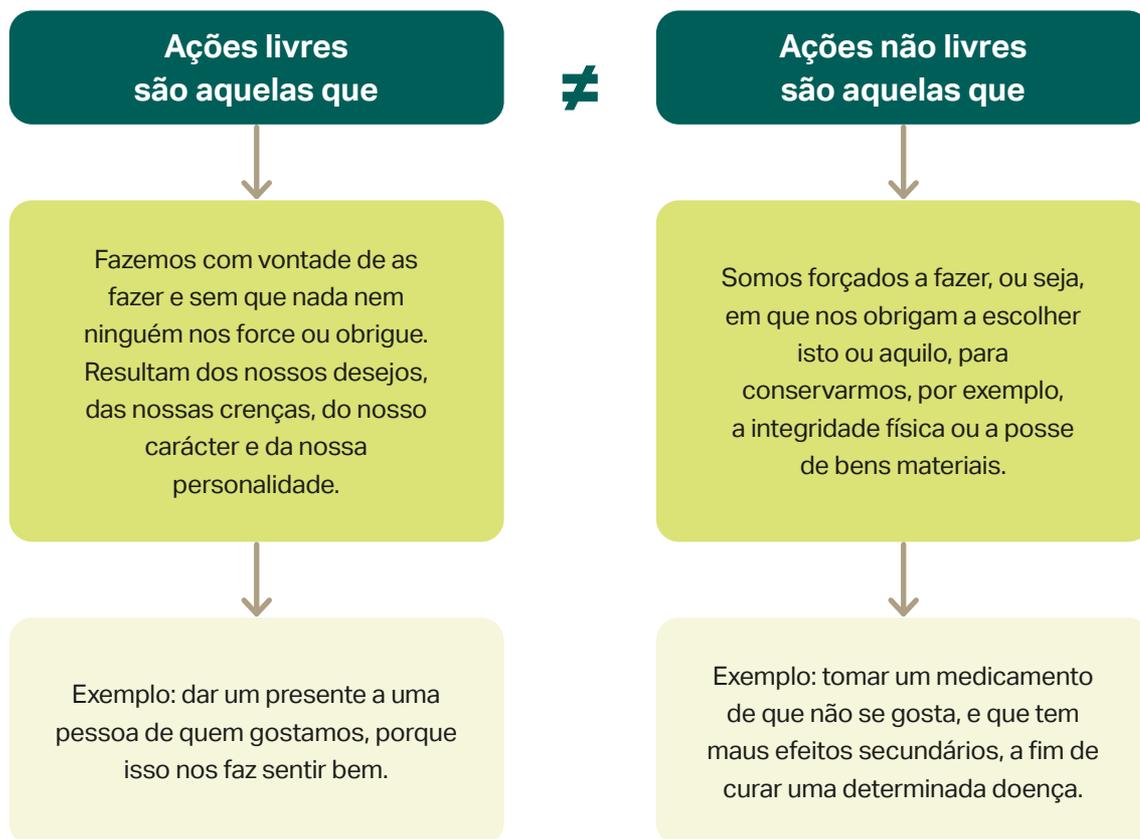
Áudios
Determinismo e liberdade na ação humana

Determinismo moderado ou compatibilismo



Fig. 16 De acordo com o determinismo moderado, mesmo havendo um só caminho disponível, é possível sermos livres.

O determinismo moderado, como perspectiva compatibilista, estabelece uma distinção entre **ações livres** e **ações não livres**.



Livre não significa não causado, mas sim **isento de coerção**, coação, constrangimentos, compulsões ou obstáculos. As ações são sempre causadas – pelo nosso passado, pelo nosso temperamento, por processos que ocorrem no cérebro, por fatores que não controlamos.

As **ações livres** resultam do exercício da **vontade** de um agente, das suas **crenças** e dos seus **desejos**, surgindo por um **processo natural**, sem coações, mesmo que ele esteja determinado a agir assim.

Esta conceção de livre-arbítrio aproxima-se da de liberdade circunstancial, que já estudámos. Vamos agora ler um texto que expressa a teoria do determinismo moderado, no qual o autor tenta mostrar que **do facto de uma ação ser causalmente determinada não se segue necessariamente que o agente seja obrigado a realizá-la**, ou seja, não se conclui necessariamente disso que ele não seja livre.



Manual Digital

Vídeo
O agente: liberdade e responsabilidade



Texto 7

«Suponhamos, por exemplo, que um psicanalista é capaz de explicar algum aspeto do meu comportamento, relacionando-o com alguma lesão que sofri na infância. Nesse caso, pode dizer-se que a minha experiência de infância, juntamente com alguns outros acontecimentos, exige que eu me comporte como me comporto. Mas tudo o que isso envolve é que se constata ser verdade, em geral, que, quando as pessoas tiveram certas experiências quando crianças, elas se comportam subsequentemente de certas maneiras específicas; e o meu caso é apenas mais um exemplo desta lei geral. É assim que o meu comportamento é explicado. Mas do facto de o meu comportamento poder ser explicado, no sentido de poder ser subsumido sob alguma lei natural, não se segue que eu esteja a agir sob coação.

Se isto estiver correto, dizer que eu poderia ter agido de outro modo é dizer, primeiro, que eu teria agido de outro modo se assim o tivesse escolhido; segundo, que a minha ação foi voluntária no sentido em que as ações, digamos, do cleptomaniaco não o são; e, terceiro, que ninguém me obrigou a escolher como escolhi: e estas três condições podem muito bem ser cumpridas. Quando são cumpridas, posso dizer que agi livremente. Mas isso não quer dizer que agir como agi foi uma questão de acaso ou, por outras palavras, que a minha ação não pudesse ser explicada. E que as minhas ações sejam suscetíveis de ser explicadas é tudo o que é exigido pelo postulado do determinismo.»

Ayer, Alfred Jules. *Philosophical Essays*. Trad. José Ferreira Borges, Londres e Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1972, p. 282.

Análise e interpretação

- 1 O que significa, segundo A. J. Ayer, agir livremente?



Fig. 17 Alfred Jules Ayer (1910-1989).

Sendo uma **perspetiva compatibilista**, o determinismo moderado encontra-se sujeito, pelo menos, à seguinte **objeção**: se somos livres, mas as nossas ações decorrem das nossas crenças, do nosso carácter e dos nossos desejos não manipulados, então também é verdade que o carácter, as crenças e os desejos dependem de forças que não controlamos.

Por outras palavras, se tudo em nós é causado por acontecimentos anteriores e pelas leis da natureza, então temos de admitir que **há forças e impulsos que não dependem de nós e que servem de causas para o nosso comportamento**, constringendo-nos a agir de determinado modo, ainda que a ação nos pareça perfeitamente voluntária, livre e não coagida. Na verdade, só **não temos consciência desses constrangimentos causais**.

Por isso, em rigor, nunca poderíamos ter agido de outra maneira, nem nunca poderíamos ter desejos diferentes daqueles que temos. Logo, não somos realmente livres nem podemos, portanto, ser responsabilizados.



Fig. 18 Se estamos determinados, então estamos constringidos a agir de determinada forma, mesmo que não o sintamos.

Atividades

- 1 Relaciona “responsabilidade” e “livre-arbítrio”.
- 2 Em que consiste o determinismo?
- 3 Apresenta uma objeção ao determinismo radical.
- 4 O que pretendem dizer os libertistas quando afirmam que o sujeito é um agente causador?
- 5 Porque é que, segundo o determinismo moderado, do facto de uma ação ser causalmente determinada não se segue necessariamente que o agente não seja livre?
- 6 Atenta nas duas teses seguintes:
 - A. Temos livre-arbítrio.
 - B. Não temos livre-arbítrio.

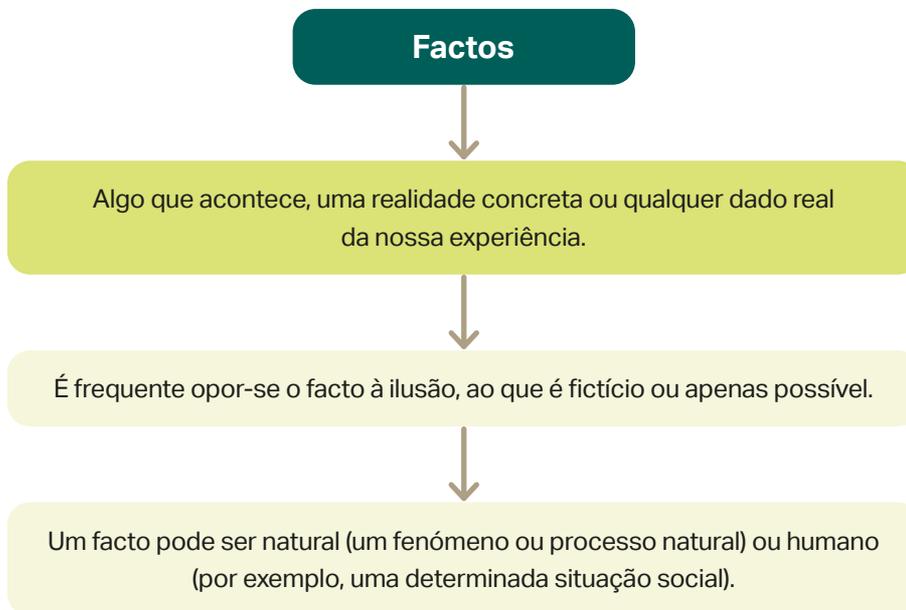
6.1. Com qual destas teses concordas? Argumenta a favor dessa tese.

3.3. Os valores

A disciplina filosófica que se dedica ao estudo dos valores é a **axiologia** ou **filosofia dos valores**. Estudaremos, agora, a noção de “valor”, a diferença entre “facto” e “valor” e entre “juízos de facto” e “juízos de valor”, a hierarquia e a polaridade dos valores, assim como o seu relativismo e a sua universalidade, a par da relação entre os valores e a cultura, refletindo depois sobre a situação dos valores na atualidade.

3.3.1. Noção de “valor”: facto e valor

Por vezes, ouvimos expressões como “factos são factos!” ou “contra factos não há argumentos”, mas, afinal, o que são “**factos**”?



Habitualmente, separamos “**factos**” de “**valores**”, impondo-se, então, outra pergunta: “o que são **valores**?”

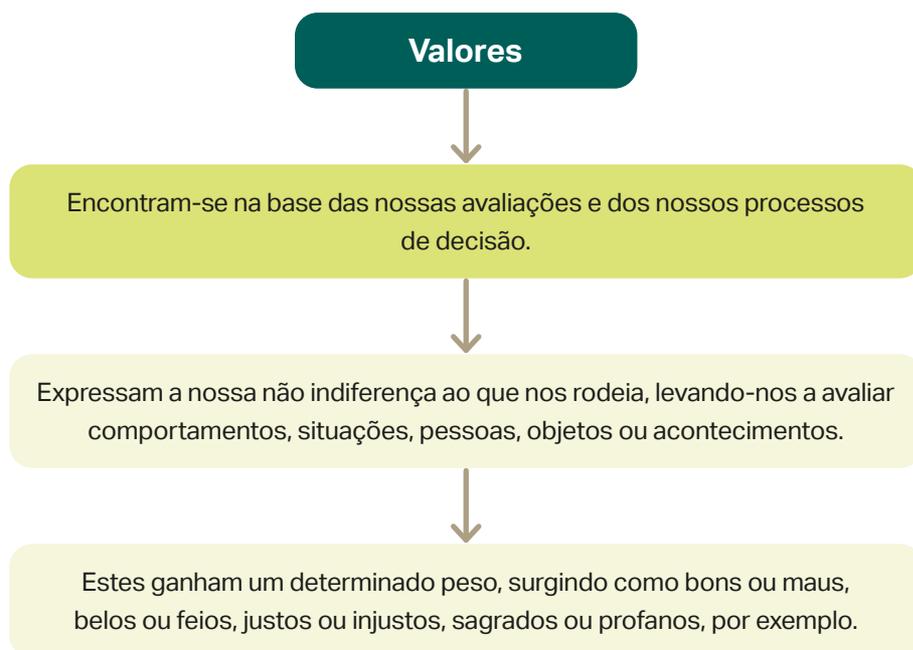
O ser humano é, ao longo da sua vida, confrontado com diversas situações, circunstâncias, pessoas e objetos que o afetam e não o deixam indiferente. Suponhamos que um homem foi passear para a praia com a filha (excelente nadadora) e a sobrinha (que apenas sabe flutuar). Suponhamos também que ambas se afastaram em direções opostas e que, por coincidência, ambas gritaram por ajuda ao mesmo tempo, visto estarem em risco de afogamento. Admitamos, por fim, que o homem sabe que não tem qualquer possibilidade de salvar as duas.

Como facilmente se compreenderá, este homem vive um dilema, um **conflito de valores**: neste caso, o valor de ajuda à filha e o valor de ajuda à sobrinha. Trata-se de um conflito, uma vez que o homem não pode responder às duas situações ao mesmo tempo, tendo, então, de decidir, rapidamente, se vai em auxílio de uma ou de outra criança. Para escolher, terá de comparar as duas alternativas, decidindo depois em função da que considera mais **valiosa**.

Certamente que o homem considera que ambos os valores são igualmente importantes: não fica indiferente perante a situação da filha nem perante a situação da sobrinha. Mas, dado que **esses valores entram em conflito**, terá de optar, agindo em função de um e em detrimento de outro.

Manual Digital

Vídeo
A natureza dos valores



As nossas decisões implicam, portanto, agir em função de **valores**, que são os orientadores e fundamentos das nossas ações. As ações quotidianas estão, muitas vezes, marcadas por essas ideias e orientações: é por respeito ao amor, à amizade, à justiça, à lealdade, à honra, à beleza, à elegância, à reputação, à saúde ou ao sagrado que um determinado sujeito prefere certos **objetos**, **pessoas** ou **situações** – em vez de outros.



Fig. 19 Agimos em função de valores e de preferências.

Texto 8

«Todos nós valoramos e não podemos deixar de valorar. Não é possível a vida sem proferir constantemente juízos de valor. É da essência do ser humano conhecer e querer, tanto como valorar. [...] Todo o querer pressupõe um valor. Nada podemos querer senão aquilo que de qualquer maneira nos pareça valioso e como tal digno de ser desejado.

Valoramos as mais diferentes coisas. O nosso valorar recai sobre todos os objetos possíveis: água, pão, vestuário, saúde, livros, homens, opiniões, atos. Tudo isso é objeto das nossas apreciações. E nelas encontramos já as duas direções possíveis de todas as nossas valorações. Isto é: os nossos "juízos" de valor ora são *positivos*, ora *negativos*; umas coisas parecem-nos valiosas, outras desvaliosas.»

Hessen, Johannes. *Filosofia dos Valores*.
Coimbra: Arménio Amado Editor, 1980, p. 40.

Análise e interpretação

- 1 O que significa afirmar que «todo o querer pressupõe um valor»?

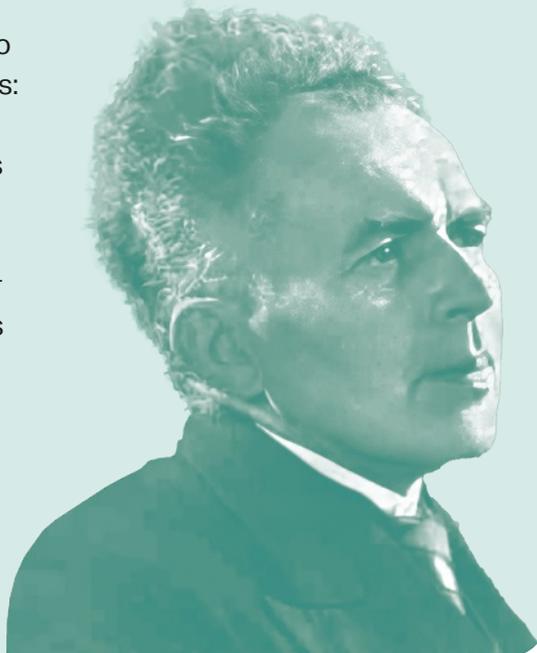
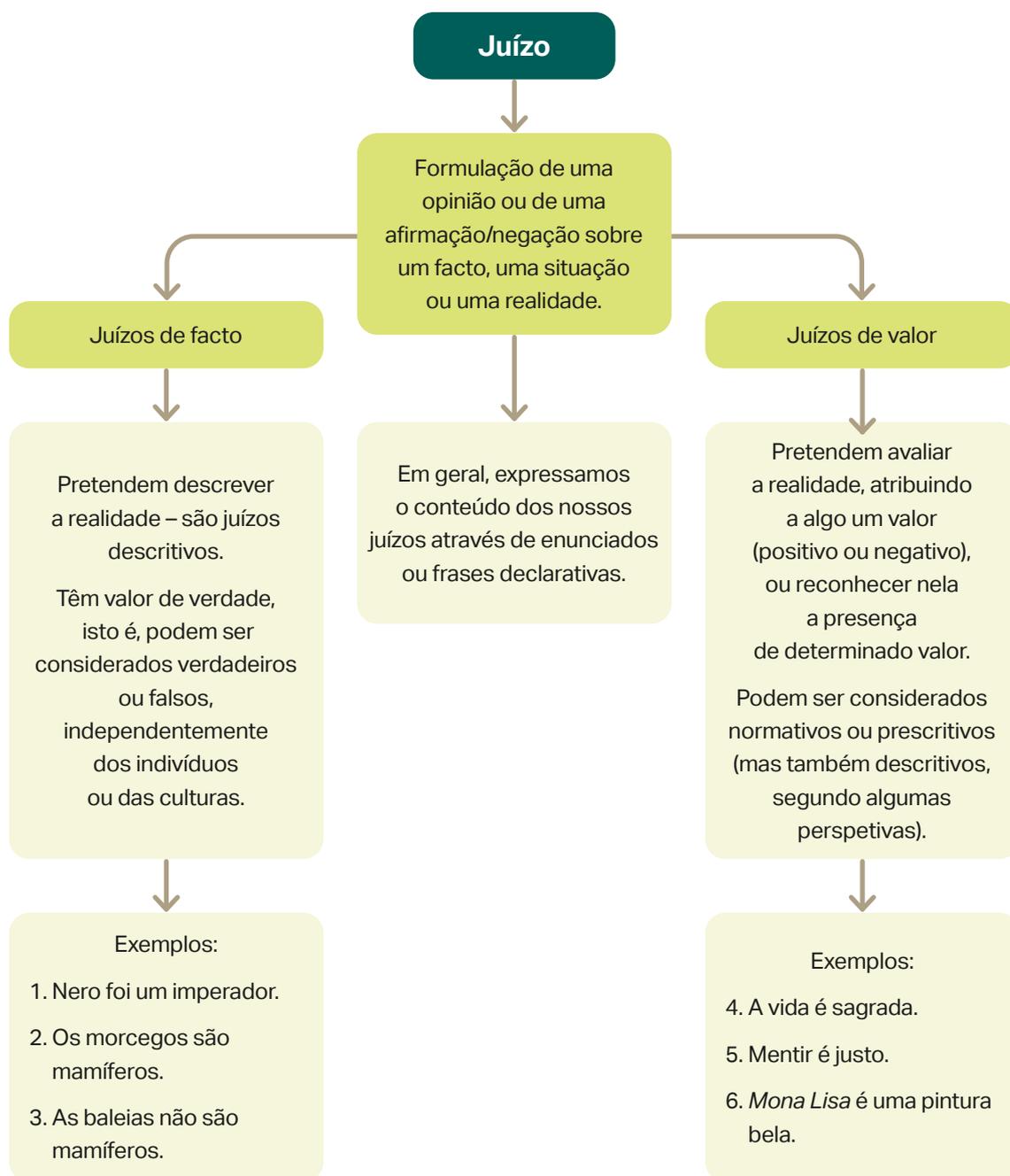


Fig. 20 Johannes Hessen (1889-1971).

Na **experiência valorativa** – ou seja, no ato pelo qual atribui ou se apercebe dos valores –, o sujeito classifica **objetos**, **situações** ou **pessoas** como bons ou maus, belos ou feios, justos ou injustos, por exemplo. Portanto, os valores estão na base dos desejos, dos sentimentos, das avaliações, das preferências, das decisões e das ações do sujeito.

Quando afirmamos, por exemplo, que “aquela pessoa é honesta”, ou que “aquela pintura é bela”, estamos a exprimir uma avaliação feita de acordo com valores: neste caso, um valor moral (a honestidade) e um estético (a beleza). Ao mesmo tempo, expressamos aquilo que pensamos através de juízos de valor. Tal como existe uma diferença entre “facto” e “valor”, “**juízo de facto**” e “**juízo de valor**” também se distinguem.



Os **juízos de facto** pretendem, assim, descrever a realidade. Se descrevem corretamente a realidade (exemplos 1. e 2.), são considerados **verdadeiros**; se a descrevem erradamente (exemplo 3.), são considerados **falsos**.

Os enunciados 4., 5. e 6. traduzem uma avaliação da realidade, remetendo, neste caso, para valores como o sagrado, a justiça e a beleza. Quem afirma que a vida é sagrada, que mentir é justo ou que *Mona Lisa* é uma pintura bela parte de certos valores, que lhe servem como critérios de avaliação.



Fig. 21 Cada juízo de valor que fazemos é uma ponderação acerca da realidade.

Os **juízos de valor** são normativos ou prescritivos, pois apontam para normas ou fazem recomendações (sobre como as coisas deveriam ser ou acontecer). É como se pretendêssemos que a realidade seguisse essas normas ou recomendações. Contudo, será que estes juízos também podem ser considerados verdadeiros ou falsos? A resposta a esta pergunta não é consensual.

Atividades

- 1 Qual é a principal distinção entre "factos" e "valores"?
- 2 Repara nas frases seguintes. Indica quais são os juízos de facto e quais são os juízos de valor.
 - A. Joaquim voa.
 - B. Dizer mal dos outros é moralmente errado.
 - C. Deus existe.
 - D. A Terra é plana.
 - E. O genocídio é intolerável.
 - F. O fogo queima.
 - G. *Guernica* é um quadro interessante.
 - H. Roubar é injusto.
 - I. Algumas pessoas acreditam que mentir é certo.
 - J. Salvar uma vida é mais importante do que dizer a verdade.

3.3.2. Polaridade, hierarquia, relativismo e universalidade dos valores

Os valores apresentam-se em **polos opostos**, por exemplo: o bom e o mau, o belo e o feio, o justo e o injusto, o leal e o desleal, o sagrado e o profano. Aliás, a mesma pessoa pode ser entendida como boa, bonita ou justa por umas e como má, feia ou injusta por outras. Portanto, todo o valor enfrenta um contravalor (positivo ou negativo), um polo oposto. Esta característica dos valores chama-se "**polaridade**".

Os valores caracterizam-se também pela **hierarquia**, pois, na nossa avaliação das coisas e situações, consideramos umas mais valiosas do que outras. Cada um de nós tem as suas preferências, o que significa que **hierarquizamos** os valores de modo **pessoal** e **subjeto**. Os valores são, pois, necessariamente **hierarquizáveis**.

O filósofo alemão **Max Scheler** (1874-1928) apresentou uma classificação dos valores que os hierarquiza. De acordo com esta classificação, os valores religiosos são os mais importantes, enquanto os valores sensíveis são os menos importantes.

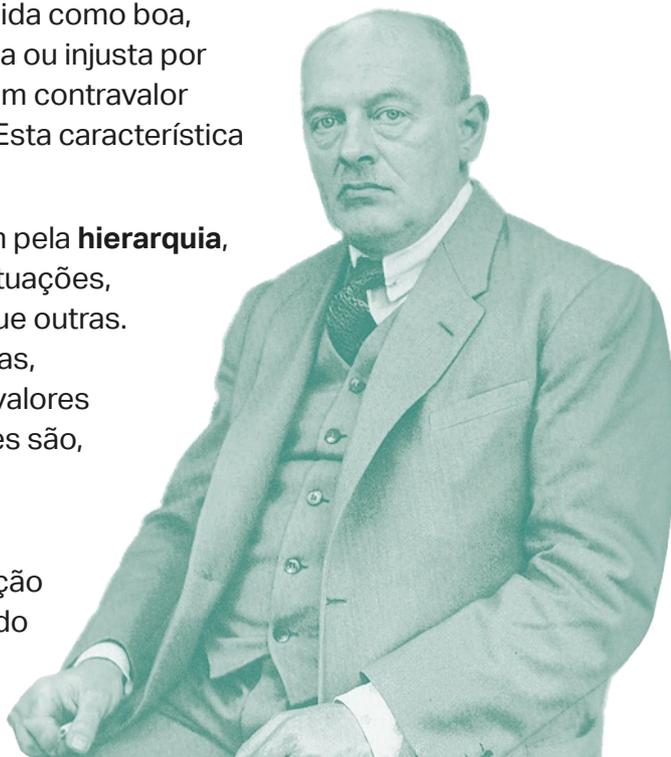


Fig. 22 Max Scheler.

A tábua de valores, de Max Scheler

Valores	Exemplos
Religiosos	Sagrado/profano.
Espirituais	Belo/feio; justo/injusto; verdadeiro/falso.
Vitais	Forte/fraco; são/efermo.
Sensíveis	Agradável/desagradável.

Manual Digital

Vídeo
Valores
e valorização



De acordo com Max Scheler, os **valores religiosos**, quando presentes na vida do ser humano, são mais importantes e mais valiosos do que os restantes (entre outras razões, porque é maior a sua duração e porque a satisfação que a sua realização produz em nós é mais profunda). Os **valores sensíveis**, sendo os menos valiosos de todos, ocupam a base da hierarquia. Isto significa que a maioria dos seres humanos abdicaria dos valores sensíveis, se fosse necessário, em favor dos vitais; ou dos valores vitais, em favor dos espirituais.

Estamos perante um exemplo de uma hierarquização dos valores que não poderá ser considerada definitiva. Bastará pensarmos que nem todos os indivíduos seguem uma religião. Além disso, a tábua apresentada pode alterar-se ao longo da vida da pessoa que a adota. Com efeito, as pessoas mudam e, por vezes, sentem necessidade de reajustar a sua escala de valores, consoante as suas experiências.

A **hierarquia pessoal de valores** define, então, as preferências, decisões e ações do ser humano. Diferentes sujeitos constroem as suas tábuas ou escalas de valores em função das suas **experiências** e do **significado** que lhes atribuem. Isso significa que existem **critérios valorativos** diferentes de sujeito para sujeito, de cultura para cultura.

Texto 9

«Aquele que tiver uma errada concepção dos valores não conseguirá imprimir à vida o seu verdadeiro e justo sentido. [...] Pelo contrário, todo aquele que conhecer os verdadeiros valores e, acima de todos, os do bem, e que possuir uma clara consciência valorativa, não só realizará o sentido da vida em geral, como saberá ainda achar sempre a melhor decisão a tomar em todas as suas situações concretas. [...] Só conhecemos os homens quando conhecemos os critérios de valoração a que eles obedecem; é destes que dependem, em última análise, o seu carácter e o seu comportamento em face das situações da vida. Mas, precisamente, para podermos apreciar as valorações dos outros, é preciso possuímos, antes de mais nada, um conhecimento profundo e largo dos nossos próprios valores e da sua escala.»

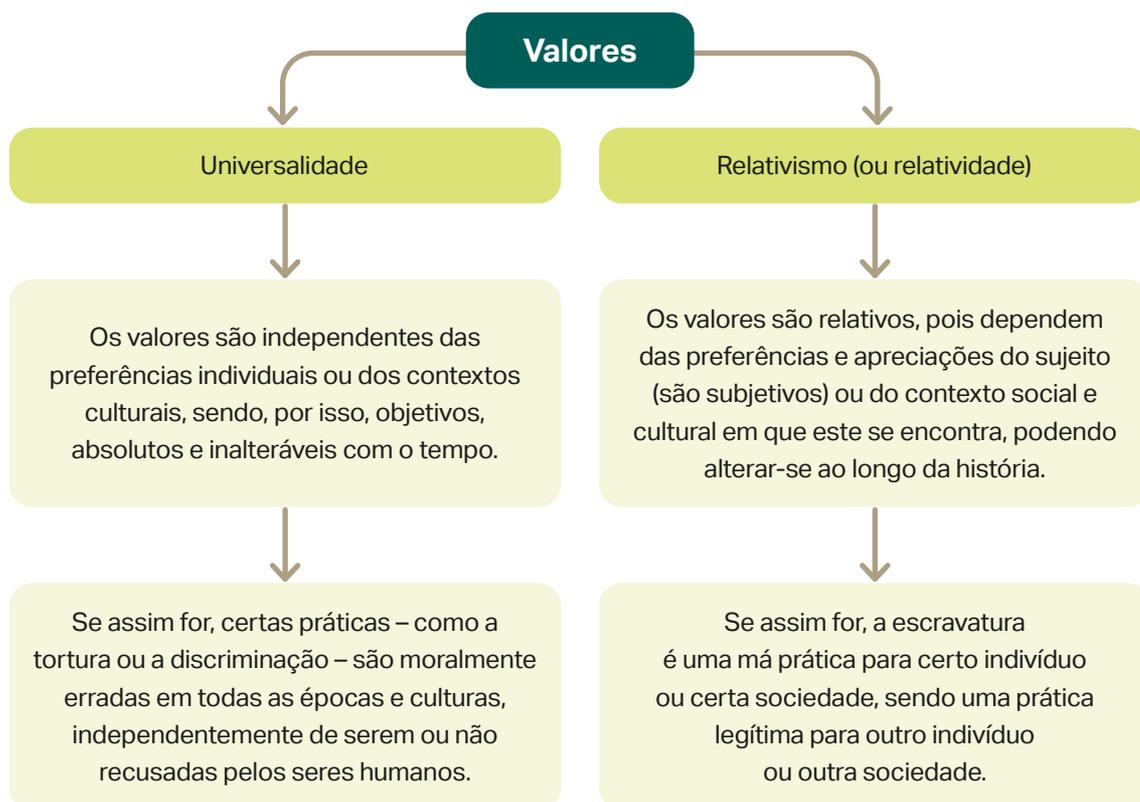
Hessen, Johannes. *Filosofia dos Valores*. Coimbra: Arménio Amado Editor, 1980, pp. 23-24.

Análise e interpretação

- 1 Segundo Johannes Hessen, o conhecimento e a consciência dos verdadeiros valores permitem o quê?
- 2 O que é necessário, segundo Hessen, para podermos apreciar as valorações dos outros?

À partida, é inegável que **os valores acompanham as culturas das sociedades humanas** e que, portanto, são relativos às suas épocas e aos seus espaços. Contudo, também é verdade que **valores como o bem ou o belo acompanham o ser humano desde sempre**, ainda que, na prática, tenham sido aplicados de modos diversos, pelas diferentes sociedades.

Serão os valores essencialmente históricos, estando subordinados ao tempo em que se encontram? Sendo assim, são relativos ao sujeito ou à cultura em que se inserem? Ou haverá neles alguma universalidade e intemporalidade? Será possível falar de valores universais e absolutos? No esquema seguinte distingue-se “**universalidade**” do “**relativismo**” (ou relatividade) dos valores.



Atividades

- 1 **Concordas com a hierarquia de valores apresentada por Max Scheler? Justifica.**
- 2 **Atenta nas duas teses seguintes:**
 - A. Existem valores absolutos.
 - B. Não existem valores absolutos.

2.1. Com qual destas teses concordas? Argumenta a favor dessa tese.

3.3.3. Valores e cultura

Enquanto **seres sociais**, partilhamos costumes, normas, valores e princípios que adquirimos na sociedade a que pertencemos. Os **padrões culturais** constituem, maioritariamente, uma referência para as escolhas que fazemos, nas avaliações que efetuamos e nas decisões que tomamos.

O **processo de socialização** permite-nos descobrir e assimilar os valores que sustentarão as nossas atitudes e apoiarão as nossas decisões e ações. Inserido em grupos, o ser humano manifesta a sua **natureza cultural**, procurando sempre ultrapassar a sua fragilidade físico-biológica e desafiando a todo o momento os seus próprios limites, desafios esses que implicam a **construção de valores**. Os valores são, neste sentido, criações do ser humano, manifestações da sua **natureza cultural**.

Por outro lado, a nossa cultura não é a única: existe uma **pluralidade de culturas**, com modelos de comportamento, hábitos e costumes diferentes. Reconhecer a pluralidade e a diversidade de culturas significa, também, afirmar a diversidade de valores que pautam a vida dos indivíduos que fazem parte dos diferentes grupos ou sociedades.



Fig. 23 É sempre enriquecedor conhecer culturas diferentes da nossa.

Texto 10

«Como resultado do processo de socialização, os modelos culturais, ao mesmo tempo que fazem parte da sociedade, são parte integrante das pessoas-membros da sociedade; embora exteriores às pessoas, como afirmava Durkheim com insistência, são também interiorizados por cada uma delas. E em consequência da interiorização dos modelos, o constrangimento (*contrainte*) que impõem já não é sentido pelos sujeitos que o suportam. Para o ocidental é tão “natural” comer com faca, garfo e colher como para o oriental comer com os dedos ou com pauzinhos. O que é natural é que cada um deles obedeça às “boas maneiras” praticadas no respetivo meio; as próprias regras têm apenas um carácter convencional e relativo. Identicamente, para o ocidental, a monogamia pode parecer a regra natural do casamento; mas temos de concordar que, para muitos africanos, a poligamia era e é ainda muito mais normal.»

Rocher, Guy. *Sociologia Geral*. Lisboa: Editorial Presença, 1977, vol. I, pp. 97-98.

Análise e interpretação

- 1 Porque é que os modelos culturais, segundo Guy Rocher, não são sentidos como formas de coação?



Fig. 24 Exemplo de uma mesa com comida e utensílios orientais.

Atualmente, a **diversidade cultural** é reconhecida como uma característica positiva da própria natureza humana. Por isso, costuma falar-se de **multiculturalidade**, que é um:

- facto – existe uma multiplicidade de padrões de cultura;
- e um modo de encarar a diversidade e a heterogeneidade, procurando estabelecer possíveis normas, regras e leis que assegurem a coexistência das diferentes culturas.



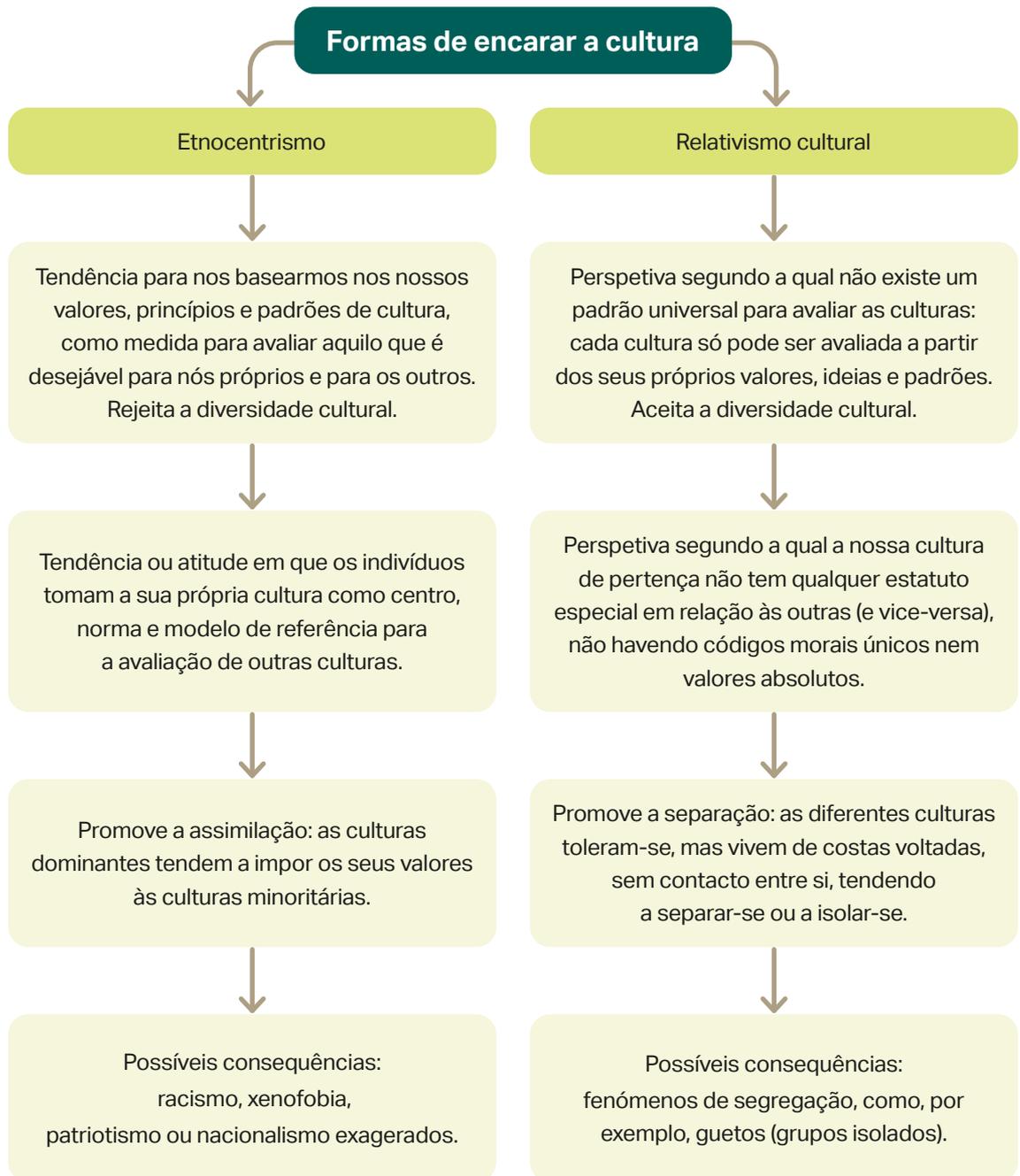
Fig. 25 A migração, por exemplo, potencia a coexistência de diferentes culturas.

A realidade de muitos países ocidentais é, na verdade, multicultural, ou seja, constituída por uma pluralidade de culturas, diferentes entre si, que partilham o mesmo espaço sob determinadas instituições e leis, que regem o seu funcionamento. A este fenómeno junta-se a emergência de **grupos minoritários** (nomeadamente as minorias étnicas, os homossexuais, entre outros), que reclamam o seu reconhecimento na sociedade.

As **diferenças culturais** assumem-se cada vez mais, e os indivíduos têm apelado ao respeito pelo direito à diferença, pelos valores e pelas práticas culturais específicas de cada grupo. Contudo, garantir esse respeito pelas diferenças não é tarefa fácil, pois continuam a existir conflitos de valores, acompanhados, muitas vezes, de injustiças sociais.

Ora, assumindo a realidade multicultural como um facto descritível, será possível falar de valores para todos e comuns a todos, independentemente das suas diferenças culturais? Como poderão conviver diferentes culturas que, à partida, defendem princípios, valores e critérios valorativos distintos?

O esquema que se segue apresenta **duas formas diferentes de encarar a cultura**. Cada uma delas traduz maneiras de pensar, atitudes e comportamentos distintos, perante a realidade cultural e social.



Vimos já a posição do **relativismo** sobre os valores: estes dependem do sujeito ou das culturas – por exemplo, “a beleza” ou “o bem” são relativos ao sujeito que os vivencia ou ao contexto social e cultural em que se encontram.



Manual Digital
Áudios
Relativismo cultural

Vamos debater -
Relativismo cultural



O **relativismo cultural** assume a diversidade como um dado incontestável e defende a necessidade de se respeitarem as diferenças culturais. Se entendermos que os nossos costumes, os nossos valores e as nossas ideias são os únicos aceitáveis, ficaremos impedidos de reconhecer a existência de outros igualmente aceitáveis. O relativismo cultural visa, assim, **evitar toda a postura etnocêntrica que possa levar à afirmação da supremacia de uma só cultura**, chamando-nos a atenção para o perigo de se incorrer numa visão dogmática, que se julgue detentora da verdade.

Deste modo, o relativismo cultural apela à **tolerância** para com o outro culturalmente diferente. O que significa ser tolerante? Ser tolerante significa, neste sentido, **conviver pacificamente com os outros, respeitando as suas diferenças**. Surge, no entanto, uma questão essencial: será possível ser tolerante com o intolerante?

Texto 11

«À questão “deverá o tolerante tolerar o intolerante?”, deverá ser dado em resposta um retumbante “não”. A tolerância tem de se proteger a si própria. Pode fazê-lo facilmente, dizendo que todos podem expor um ponto de vista mas ninguém pode forçar os outros a aceitá-lo. A única coerção deve ser a da argumentação; a única obrigação, o raciocínio honesto. [...]

A intolerância é um fenómeno psicologicamente interessante porque é sintomático de insegurança e medo. Os fanáticos que, se pudessem, nos obrigariam a agir em conformidade com o seu modo de pensar poderiam pretender estar a tentar salvar a nossa alma, mesmo contra a nossa vontade, mas, na verdade, fá-lo-iam porque se sentiam ameaçados. [...]

O medo gera a intolerância e a intolerância gera o medo: o ciclo é vicioso.»

Grayling, Anthony Clifford.

O Significado das Coisas.

Lisboa: Gradiva, 2002, pp. 23-24.

Análise e interpretação

- 1 Porque é que, segundo Anthony Clifford Grayling, o tolerante não deve tolerar o intolerante?



Fig. 26 Anthony Clifford Grayling (1949-).

Anthony Clifford Grayling não diz que devemos excluir o intolerante enquanto pessoa, mas sim as **atitudes intolerantes**. A intolerância não pode ter lugar numa **democracia consolidada**, mas devemos dialogar com o intolerante, desde que ele aceite as regras do jogo democrático, trazendo-o para a **esfera do diálogo**.



Áudios

O paradoxo da tolerância

Paradoxo da tolerância



Atividade

Leitura orientada:
Paradoxo da tolerância

A **tolerância** só pode existir segundo **condições** próprias: as da disponibilidade para o **diálogo** e para o **raciocínio honesto**. Com efeito, só dois interlocutores dispostos a ouvir e a apresentar seriamente as suas razões podem criar as condições para o entendimento.

Uma posição relativista não nos permite fundamentar, convenientemente, o modo como agir, por exemplo, perante presumíveis atentados aos direitos das crianças, das mulheres e dos trabalhadores. Convida-nos, em última análise, a tudo tolerar.

Justamente porque os problemas culturais parecem exigir outro tipo de resposta, surgem, atualmente, propostas que defendem o **diálogo intercultural**, a **cooperação solidária** e a **defesa da dignidade humana** como princípios universais. O **interculturalismo** apresenta-se como um modelo de compreensão da realidade multicultural que pretende superar o etnocentrismo e o relativismo. A **interculturalidade** tem como aspetos positivos a troca de princípios e referências, a valorização da igualdade de direitos e a prática do encontro e do diálogo.



Vídeos

A tolerância e o diálogo intercultural

Interculturalidade



Interculturalismo

Modelo de compreensão da realidade que assenta na interação, no diálogo e no respeito pela diversidade cultural, defendendo a possibilidade de alguns princípios e valores serem universais e partilhados por todas as comunidades.

Promove a integração e a interação: propõe o contacto e o diálogo entre as diferentes culturas, no sentido de estas se enriquecerem mutuamente.

Atividades

- 1 Porque é que nem o etnocentrismo nem o relativismo cultural respondem de forma adequada aos diversos problemas colocados pela diversidade cultural?
- 2 Atenta nas duas teses seguintes:
 - A. O diálogo intercultural é possível.
 - B. O diálogo intercultural não é possível.

2.1. Com qual destas teses concordas? Argumenta a favor dessa tese.
- 3 Faz uma pesquisa acerca de práticas culturais de diferentes culturas e compara-as com as de Cabo Verde. Podes investigar um tópico específico, como, por exemplo, as formas de cumprimento, a etiqueta à mesa ou os trajes típicos.

3.3.4. Os valores hoje – crise ou reformulação de valores?

As **sociedades atuais**, sobretudo em regimes democráticos, são, tendencialmente, abertas, pluralistas e multiculturais, estando marcadas pelas **conquistas científicas e tecnológicas**.

Diversas pessoas, de diferentes etnias ou nacionalidades, compartilham os seus modos de vida, costumes, valores, tradições e convicções, no contexto da multiculturalidade. Por isso, as nossas **opções individuais** podem ser diversificadas, ao nível político, religioso, artístico, cultural, entre outros.

Porém, estas características das sociedades atuais estão também associadas a uma certa **desorientação axiológica**, a sentimentos de **insegurança** e ao crescente **individualismo**. Por isso, é habitual ouvirmos dizer que vivemos uma **crise de valores**. O que significa isso? Não significa, certamente, que hoje não existam valores, pois, como já vimos, os valores fazem parte da existência humana.

Uma **crise de valores** é uma situação em que há conflito, desorientação, ambiguidade ou incerteza acerca de crenças e valores fundamentais, seja no interior de um indivíduo, seja no seio de uma sociedade.



Fig. 27 Uma crise de valores que surja no seio de uma sociedade também pode manifestar-se no interior de um indivíduo específico de outra sociedade.

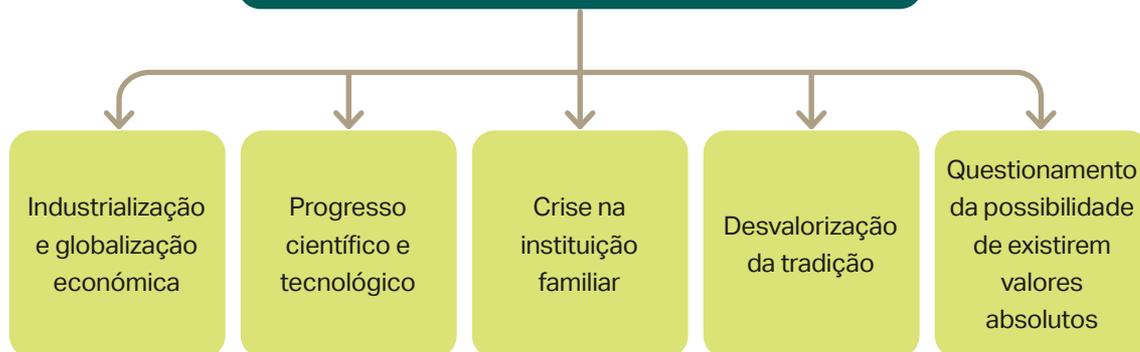
Será que vivemos mesmo uma **crise de valores**, ou estaremos apenas num processo de **reformulação, reapreciação ou reavaliação dos valores tradicionais**? Também é possível que essa reformulação seja consequência da própria crise de valores, uma crise que, por sua vez, resultou de diversos fatores.



Áudio
A subjetividade dos valores (Russell)



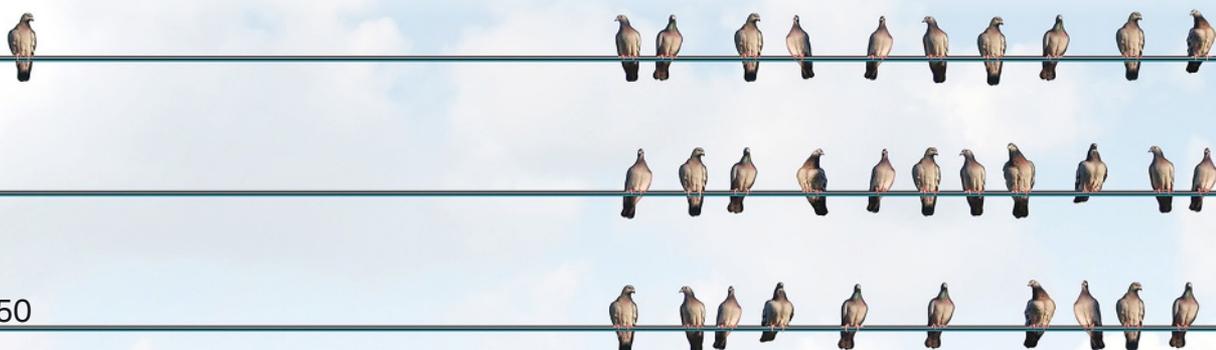
Fatores explicativos da crise de valores



Estes fatores levaram à crise de valores porque puseram em causa aquilo que eram as **referências** das pessoas – a família, a tradição, a religião, as sociedades e economias fechadas, etc. – e implicaram **transformações rápidas**, tendo enfraquecido a **transmissão de valores** pelas famílias e comunidades. Assim, estes fatores conduziram a um mundo marcado pela **inexistência de referências estáveis e de critérios seguros** para distinguir, por exemplo, o bem do mal ou o justo do injusto. Vivemos, com efeito, num mundo em que prevalecem:

- o **relativismo** – perspectiva segundo a qual os valores variam consoante os indivíduos ou as culturas, não havendo critérios universais para escolher uns ou outros;
- o **niilismo** – crença de que os valores são infundados e de que não existem verdades morais genuínas nem um propósito para a vida ou para o Universo;
- o **narcisismo** – amor excessivo por si próprio e atenção exclusiva à imagem que se tem de si mesmo;
- o **individualismo** – doutrina que dá uma importância primordial ao indivíduo e considera que os grupos ou sociedades não têm mais realidade do que os seus elementos constituintes (ou seja, os indivíduos).

Fig. 28 O individualismo defende que cada indivíduo deve ter a autonomia como princípio ético e da sua ação, tomando as decisões por si, fundamentadas na sua racionalidade.



Texto 12

«O direito de o indivíduo ser absolutamente ele próprio, de fruir ao máximo a vida, é inseparável de uma sociedade que erigiu o indivíduo livre em valor principal e não passa de uma última manifestação da ideologia individualista; mas foi a transformação dos estilos de vida associada à revolução do consumo que permitiu este desenvolvimento dos direitos e desejos do indivíduo, esta mutação na ordem dos valores individualistas. [...] O direito à liberdade, em teoria ilimitado, mas antes circunscrito à economia, à política, ao saber, conquista agora os costumes e o quotidiano. Viver livre e sem coação, escolher sem restrições o seu modo de existência: não há outro facto social e cultural mais significativo quanto ao nosso tempo; não há aspiração nem desejo mais legítimos aos olhos dos nossos contemporâneos.»

Lipovetsky, Gilles. *A Era do Vazio*.
Lisboa: Relógio D'Água, s/d, pp. 9-10.

Análise e interpretação

- 1 Na perspetiva de Gilles Lipovetsky, o que se revelou decisivo para o individualismo?
- 2 Qual é, segundo Lipovetsky, o facto sociocultural mais significativo do nosso tempo?



Fig. 29 Gilles Lipovetsky (1944-).

O direito de o indivíduo ser ele próprio, o direito de escolher livremente os seus valores e o direito de aproveitar ao máximo a sua vida estão ligados a uma **sociedade aberta**, sujeita a **mudanças rápidas**, e a uma época marcada pelo **pluralismo axiológico**. Atualmente, existem diversas concepções **éticas**, **estéticas** e **religiosas**.

Ao nível ético	Ao nível estético	Ao nível religioso
surgiram problemas que, no passado, não existiam, como os associados à ecologia, à manipulação genética ou à inteligência artificial, sendo difícil distinguir nitidamente o correto do incorreto.	com os avanços tecnológicos, surgiram novas formas de arte e de técnicas de criação artística, não havendo um critério absoluto para definir "arte" ou para distinguir a boa arte da má arte.	sobretudo nos países democráticos, há uma multiplicidade de crenças e de fenómenos na relação do ser humano com o sagrado, não existindo uma religião que possa ser considerada detentora da verdade absoluta.

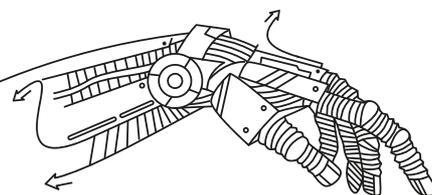


Fig. 30 A criação artística com inteligência artificial também levanta questões ao nível ético.

Tudo isto explica o **relativismo axiológico do mundo atual**, mas não significa ausência de valores, nem uma falta de sensibilidade em relação a valores tradicionalmente considerados importantes, como a honestidade, a solidariedade, a amizade, o bem, a beleza ou o sagrado.

Texto 13

«Muitos pensadores laicos constataam que o pensamento progressista hoje triunfa, mas como que despojado de valores. Ensina a não ser fanático, a ser tolerante, racional, mas, ao fazê-lo, aceita um pouco de tudo, o consumismo, a superficialidade da moda, o vazio da televisão. Não consegue, sobretudo, fazer despertar nos indivíduos uma chama que vá para além do mero bem-estar, um ideal que supere o horizonte de uma melhor distribuição dos rendimentos. Não cria metas, não suscita crença. Não sabe fornecer critérios do bem e do mal, do justo e do injusto. Desta forma, tudo se reduz à opinião e à conveniência pessoais.

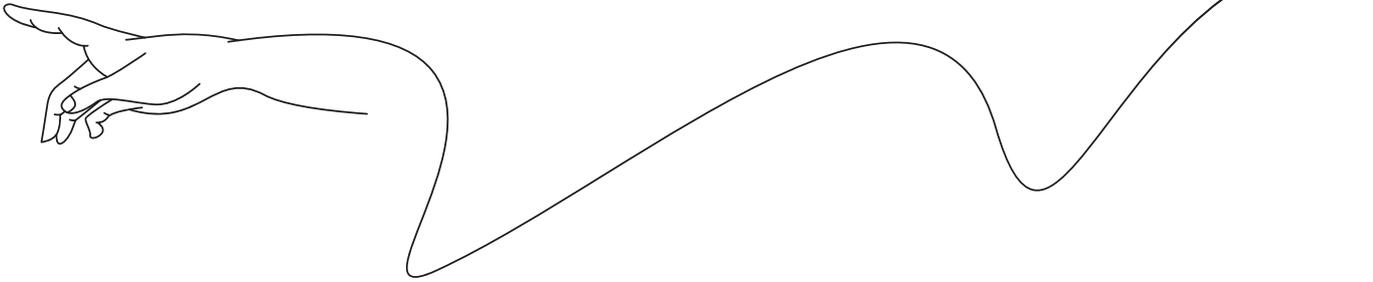
Isto é o que os filósofos, os sociólogos e os observadores críticos continuam a dizer do nosso mundo. E não restam dúvidas de que, em boa medida, as suas observações têm fundamento. Mas, em nosso entender, não tomam em consideração os valores positivos do mundo moderno, a sua moralidade específica [...]»

Alberoni, Francesco; Veca, Salvatore. *O Altruísmo e a Moral*.

Venda Nova: Bertrand Editora, 1993, pp. 11-12.

Análise e interpretação

- 1 Transcreve a passagem do texto que melhor expressa o alegado relativismo do pensamento progressista.



No entender dos autores do texto, o mundo moderno tem, apesar de tudo, valores positivos e uma moralidade específica. Sem dúvida que, se compararmos o que acontece atualmente com aquilo que ocorria no passado, podemos constatar que, **na nossa época, se aceitam e defendem diversos valores que antigamente não se defendiam** (ou eram defendidos por poucas pessoas), como, por exemplo:

- rejeição da violência, em todas as suas formas;
- recusa das formas mais brutais de abuso;
- eliminação dos duelos e das vinganças privadas;
- eliminação gradual dos focos de guerra;
- defesa e proteção das crianças, dos velhos e dos doentes;
- combate aos preconceitos raciais e às discriminações étnicas;
- procura da equidade social, nivelando as diferenças mais agudas;
- consciência ecológica, defendendo a natureza, os animais e o planeta;
- promoção de campanhas de ajuda aos mais necessitados;
- defesa dos direitos das minorias, da liberdade e da tolerância;
- favorecimento da ciência e do conhecimento objetivo;
- difusão da instrução e acesso generalizado à educação.

Podemos, assim, concluir que, a par da incerteza e da insegurança atuais relativamente aos valores, vivemos em sociedades que enfrentam, continuamente, novos desafios e novas exigências, que conduzem à necessidade de uma **reformulação constante dos valores**. Procura-se, no fundo, saber **como hierarquizar os valores** e com que **fundamentos**, para melhor **gerir os conflitos entre opiniões múltiplas e divergentes**.

Atividades

- 1 Relaciona a crise de valores com o relativismo.
- 2 Debate com os teus colegas o seguinte problema:
"Existe uma crise de valores na atualidade?"

Síntese

Ações são **acontecimentos** que envolvem um **agente** que **age de modo consciente, voluntário e intencional**. Uma ação corresponde a um **ato voluntário (atos humanos)**, que se distingue dos **atos involuntários (atos do Homem)**.

A **liberdade circunstancial** – capacidade de realizar uma ação sem coações, mas com **condicionantes físico-biológicas, psicológicas e histórico-culturais** – diferencia-se do **livre-arbítrio** – poder de escolher um curso de ação em vez de outro.

O **determinismo radical** e o **libertismo** constituem **respostas incompatibilistas** ao problema do livre-arbítrio, pois consideram que o livre-arbítrio não é compatível com o **determinismo**. Baseados na ideia de que todos os eventos são o resultado necessário de acontecimentos e causas anteriores e das leis da natureza, os **deterministas radicais consideram que tudo está determinado** e, por isso, **rejeitam o livre-arbítrio** (e, por conseguinte, a **responsabilidade**). Os **libertistas**, defendendo uma espécie de causalidade do agente, **aceitam o livre-arbítrio** e, por isso, **negam que tudo esteja determinado**.

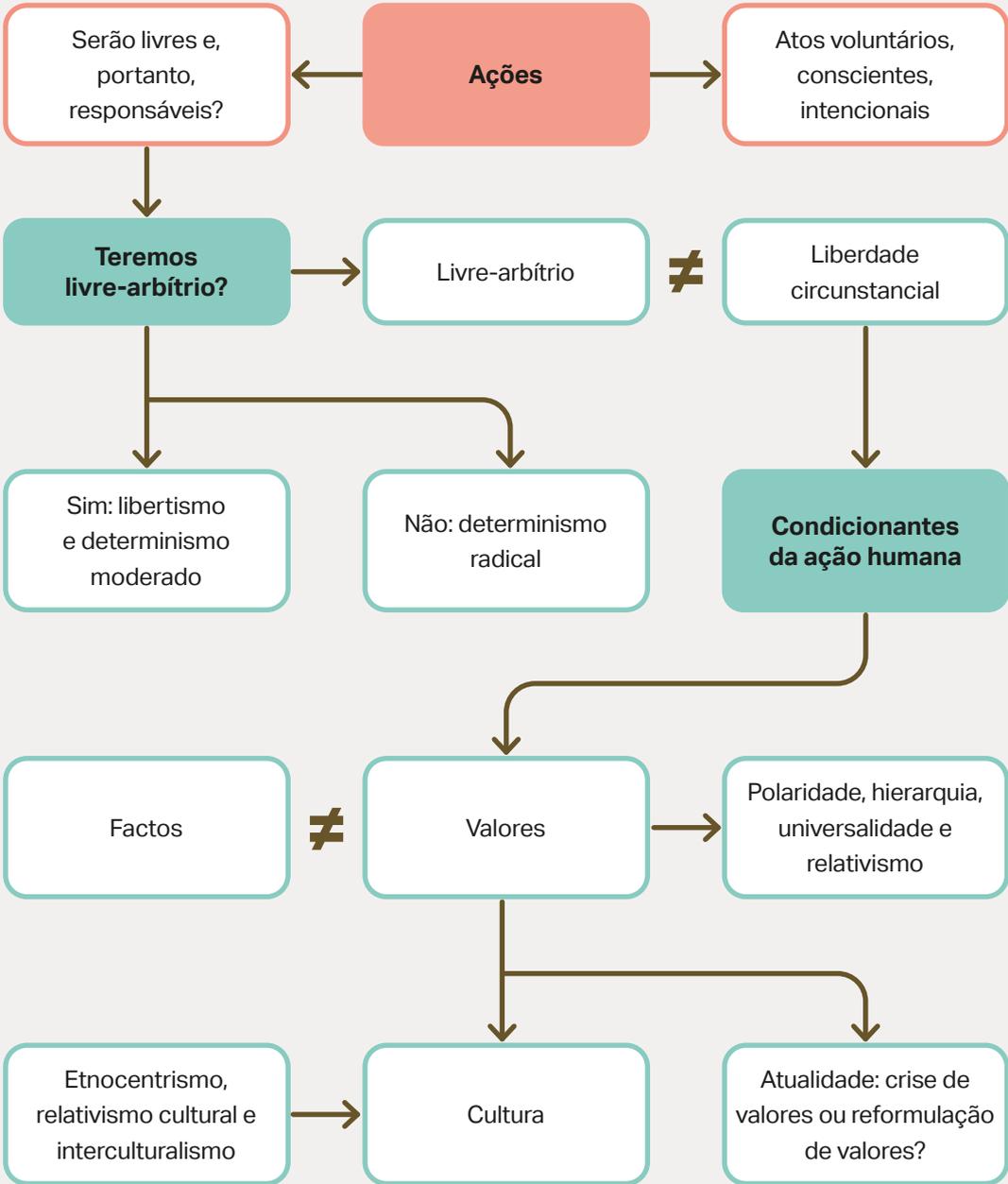
O **determinismo moderado** é uma **teoria compatibilista**, pois **aceita, ao mesmo tempo, que tudo está determinado e que temos livre-arbítrio**, apoiando-se na ideia de que “livre” significa “isento de coação” e distinguindo **ações livres de ações não livres**.

A ação humana é orientada por **valores**, que se diferenciam dos **factos** e se encontram na base das nossas avaliações e dos nossos processos de decisão. Sendo assim, também existem diferenças entre **juízos de facto** (pretendem descrever a realidade) e **juízos de valor** (pretendem avaliar a realidade). Os valores são caracterizados pela **polaridade** e pela **hierarquia**, podendo discutir-se se serão **relativos** ao sujeito ou à cultura, ou **universais, absolutos e intemporais**.

Os valores são manifestações da **natureza cultural** do ser humano. Atualmente, a **diversidade cultural** é reconhecida como algo positivo. Por isso, fala-se de **multiculturalidade**. Podemos encarar a cultura através do **etnocentrismo** e do **relativismo cultural**, mas os problemas culturais parecem exigir outro tipo de resposta, por exemplo, o **interculturalismo**, que é baseado no **diálogo intercultural**, na **cooperação solidária** e na **defesa da dignidade humana** como princípios universais.

É habitual considerar-se que, nas **sociedades atuais**, tendencialmente abertas, pluralistas e multiculturais, se vive uma **crise de valores**. Mesmo que tal crise se verifique, é possível que estejamos num processo de **reformulação, reapreciação ou reavaliação dos valores tradicionais**.

Esquema-síntese



Ficha de trabalho

Grupo I

1 Na resposta a cada um dos itens seguintes, seleciona a única opção correta.

1.1. Qual é a definição mais correta de ação humana?

O que um agente

- A. irracional faz de forma consciente, voluntária e intencional.
- B. racional faz de forma inconsciente, voluntária e intencional.
- C. racional faz de forma consciente, involuntária e intencional.
- D. racional faz de forma consciente, voluntária e intencional.

1.2. Ter liberdade de expressão é ter liberdade

- A. absoluta.
- B. metafísica.
- C. circunstancial.
- D. intemporal.

1.3. Segundo o determinismo

- A. nem tudo está determinado.
- B. só o agente está determinado.
- C. tudo está determinado.
- D. apenas os seres inanimados estão determinados.

1.4. De acordo com o relativismo acerca dos valores, estes

- A. são universais e absolutos.
- B. dependem do sujeito ou das culturas.
- C. são intemporais e relativos ao divino.
- D. dependem apenas das culturas dominantes.

1.5. De acordo com Max Scheler, os valores

- A. sensíveis são mais importantes do que os valores espirituais.
- B. sensíveis são mais importantes do que os valores vitais.
- C. vitais são mais importantes do que os valores religiosos.
- D. espirituais são mais importantes do que os valores vitais.

1.6. Descobrimos e assimilamos os valores através do processo de

- A. exteriorização de pensamentos.
- B. socialização.
- C. desconstrução.
- D. imposição de ideias.

1.7. A inexistência de referências estáveis e de critérios seguros está associada

- A. ao relativismo.
- B. ao altruísmo.
- C. à religiosidade.
- D. ao conservadorismo.

Grupo II

- 1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
- A. Ao livre-arbítrio também se chama "liberdade metafísica".
 - B. O determinismo moderado nega a existência de livre-arbítrio.
 - C. A disciplina filosófica que se dedica ao estudo dos valores é a axiologia.
 - D. Só existe uma hierarquia possível dos valores.
 - E. O etnocentrismo defende o diálogo intercultural.
 - F. A consciência ecológica é um dos valores que atualmente se promove.
 - G. "Crise de valores" significa inexistência de valores.
 - H. O niilismo nega a existência de um fundamento absoluto para os valores.

- 2 Completa o quadro que se segue com os termos "concorda" ou "discorda".

Teorias	Tudo está determinado	Se tudo está determinado, então não temos livre-arbítrio	Somos moralmente responsáveis
Determinismo radical			
Libertismo			
Determinismo moderado			

Grupo III

- 1 Porque é que a liberdade circunstancial não é liberdade no sentido de podermos fazer tudo o que queremos?
- 2 Porque é que, para os deterministas radicais, o sujeito não pode ser responsabilizado pelas suas ações?
- 3 Como argumentam os libertistas a favor do livre-arbítrio?
- 4 Explica porque o determinismo moderado é uma teoria compatibilista.
- 5 Distingue "juízos de facto" de "juízos de valor", apresentando um exemplo para cada um.
- 6 Tendo em conta os problemas suscitados pelo etnocentrismo e pelo relativismo cultural, mostra como o interculturalismo procura responder a esses problemas.

4



As normas morais

- 4.1. A ética das virtudes de Aristóteles
- 4.2. A ética deontológica de Immanuel Kant
- 4.3. A ética consequencialista de John Stuart Mill

Objetivos de aprendizagens

- Conhece em linhas gerais as características da ética aristotélica.
- Conhece em linhas gerais as características da ética kantiana.
- Esclarece a ideia de dever e do imperativo categórico em Kant.
- Caracteriza a ética de Stuart Mill.
- Distingue a ética kantiana da ética de Stuart Mill.
- Conhece algumas objeções relativamente aos princípios que caracterizam as três éticas.

Enquanto seres sociais, temos necessidade de **refletir filosoficamente sobre normas morais**, a fim de compreendermos que princípios deverão orientar as nossas escolhas. Isso ajudar-nos-á a estabelecer um **equilíbrio entre os nossos interesses e os dos outros**, respeitando a dignidade humana e contribuindo para uma convivência racional e saudável entre todos.

Nesta unidade, iremos estudar algumas **perspetivas éticas**. A **ética** é uma área da Filosofia que se ocupa das questões relativas à moralidade, isto é, relativas à correção ou incorreção das ações humanas, dedicando-se, assim, ao estudo dos princípios que orientam ou devem orientar a **ação humana**.

Como forma de introduzir este importante tema, vamos prestar atenção a mais uma experiência mental.

Texto 1

«Foi uma grande surpresa para a sua família que o soldado Kenny não tivesse sido condecorado com a Cruz Vitória por bravura. Afinal, ele tinha morrido por abafar uma granada que mataria uma dúzia ou mais dos seus companheiros. Se isso não era um “ato de valor ou devoção na presença do inimigo”, então o que era? A família exigiu uma explicação do seu regimento. A declaração emitida pelo exército dizia: “Tem sido prática no passado recompensar tais ações com a medalha apropriada. No entanto, decidimos que é um erro considerar tais atos como exigindo uma devoção excepcional ao dever. Todo o pessoal militar é obrigado a agir no interesse de toda a unidade em qualquer altura. Sugerir que o ato do soldado Kenny foi acima e além do chamado do dever, portanto, implica que, às vezes, poderia ser aceitável não agir no interesse de toda a unidade. Isso é claramente absurdo. Portanto, não recompensamos mais tais atos com condecorações póstumas. Apesar de termos consciência de que este é um momento doloroso para a família, também devemos salientar que o soldado Kenny teria morrido na explosão de qualquer maneira, por isso ele nem sequer sacrificou a sua vida pelos seus colegas.” Era difícil contestar a lógica fria da declaração; mas, nos seus corações, a família de Kenny não estava convencida de que ele não agira senão heroicamente. Todavia, com base em que argumentos poderiam eles apelar?»

Baggini, Julian. *The Pig that Wants to be Eaten: And 99 Other Thought Experiments*.

Trad. José Ferreira Borges, Granta Books, 2010, p. 55.

A história do soldado Kenny permite-nos levantar algumas questões importantes no âmbito da ética:

- “Será que Kenny fez mais do que era o seu dever?”;
- “O que é, em termos éticos, o dever?”;
- “Como devemos agir?”;
- “O que são virtudes éticas?”;
- “Qual é o critério que permite distinguir uma ação moralmente correta de uma ação moralmente incorreta?”;
- “Qual é o princípio ético fundamental?”.

Voltando à história de Kenny, tendo em conta a explicações que Julian Baggini nos fornece, podemos dizer que a moralidade nos obriga, por exemplo, quando tal não é difícil de fazer, a tirar de um lago uma criança que se esteja a afogar. Contudo, saltar para um mar tempestuoso, arriscando a própria vida para salvar alguém, é fazer mais do que a moralidade exige.

Todavia, como veremos, a **ética consequencialista e utilitarista** parece exigir algo semelhante a este último ato, ao dizer-nos que a ação moralmente correta é aquela que beneficia o maior número de pessoas ou que maximiza a felicidade geral. Se assim for, então parece que deixamos de fazer a coisa certa sempre que deixamos de fazer o que é do interesse do maior número de pessoas ou o que contribui para a felicidade geral, mesmo que isso exija de nós um grande sacrifício pessoal.

Além disso, ajudar quem vive na pobreza nem sequer nos exige um grande sacrifício, pois só teríamos de desistir de alguns luxos. Porém, tendemos a pensar que alguém que dedica a sua vida a ajudar os pobres vai além do dever e não se limita a fazer o que a moralidade exige.

Seja como for, qualquer soldado que não agisse como Kenny agiu, segundo o regimento, teria agido de forma imoral. Para o regimento, Kenny fez apenas aquilo que qualquer pessoa decente, nas mesmas circunstâncias, deveria fazer. Contudo, não há dúvida que alguns atos, ao contrário de outros, exigem esforços extraordinários.

e Manual Digital

Áudio
Heroísmo comum



Vídeo
Heroísmo comum



Fig. 1 Quando é que o ato de um soldado vai para além do que o dever exige?

Nesta unidade, abordaremos os conceitos básicos e as principais características de três éticas distintas. Analisaremos ainda as suas principais objeções. O foco estará, assim, em diferentes abordagens ao problema de saber como devemos agir. Estudaremos, então, a ética:

- das virtudes de **Aristóteles**;
- deontológica de **Immanuel Kant**;
- consequencialista (também conhecida como utilitarista) de **John Stuart Mill**.

4.1. A ética das virtudes de Aristóteles

Para **Aristóteles**, o propósito da **política** consiste em criar as melhores condições possíveis para que os cidadãos possam ter vidas boas. Ora, tal objetivo só pode ser alcançado através do **conhecimento do bem**. Deste modo, **o fim da política é o bem humano**. Partilhando esse propósito, a **ética** surge como um ramo da política.

Assim, verifica-se que **a ética depende da política**, já que o indivíduo existe em função da comunidade, e não esta em função do indivíduo. Mesmo se o bem do indivíduo e o bem da comunidade forem idênticos, parece **mais importante** defender o **bem da comunidade**. Este constitui um **objetivo moral maior e mais perfeito**, tendo uma **qualidade superior e mais divina**.

Neste capítulo estudaremos a **ética das virtudes**, de **Aristóteles**. Na sua obra *Ética a Nicómaco*, as questões centrais focam-se no carácter. Por isso, para entender a ética, temos de entender **o que torna alguém uma pessoa virtuosa**.

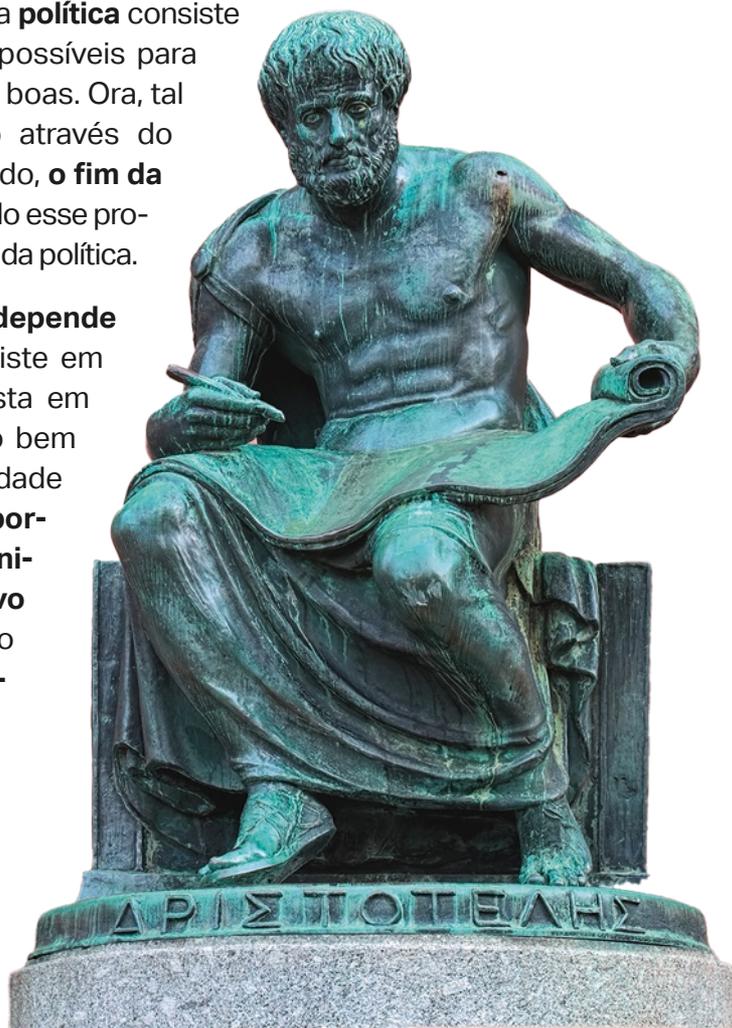


Fig. 2 Estátua de Aristóteles, Freiburg, Alemanha.



Áudio
Biografia de
Aristóteles



Vídeos
Ética ou filosofia
moral: Fernando
Savater: Ética
e moral

Intenção ética
e norma moral



4.1.1. O bem supremo: a felicidade

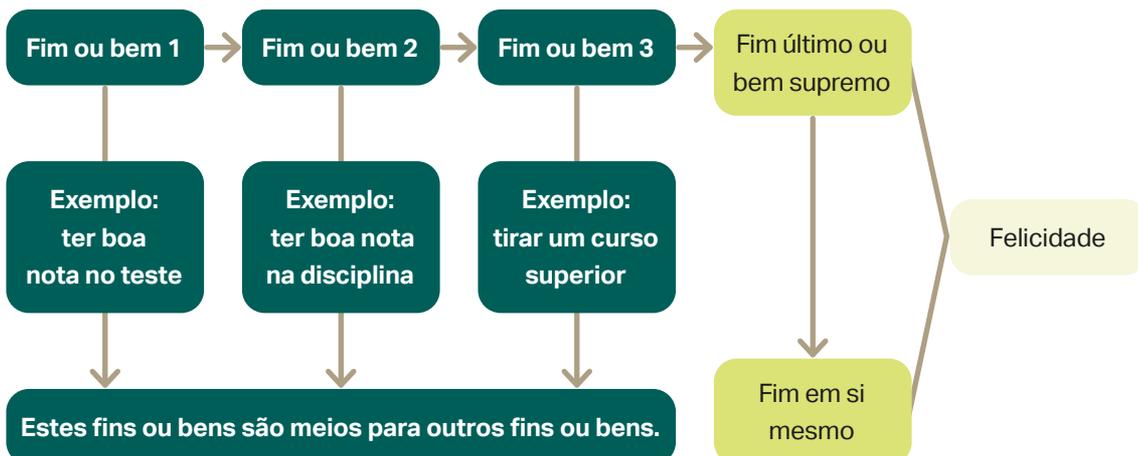
Nas suas diferentes ações e escolhas, o ser humano tende para **fins** concretos, considerados **bens**. Podemos dizer, então, que **o fim e o bem coincidem**. Os fins e os bens das atividades humanas são múltiplos e alguns estão **subordinados a outros**, sendo, por isso, relativos. Por exemplo, a atividade de fabricação de tratores está subordinada à atividade agrícola, a qual, por sua vez, está subordinada à atividade da confeção de alimentos.



Fig. 3 Por “fim” também podemos entender “objetivo”.

Mas é impensável um processo que conduza de um fim a outro fim e de um bem a outro bem até ao infinito. No exemplo anterior, a confeção de alimentos tem uma finalidade – a alimentação. Esta também tem uma finalidade – manter a pessoa viva. Contudo, deve haver, em todo este processo, um fim que não seja um meio para outro fim. Por outras palavras, todos os fins e bens que o ser humano deseja terão de existir em função de um **fim último** e de um **bem supremo**, um fim ou bem que é desejado por si próprio e não como meio para um fim ou bem posterior.

Aristóteles acredita que esse **fim último** ou **bem supremo**, pelo qual todos os seres humanos anseiam, é a **felicidade** (*eudaimonia*). Importa notar, ainda assim, que têm sido propostas outras traduções para o termo “*eudaimonia*”, como, por exemplo, “florescimento”, uma palavra que pode sugerir a analogia entre o florescimento das plantas e o dos seres humanos, remetendo para a ideia de uma **vida de sucesso**. Seja como for, vamos usar o termo “felicidade”, por ser o mais usual.



A felicidade constitui, portanto, o fim para o qual todos os seres humanos tendem. E o que é a felicidade? Há divergências na resposta a esta pergunta. A multidão apresenta uma resposta diferente da dos sábios e mesmo estes não estão de acordo entre si.

Texto 2

«A maioria dos homens e os mais vulgares de todos supõem que o bem e a felicidade é o prazer; é por esse motivo que acolhem de bom grado uma vida dedicada à sua fruição. Há, então, três formas principais de viver a vida: aquela que foi agora mencionada; em segundo lugar, a que é dedicada à ação política e, em terceiro lugar, a que é dedicada à atividade contemplativa. A maioria dos homens parece estar completamente escravizada e preferir uma vida de animais de pasto. [...]

Os que são sofisticados, contudo, e se dedicam à ação prática supõem, antes, ser a honra. Na verdade, a honra quase que é o fim último da vida dedicada à ação política. Este bem que perseguem não deixa, contudo, de ser um bem mais superficial do que aquele de que estamos à procura. Parece ainda que a honra pertence mais aos que a concedem do que àquele que a recebe; ora nós pressentimos, por outro lado, que o bem terá que ser algo de próprio, e que, uma vez obtido, dificilmente será retirado. [...]

A vida dedicada à obtenção de riqueza é de certa forma uma violência e a riqueza não será manifestamente o bem de que estamos à procura, porque é meramente útil, portanto, enquanto útil, existe apenas em vista de outra coisa diferente de si.»

Aristóteles. *Ética a Nicómaco*. Lisboa: Quetzal Editores, 2004, pp. 23-24.

Análise e interpretação

- 1 Quais são as três formas principais de viver a vida?
- 2 Porque é que a riqueza não pode ser considerada o bem supremo?

Para Aristóteles, o bem supremo não está nos prazeres imediatos, nem na honra, nem na acumulação de riquezas. Qual é, então, o bem supremo que o ser humano pode realizar? Esse bem consistirá na “obra” que é específica do ser humano, na sua **tarefa ou função própria**, ou seja, na **obra que ele e só ele sabe levar a cabo**.

A obra própria do ser humano não pode consistir no simples ato de viver, não pode ser a **vida vegetativa**, que ele tem em comum com as plantas. Essa obra também não pode consistir na **vida dos sentidos**, limitada à experiência das sensações, que ele tem em comum com os animais irracionais.

A única vida que resta pertence à **parte racional do ser humano** e **encontra expressão na ação**. Essa vida só pode ser a **vida da razão**.

Texto 3

«Aristóteles considerava que os seres humanos têm uma função ou atividade característica (*ergon*). Por outras palavras, tal como os marceneiros são reconhecidos pela sua atividade característica (produzir objetos de madeira), assim os seres humanos em geral têm uma atividade distintiva que os torna naquilo que são [...]. Este *ergon* humano não pode indicar o crescimento corporal, pois esta é uma capacidade que os seres humanos partilham com as plantas, não distinguindo, como tal, um ser humano de um gerânio. Não pode, ainda, referir a capacidade de perceção, uma vez que outros animais, como os cavalos, por exemplo, também a possuem. O *ergon* dos seres humanos é constituído pela atividade racional; esta é o que existe de mais fundamental para a vida dos indivíduos enquanto seres humanos. O ser humano *bom* é alguém que se distingue nesta atividade característica. A excelência em ser humano implica uma ação virtuosa. A conclusão de Aristóteles é a de que a vida boa para os seres humanos é uma vida pautada por uma atividade racional virtuosa.»

Warburton, Nigel. *Grandes Livros de Filosofia*. Lisboa: Edições 70, 2013, p. 36.

Análise e interpretação

- 1 Qual é a função ou atividade característica do ser humano?
- 2 Como se caracteriza a vida boa para um ser humano, segundo Aristóteles?

O **ser humano só pode ser feliz se viver de acordo com a razão**. O verdadeiro bem do ser humano consiste, assim, na “obra” ou “atividade” da razão, mais concretamente na **realização perfeita desta atividade**.

Aristóteles considera que **a essência do ser humano** consiste na **alma**, e precisamente na **parte racional da alma – o intelecto**.

Por isso, os bens autênticos não podem ser os bens externos, nem os bens corporais, mas sim os bens que correspondem à alma, os bens de carácter espiritual. São esses os principais e os mais perfeitos. Eles consistem na virtude da alma, e é precisamente **na virtude que está a felicidade**.

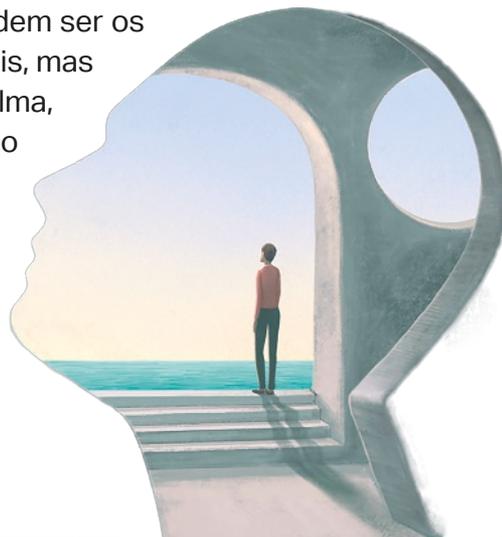


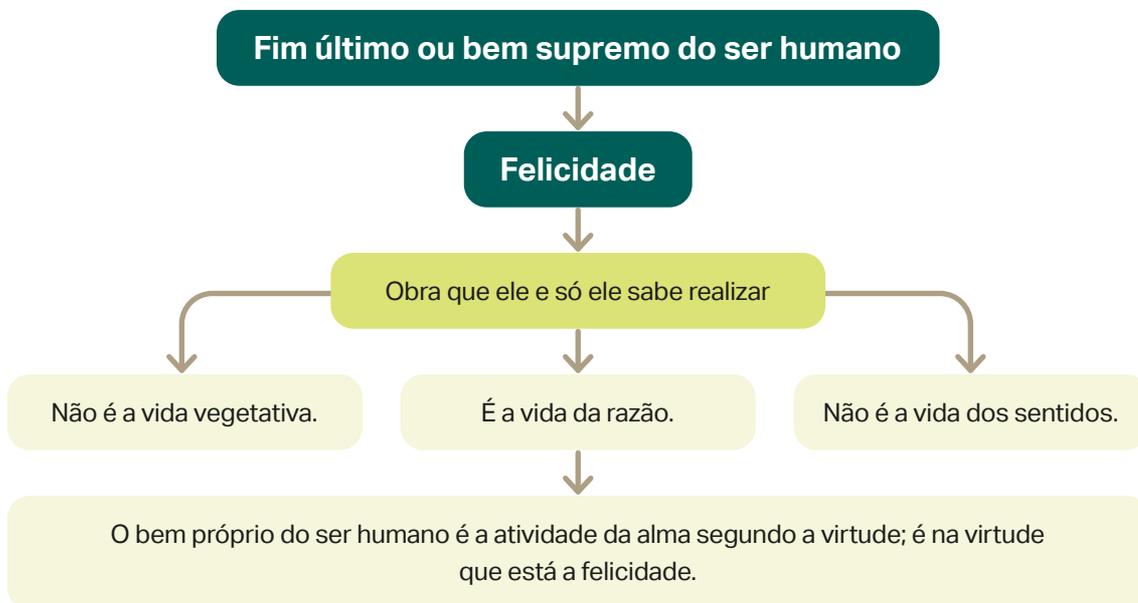
Fig. 4 Representação do intelecto.



Fig. 5 Andorinha.

Pode, pois, concluir-se, segundo Aristóteles, que **o bem próprio do ser humano é a atividade da alma segundo a virtude**. Se houver várias virtudes, então esse bem é a **atividade da alma de acordo com a virtude melhor e mais perfeita**. Isso deve acontecer **durante toda a vida**, porque, como refere Aristóteles, uma andorinha sozinha não faz a primavera, nem um só dia belo, tal como um ser humano feliz não o é apenas durante um só dia ou por pouco tempo.

O estudo da **felicidade** torna-se, assim, uma pesquisa acerca da **virtude**.



Atividades

- 1 Segundo Aristóteles, todos os fins e bens das atividades humanas estão subordinados a outros fins e bens? Justifica.
- 2 Esclarece em que consiste a felicidade humana, segundo Aristóteles.
- 3 Atenta nas duas teses seguintes:
 - A. Todos os seres humanos procuram a felicidade.
 - B. Nem todos os seres humanos procuram a felicidade.

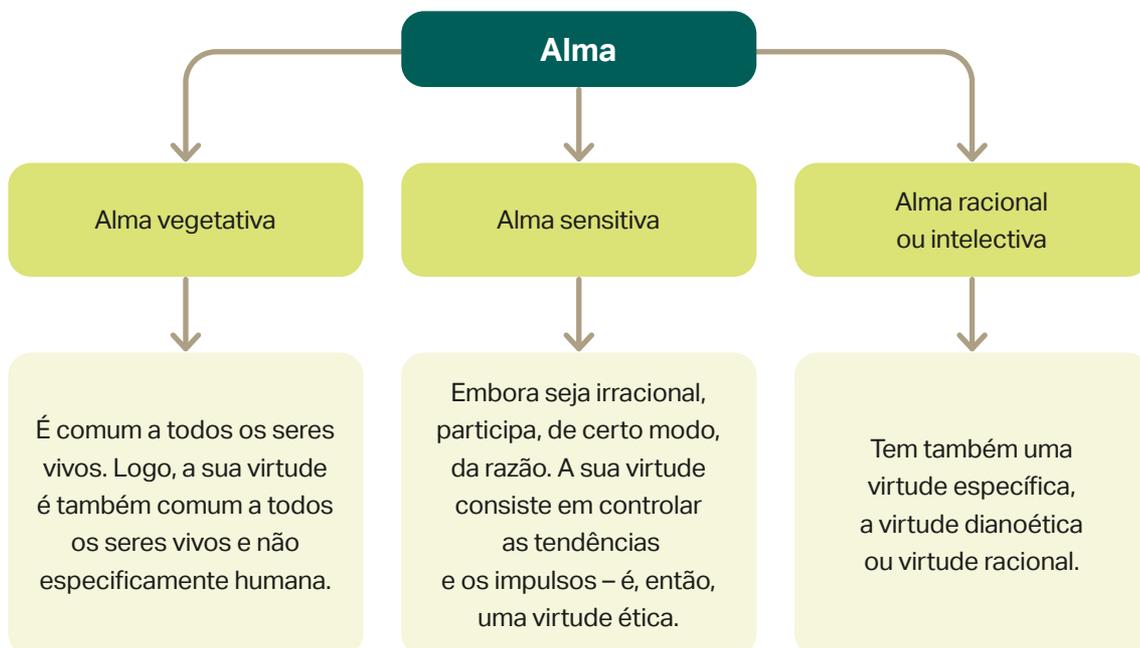
3.1. Com qual destas teses concordas? Argumenta a favor dessa tese.

4.1.2. As virtudes: éticas e dianoéticas

Já vimos que a **"felicidade"** se pode definir como a **atividade da alma segundo a virtude**. A **virtude** é um traço do carácter da pessoa, uma disposição para agir de determinada maneira em circunstâncias relevantes.

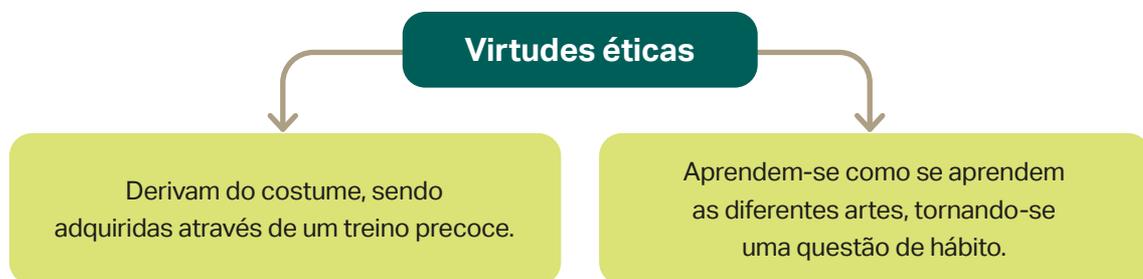
Para Aristóteles, o termo que traduzimos por "virtude" significava "excelência de carácter". Assim, **ser virtuoso**, no sentido aristotélico, **significa possuir traços de excelência de carácter e agir de acordo com eles**.

Aristóteles distinguia três "partes" da alma – duas irracionais (a **alma vegetativa** e a **alma sensitiva**), e uma racional (a **alma intelectual**) –, com as quais podemos deduzir melhor quais sejam as virtudes humanas.



Aristóteles diferencia, assim, **dois tipos de virtudes: moral e intelectual**. A primeira consiste, como referimos, no domínio da razão sobre os impulsos sensíveis e determina os bons costumes – **virtude ética**. A segunda consiste no próprio exercício da razão, sendo, portanto, chamada "intelectiva" ou "racional" – **virtude dianoética**.

Começemos por estudar a **virtude ética**, ou melhor, as **virtudes éticas**, uma vez que são várias, tal como são diversos os impulsos, os sentimentos e as tendências que a razão deve controlar. Há, desde logo, uma **relação entre as virtudes éticas e o costume**.



Se, por exemplo, realizarmos gradualmente atos justos, acabaremos por nos tornar justos, ou seja, adquiriremos a virtude da justiça. Esta irá, então, permanecer em nós de forma estável como um **hábito**. Deste modo, será possível, posteriormente, e com facilidade, realizar atos de justiça. É desta maneira que se adquirem as virtudes.

E em que consistem as virtudes éticas? Qual é a natureza comum a todas elas? Segundo Aristóteles, **não existe virtude ética se existir excesso ou defeito**. As virtudes éticas **implicam a justa proporção**, que é a **via média** entre o excesso e o defeito. Com estas virtudes evitam-se formas de comportamento extremas, já que os extremos pecam sempre, por excesso ou defeito. Apenas o **justo meio (meio termo)** permite excluir os dois extremos viciosos.

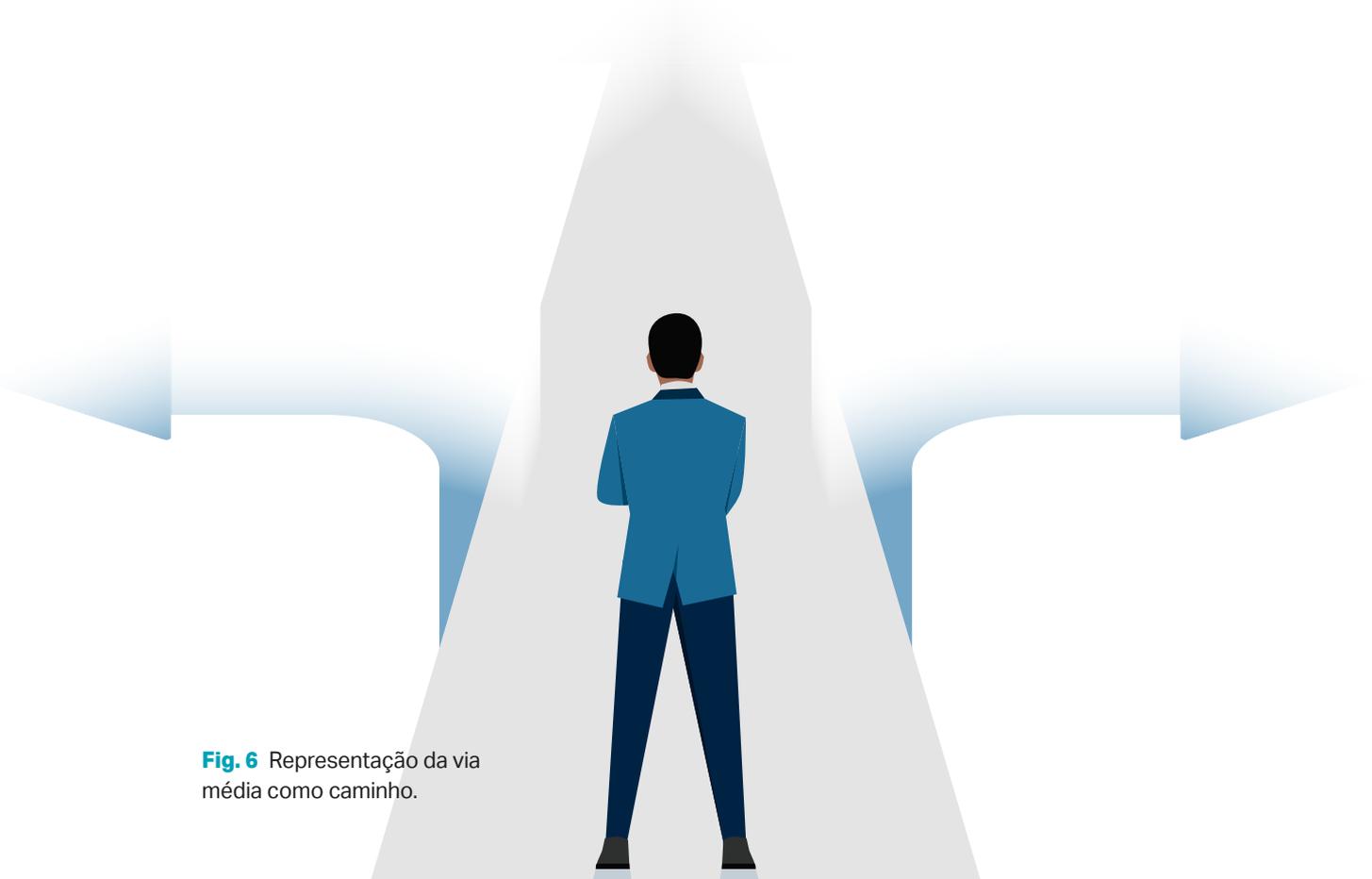


Fig. 6 Representação da via média como caminho.

Por exemplo, a virtude da coragem situa-se entre dois vícios: aquele que tudo receia torna-se um covarde e aquele que nada teme torna-se temerário ou imprudente. A **coragem** situa-se, assim, entre a **cobardia** e a **temeridade**. A **virtude ética** consiste, portanto, na **disposição de escolher o justo meio adequado à nossa natureza**.



Fig. 7 Apesar de Aristóteles se referir a seres humanos, podemos facilmente compreender que não seria adequado um gato ter a coragem de um leão.

Texto 4

«Em todo o contínuo e divisível pode tomar-se uma parte maior, uma parte menor e uma parte igual, e tal segundo a própria coisa considerada de forma absoluta em si mesma ou relativamente a nós. A parte igual é qualquer coisa como o meio entre o excesso e o defeito. Eu entendo pelo meio de uma coisa o ponto que se mantém a uma distância igual de cada um dos extremos, o qual é um e o mesmo para todas as coisas. O meio relativamente a nós, contudo, é a medida que não tem a mais nem tem a menos. Uma tal medida não é uma nem a mesma para todos. Por exemplo, se 10 for muito e 2 pouco, 6 supõem-se ser o meio de acordo com a coisa. Em igual medida o 6 ultrapassa o 2 e é ultrapassado pelo 10. Este meio é determinado de acordo com a proporção produzida aritmeticamente. Porém, o meio considerado relativamente a nós não pode ser tomado desta maneira. Porque se para alguém comer 10 kg de comida é muito e 2 kg é pouco, o treinador não vai prescrever 6 kg de comida só por ser o meio, porque uma tal quantidade de comida tanto poderia ser muita como pouca para quem a come. [...] Assim, todo aquele que percebe de alguma coisa evita tanto o excesso como o defeito, mas procura saber onde está o meio para o poder escolher.»

Aristóteles. *Ética a Nicómaco*. Lisboa: Quetzal Editores, 2004, p. 51.

Análise e interpretação

- 1 O que distingue o «meio de uma coisa» do «meio relativamente a nós»?
- 2 Como age aquele que possui algum conhecimento acerca das coisas?

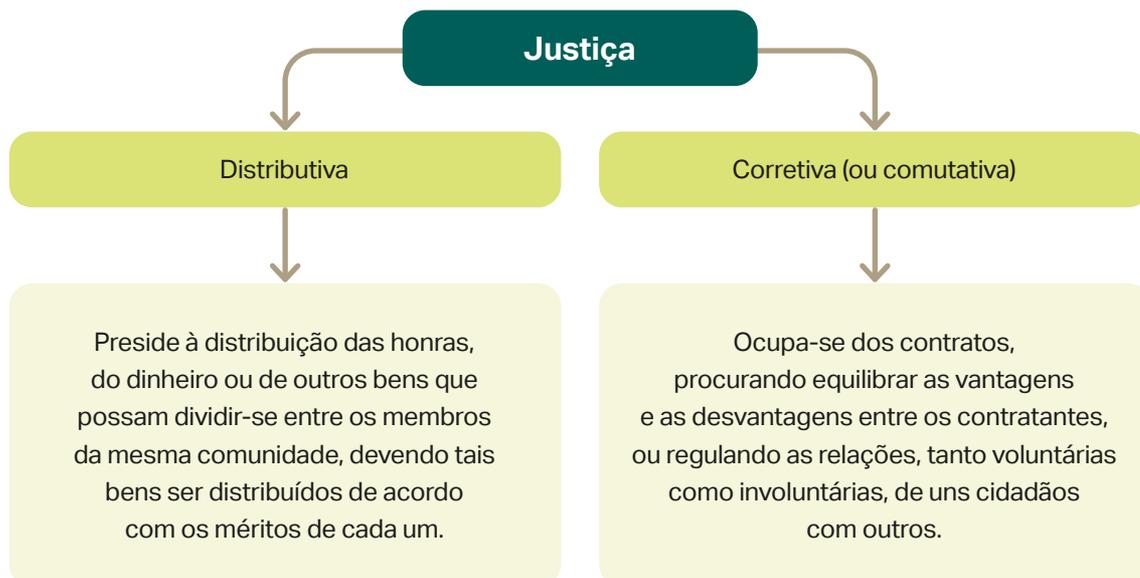
O **excesso**, o **defeito** e o **justo meio** referem-se aos sentimentos, às paixões e às ações. A virtude ética é, portanto, a posição média entre dois extremos. O **justo meio** encontra-se, aliás, acima dos extremos, representando a **superação desses extremos** e indicando a **afirmação da razão sobre o irracional**. A virtude ética é um termo médio, mas, relativamente ao bem e à perfeição, encontra-se no ponto mais elevado.

Vício: excesso	Virtude: justo meio	Vício: defeito
Temeridade	Coragem	Cobardia
Prodigalidade	Generosidade	Avareza
Intemperança	Temperança	Insensibilidade
Vaidade	Magnanimidade	Mesquinhez
Irascibilidade	Cordialidade	Apatia

Resumindo, podemos dizer que **a virtude ética é um justo meio entre dois vícios**, sendo um dos vícios marcado pelo excesso e o outro pelo defeito. A virtude ética é um justo meio no sentido em que se refere ao **ponto médio das emoções, dos sentimentos e das ações**. Importa, também, salientar que **é impossível escolher um justo meio relativamente a certas ações ou sentimentos**. Emoções como a inveja ou ações como a tortura de inocentes são más em qualquer forma ou grau.

Entre as virtudes éticas, Aristóteles considera que a **justiça** é a mais importante. Ela é, num significado mais geral, **o respeito que é devido à lei do Estado**. Aquele que respeita todas as leis é completamente virtuoso.

No seu significado específico, a justiça pode ser **distributiva** ou **comutativa**.



Texto 5

«O facto de algumas atividades serem fins por si próprias, enquanto outras são principalmente meios para certos fins, conduz a uma importante distinção entre as virtudes intelectuais e as virtudes morais. Estes dois tipos de virtude correspondem, de certo modo, aos dois elementos de que a alma se compõe. As virtudes intelectuais pertencem ao elemento racional, e consistem na compreensão, na aquisição de sensatez, na apreciação da beleza, e em atividades de natureza semelhante. As virtudes morais têm a ver com o elemento irracional da alma, e consistem em colocar os apetites e desejos físicos sob o controlo da razão. Aristóteles não considera os apetites animais que fazem parte da natureza humana como maus por si próprios. Somente quando deixam de estar controlados, e existe um excesso ou um defeito, é que são prejudiciais para a alma. Quando se encontram controlados [...], constituem uma contribuição positiva para uma boa vida. Por outro lado, as virtudes intelectuais nunca estão em excesso, porque a sua realização aumenta sempre o bem-estar da alma inteira.»

Milch, Robert. *Ética Nicomaqueia*. Mem Martins: Publicações Europa-América, s/d, pp. 34-35.

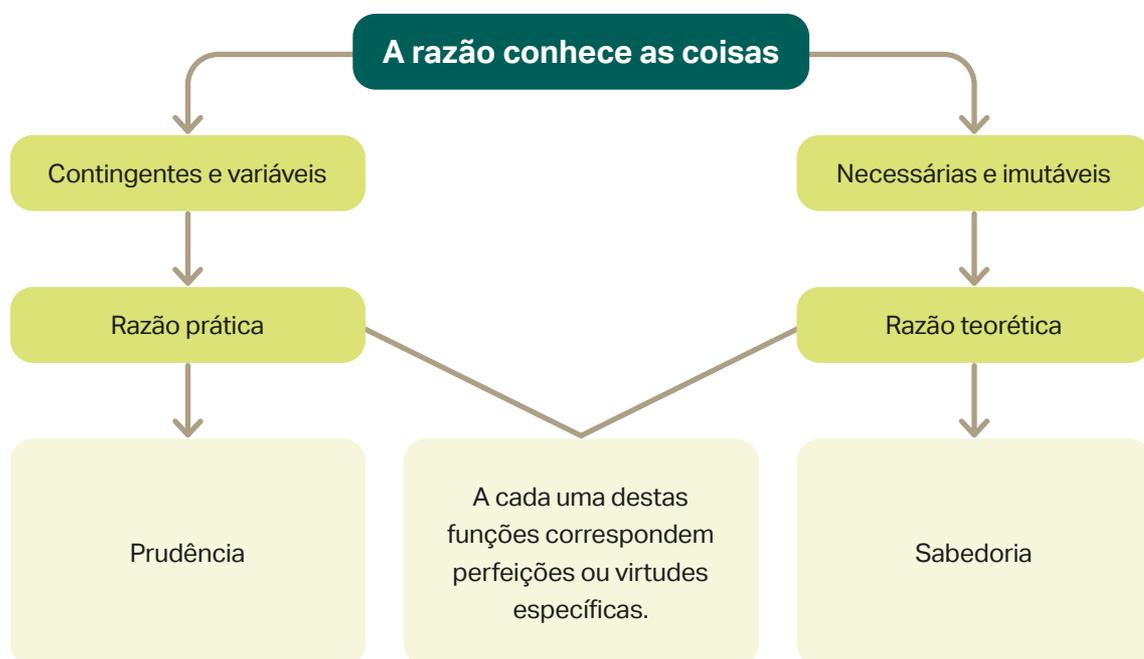
Análise e interpretação

- 1 Em que consistem as virtudes intelectuais?
- 2 Em que consistem as virtudes morais?
- 3 Será que os apetites animais são sempre, segundo Aristóteles, prejudiciais para a alma? Justifica.
- 4 Porque é que as virtudes intelectuais nunca estão em excesso?

Passemos, então, agora às **virtudes dianoéticas** ou **virtudes da razão**. Trata-se de virtudes da **faculdade racional da alma**. Aristóteles distingue cinco virtudes dianoéticas: a **arte** e a **prudência** (virtudes da razão prática), a **ciência**, a **inteligência** e a **sabedoria** (virtudes da razão teórica). Elas podem ser reduzidas a duas principais: a **prudência** e a **sabedoria**.



Fig. 8 O ser humano precisa de controlar os seus impulsos irracionais.



É importante notar que a distinção entre **prudência** e **sabedoria** também aparece, por vezes, como distinção entre **sabedoria prática** e **sabedoria teórica**, respectivamente, ou seja, a prudência é também uma forma de sabedoria.

A virtude típica da **razão prática** é, como podemos ver, a **prudência** (*phrónesis*). Esta consiste em saber dirigir corretamente a vida, ou seja, saber refletir acerca do que é bom ou mau para nós. Ela ajuda-nos a estabelecer os meios mais corretos para atingir os verdadeiros fins.

Ora, **as virtudes éticas e a virtude dianoética da prudência encontram-se ligadas** entre si, pois **não é possível ser:**

- eticamente virtuoso sem possuir a prudência;
- prudente sem ter as virtudes éticas.

É à prudência que cabe **determinar o justo meio** em que as virtudes morais consistem.



Fig. 9 A prudência ajuda a ponderar sobre aquilo que é bom ou mau para nós.

A outra virtude dianoética, mais elevada do que a anterior, é a **sabedoria** (*sophia*), virtude típica da **razão teórica**. Esta é mais elevada do que a prudência, porque, enquanto a prudência se refere ao ser humano e, por isso, ao que nele existe de mutável, **a sabedoria considera o que existe acima do ser humano**, ou seja, considera coisas muito mais divinas (como os astros, por exemplo).

Uma pessoa que possui sabedoria tem um conhecimento exato de todas as matérias e um intelecto que apreende a verdade dos princípios fundamentais. Esta virtude é, assim, constituída pela **apreensão intuitiva dos princípios** através do intelecto ou pelo **conhecimento discursivo das consequências que derivam desses princípios**. **A sabedoria é ciência e entendimento ou compreensão das coisas mais elevadas por natureza**, refere-se às coisas mais altas e universais.



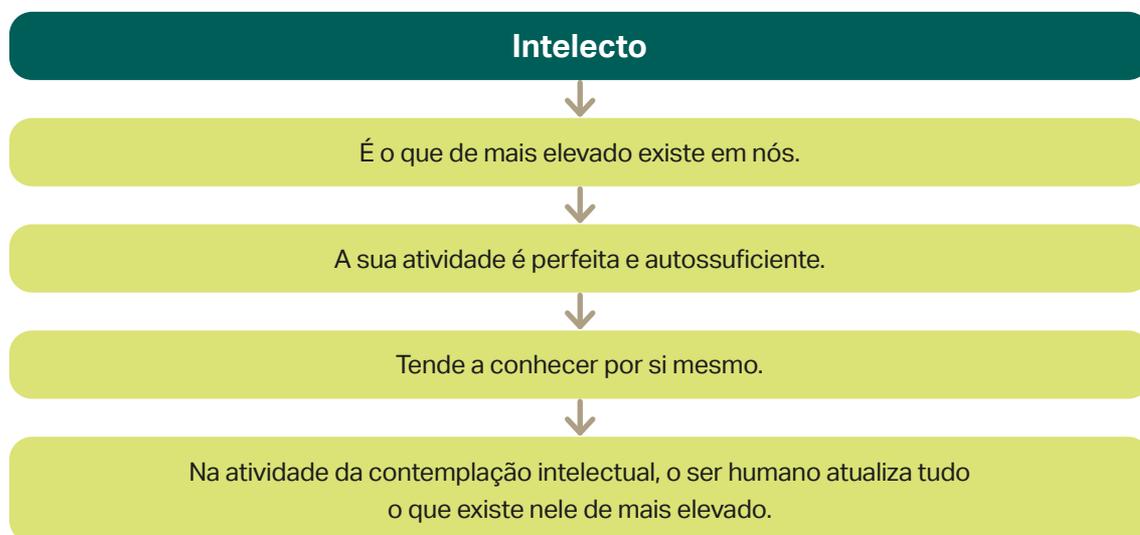
Atividades

- 1 Explica em que consiste a virtude ética, para Aristóteles.
- 2 Explica a relação entre as virtudes éticas e a virtude dianoética da prudência.
- 3 Distingue a "prudência" da "sabedoria", segundo a perspectiva de Aristóteles.
- 4 Atenta nas duas teses seguintes:
 - A. Não existe virtude ética se existir excesso ou defeito.
 - B. Existe virtude ética, mesmo se existir excesso ou defeito.

4.1. Com qual destas teses concorda? Argumenta a favor dessa tese.

4.1.3. A felicidade perfeita

Aristóteles considera que a **atividade teórica ou contemplativa** constitui o **mais importante ingrediente para uma vida boa**. Essa é uma **atividade do intelecto**. O ato de refletir acerca do que se sabe representa, assim, a suprema atividade possível para os seres humanos. A **excelência humana** é, por isso, **atingida no cumprimento dessa atividade**.



Texto 6

«Se [...] a atividade do poder de compreensão [intelecto], sendo uma atividade contemplativa, se distingue extraordinariamente em seriedade e não visa atingir nenhum outro fim último a não ser o que é obtido já com o seu próprio acionamento e tem um prazer que lhe pertence por essência (prazer este que aumenta a intensidade da atividade); se, ainda, a autossuficiência, o tempo livre e, dentro dos limites Humanos, a infatigabilidade, bem como tudo o resto quanto pode ser imputado ao que é bem-aventurado, se manifesta pelo próprio acionamento desta atividade, nessa altura, então, esta atividade é a felicidade humana no seu grau de completude, desde que se estenda ao longo de toda a vida, porque nenhum aspeto da felicidade pode ser deixado incompleto.

Uma existência deste género está acima das possibilidades humanas, porque não poderá ser vivida pelo Humano enquanto Humano, mas somente pelo Humano enquanto nele existe algo de divino.»

Aristóteles. *Ética a Nicómaco*. Lisboa: Quetzal Editores, 2004, p. 244.

Análise e interpretação

- 1 Quais são as características da atividade contemplativa do intelecto?

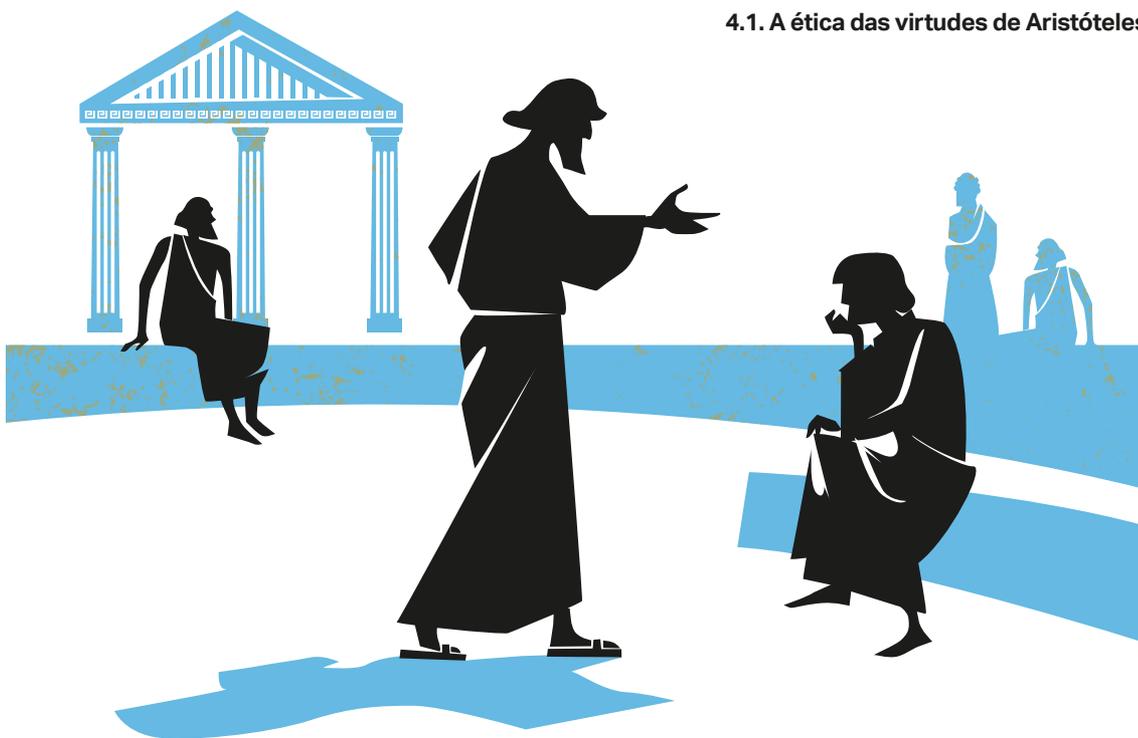


Fig. 10 Contemplação intelectual.

A felicidade mais alta consiste na virtude mais alta, a **virtude teórica**, que culmina na **sabedoria**. O sábio basta-se a si mesmo: para cultivar e alargar a sua sabedoria, não necessita de nada que não tenha já em si próprio. A sua vida é feita de serenidade e de paz, uma vez que ele não se cansa por fins exteriores. O fim está na própria atividade do seu intelecto.

Em suma, é na atividade intelectual que assenta a **felicidade suprema** do ser humano, a **felicidade da vida contemplativa**. Ora, esta felicidade leva-nos além daquilo que é puramente humano, pondo-nos, num certo sentido, em contacto com a divindade. Para o ser humano, tal contemplação é a mais nobre forma de atividade que lhe é acessível, mas não é contínua, pois não está presente na totalidade da sua vida. Só a divindade poderá ter uma vida de contemplação filosófica contínua.

Aristóteles afirma, deste modo, a **superioridade da vida teórica**. Se a **prudência** tem por objeto os assuntos humanos (mutáveis), a **sabedoria** tem por objeto o ser necessário (que se subtrai a todos os acontecimentos). A tarefa fundamental da Filosofia consiste, então, em levar o ser humano individual até à vida teórica, ou seja, até à **pura contemplação do que é necessário, da verdade eterna e universal**.

Atividades

- 1 Caracteriza, sucintamente, o intelecto, segundo Aristóteles.
- 2 Como podemos caracterizar a felicidade suprema do ser humano, segundo Aristóteles?

4.1.4. Objeções à ética aristotélica

A ética de Aristóteles foi sujeita a várias objeções ou críticas.



A primeira objeção à ética de Aristóteles refere-se ao facto de a sua reflexão sobre a excelência e o carácter humanos assentar nas ideias de que **existe uma natureza humana** e de que **a capacidade racional constitui o que há de mais essencial à humanidade**. Ora, estas ideias podem ser contestadas.

Texto 7

«Existem várias formas de contestar as pretensões de Aristóteles acerca da natureza humana.

Uma abordagem radical passa por negar que exista seja o que for que mereça a designação de "natureza humana". Esta é a posição de alguns filósofos existencialistas, tais como Jean-Paul Sartre, que defendem que qualquer tentativa para afirmar *a priori* o que os seres humanos devem ser está condenada ao fracasso, uma vez que estes se criam a si próprios através das escolhas que efetuam e não de acordo com padrões preestabelecidos.

Uma outra forma de disputar este aspeto da teoria de Aristóteles consiste em criticar a interpretação particular por ele efetuada da natureza humana e da qual o filósofo deriva as restantes conclusões da sua obra. Será que a capacidade racional é, *de facto*, o que separa os seres humanos dos outros animais? Porquê esta atividade em particular e não a capacidade dos seres humanos para se matarem uns aos outros fazendo uso de armas? Ou, talvez, a capacidade humana para tocar instrumentos musicais?»

Warburton, Nigel. *Grandes Livros de Filosofia*. Lisboa: Edições 70, 2013, p. 43.

Análise e interpretação

- 1 Qual é a maneira mais radical de contestar as pretensões de Aristóteles acerca da natureza humana?
- 2 Que outra forma existe de contestar a posição aristotélica acerca da natureza humana?

A segunda objeção incide sobre o facto de Aristóteles considerar que existe uma forma suprema de vida, que é a **vida contemplativa**. Esta, comparada a outras formas de vida, é considerada superior. Ora, **muitas das coisas que os seres humanos prezam são incomensuráveis**, isto é, não existe nenhuma forma de as comparar ou qualquer medida que permita julgá-las por comparação e considerar que umas valem mais do que outras.

Sendo assim, pensemos, por um lado, na vida contemplativa e, por outro, na vida de um participante ativo na política: **não existe qualquer posição** a partir da qual essas **formas de vida possam ser comparadas** ou **qualquer medida de valor comum com que ambas possam ser julgadas ou avaliadas**. Como tal, não se pode dizer que uma forma de vida seja superior ou inferior à outra.

A terceira objeção à ética de Aristóteles refere que ela apenas fornece uma receita para a felicidade individual, ensinando o indivíduo a lutar pelos seus interesses pessoais, sem preocupação com o bem-estar dos outros. Por isso, **a ética aristotélica é acusada de ser egoísta**. Uma resposta possível a esta crítica é que as virtudes que Aristóteles defende são, na sua maioria, aquelas que são necessárias aos indivíduos para que a sociedade floresça.

Uma outra objeção é que **a ética de Aristóteles é elitista**, essencialmente porque:

- **nada indica que a felicidade seja acessível a todos**, já que são necessários muitos requisitos e fatores externos para a alcançar, como, por exemplo, ter boa aparência, um rendimento razoável e até uma certa dose de boa sorte. Para Aristóteles, inclusive, existem seres humanos (como mulheres, crianças e escravos) a quem a felicidade (de acordo com esta noção) estará vedada por natureza;
- se consideramos a vida boa como aquela dominada pela contemplação filosófica, então **só aqueles suficientemente afortunados**, com tempo para se dedicarem a tal contemplação, **podem levar uma vida supremamente boa**.



Fig. 11 A felicidade da vida contemplativa pode ser apontada como apenas individual.



Fig. 12 A vida contemplativa é facilmente associada aos filósofos.

A última objeção a esta teoria é que ela **é imprecisa acerca do modo como os indivíduos se devem, de facto, comportar**. A doutrina do justo meio não fornece nenhuma orientação exata. Por outro lado, também parece existir um conflito nesta teoria: é suposto o ser humano dedicar-se a uma vida de ação virtuosa (cultivando as virtudes éticas) ou ambicionar um tipo de vida que inclua uma componente substancial de contemplação filosófica (ligada à virtude da sabedoria)? É difícil conciliar estas duas leituras.

Atividades

- 1 Porque é que a ética de Aristóteles é, por vezes, acusada de ser egoísta e elitista?
- 2 Lê o seguinte texto.

«O supremo bem e o fim para que toda a atividade humana se dirige é a felicidade, que pode ser definida como a contínua contemplação da verdade eterna e universal.»

Milch, Robert. *Ética Nicomaqueia*. Mem Martins: Publicações Europa-América, s/d, p. 16.

- 2.1. Concordas com esta ideia de Aristóteles? Justifica a tua resposta, com bons argumentos.

4.2. A ética deontológica de Immanuel Kant

Immanuel Kant (1724-1804) procura responder ao **problema filosófico da fundamentação da moral**, que pode ser formulado da seguinte maneira: “O que é que faz com que uma ação seja moralmente correta/boa ou incorreta/má?”.

Trata-se, assim, de dar resposta a várias questões, nomeadamente as seguintes:

- “O que é que pode ser considerado bom em si mesmo?”
- “Qual é o critério que permite distinguir uma ação moralmente correta de uma ação moralmente incorreta?”
- “Qual é o princípio ético fundamental?”.



Fig. 13 Imagem a partir do *Retrato de Immanuel Kant* de Johann Gottlieb Becker, 1768.

e Manual Digital

Atividade
Immanuel Kant

Áudio
Immanuel Kant



Vídeo
A ética deontológica de Kant



De acordo com a ética kantiana, o valor moral de uma ação assenta no cumprimento do dever e de certos princípios *a priori*, independentemente das consequências dessa ação. Estamos, por isso, perante uma **ética deontológica**.

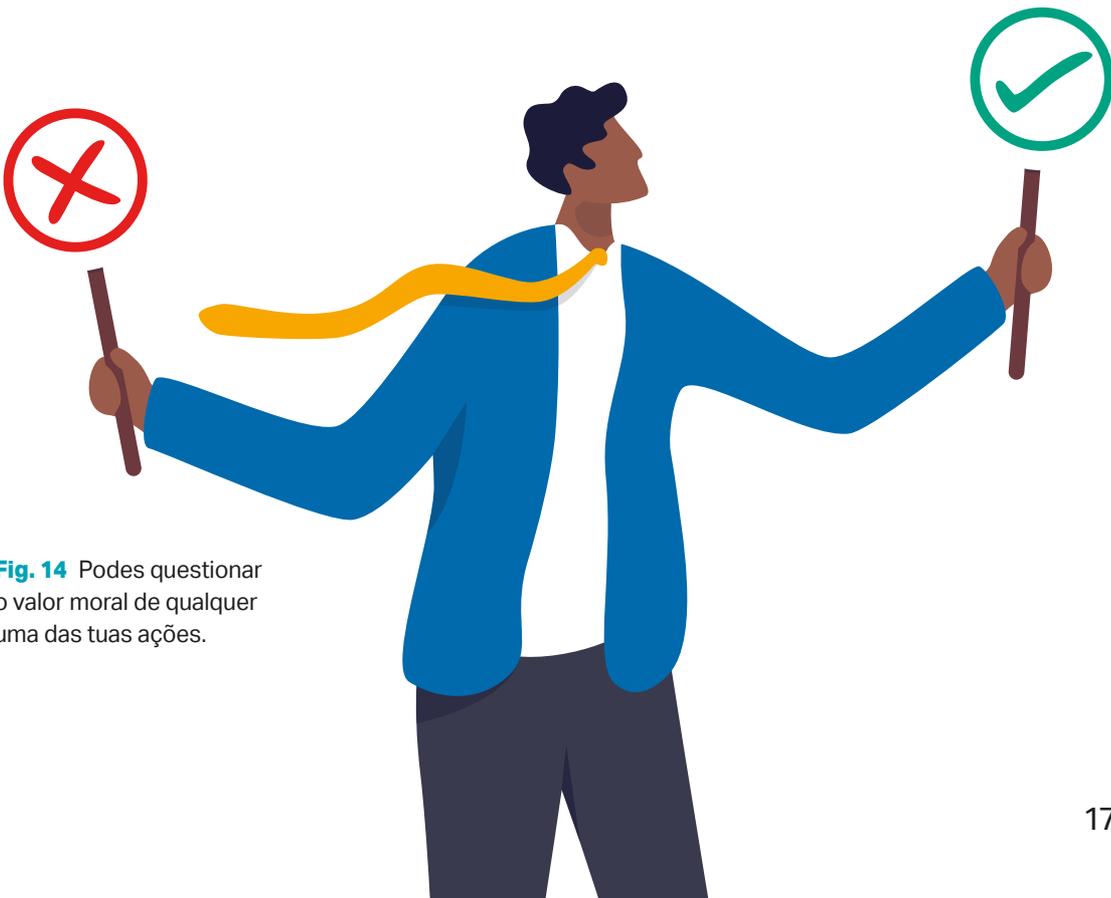


Fig. 14 Podes questionar o valor moral de qualquer uma das tuas ações.

4.2.1. A boa vontade

Segundo Kant, **o bem não reside na felicidade**, pois esta não tem valor em todas as circunstâncias, ou seja, nem sempre é boa. Se a felicidade de uma pessoa resulta da infelicidade dos outros, essa felicidade não pode ser boa. Então, o que pode ser considerado bom em si mesmo, sem qualquer restrição? Para Kant, **a única coisa concebível como boa em si mesma é a boa vontade**.

Texto 8

«De todas as coisas que é possível conceber neste mundo, e até mesmo em geral fora dele, nada existe que sem qualquer restrição possa ser tido por bom, a não ser mesmo uma boa vontade. A inteligência, o dom de apreender as semelhanças entre as coisas, a faculdade de discriminar o particular para sobre ele emitir juízos, e os outros *talentos* do espírito, independentemente do nome que lhes seja atribuído, ou até mesmo a coragem, a decisão, a perseverança, enquanto qualidades do *temperamento*, são sem dúvida em muitos aspetos coisas boas e desejáveis; mas estes dons da natureza podem também tornar-se extremamente maus e funestos se a vontade que deles vier a fazer uso, e cujas disposições particulares são a justo título denominadas *carácter*, não for boa. O mesmo acontece com os *dons da fortuna*. O poder, a riqueza, o respeito, até mesmo a saúde assim como o bem-estar absoluto e o contentamento com o seu estado, aquilo a que se chama *felicidade*, engendram uma autoconfiança que muitas vezes degenera em presunção, caso não haja uma vontade boa que eleve e dirija para fins universais a influência que estas vantagens têm sobre o ânimo e, decorrentemente, sobre qualquer princípio da ação; sem contar com o facto de que um espectador racional e imparcial jamais poderia sentir qualquer satisfação ao verificar o êxito sistemático de um ser no qual se não manifesta qualquer traço de uma pura e boa vontade. Deste modo, a boa vontade parece constituir condição indispensável em si mesma daquilo que nos torna dignos de ser felizes.»

Kant, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Lisboa Editora, 1995, p. 59.

Análise e interpretação

- 1 Qual é, de acordo com Kant, a principal característica da boa vontade?
- 2 Que relação estabelece Kant entre, por um lado, os «*talentos do espírito*» e as «*qualidades do temperamento*» e, por outro, a boa vontade?
- 3 A que é que podem conduzir os «*dons da fortuna*» se a vontade não for boa?
- 4 Que outra característica diferencia a boa vontade?

Sendo a única coisa boa sem quaisquer restrições, a **boa vontade possui um valor intrínseco, incondicional** (sem condições) e **absoluto**.

Se queremos responder ao problema da fundamentação da moral, temos de procurar no agente moral – um ser dotado de razão, consciência, vontade e liberdade – as motivações que o levam a agir desta ou daquela maneira, isto é, temos de ter em conta as suas intenções.

A ação boa ou moralmente correta resulta da intenção boa. Como sabemos, nem todas as ações decorrem de boas intenções. Há, inclusive, ações que se apresentam exteriormente em conformidade com as normas morais, mas que derivam de más intenções. O que torna, então, uma intenção boa?

Consideremos o seguinte exemplo: um mendigo está a pedir esmola numa rua movimentada. António, que vem acompanhado de alguns amigos, aproxima-se dele e dá-lhe algum dinheiro que traz consigo.

Ora, para avaliar se esta ação tem ou não valor moral (se é moralmente correta), é preciso saber qual é a intenção ou a motivação que lhe subjaz. Admitamos que António age movido apenas por um sentimento de compaixão pelos mais necessitados. Segundo Kant, a ação não teria valor moral, já que agir apenas por compaixão é agir movido por uma emoção, não por um princípio moral universal e de carácter racional. A boa vontade, para Kant, guia-se pela razão e não pelas emoções.

Suponhamos agora que a intenção de António foi a de impressionar os seus amigos, desejando que eles vissem nele uma pessoa excelente. Como é óbvio, isso faz com que a ação não tenha valor moral.

Em ambos os casos, **a intenção que orienta a vontade de António não é pura, não é exclusivamente racional**. Ele age pelo sentimento de compaixão ou pelo interesse (egoísta) de impressionar e ser reconhecido como uma pessoa excelente.

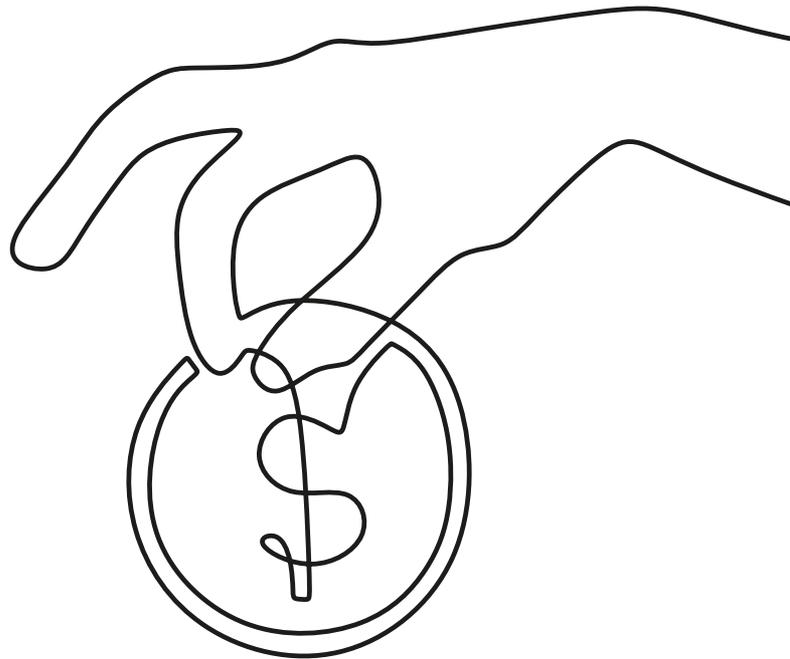
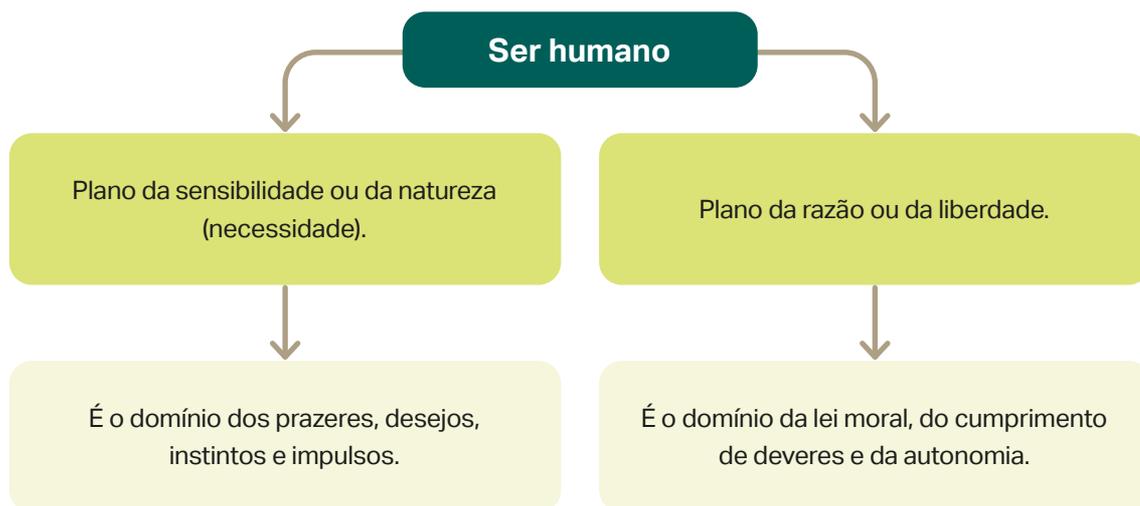


Fig. 15 Apesar de ser um ato bondoso, dar esmolas pode, segundo Kant, não ser um ato da boa vontade.

A vontade humana não é perfeita e deixa-se influenciar pelos apelos dos sentidos ou pelas exigências da sensibilidade. Afinal, no ser humano existem dois planos distintos:



No exemplo anterior, António, ao agir por compaixão ou por interesse (egoísta), age por inclinação ou por impulso sensível e não guiado pela razão ou pela lei moral. Por isso, nem a sua intenção é pura, nem a sua ação tem valor moral.

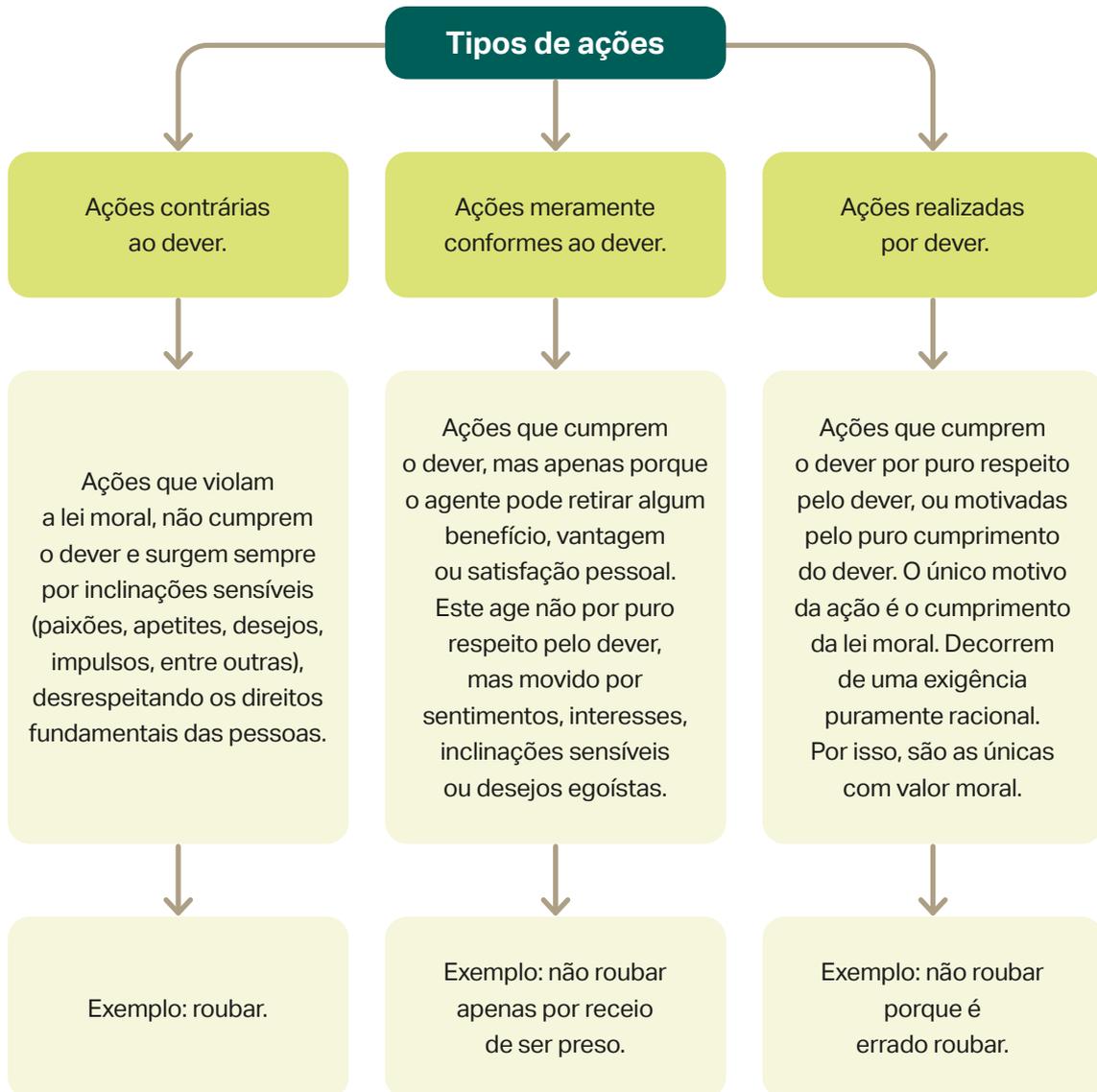
Apenas uma **vontade santa**, que não se encontra sujeita à coação, seria capaz de agir, em todas as circunstâncias, guiada única e exclusivamente pela razão.

Atividades

- 1 Refere as principais características da boa vontade, segundo Kant.
- 2 Explica por que motivo, para Kant, agir apenas por compaixão não constitui uma ação com valor moral.
- 3 Atenta nas duas teses seguintes:
 - A. Uma ação movida apenas por amizade não tem qualquer valor moral.
 - B. Uma ação movida apenas por amizade tem valor moral.**3.1.** Com qual destas teses concordas? Argumenta a favor dessa tese.

4.2.2. O dever

Vamos agora tentar compreender como descobrir o valor moral de uma ação. Para isso, teremos de ter em conta o motivo que está na sua base. Segundo Kant, existem, a este nível, **três diferentes tipos de ações**.



Como podemos verificar, **só as ações realizadas por dever** – com a intenção de cumprir o dever pelo dever – **possuem valor moral**.

Uma vez que só somos moralmente responsáveis por coisas sobre as quais exercemos algum controlo, e já que as consequências das ações se encontram, frequentemente, fora do nosso controlo, então as **consequências não podem ser decisivas para a moralidade**. Kant concentra-se, pois, nas motivações das ações e não nas suas consequências.

Suponhamos que uma pessoa, agindo por dever e com uma intenção pura, ajuda outra a atravessar a rua, mas esta tropeça naquela, cai e fica incapacitada para o resto da vida. A consequência foi trágica, mas é irrelevante no que toca ao valor moral dessa ação.

Agir por dever exige um conhecimento das regras e normas a que se deve obedecer. Não mentir, não roubar e não fazer promessas enganadoras constituem exemplos de regras concretas e instituídas em diversas sociedades.

Ora, do ponto de vista legal, roubar, por exemplo, é um crime punível. Todavia, do ponto de vista moral, não roubar apenas por receio de ir para a prisão não é uma ação com valor moral, ainda que esteja em conformidade com o dever.

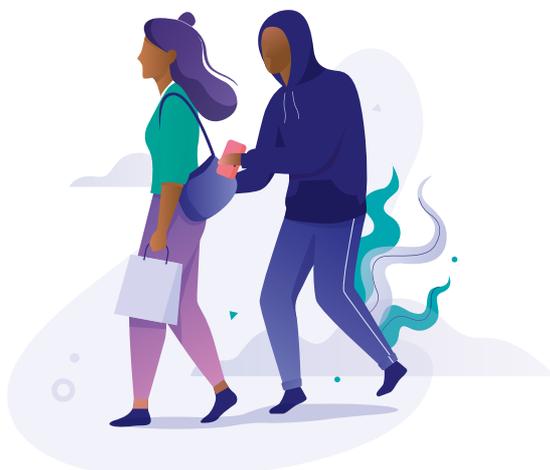


Fig. 17 As ações podem ser encaradas do ponto de vista legal e do ponto de vista moral.



Fig. 16 As nossas ações podem ter consequências que não estávamos a prever.

É preciso, portanto, distinguir “moralidade” de “legalidade”:

- **moralidade** – qualidade relativa às ações realizadas coerentemente por dever, referindo-se ao respeito (interior) pela lei moral;
- **legalidade** – qualidade relativa às ações realizadas em conformidade com o dever, mas que foram realizadas com fins egoístas, por desejos, inclinações ou interesses diferentes do puro respeito pelo dever.



Texto 9

«É sem dúvida conforme ao dever que um retalhista não suba os preços a um cliente inexperiente e é exatamente isso que um comerciante sensato nunca fará em se tratando de negócios avultados; pelo contrário, estabelece um preço fixo, igual para todos, de maneira a que, no seu estabelecimento, até uma criança possa comprar tão bem como qualquer outra pessoa. É-se, portanto, lealmente servido; mas o facto não é nem pouco mais ou menos suficiente para que dele se retire a convicção de que o mercador agiu desta forma em obediência ao dever ou por princípios de probidade; o seu interesse assim o exigia [...]. Eis portanto uma ação que foi praticada, não por sentido do dever, mas apenas por intuítos egoístas.»

Kant, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Lisboa Editora, 1995, p. 64.

Análise e interpretação

- 1 Será que a ação do retalhista tem, segundo Kant, valor moral? Porquê?

Para Kant, **a boa vontade age motivada apenas pelo cumprimento do dever**. Kant define o conceito de "dever" como «a necessidade de consumir uma ação por respeito para com a lei»*. Os efeitos resultantes das nossas ações não podem conferir-lhes qualquer valor moral. Esse valor só pode encontrar-se no princípio da vontade, na intenção do agente, no nosso sentido do dever, não nas finalidades que possam ser alcançadas por tais ações.



Fig. 18 A distinção entre "moralidade" e "legalidade" é importante para a discussão filosófica.

Atividades

- 1 Suponhamos que um indivíduo, a troco de dinheiro, fere gravemente uma pessoa, alegando que se limitou a cumprir o seu dever. Será que, à luz da ética de Kant, ele agiu por dever?
- 2 Explica, utilizando um exemplo, a diferença entre "moralidade" e "legalidade".

*Kant, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Lisboa Editora, 1995, p. 67.



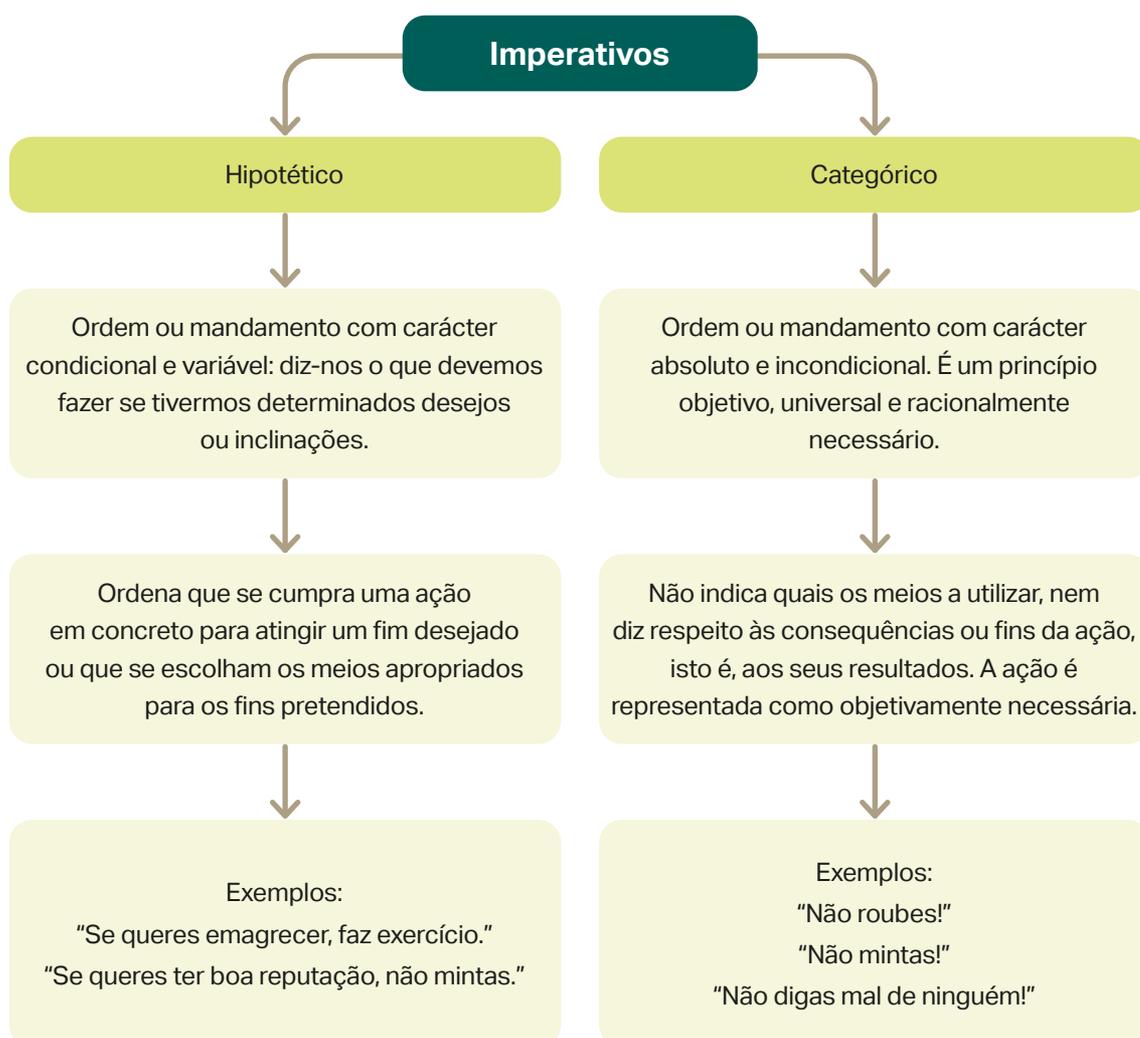
Áudio
A boa vontade
(Kant)



4.2.3. O imperativo categórico

Kant não pretende indicar-nos um conjunto de regras concretas para a ação, mas sim encontrar o **fundamento universal da ação correta**, isto é, a forma segundo a qual todo e qualquer ser racional deve agir. Ora, visto que apenas a razão pode ser a origem da intenção pura, é nela que importa procurar esse fundamento, essa fórmula que nos indique **o que devemos fazer para agir corretamente**, a que Kant chama de **imperativo categórico**.

Um **imperativo** é um **princípio ou mandamento que ordena uma determinada ação**. Contudo, devemos distinguir **imperativo hipotético** de **imperativo categórico**.



Nos imperativos hipotéticos (“Se queres A, então deves fazer B.”), a palavra “dever” não é usada com sentido moral, pois pretende-se seguir um determinado plano para atingir um certo objetivo. Já as obrigações morais não dependem de desejos específicos que eventualmente tenhamos e surgem de forma categórica.

Ora, o imperativo categórico de Kant, embora apresente várias formulações, constitui o **princípio de todos os imperativos categóricos**, indicando, de modo absoluto, incondicional e universal, a forma como devemos agir. Ele diz-nos **como é que objetivamente devemos agir**, independentemente das nossas inclinações subjetivas ou dos resultados da ação.



Atividade
Kant –
O imperativo
categórico

Texto 10

«O imperativo que diz respeito à escolha dos meios que visam a nossa própria felicidade, ou seja, a prescrição da prudência, não deixa de ser em qualquer caso *hipotético*; a ação é prescrita, não em absoluto, mas apenas como meio em ordem a uma outra finalidade.

Há por fim um imperativo que, sem instituir como princípio e como condição qualquer outra finalidade a atingir através de um dado comportamento, prescreve de imediato esse mesmo comportamento. Este imperativo é CATEGÓRICO. Diz respeito, não ao modo da ação, nem ao que dela pode resultar, mas à forma e ao princípio de que ela própria deriva; e o que nela existe de essencialmente bom é a intenção, quaisquer que sejam as suas consequências. Este imperativo pode ser nomeado como imperativo da MORALIDADE.»

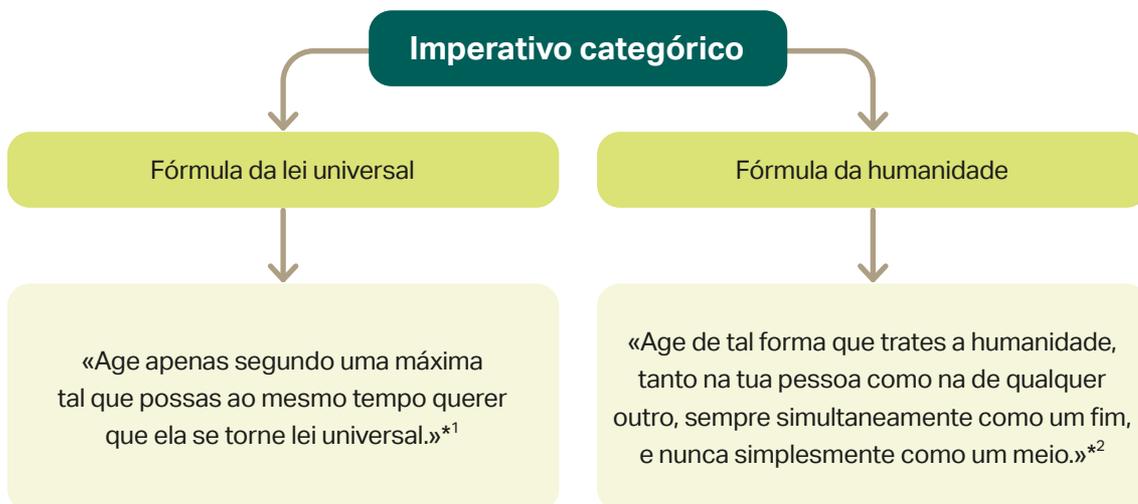
Kant, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Lisboa Editora, 1995, p. 85.

Análise e interpretação

- 1 Como é prescrita a ação, quando estamos perante um imperativo hipotético?
- 2 Como podemos caracterizar o imperativo categórico?

O imperativo categórico não nos diz o que fazer em situações concretas, limitando-se a indicar, de modo absoluto e incondicional, **a forma a que devem obedecer todas as nossas ações**. É como se nos dissesse: “Faças o que fizeres, que seja sempre porque reconheces interiormente que é esse o teu dever, independentemente dos fins ou das vantagens que possas alcançar.” Trata-se, pois, de um **princípio ou lei moral fundamental** que estabelece que a ação é necessária e boa em si mesma.

Kant exprime essa lei moral fundamental de diversas formas, entre as quais se destacam a **fórmula da lei universal** e a **fórmula da humanidade**.



*1 Kant, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Edições 70, 1988, p. 59.

*2 Kant, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Lisboa Editora, 1995, p. 101.

Começemos por analisar, então, a fórmula da lei universal.

Kant entende por **máxima** o **princípio subjetivo do querer**, isto é, trata-se de uma regra de conduta que é considerada pelo sujeito que a adota como valendo para a sua vontade, sem haver referência à vontade de outrem.

Assim, na primeira fórmula do imperativo, encontramos a primeira exigência da lei moral: se quisermos saber se estamos a agir bem ou se a nossa ação tem valor moral, **devemos perguntar-nos se podemos querer que a máxima ou o princípio que orienta a nossa ação se torne lei universal**, isto é, se esse princípio é universalmente desejável, se pode transformar-se numa lei à qual todos os seres humanos, em circunstâncias semelhantes, adeririam.

Por exemplo, aquele que tenta ajudar um idoso pode agir segundo a máxima "Ajuda os idosos se queres um dia ser igualmente ajudado.", ou "Ajuda os idosos se tens compaixão por eles.", ou ainda "Ajuda os idosos apenas porque é esse o teu dever.". Neste último caso, a sua ação teria valor moral, pois só aí ele está a agir segundo o imperativo categórico. A boa vontade age de acordo com o imperativo categórico.

Se quisermos compreender melhor a fórmula da lei universal, podemos dizer que ela se assemelha à chamada **regra de ouro**, comum às grandes religiões, que se resume nas seguintes frases: "Faz aos outros o que gostarias que eles te fizessem a ti." e "Não faças aos outros o que não gostarias que eles te fizessem a ti.". Ainda assim, importa notar que, segundo Kant, a regra de ouro não tem rigor suficiente para ser considerada um princípio moral universal.

Apresentada a primeira fórmula do imperativo categórico, Kant refere alguns **deveres morais**, que deduz desse princípio.

Deveres morais	Para conosco	Para com os outros
Perfeitos	Não atentar contra a nossa própria vida (não cometer suicídio).	Não fazer promessas enganadoras.
Imperfeitos	Desenvolver as nossas faculdades, os nossos talentos ou dons naturais.	Contribuir para o bem-estar e a felicidade dos outros ou prestar-lhes assistência.

Há uma distinção importante a efetuar entre os **deveres perfeitos** e os **deveres imperfeitos**.



Os deveres perfeitos têm sempre prioridade sobre os imperfeitos e são **mais importantes** do que eles. Por exemplo, suponhamos que um doente que está totalmente dependente de alguém acredita que, atentando contra a sua própria vida, pode contribuir para a felicidade do seu cuidador, já que o vai libertar do peso de ter de cuidar dele. Mesmo com a melhor das intenções, seria uma ação moralmente incorreta, segundo Kant (pois o suicídio, para Kant, é sempre errado). Do mesmo modo, nunca devemos fazer uma promessa enganadora para ajudar alguém.

Texto 11

«Um outro vê-se levado pela necessidade a pedir dinheiro emprestado. Sabe muito bem que não poderá devolvê-lo, mas percebe melhor ainda que ninguém lho emprestará se não se comprometer firmemente a saldar a dívida ao fim de um determinado período. [...] Suponhamos que [...] ele opte por esta via; a máxima da sua ação teria este significado: “Quando creio estar com dificuldades de dinheiro peço-o emprestado e prometo devolvê-lo, embora saiba que nunca o farei.” [...] A questão está em saber se é um princípio justo. Converto pois a exigência do amor a si mesmo numa lei universal, e ponho-me a questão seguinte: “Que sucederia se a minha máxima se tornasse uma lei universal?” Rapidamente constato que ela não poderia nunca ter valor de lei universal da natureza e permanecer em concordância consigo mesma, mas que pelo contrário deveria necessariamente contradizer-se. Pois admitir como uma lei universal que qualquer pessoa que pense estar em dificuldades possa prometer seja lá o que for que lhe ocorra, com a firme intenção de não cumprir essa promessa, seria de facto tornar impossível o prometer, qualquer que fosse a finalidade que nos propuséssemos, visto que ninguém acreditaria no prometido, e que toda a gente riria de tais demonstrações como se de vãos enganos se tratasse.»

Kant, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Lisboa Editora, pp. 92-93.

Análise e interpretação

- 1 Como podemos exprimir a máxima relativa à promessa enganadora, referida no texto?
- 2 Como poderá o agente começar por submeter essa máxima ao imperativo categórico?
- 3 Por que razão, segundo Kant, não devemos fazer promessas enganadoras?



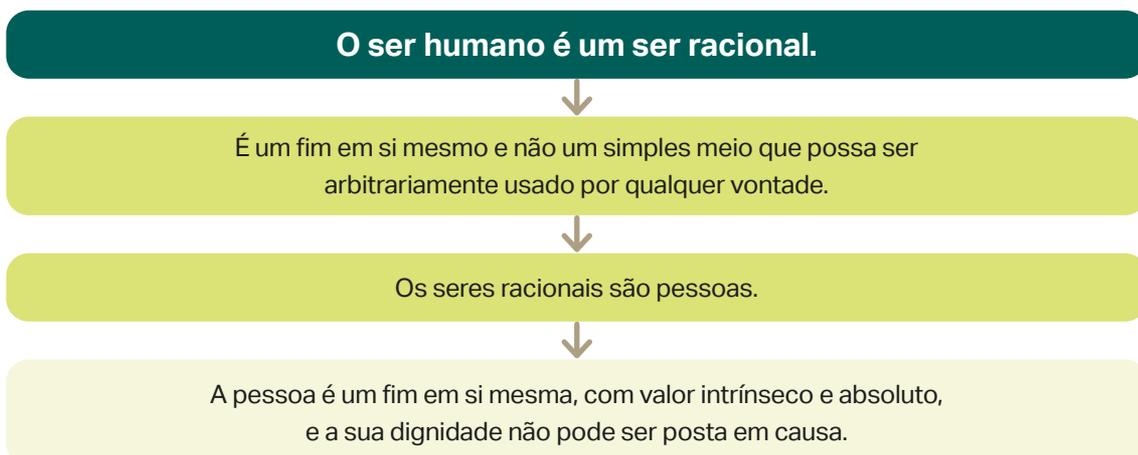
Fig. 19 Para Kant, a prioridade dos deveres revela a sua ordem de importância.

O que sucederia, então, se determinadas máximas se tornassem leis universais? Poderemos querer que todos os agentes racionais sigam essas máximas? O quadro seguinte mostra o que aconteceria se as máximas citadas como exemplos fossem universalizadas.

Exemplos de máximas	O que aconteceria se estas máximas fossem universalizadas?
<i>Pôr termo à própria vida, sempre que as desgraças ou as adversidades sejam insuportáveis.</i>	Isso poria em causa a sobrevivência da própria humanidade.
<i>Fazer uma promessa enganadora, para se ver livre de apuros.</i>	Isso levaria a que ninguém confiasse em ninguém e, assim, se extinguísse o próprio ato de fazer promessas.
<i>Negligenciar os dons naturais, optando antes por uma vida de prazer.</i>	Isso levaria a que as faculdades individuais, que são úteis para vários fins, não se desenvolvessem.
<i>Viver sem contribuir para o bem-estar dos outros.</i>	Isso poderia levar a que o indivíduo, ao vir a precisar da ajuda dos outros, não a recebesse.

Assim, o potencial suicida, aquele que faz promessas enganadoras, o que negligencia os seus dons e o egoísta concluiriam, por exigência da lei moral, que **não poderiam querer realmente a universalização das suas máximas**. Nenhum destes princípios seria desejável, nem aplicável, universalmente. Nenhum deles se poderia transformar em lei universal. Seguir tais máximas equivale a adotar regras que não podemos querer que sejam seguidas pelos outros.

Passemos agora à análise da segunda fórmula do imperativo categórico: **a fórmula da humanidade** ou **do fim em si mesmo**. Para a compreendermos, temos de ter em conta que, para Kant, toda a pessoa é um fim em si mesma, como se mostra no esquema seguinte.



A **fórmula da humanidade** diz-nos, basicamente, que **devemos agir de tal forma que tratemos os outros e a nós próprios sempre como fins e nunca como simples meios ou instrumentos para atingirmos os nossos objetivos ou realizarmos desejos egoístas**. O valor do ser humano está acima de qualquer preço. Tratar o ser humano como um fim em si mesmo, não apenas como meio, é **respeitá-lo enquanto agente racional ou pessoa, é respeitar a sua racionalidade e reconhecer a sua dignidade**.

Ambas as fórmulas do imperativo categórico – lei moral fundamental – correspondem às exigências que a razão nos apresenta para agirmos corretamente ou para que as nossas ações tenham valor moral.

Cada indivíduo, enquanto ser racional, é, portanto, autor da lei moral que impõe a si mesmo. O imperativo categórico decorre da vontade de cada agente racional. Desta forma, Kant afirma a **autonomia da vontade** e a **liberdade moral do agente**. A moralidade das nossas ações não depende de nada que nos seja imposto do exterior, apenas resulta do interior. A **autonomia** opõe-se, assim, à **heteronomia**. Vejamos essa diferença:

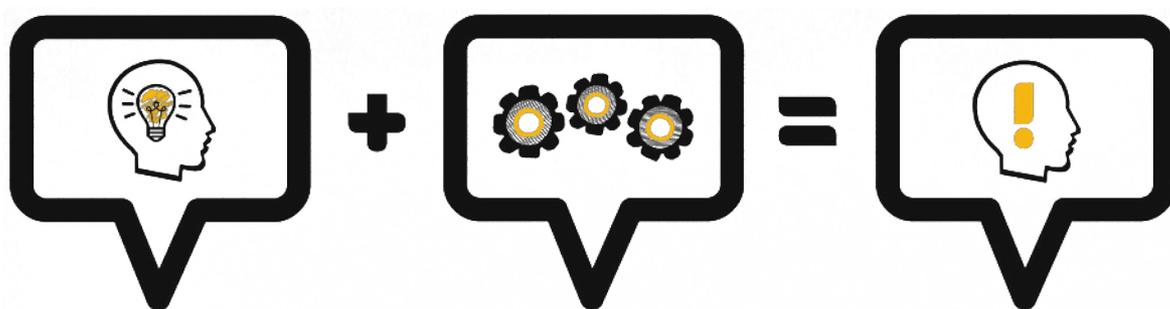
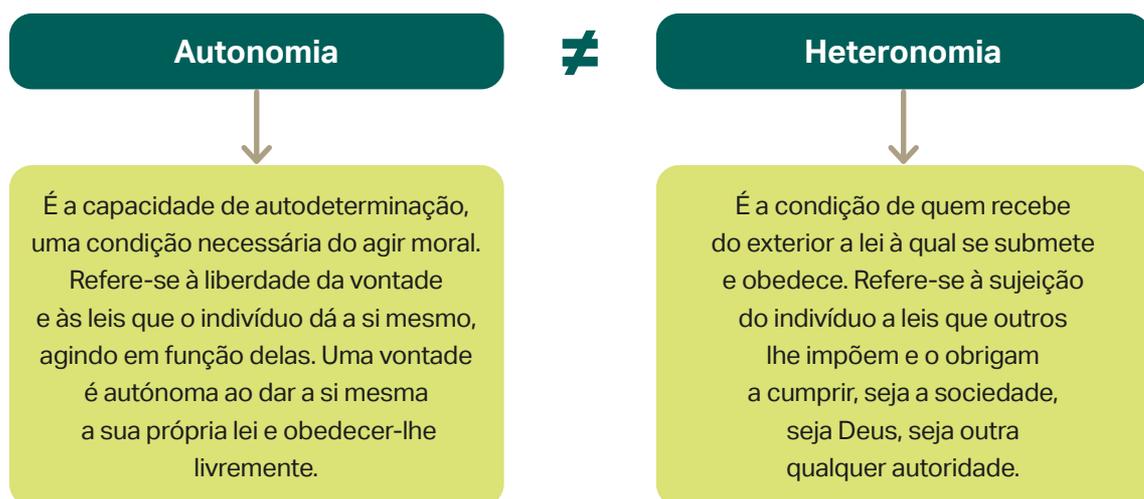


Fig. 20 A lei moral surge de nós próprios.

O **sujeito autónomo** é, por isso, aquele que dá a si mesmo as suas próprias leis, às quais obedece. O **sujeito heterónimo**, por sua vez, é aquele que se submete e se limita a obedecer a leis que lhe são impostas a partir do exterior.

A **vontade autónoma** não se limita a submeter-se à lei moral, ela própria é **legisladora universal**. A lei moral não nos é imposta a partir de fora, mas deriva de nós próprios, enquanto agentes racionais. Segundo Kant, **uma vontade livre é uma vontade submetida a leis morais**. Só quando a nossa vontade se submete às leis da razão é que somos verdadeiramente livres.

Atividades

- 1 Distingue, utilizando exemplos, "deveres perfeitos" de "deveres imperfeitos", segundo Kant.
- 2 Considera as seguintes máximas: "Acaba com a tua vida se viveres uma grande desgraça." e "Vive sem contribuir para o bem-estar dos outros.". Mostra como, segundo Kant, nenhuma destas máximas passa no teste da universalização resultante do imperativo categórico.
- 3 Esclarece, tendo em conta a fórmula da humanidade, qual seria a perspetiva de Kant perante a hipótese de tirar a vida a uma pessoa para, com os seus órgãos, salvar cinco.
- 4 Atenta nas duas teses seguintes:
 - A. A lei moral deriva de nós próprios.
 - B. A lei moral não deriva de nós próprios.

4.1. Com qual destas teses concordas? Argumenta a favor dessa tese.

 Manual Digital

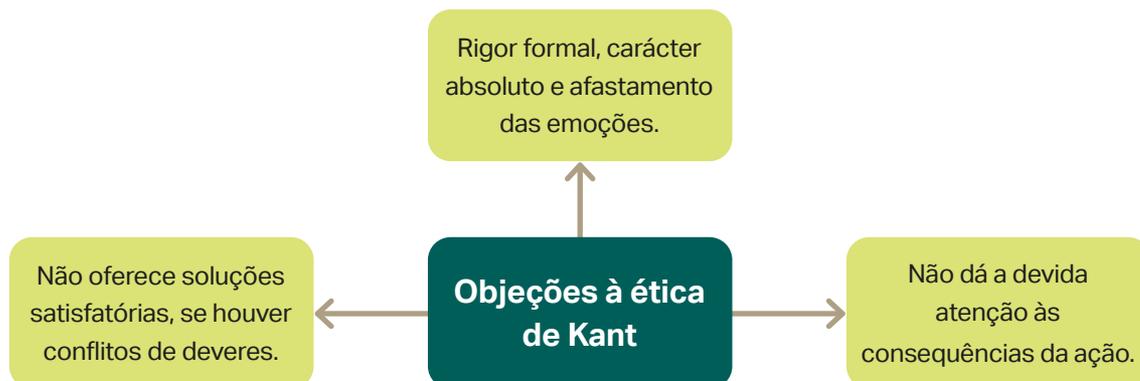
Áudio
A ética deontológica de Kant



Lei Moral

4.2.4. Objeções aos preceitos da ética kantiana

A perspetiva ética de Kant – que dá prioridade ao respeito pelo dever em detrimento das consequências da ação – encontra-se sujeita a várias objeções.



Em primeiro lugar, a ética kantiana é criticada pelo seu **rigor formal**, assim como pelo seu **carácter absoluto** e pelo facto de **afastar as emoções da vida moral**. Ao fazer depender a correção moral das ações exclusivamente de princípios universais que se impõem incondicionalmente, a ética kantiana afasta-nos do contexto real e diverso em que as ações se desenrolam. Kant parece dar um papel inadequado a emoções e sentimentos de piedade, compaixão, simpatia, amor, amizade, remorso, entre outros, afastando-os como irrelevantes para a moral, já que só o sentido do dever é apropriado. Ora, separar essas emoções da moral é ignorar um aspeto central do comportamento ético.

Em segundo lugar, a teoria ética de Kant é criticada por haver **muitas situações** (como aquelas que envolvem **dilemas morais**) **para as quais ela não oferece soluções satisfatórias**: é muito difícil saber como aplicar a forma do dever quando estamos perante **conflitos de deveres**. Se temos, por exemplo, o dever de nunca mentir e o dever de proteger a vida de alguém, a teoria de Kant não ajuda se estes deveres entrarem em conflito e tivermos de dizer a verdade a um potencial assassino (o que até se pode afigurar uma ação absurda). Em todo o caso, segundo Kant, temos o dever absoluto de nunca mentir.

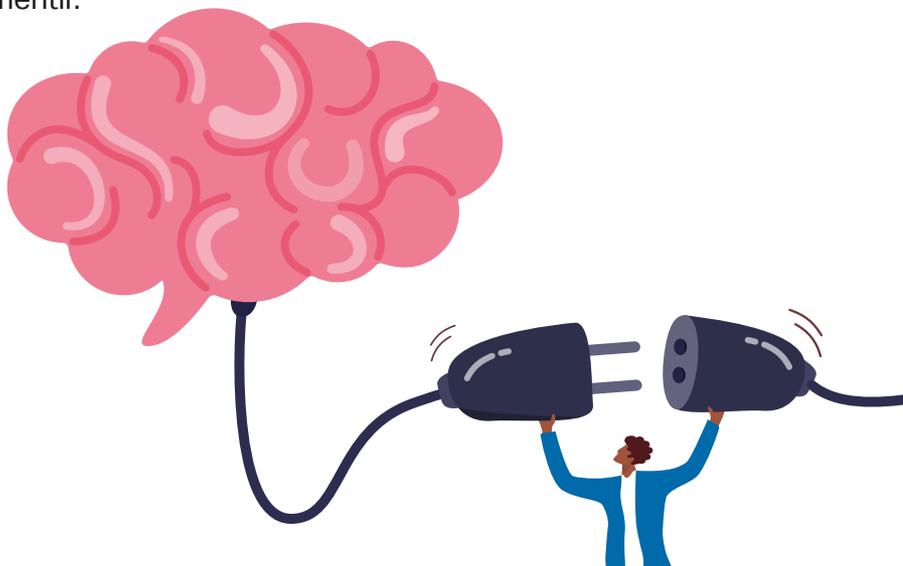


Fig. 21 A ética de Kant separa as emoções da moral.

Texto 12

«Durante a Segunda Guerra Mundial, os pescadores holandeses transportavam, secretamente nos seus barcos, refugiados judeus para Inglaterra, e os barcos de pesca com refugiados a bordo eram por vezes intercetados por barcos-patrolha nazis. O capitão nazi perguntava então ao capitão holandês qual o seu destino, quem estava a bordo, e assim por diante. Os pescadores mentiam e obtinham permissão de passagem. Ora, é claro que os pescadores tinham apenas duas alternativas, mentir ou permitir que os seus passageiros (e eles mesmos) fossem apanhados e executados. Não havia terceira alternativa; não podiam, por exemplo, manter o silêncio ou fugir aos nazis.

Suponhamos, agora, que se assume as regras “é errado mentir” e “é errado permitir o homicídio de pessoas inocentes” como absolutas. Os pescadores holandeses teriam que fazer uma destas coisas; logo, uma perspectiva moral que proíbe absolutamente ambas é incoerente.»

Rachels, James. *Elementos de Filosofia Moral*. Lisboa: Gradiva, 2004, pp. 183-184.

Análise e interpretação

- 1 Qual é a conclusão que podemos tirar a partir da situação descrita no texto?
- 2 Debate com os teus colegas sobre a atitude dos pescadores holandeses: deviam mentir ou não?

Uma última crítica aponta para o facto de a teoria kantiana ter alguns **aspectos implausíveis**, como **não dar atenção às consequências da ação**. Imaginemos, por exemplo, um indivíduo incompetente, mas cheio de boas intenções, que cause, involuntariamente, diversos feridos, por causa da sua incompetência. Segundo a teoria de Kant, esse indivíduo poderia ser moralmente inocente, visto ser primariamente julgado pelas suas intenções. Há, portanto, casos em que as consequências das ações parecem relevantes para apreciar o seu valor moral.



Atividades

- 1 Será que a teoria ética de Kant considera as emoções essenciais para agir corretamente? Justifica, recorrendo a um exemplo.
- 2 Mostra, tendo em conta as críticas à teoria ética de Kant, que esta não nos fornece soluções morais satisfatórias em todos os contextos do agir.

Fig. 22 Estátua de Immanuel Kant, Kaliningrado.



4.3. A ética consequencialista de John Stuart Mill

Vamos agora estudar a **ética consequencialista** ou **utilitarista** de **John Stuart Mill** (1806-1873). A ética de John Stuart Mill constitui:

- uma **ética teleológica** (tal como a de Aristóteles), visto que considera que o fim (*telos*) para o qual tendem as ações determina a retidão moral das mesmas;
- uma **ética consequencialista**, visto que avalia a moralidade e a retidão das ações através das suas consequências e da sua utilidade.

Quando falamos em **utilidade**, estamos a referir-nos à possibilidade de se alcançar o bem-estar ou a felicidade. Para John Stuart Mill, o **bem ou fim último** e a **única coisa com valor intrínseco** consiste na **felicidade**.

John Stuart Mill defende que o máximo bem a promover numa sociedade deverá ser a **felicidade de todos e de cada um**. O que faz com que as nossas ações sejam boas ou moralmente corretas é o contributo que dão para esta felicidade, estando erradas se produzirem o reverso da felicidade.

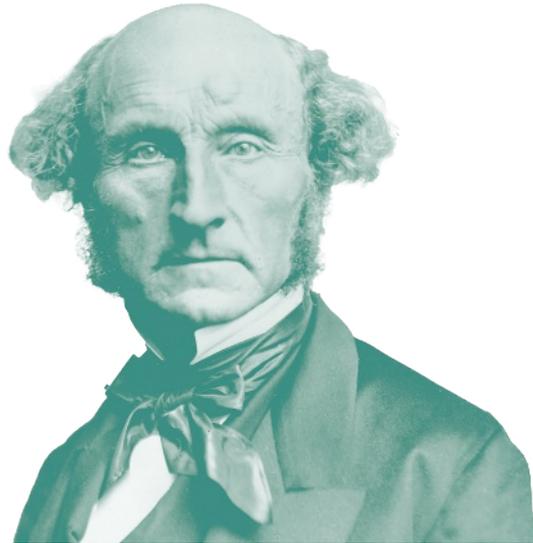


Fig. 23 John Stuart Mill.

4.3.1. O hedonismo

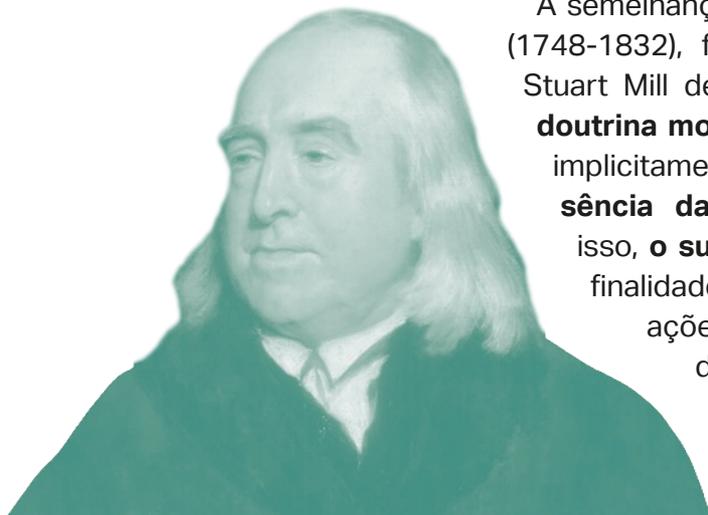


Fig. 24 Jeremy Bentham.

À semelhança do filósofo **Jeremy Bentham** (1748-1832), fundador do utilitarismo, John Stuart Mill defende o **hedonismo**, isto é, a **doutrina moral** segundo a qual **o prazer** (e, implicitamente, a ausência de dor) é a **essência da felicidade**, constituindo, por isso, **o supremo bem do ser humano**. A finalidade última de todas as nossas ações é, em certo sentido, a felicidade.



Atividade
Mill: biografia

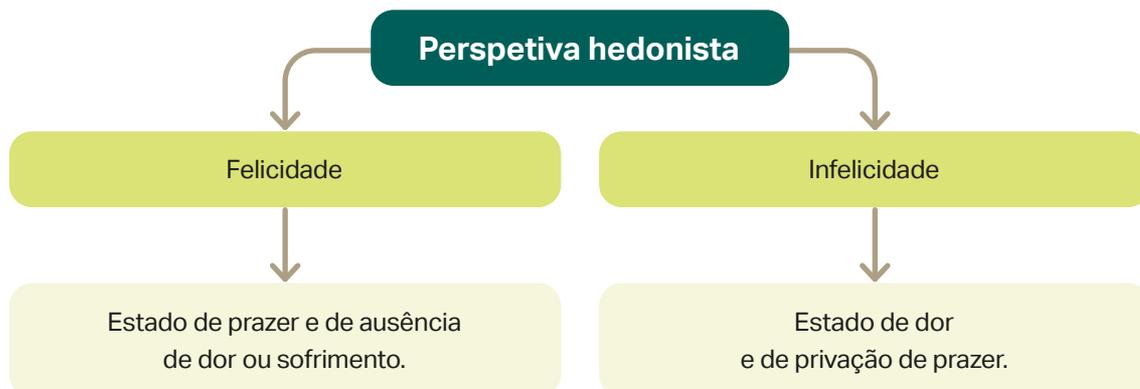
Áudio
John Stuart Mill e Harriet Taylor



Vídeo
A ética utilitarista de Mill



Para o utilitarista, já que o ser humano procura ser feliz, as suas ações são úteis quando lhe proporcionam as condições necessárias à felicidade, assim como à prevenção ou à atenuação da infelicidade. Portanto, podemos entender em que consistem a felicidade e a infelicidade, segundo a perspectiva hedonista:



Deste modo, o que torna a vida de um indivíduo boa ou valiosa para si próprio é apenas o facto de nela **as experiências aprazíveis predominarem fortemente em relação às experiências dolorosas**.

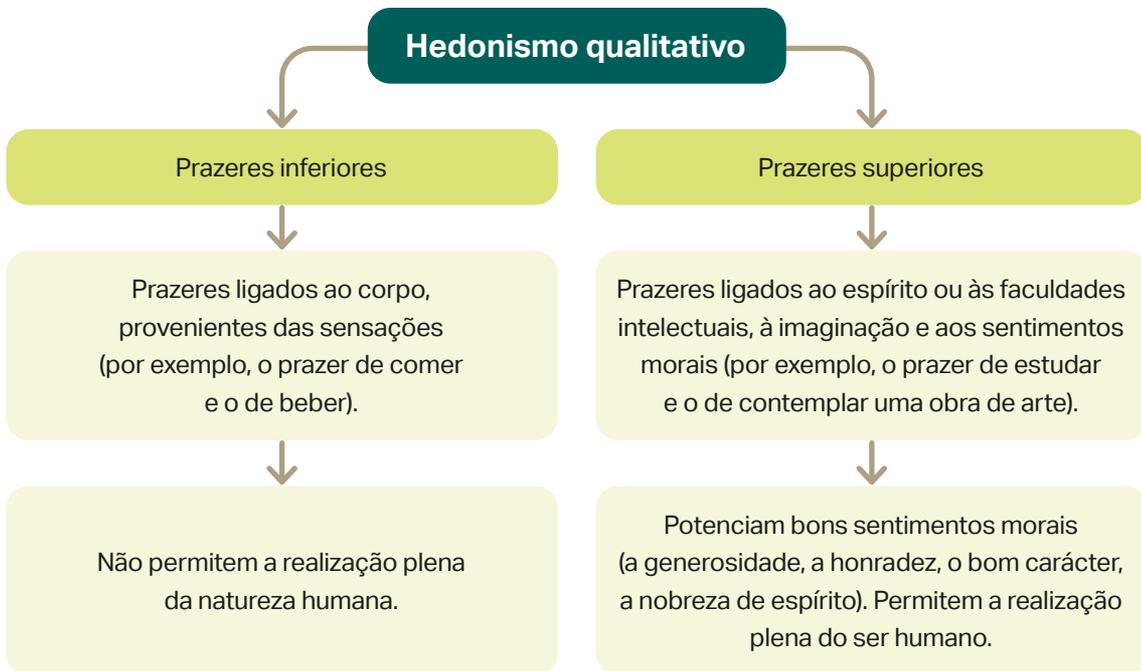
Contudo, Bentham e Mill divergem na perspectiva que têm acerca dos prazeres. Bentham tem uma perspectiva meramente quantitativa, defendendo, por isso, um **hedonismo quantitativo**. De acordo com esta perspectiva:

- o valor dos prazeres depende apenas da sua intensidade e da sua duração;
- os prazeres mais prolongados e mais intensos são os melhores;
- as dores mais prolongadas e mais intensas serão as piores.

Já Mill afasta-se da perspectiva de Bentham ao estabelecer uma distinção fundamental ao nível da qualidade dos prazeres, defendendo, assim, um **hedonismo qualitativo**. Além da intensidade e da duração, propõe uma distinção dos prazeres em função da sua natureza intrínseca: existem **prazeres inferiores** e **prazeres superiores**.

Fig. 25 Apreciar uma melodia tocada num instrumento é um exemplo de prazer superior.





Texto 13

«Se me perguntarem o que entendo pela diferença qualitativa de prazeres, ou por aquilo que torna um prazer mais valioso do que outro, simplesmente enquanto prazer e não por ser maior em quantidade, só há uma resposta possível. De dois prazeres, se houver um ao qual todos ou quase todos aqueles que tiveram a experiência de ambos derem uma preferência decidida, independentemente de sentirem qualquer obrigação moral para o preferir, então será esse o prazer mais desejável [...]. Ora, é um facto inquestionável que aqueles que estão igualmente familiarizados com ambos, e que são igualmente capazes de os apreciar e de se deleitar com eles, dão uma preferência muitíssimo marcada ao modo de existência que emprega as suas faculdades superiores. Poucas criaturas humanas consentiriam ser transformadas em qualquer dos animais inferiores perante a promessa da plena fruição dos prazeres de uma besta, nenhum ser humano inteligente consentiria tornar-se tolo, nenhuma pessoa instruída se tornaria ignorante, nenhuma pessoa de sentimento e consciência se tornaria egoísta e vil, mesmo que a persuadissem de que o tolo, o asno e o velhaco estão mais satisfeitos com a sua sorte do que ela com a sua.»

Mill, John Stuart. *Utilitarismo*. Porto: Porto Editora, 2005, pp. 49-50.

Análise e interpretação

- 1 O que permite decidir qual de dois prazeres é qualitativamente mais desejável?
- 2 Que tipo de prazeres, segundo Mill, será preferido por uma «pessoa de sentimento e consciência»?

Para justificar, empiricamente, a identificação dos prazeres inferiores com os corporais e dos prazeres superiores com os intelectuais/espirituais, Mill recorre à autoridade daqueles que, por experiência de vida, conhecem bem os dois tipos de prazeres, podendo assim compará-los e descobrir o que é preferível ao ser humano. Essas pessoas são os chamados **juízes competentes**.

Os sentimentos e o juízo das pessoas com experiência dos dois tipos de prazeres (juízes competentes) podem ajudar-nos a decidir em muitas situações concretas, ao nos permitirem reconhecer que **o tipo de prazeres resultantes das faculdades superiores é preferível ao tipo de prazeres exclusivamente físicos**.

Os prazeres intelectuais/espirituais são considerados preferíveis e são superiores aos prazeres corporais, por serem mais dignos. Aliás, só eles proporcionam a verdadeira realização do ser humano.

Atividades

- 1 Explica em que consiste o hedonismo.
- 2 Refere a principal diferença entre o hedonismo de Bentham e o hedonismo de Mill.

4.3.2. O consequencialismo

Para a **ética utilitarista e consequencialista** de Mill, o que conta na avaliação da moralidade das ações são, justamente, as suas consequências: **as consequências determinam o valor moral da ação**.

Assim sendo, as ações que originam sofrimento ou privação do prazer não são úteis, porque não trazem qualquer benefício. Ações sem utilidade não serão boas ou corretas, nem terão valor moral. O fundamento da avaliação moral das ações está na sua **utilidade**. O princípio fundamental da ética utilitarista e consequencialista é o **princípio da maior felicidade**.

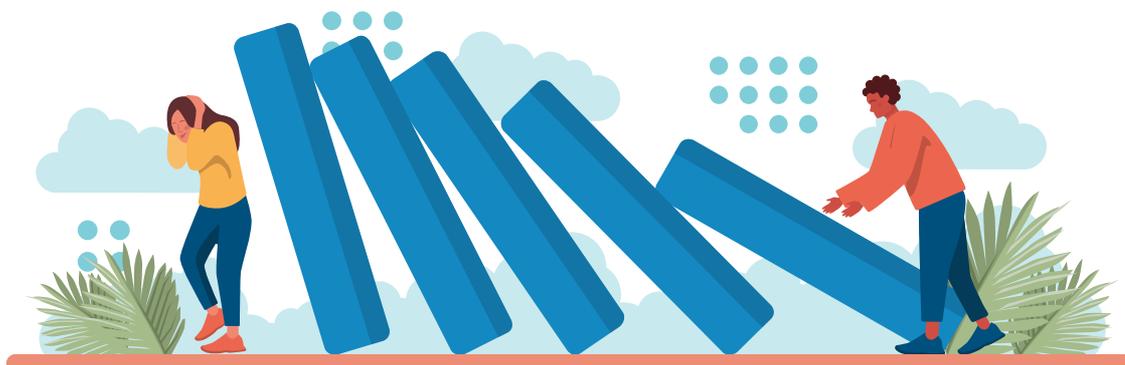


Fig. 26 Para a ética utilitarista o valor moral de uma ação é determinado pelas suas consequências.

Princípio da maior felicidade (ou princípio da utilidade)

↓
É o fundamento da moralidade.

↓
De acordo com este princípio, a ação correta é aquela que maximiza a felicidade ou o bem-estar geral.

Estamos perante uma expressão clara do consequencialismo: o que permite dizer se uma ação é certa ou errada são apenas as suas **consequências**. Contudo, é importante notar que, de acordo com a proposta de Mill, não se pode considerar como boa uma ação que traz consequências positivas apenas para o sujeito. Aquilo que importa não é unicamente a felicidade do agente, mas sim a **felicidade geral**.

Para se conseguir a felicidade ou o bem-estar geral, é necessário que a pessoa aja com uma **estrita imparcialidade na escolha entre a sua felicidade e a felicidade dos outros** e com uma **estrita igualdade na consideração dos interesses**.

Sendo assim, o ato moralmente correto ou com valor moral é aquele que, efetuada uma avaliação imparcial da situação, e tendo em conta as alternativas, permite **maximizar o prazer ou a felicidade geral**, ou seja, é aquele que conduz ao **maior bem-estar total, ao saldo mais positivo** – independentemente da forma como a felicidade é distribuída.

Texto 14

«Compete à ética dizer-nos quais são os nossos deveres, ou por meio de que teste podemos conhecê-los, mas nenhum sistema de ética exige que o único motivo do que fazemos seja o sentimento do dever; pelo contrário, noventa e nove centésimos de todas as nossas ações são realizadas por outros motivos – e bem realizadas, se a regra do dever não as condenar. É extremamente injusto para o utilitarismo que esta incompreensão específica suscite uma objeção, visto que os moralistas utilitaristas foram além de quase todos os outros ao afirmar que o motivo, embora seja muito relevante para o valor do agente, é irrelevante para a moralidade da ação. Aquele que salva um semelhante de se afogar faz o que está moralmente certo seja o seu motivo o dever, seja a esperança de ser pago pelo incómodo; aquele que trai um amigo que confia em si é culpado de um crime, mesmo que o seu objetivo seja servir outro amigo relativamente ao qual tem maiores obrigações.»

Mill, John Stuart. *Utilitarismo*. Porto: Porto Editora, 2005, pp. 58-59.

Análise e interpretação

1 Que lugar têm os motivos na ética utilitarista?

De acordo com o consequencialismo, será possível **calcular a felicidade que uma ação acarreta**, assim como aferir que ações são mais ou menos úteis para o ser humano, ou seja, que ações lhe podem proporcionar maior ou menor grau de felicidade. Claro que não podemos saber, com toda a certeza, se uma ação é boa ou má antes de ela se concretizar. Podemos, no entanto, durante o processo deliberativo anterior à ação, refletir consciente e imparcialmente sobre as consequências que a sua realização pode trazer não só para o agente, mas também para todos os que possam ser afetados por ela. Assim:

- se as consequências forem positivas (trouxerem as maiores vantagens), então **a ação será boa**;
- se as consequências forem negativas (trouxerem desvantagens), então **a ação será má**.

Ora, se o valor moral das ações depende, exclusivamente, das suas consequências (ou seja, das vantagens ou desvantagens que trazem), então **não existem regras morais absolutas**.

Um dos exemplos que melhor nos pode ajudar a compreender esta ideia relaciona-se com a mentira e a verdade. Kant considerava que nunca devemos mentir (regra absoluta). Já Mill pensava de maneira diferente: segundo este filósofo, nós **temos, geralmente, a obrigação de dizer a verdade**, porque isso tende a produzir efeitos positivos no saldo global de felicidade (na felicidade geral), mas pode haver alturas em que se justifique mentir, ou seja, há circunstâncias em que a ação mais correta (que mais contribui para a felicidade geral) envolve a mentira. Recordemos a situação descrita no texto 11: segundo Mill, a ação dos pescadores, que mentiam e assim obtinham permissão de passagem, é moralmente correta.

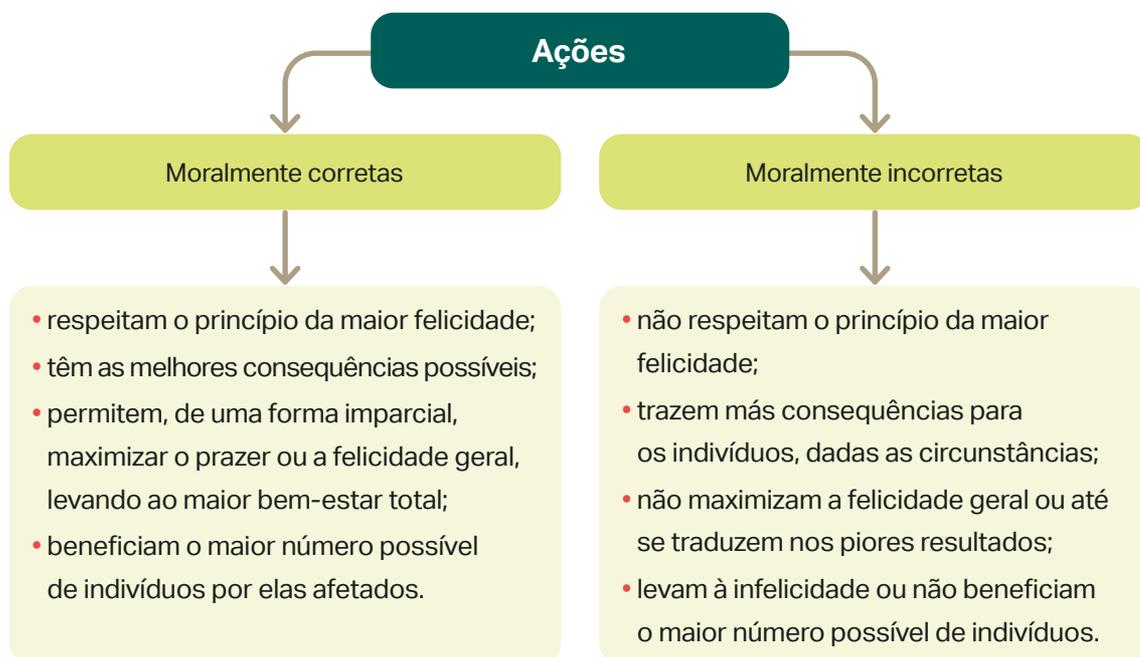




Fig. 27 Recorda a página 181.

Retomemos, agora, o exemplo que utilizá-
mos a propósito da ética de Kant.

Um mendigo está a pedir esmola numa
rua movimentada. António, que vem acompa-
nhado de alguns amigos, aproxima-se dele e
dá-lhe algum dinheiro que traz consigo.

Independentemente das intenções e das
motivações que levaram António a agir da-
quela forma, o que determina o valor moral da
sua ação serão as consequências para todos
os afetados por ela. Vejamos, então, algumas
possíveis consequências da ação de António.

1. Algumas dificuldades do mendigo são aliviadas.
2. António sente satisfação por ter ajudado.
3. A atitude de António serve de exemplo positivo a outras pessoas.

Além das consequências positivas, não haveria, aparentemente, consequências negativas para a felicidade geral. Moralmente falando, as melhores ações são, portanto, aquelas que tiverem **melhores consequências** ou **maior probabilidade de trazer a maior felicidade**, naquelas circunstâncias, ou, pelo menos, de **trazer mais felicidade do que infelicidade**.

A felicidade produzida pela ação determina a sua correção moral. Em muitos casos, o utilitarismo terá de lidar com consequências apenas prováveis, devido à dificuldade de prever os resultados possíveis de uma determinada ação.

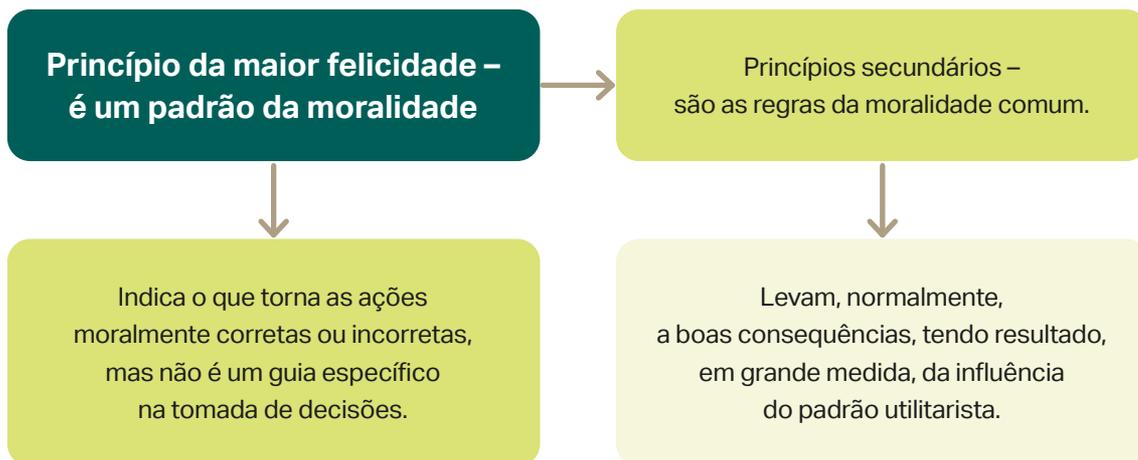
Atividades

- 1 Relaciona o consequencialismo com o princípio da utilidade, na ética de John Stuart Mill.
 - 2 Atenta nas duas teses seguintes:
 - A. O que permite dizer se uma ação é correta são apenas as suas consequências.
 - B. O que permite dizer se uma ação é correta não são apenas as suas consequências.
- 2.1.** Com qual destas teses concordas? Argumenta a favor dessa tese.

4.3.3. Padrão utilitarista e princípios secundários

É possível superar a dificuldade em saber quais serão as consequências de uma dada ação se considerarmos que não temos de efetuar todas as nossas escolhas com base no princípio da maior felicidade sem o apoio de qualquer outro princípio. O **princípio da maior felicidade** é um **padrão** que indica o que torna as ações moralmente corretas ou incorretas. No entanto, não o podemos confundir com um guia específico na tomada de decisões. Aliás, se o tentássemos aplicar constantemente, seríamos confrontados com dificuldades de cálculo que nos deixariam praticamente paralisados, o que acabaria por **comprometer a promoção da felicidade geral**.

Mill considera que, na maioria das nossas tomadas de decisão, devemos guiar-nos pelas **regras da moralidade comum**. Que regras são essas? Por exemplo, “não roubar”, “não matar”, “não torturar pessoas nem animais”, “não quebrar promessas”, “não mentir”, “ajudar os outros”, entre outras. Estamos perante **princípios secundários**, de fácil aplicação e que, normalmente, levam a boas consequências, promovendo o bem-estar geral. Além disso, eles resultaram, em grande medida, da **influência do padrão utilitarista** ou **princípio da maior felicidade**.



Não devemos, contudo, aderir cegamente às regras morais instituídas. Com efeito, **os princípios secundários podem entrar em conflito entre si**. Por exemplo, em geral, não devemos mentir (princípio secundário); mas, se formos obrigados a escolher dizer a verdade, e assim permitir que alguém seja castigado, ou mentir e, desse modo, impedir a punição dessa pessoa, **teremos de recorrer ao padrão utilitarista**, ou **princípio da maior felicidade**, para decidir o que fazer.



Texto 15

«É estranho pensar que o reconhecimento de um primeiro princípio é inconsistente com a admissão de princípios secundários. Informar um viajante sobre o lugar do seu destino último não é proibir o uso de pontos de referência e de sinais pelo caminho. A proposição de que a felicidade é o fim e o objetivo da moralidade não significa que não se possa construir qualquer estrada para atingir esse objetivo, ou que as pessoas que seguem para lá não devam ser aconselhadas a seguir uma direção em vez de outra. [...] Seja qual for o princípio que adotemos como princípio fundamental da moralidade, precisamos de princípios subordinados através dos quais o possamos aplicar [...].

Não existe qualquer sistema moral no qual não surjam casos inequívocos de obrigações em conflito. Estes casos constituem as dificuldades reais, os pontos intrincados tanto da teoria ética como da orientação conscienciosa da conduta pessoal. [...] Se a utilidade é a fonte última das obrigações morais, pode ser invocada para escolher um deles quando as suas exigências são incompatíveis. Embora a aplicação do padrão possa ser difícil, é melhor tê-lo do que não ter qualquer padrão [...]. Devemos recordar que só é forçoso recorrer a primeiros princípios nos casos de conflito entre princípios secundários.»

Mill, John Stuart. *Utilitarismo*. Porto: Porto Editora, 2005, pp. 64-66.

Análise e interpretação

- 1 Segundo Mill, como é que o reconhecimento de um primeiro princípio não é inconsistente com a admissão de princípios secundários?
- 2 Quais são as situações, identificadas no texto, que levantam dificuldades para a teoria ética e para a conduta pessoal?
- 3 Como devemos proceder, segundo Mill, para resolver conflitos entre princípios secundários?



O **princípio da maior felicidade** constitui, assim, um **padrão** ou **critério** que nos permite saber o que é moralmente correto ou não.

Fig. 28 Para saber se uma ação terá boas ou más consequências, devemos usar, segundo Mill, o princípio da maior felicidade.

Contudo, podemos agora perguntar: como se pode explicar que o indivíduo escolha agir de acordo com o **princípio da máxima felicidade geral**? Mill considera que existe um **poderoso sentimento natural** e será este a constituir a força da moralidade utilitarista, logo que a felicidade geral seja reconhecida como o padrão ético. Existe uma **sociabilidade natural dos seres humanos**, um **sentimento social natural**, que nos leva à **cooperação mútua**. Estamos constituídos de maneira a desejar que os nossos interesses se encontrem em harmonia com os dos nossos semelhantes. Ter em conta, cada vez mais, os interesses dos outros leva-nos a descobrir que a nossa vida é também progressivamente melhor para nós próprios e que seria prejudicial não ter em conta o bem-estar geral.

Associando a virtude à felicidade, poderá dizer-se que **aquele que tem bom carácter será mais feliz do que aquele que tiver mau carácter**, não apenas porque usufrui dessa qualidade ao nível pessoal, mas também porque proporciona, com as suas atitudes e ações nobres, a felicidade aos outros.



Fig. 29 Segundo Mill, ajudar os outros também nos dá felicidade.

Atividades

- 1 Segundo Mill, devemos aplicar constantemente o princípio da maior felicidade? Justifica a tua resposta.
- 2 De acordo com Mill, o que explica que o indivíduo escolha agir de acordo com o princípio da máxima felicidade geral?
- 3 "Aquele que tem bom carácter é mais feliz do que aquele que tem mau carácter". Debate esta ideia com os teus colegas.



4.3.4. Objeções aos preceitos da ética de John Stuart Mill

A ética de John Stuart Mill está sujeita a várias objeções:



A primeira objeção refere **dificuldades de cálculo**. Com efeito, torna-se muito difícil medir a felicidade (ou infelicidade) de alguém, fazer a comparação entre diferentes prazeres ou comparar a felicidade (ou infelicidade) de diferentes pessoas. Por exemplo, como é que se pode comparar o prazer de ler um bom livro com o prazer de comer um bolo? Mill diria que o primeiro é um prazer superior, enquanto o segundo é um prazer inferior. Contudo, esta distinção parece ser elitista, traduzindo apenas os valores e interesses de uma determinada classe social. Além disso, como podemos medir os efeitos de uma determinada ação? Esses efeitos podem prolongar-se indefinidamente no futuro, tornando o cálculo difícil ou até impossível.

A ética utilitarista e consequencialista de Mill é **demasiado ambiciosa e exigente**. Ao ser incompatível com o egoísmo, o princípio da promoção da felicidade geral exige o altruísmo. No entanto, o utilitarismo vai mais longe e parece exigir que

abandonemos grande parte dos nossos recursos materiais, a favor dos mais necessitados. Além disso, a exigência da subordinação de tudo à promoção imparcial do bem-estar geral ou à maximização da felicidade geral implica, normalmente, descuidar e até abandonar projetos e atividades que tornam as nossas vidas dignas de ser vividas, comprometendo a felicidade individual.

A terceira objeção que podemos apontar à ética de Mill é uma certa **incompatibilidade entre os princípios do utilitarismo e a ideia de justiça**, pois o utilitarismo **pode justificar muitas ações habitualmente consideradas ilegais ou imorais**. Por exemplo, à luz do utilitarismo seria defensável a escravatura, desde que manter alguns escravos na sociedade tivesse como consequência a felicidade geral ou as melhores consequências para o maior número de indivíduos. O texto que se segue apresenta mais um exemplo que justifica esta crítica.

Texto 16

«Suponhamos que foi perpetrado um crime hediondo – por exemplo, um ataque terrorista no qual morreram várias pessoas e muitas mais ficaram feridas. Nestas circunstâncias, a polícia sofre grande pressão para encontrar os criminosos. A população, na sua generalidade, exige vingança e garantias de que um tal ataque não voltará a ocorrer. A felicidade geral sairá certamente beneficiada se a parte culpada for levada a tribunal. Mas os opositores do utilitarismo fizeram notar que a felicidade geral lucrará igualmente se aqueles indivíduos que a população *crê* serem culpados forem presos e condenados. Desde que sejam sujeitos plausíveis – tenham o sotaque certo, o aspeto esperado, etc. – pelo menos a exigência de vingança será satisfeita e todos dormiremos melhor nas nossas camas (mesmo que o façamos apenas devido à nossa crença falsa). Claro que há inocentes que sofrerão. Mas parece plausível que o aumento de felicidade (ou a redução de infelicidade) da população geral se sobreporá ao sofrimento dos inocentes e, portanto, em termos utilitaristas, é compensador fazer de alguém um bode expiatório. Tendo em conta esta perspetiva, afirma-se que o utilitarismo tem como consequência poder ser moralmente correto punir um inocente. É fácil aduzir outros exemplos do mesmo tipo – por exemplo, respeitantes à justificação utilitarista da escravatura.»

Wolff, Jonathan. *Introdução à Filosofia Política*. Lisboa: Gradiva, 2004, p. 81.

Análise e interpretação

- 1 Tendo em conta o exemplo apresentado por Jonathan Wolff no texto, porque é que, segundo os críticos, é compensador, para o utilitarismo, fazer de alguém um bode expiatório?

Finalmente, a teoria ética de Mill é criticada por ser **hedonista**. O filósofo **Robert Nozick** (1938-2002) propôs que imaginássemos uma máquina de experiências que nos proporcionasse qualquer experiência que desejássemos. Os nossos cérebros seriam estimulados de maneira a que pensássemos e sentíssemos tudo o que quiséssemos, permitindo-nos experimentar todo o tipo de prazeres. Todavia, sem o saber, encontrar-nos-íamos, durante esse tempo, a flutuar numa cuba, com elétrodos ligados ao cérebro. Estaríamos dispostos a ligar-nos a essa máquina e viver assim durante o resto da vida? Nozick acreditava que a maior parte das pessoas recusaria ligar-se a esta máquina. O facto de tais **experiências**, por muito agradáveis que fossem, **resultarem de uma farsa**, afastada da autenticidade, das realizações e da profundidade da vida – que sempre valorizamos mais do que a ilusão –, leva a que se **coloque em causa as ideias do hedonismo**.



Fig. 30 Robert Nozick.

Atividades

- 1 Mostra, recorrendo a um exemplo, que a exigência utilitarista da maximização da felicidade geral pode ser incompatível com a ideia de justiça.
- 2 Atenta nas duas teses seguintes:
 - A. A ética consequencialista de Mill é demasiado exigente.
 - B. A ética consequencialista de Mill não é demasiado exigente.

2.1. Com qual destas teses concordas? Argumenta a favor dessa tese.



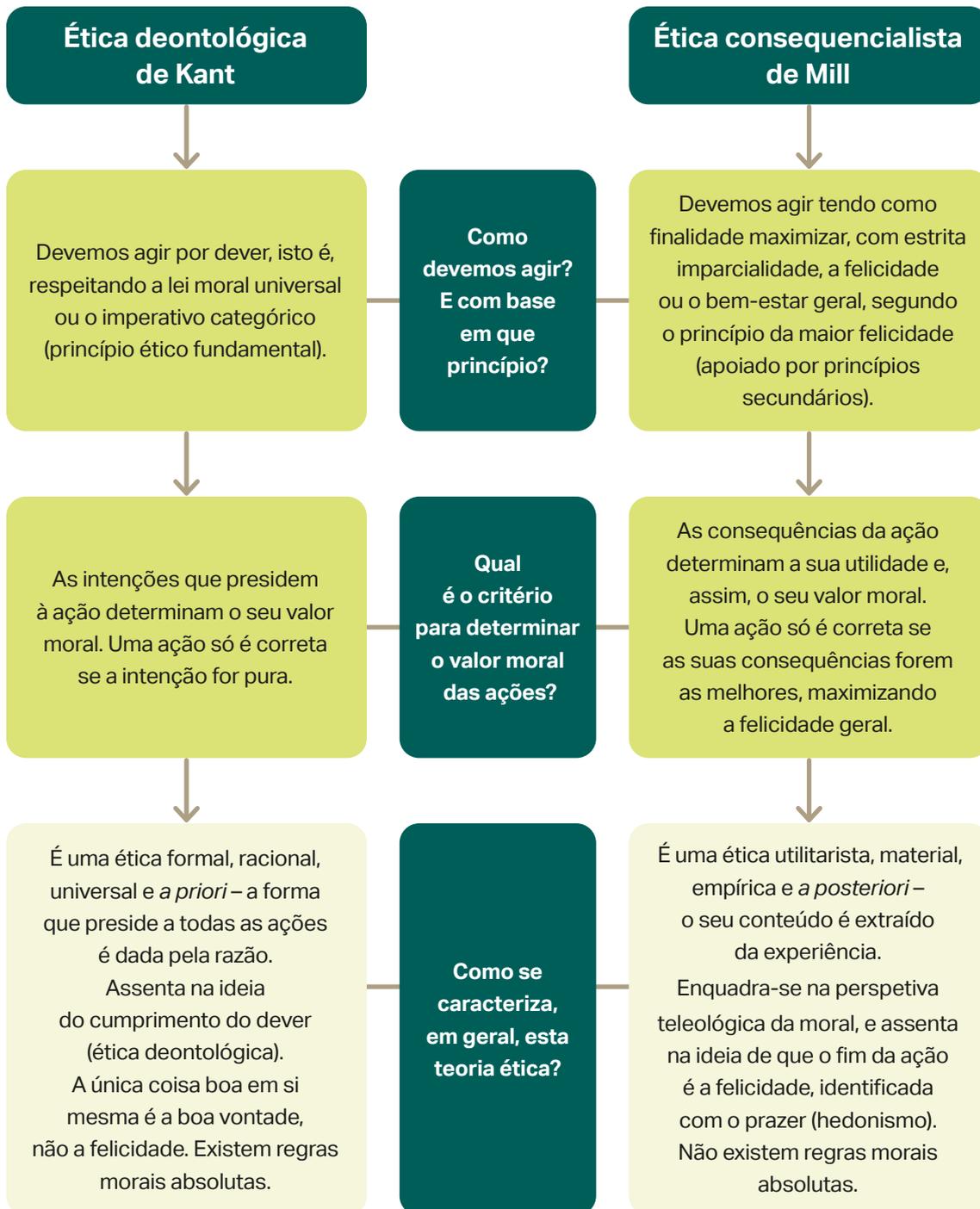
Fig. 31 O exemplo do cérebro numa cuba é utilizado em vários problemas filosóficos.

4.3.5. Diferenças entre a ética kantiana e a ética de John Stuart Mill

Vamos agora proceder a uma **comparação** entre a **ética de Kant** e a **ética de John Stuart Mill**, para compreender as **diferenças** entre estas duas perspetivas éticas.



Atividades
Distinguir a ética de Kant da de Stuart Mill
Distinguir o utilitarismo da ética kantiana



Texto 17

«Suponha que é o condutor de um trólei que segue pela linha a noventa e sete quilómetros por hora. Mais à frente vê cinco trabalhadores na linha, de ferramentas na mão. Tenta parar mas não consegue. Os travões não funcionam. Fica desesperado porque sabe que se colidir contra os cinco trabalhadores, morrerão todos. (Vamos partir do princípio que tem a certeza disso.)

De repente, repara que há outra linha que vira para a direita. Também há um trabalhador nessa linha, mas apenas um. Dá-se conta de que pode desviar o trólei para a linha da direita, matando o trabalhador que está sozinho, mas poupando a vida aos outros cinco.

Que deve fazer?»

Sandel, Michael. *Justiça – Fazemos o Que Devemos?*. Lisboa: Editorial Presença, 2022, p. 30.

Análise e interpretação

- 1 Debate com os teus colegas acerca do problema que é colocado no texto.

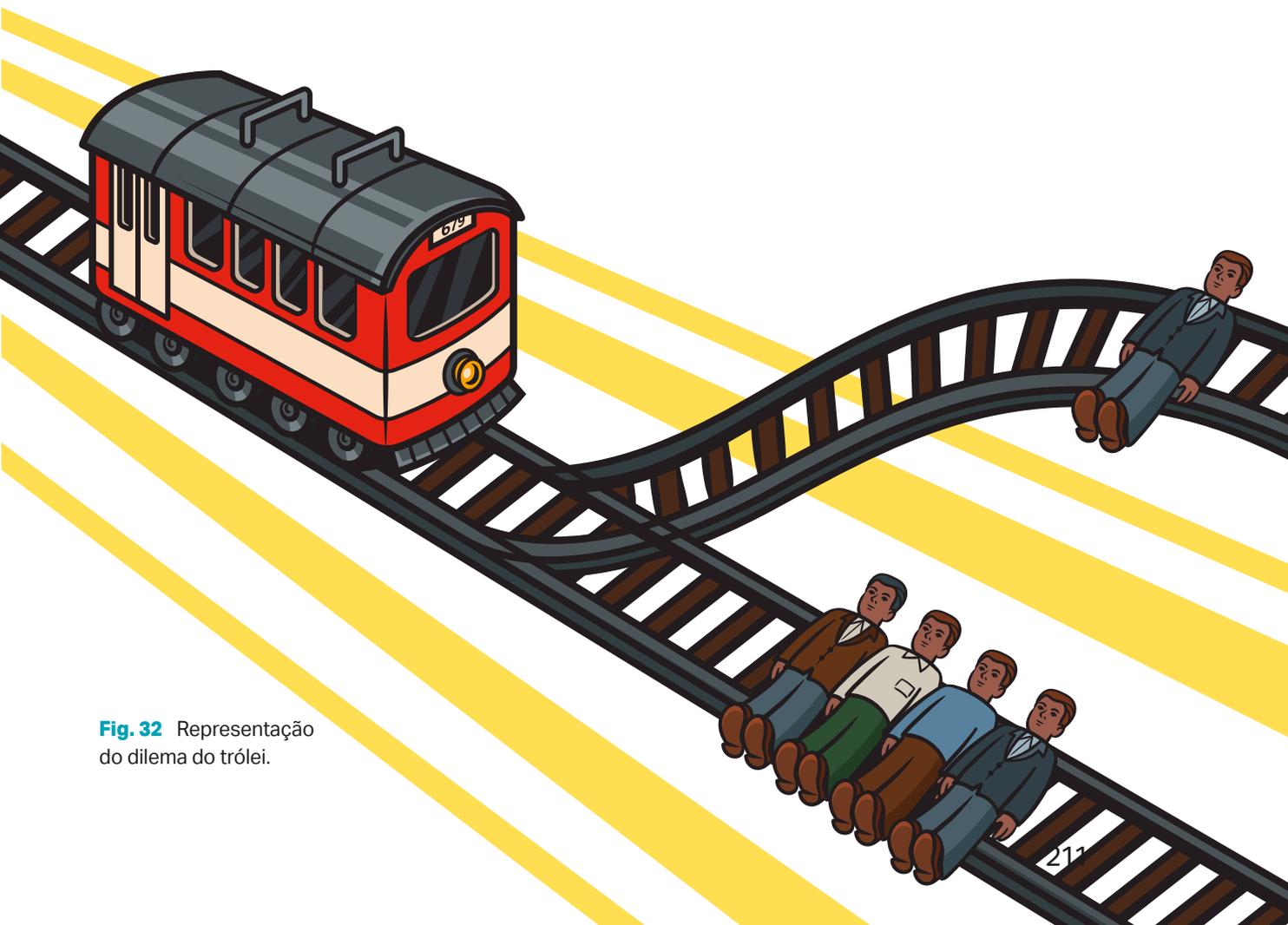


Fig. 32 Representação do dilema do trólei.

Texto 18

«Agora considere outra versão da história do trólei. Desta vez não é o condutor, mas sim um transeunte que se encontra numa ponte sobranceira à linha. (Desta vez não há mais nenhuma linha.) Pela linha vem um trólei e no final dela estão cinco trabalhadores. Uma vez mais os travões não funcionam. O trólei está prestes a embater nos cinco trabalhadores. Sente-se impotente para evitar este desastre – até que repara num homem muito corpulento a seu lado na ponte. Podia empurrá-lo da ponte abaixo, para a linha, para a frente do trólei que se aproxima. Ele morreria, mas os cinco trabalhadores salvar-se-iam. (Pensa até em saltar você mesmo para a linha, mas chega à conclusão de que é muito pequeno para parar o trólei.) Empurrar o homem corpulento para a linha seria a coisa certa a fazer?»

Sandel, Michael. *Justiça – Fazemos o Que Devemos?*. Lisboa: Editorial Presença, 2022, p. 31.

Análise e interpretação

- 1 Que respostas dariam Kant e Mill às questões colocadas no final dos textos 17 e 18? Porquê?
- 2 Que respostas pensas que a maioria das pessoas daria a cada uma dessas perguntas?
- 3 Que respostas darias a cada uma dessas questões? Porquê?



Fig. 33 Michael Sandel (1953-).



Fig. 34 Outra representação do dilema do trólei.

Independentemente das respostas de Kant e Mill perante as situações descritas nos textos anteriores, a maioria das pessoas sentir-se-á perante um **dilema moral**. Por um lado, há o princípio que diz que devemos salvar tantas vidas quanto possível; por outro lado, existe o princípio que afirma ser errado matar um inocente, mesmo por uma boa causa. Os exemplos referidos nos textos permitem-nos concluir que ambas as teorias éticas estudadas (de Kant e Mill) apresentam limitações, pois nenhuma delas é totalmente adequada à complexidade da ação humana.

Atividades

1 Lê o texto seguinte.

«Matthew Donnelly era um físico que trabalhou com raios X durante trinta anos. Talvez devido à exposição excessiva à radiação, contraiu cancro e perdeu parte da sua maxila, o lábio superior, o nariz, a mão esquerda e ainda dois dedos da mão direita. Além disso, ficou cego. Os médicos do Sr. Donnelly disseram-lhe que tinha cerca de um ano de vida, mas ele decidiu que não queria continuar a viver em tal estado. Sentia dores permanentes. [...] Sabendo que ia morrer de qualquer das maneiras, e desejando escapar à sua desgraça, Donnelly pediu aos seus três irmãos para o matarem. Dois recusaram, mas o último não. O irmão mais novo, Harold Donnelly, de 36 anos, levou para o hospital uma pistola de calibre 30 e matou Matthew.»

Rachels, James. *Elementos de Filosofia Moral*. Lisboa: Gradiva, 2004, p. 139.

1.1. Do ponto de vista da ética utilitarista e consequencialista, podemos dizer que Harold Donnelly agiu bem? E do ponto de vista da ética kantiana? Justifica.

1.2. Debate com os teus colegas acerca do problema suscitado pelo texto: terá Harold Donnelly agido bem?

2 Estabelece a correspondência correta entre as teorias referidas na coluna A e as afirmações da coluna B.

Coluna A	Coluna B
A. Ética deontológica de Kant	<input type="checkbox"/> 1. As consequências são decisivas para a moralidade.
	<input type="checkbox"/> 2. A ação moralmente correta obedece ao princípio da maior felicidade.
B. Ética consequencialista de Mill	<input type="checkbox"/> 3. O valor moral de uma ação está na intenção.
	<input type="checkbox"/> 4. O princípio ético fundamental é o imperativo categórico.
	<input type="checkbox"/> 5. Não existem regras morais absolutas.
	<input type="checkbox"/> 6. A única coisa boa em si mesma é a boa vontade.
	<input type="checkbox"/> 7. Uma vontade livre é uma vontade submetida a leis morais.
	<input type="checkbox"/> 8. Para avaliar as ações, devemos ter em conta a sua utilidade.

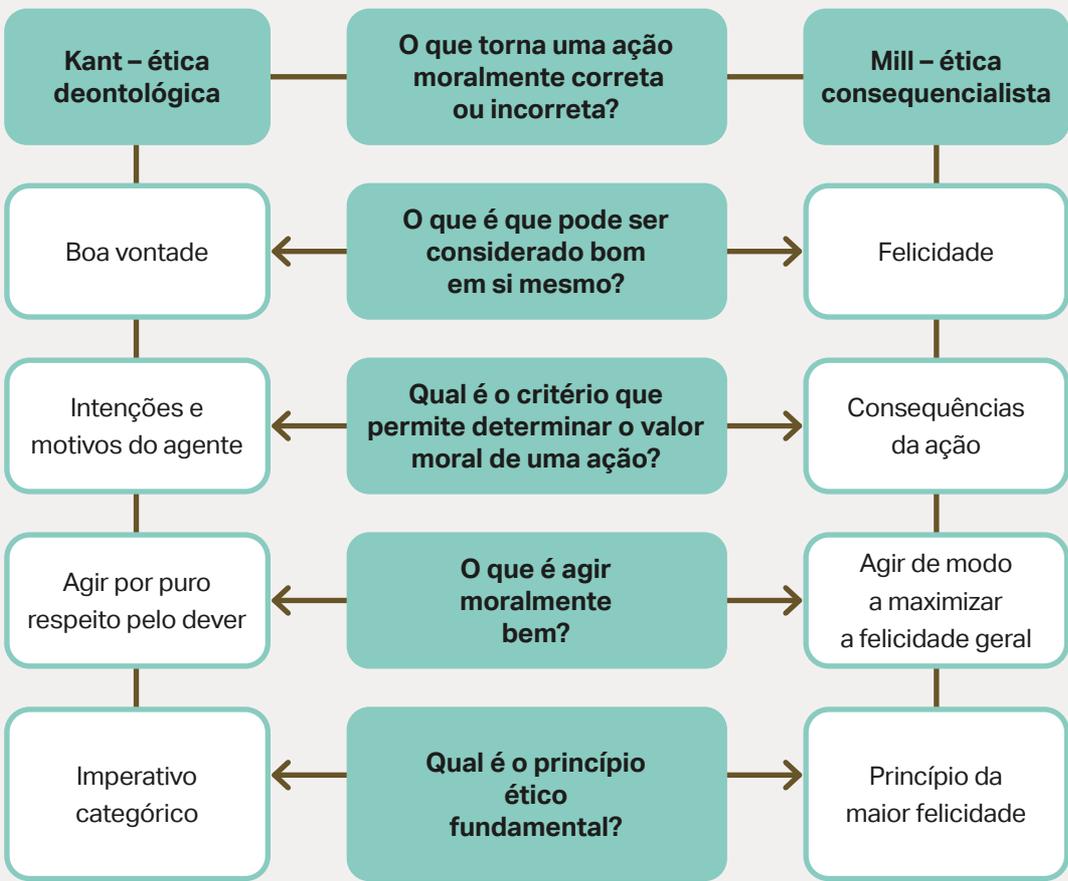
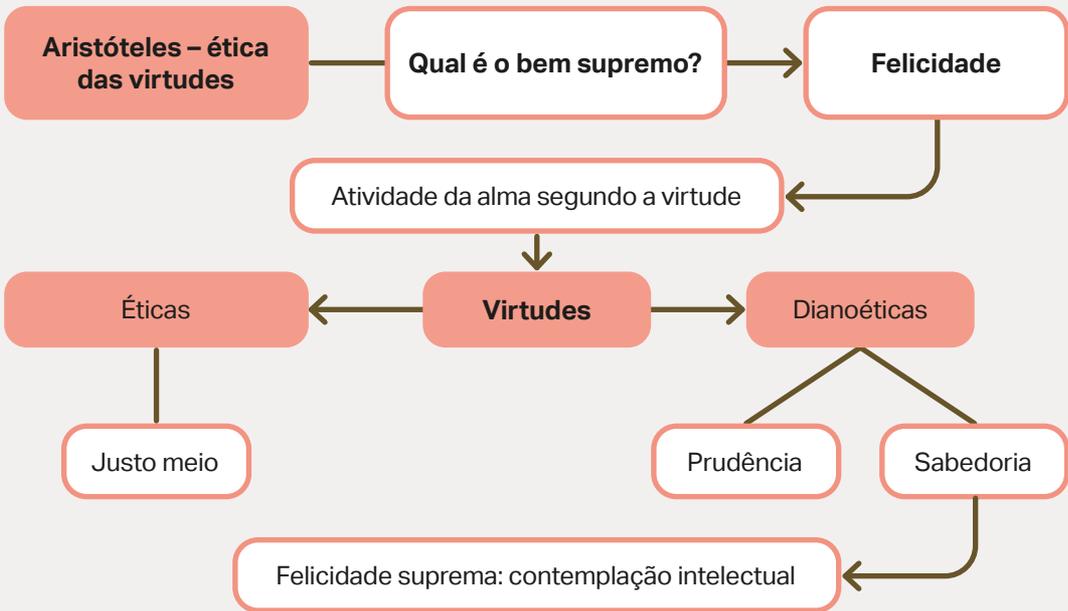
Síntese

Aristóteles, na sua **ética das virtudes**, diz que o **fim último ou bem supremo** é a **felicidade**. Ligada à razão, a **felicidade** é a **atividade da alma segundo a virtude**. As **virtudes éticas**, que derivam do costume, consistem na disposição de escolher o **justo meio** adequado à nossa natureza. Elas distinguem-se das **virtudes dianoéticas**, que são **virtudes da razão**. A virtude típica da **razão prática** é a **prudência**, que consiste em saber dirigir corretamente a vida. A virtude típica da **razão teórica** é a **sabedoria**, que é ciência e entendimento ou compreensão das coisas mais elevadas por natureza. A **atividade teórica ou contemplativa** constitui o mais importante ingrediente para uma vida boa. É na atividade intelectual que assenta a **felicidade suprema** do ser humano. Trata-se da **felicidade da vida contemplativa**, sendo a excelência humana atingida no cumprimento dessa atividade.

No âmbito da **ética deontológica de Kant**, a única coisa concebida como boa em si mesma é a **boa vontade**, que tem um valor intrínseco, incondicional e absoluto. A ação boa é aquela que resulta da **intenção boa ou pura**, associada ao **dever**. Kant distingue três tipos de ações: **contrárias ao dever, meramente conformes ao dever e por dever**. Só estas últimas possuem **valor moral**. É apenas na **razão** que se deve procurar o imperativo que nos indique o que fazer para agir corretamente. Trata-se do **imperativo categórico**, que se distingue do **imperativo hipotético**, por indicar universalmente a forma como devemos agir, sem estabelecer condições. As duas fórmulas principais do imperativo categórico são a da **lei universal** e a da **humanidade** ou do **fim em si mesmo**. Cada indivíduo, enquanto ser racional, é autor da lei moral que impõe a si mesmo. Kant afirma, assim, a **autonomia da vontade** e a **liberdade moral do agente**.

A **ética consequencialista ou utilitarista** de **John Stuart Mill**, enquadrando-se na **perspetiva teleológica** da moral, considera que a única coisa com valor intrínseco é a **felicidade**. Não existem regras morais absolutas e **as consequências determinam o valor moral da ação**. De acordo com o **princípio da utilidade**, ou o **princípio da maior felicidade**, a ação correta é aquela que maximiza imparcialmente a **felicidade ou o bem-estar geral**. Mill defende um **hedonismo qualitativo**, distinguindo prazeres superiores de prazeres inferiores. O princípio da maior felicidade é um **padrão de moralidade**, não um guia específico na tomada de decisões. Mill defende que nos devemos guiar, sobretudo, pelas regras da moralidade comum, **princípios secundários** que normalmente levam a boas consequências e resultaram, em geral, da influência do padrão utilitarista. Segundo Mill, existe um **sentimento social natural** que nos leva à **cooperação mútua**.

Esquema-síntese



Ficha de trabalho

Grupo I

1 Para cada um dos itens seguintes, seleciona a única opção correta.

1.1. Segundo Aristóteles, o ser humano só pode ser feliz se

- A. for muito influente em matéria política.
- B. viver de acordo com a razão.
- C. tiver grande força física.
- D. seguir sempre os seus impulsos.

1.2. Para Aristóteles, a sabedoria é uma virtude

- A. ética.
- B. moral.
- C. dianoética.
- D. irracional.

1.3. A ética das virtudes, de Aristóteles, foi criticada por ser

- A. demasiado cruel.
- B. elitista.
- C. uma ética dos excessos.
- D. compassiva e altruísta.

1.4. Segundo Kant, a única coisa que pode ser concebida como boa em si mesma é

- A. o bom talento.
- B. a boa sorte.
- C. a intenção de Deus.
- D. a boa vontade.

1.5. Pedro decide doar dinheiro ao seu amigo Paulo, fazendo-o apenas por amizade. Esta ação, segundo Kant,

- A. não tem valor moral, porque não foi praticada por dever.
- B. tem valor moral, porque apresenta boas consequências.
- C. não tem valor moral, porque não devemos ajudar os amigos.
- D. tem valor moral, porque foi praticada com boa intenção.

1.6. Entre dois prazeres, o mais desejável é, segundo Mill, aquele que

- A. está mais próximo das sensações corporais.
- B. implica menos dores físicas.
- C. é maioritariamente preferido pelos que tiveram a experiência de ambos.
- D. é mais intenso e menos duradouro.

1.7. O princípio da maior felicidade é

- A. um guia específico obrigatório na tomada de todas as decisões.
- B. uma regra da moral comum, socialmente instituída.
- C. um padrão de moralidade.
- D. um princípio secundário, subordinado ao imperativo categórico.

1.8. A ética consequencialista foi criticada por

- A. ser demasiado exigente.
- B. colocar o prazer à frente do sacrifício.
- C. não promover a solidariedade.
- D. defender a promoção da felicidade individual.

Grupo II

1 Preenche, corretamente, os espaços vazios do texto que se segue.

Para Aristóteles, o bem supremo do ser humano é a**A**..... Contudo, ninguém é feliz se não viver conforme a**B**..... Esta afirma-se sobre o irracional, permitindo superar os**C**..... Portanto, a virtude**D**..... coincide com o justo**E**..... Num plano mais elevado encontram-se as virtudes**F**....., que incluem a prudência e a**G**..... Kant e Mill, por sua vez, preocupam-se com a**H**..... da moral. Segundo Kant, o valor moral de uma ação depende da**I**..... do agente, enquanto, segundo Mill, depende das**J**..... Kant, ao distinguir o plano da**K**..... do plano da razão, entende que a ação moralmente correta coincide com o respeito pelo**L**....., obedecendo ao imperativo**M**..... Desse modo, afirma-se a**N**..... da vontade, oposta à heteronomia. Já Mill, um filósofo**O**..... (que considera o prazer como a essência da felicidade), defende que a ação correta**P**..... o bem-estar geral, exigindo-se ao agente uma rigorosa**Q**..... Segundo Mill, devemos obedecer ao princípio da**R**..... ou da**S**..... felicidade.

2 Esclarece a diferença entre as virtudes éticas e as virtudes dianoéticas, segundo Aristóteles.

3 Preenche o seguinte quadro, tendo em conta as diferenças entre as perspetivas éticas de Kant e Mill.

	Ética de Kant	Ética de Mill
Tipo de ética		
Algo bom em si mesmo, com valor intrínseco		
Critério de determinação do valor moral da ação		
Princípio ético fundamental		
Existência de regras morais absolutas (sim ou não?)		

4 Explica a fórmula kantiana da lei universal.

5 Como deve uma pessoa agir, segundo a ética consequencialista, para conseguir a felicidade geral?

6 Um milionário decide distribuir metade da sua fortuna por várias instituições de solidariedade, apenas para ser reconhecido como uma pessoa generosa pela sociedade.

6.1. Refere qual seria a posição de um utilitarista, como John Stuart Mill, relativamente ao valor moral dessa ação.

6.2. De acordo com Kant, a ação do milionário tem valor moral? Justifica.



Glossário



Glossário

A priori / A posteriori Diz-se que é *a priori* o conhecimento (ou a justificação) independente da experiência e logicamente anterior a ela. Diz-se que é *a posteriori* o conhecimento (ou a justificação) que depende da experiência.

Ação Acontecimento que envolve um agente e é realizado de modo consciente, voluntário e intencional.

Acaso Algo que é imprevisível; acontecimento casual, fortuito, ou que teve lugar sem causa determinável ou previsível.

Ações contrárias ao dever Na ética de Kant, são ações que não cumprem o dever e surgem sempre por inclinações sensíveis (paixões, apetites, desejos, impulsos, entre outras), desrespeitando os direitos fundamentais das pessoas.

Ações livres Para os deterministas moderados, são as ações que fazemos com vontade de as fazer e sem que nada nem ninguém nos force ou obrigue. Resultam dos nossos desejos, das nossas crenças, do nosso carácter e da nossa personalidade.

Ações meramente conformes ao dever Na ética de Kant, são ações que cumprem o dever, não por respeito puro pelo dever, mas apenas porque o agente pode retirar algum benefício, vantagem ou satisfação pessoal. Este age movido por sentimentos, interesses, inclinações sensíveis ou desejos egoístas.

Ações não livres Para os deterministas moderados, são as ações que somos forçados a fazer, ou seja, somos obrigados a escolher isto ou aquilo, para conservarmos, por exemplo, a integridade física ou a posse de bens materiais.

Ações por dever Na ética de Kant, são ações que cumprem o dever por puro respeito pelo dever, ou motivadas pelo puro cumprimento do dever. O único motivo da ação é o cumprimento da lei moral. Decorrem de uma exigência puramente racional. Por isso, são as únicas com valor moral.

Acontecimento É um evento que ocorre num determinado tempo e lugar e pode afetar o sujeito (ou agente), embora, com frequência, não dependa da sua vontade ou do seu controlo (em certos casos, depende).

Agente Autor ou sujeito de uma determinada ação.

Alma Princípio da vida e do pensamento, considerado como uma realidade distinta do corpo, através do qual manifesta a sua atividade. "Eu" imaterial, com uma experiência consciente, que controla o pensamento, a emoção e a ação e mantém uma identidade perfeita desde o nascimento (ou mesmo antes) até à morte (ou mesmo depois). Quando "alma" surge como sinónimo de "mente", poderá referir-se apenas aos processos de pensamento, tomada de decisão, etc.

Altruísmo Amor desinteressado ao próximo; preocupação com o bem-estar do outro.

Argumentação Ação ou resultado de expor razões ou justificações (argumentos) para apoiar, defender ou provar uma tese. Os argumentos usados podem ser de carácter dedutivo ou não-dedutivo.

Argumento Conjunto de proposições devidamente articuladas – conclusão e premissa(s) –, no qual a(s) premissa(s) procura(m) defender, sustentar, apoiar ou justificar a conclusão. À conclusão também se chama “tese” – ideia que se quer defender.

Auditório Conjunto dos interlocutores de uma determinada forma de comunicação. Conjunto dos sujeitos concretos sobre os quais o orador pretende agir ou que uma argumentação pode atingir. Pode ser constituído por uma ou várias pessoas.

Autoconceito Conjunto de crenças, ideias e percepções que o sujeito tem de si próprio.

Autonomia Capacidade de autodeterminação ou de agir/pensar por si mesmo. Para Kant, a autonomia da vontade é uma condição necessária do agir moral. Refere-se à liberdade da vontade e às leis que o indivíduo dá a si mesmo, agindo em função delas. Uma vontade é autónoma ao dar a si mesma a sua própria lei e obedecer-lhe livremente. A autonomia opõe-se à heteronomia.

Axiologia Disciplina filosófica que estuda os valores.

Bem Em ética, “bem” é um conceito normativo que significa “tudo aquilo que é julgado conforme ao ideal moral”. Enquanto valor ético, opõe-se ao mal.

Boa vontade Segundo Kant, é a determinação de agir por dever, por respeito à lei moral. Para esse filósofo, a boa vontade é a única coisa boa em si mesma, possuindo um valor intrínseco, incondicional e absoluto.

Ciências empíricas Incluem as ciências naturais e as ciências sociais e humanas. Ocupam-se dos factos e acontecimentos que ocorrem no mundo e que podemos conhecer através da experiência.

Circunstância É tudo o que se encontra em torno do “eu” individual, tudo o que este encontra no seu horizonte de vida, incluindo o ambiente físico, social, histórico, religioso, económico e cultural. Não é uma soma de coisas ou objetos, sendo sempre circunstância para alguém. Segundo Ortega y Gasset, o “eu” é inseparável da sua circunstância, sendo esta uma dimensão existencial fundamental que define a relação do indivíduo com o mundo.

Compatibilismo Perspetiva segundo a qual o determinismo pode coexistir (ou é compatível) com o livre-arbítrio, admitindo-se, num Universo em que tudo está determinado, a existência da liberdade e da responsabilidade. O determinismo moderado é uma teoria compatibilista.

Conceito Elemento básico do pensamento. Representação intelectual de determinada realidade, referente a uma classe de objetos (representação geral e abstrata) ou a uma realidade singular.

Conclusão Proposição que se procura defender num argumento, também chamada tese.

Condicionantes da ação Conjunto de constrangimentos e obstáculos que colocam limites ou barreiras à ação humana (abrindo-lhe também um horizonte de possibilidades).

Crença Em sentido geral, equivale a “opinião”, referindo-se ao assentimento ou à atitude de adesão a uma determinada proposição, tomando-a como verdadeira.

Crise de valores Situação em que há conflito, desorientação, ambiguidade ou incerteza acerca de crenças e valores fundamentais, seja no interior de um indivíduo, seja no interior de uma sociedade.

Crítica Em sentido geral, designa o exame de algum princípio ou de alguma realidade, para produzir ou formular um juízo a seu respeito.

Cultura Conjunto articulado de maneiras de pensar, sentir e agir que são apreendidas e partilhadas por uma pluralidade de pessoas, permitindo organizá-las numa coletividade e traduzindo-se em certas manifestações materiais e imateriais.

Decisão Ato de escolher uma alternativa de ação que é entendida como possível, podendo isso resultar de um processo de deliberação.

Deliberação Processo de pensamento em que se reflete sobre as razões a favor ou contra as várias alternativas de ação. Desse processo resultará uma escolha ou uma decisão.

Determinismo Perspetiva segundo a qual todos os acontecimentos são o resultado necessário de acontecimentos anteriores e das leis da natureza.

Determinismo moderado Teoria segundo a qual o determinismo é compatível com o livre-arbítrio (compatibilismo) e com a responsabilidade, podendo um ato ser, ao mesmo tempo, livre e determinado.

Determinismo radical Teoria incompatibilista segundo a qual não temos livre-arbítrio, ou seja, não temos a liberdade necessária para sermos moralmente responsáveis, pois tudo está determinado.

Dever O que tem de ser feito ou o que nos pode ser exigido. Este conceito aplica-se, sobretudo, à obrigação moral. Para Kant, o dever é «a *necessidade de consumir uma ação por respeito para com a lei*»*. A boa vontade age motivada pelo puro cumprimento do dever.

*Kant, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Lisboa Editora, 1995, p. 67.

Deveres imperfeitos Para Kant, são obrigações de perseguir determinados fins (por exemplo, contribuir para a felicidade dos outros).

Deveres perfeitos Para Kant, são proibições morais com carácter absoluto (por exemplo, o suicídio é sempre eticamente errado). Devem ser respeitados em qualquer circunstância, não admitindo exceções. Têm prioridade sobre os deveres imperfeitos.

Dialética Arte do diálogo, da discussão e do debate. Processo de raciocínio que leva à obtenção da verdade acerca de qualquer assunto.

Dignidade Segundo Kant, é o carácter da pessoa humana autónoma que, por oposição às coisas, constitui um fim em si mesma e possui um valor intrínseco.

Discriminação Prática ou comportamento que priva os membros de um grupo das oportunidades ou privilégios dados a outros grupos, conferindo-lhes, assim, um tratamento desfavorável, desigual e injusto.

Discurso Expressão verbal do pensamento, obedecendo a regras linguísticas e lógicas, através da qual se transmitem ideias a alguém, com um determinado objetivo.

Dogmatismo Confiança absoluta num determinado órgão de conhecimento, principalmente a razão. Quando acrítico, representa a submissão completa, sem exame pessoal, a certos princípios ou à autoridade que os impõe ou revela.

Dúvida Estado de incerteza ou hesitação do espírito relativamente à possibilidade de afirmar ou negar algo, ou perante diferentes alternativas de ação.

Egoísmo Amor excessivo e até exclusivo a si mesmo. Atitude (que se opõe ao altruísmo) daquele que age subordinando os interesses alheios ao seu interesse pessoal.

Egoísmo ético Teoria segundo a qual o nosso único dever é fazer o melhor para nós mesmos.

Espírito Princípio da vida, alma individual. Realidade pensante em geral ou sujeito da representação, enquanto oposto ao objeto da representação. Neste sentido, opõe-se à matéria, à natureza e ao corpo. Num sentido mais particular, é sinónimo de "inteligência", opondo-se à sensibilidade.

Ethos Aristóteles chama "*ethos*", no âmbito da relação retórica, à dimensão do orador. Este deve ser virtuoso e credível, para conseguir a confiança do seu auditório.

Ética Disciplina filosófica que se ocupa das questões relativas à moralidade, isto é, à correção ou incorreção das ações humanas, tendo em conta, sobretudo, os conceitos de "bem" e "mal".

Ética consequencialista Teoria ética segundo a qual a correção ou incorreção das ações depende, em exclusivo, das suas consequências, pelo que devemos fazer sempre aquilo cujas consequências sejam as melhores. A ética de John Stuart Mill constitui um exemplo de uma ética consequencialista.

Ética deontológica Teoria ética segundo a qual o valor moral de uma ação assenta no cumprimento do dever, de certos princípios e obrigações, sendo isso mais importante do que as suas consequências. A ética de Kant constitui um exemplo de uma ética deontológica.

Ética teleológica Teoria ética que considera que o fim (*telos*) para o qual tendem as ações humanas determina a sua retidão moral. Exemplo de uma teoria teleológica é a ética consequencialista ou utilitarista, de John Stuart Mill.

Etnicidade É o conjunto de características (como a linguagem, a história e a religião) comuns a um grupo de pessoas e que as diferenciam de outro grupo.

Etnocentrismo Tendência ou atitude em que os indivíduos tomam a sua própria cultura como centro, norma e modelo de referência para a avaliação de outras culturas.

Experiência Apreensão, através da mente ou dos sentidos, de um objeto, uma realidade, um sentimento, uma emoção, um modo de fazer ou uma maneira de viver.

Fala Ato de vontade e inteligência pelo qual o indivíduo emprega a língua para, assim, exprimir as suas ideias.

Felicidade Estado de satisfação plena de todas as aspirações do ser humano, caracterizado pela estabilidade.

Filosofia Etimologicamente, “filosofia” significa “amor à sabedoria”. Embora cada filósofo apresente uma definição diferente, consoante a sua própria filosofia, podemos caracterizar a Filosofia como uma atividade conceptual crítica que se desenvolve a partir do exame e da problematização de crenças essenciais sobre a realidade, assentando no método reflexivo e na argumentação racional.

Fórmula da humanidade (ou do fim em si mesmo) Uma das fórmulas do imperativo categórico de Kant: «Age de tal forma que trates a humanidade, tanto na tua pessoa como na de qualquer outro, sempre simultaneamente como um fim, e nunca simplesmente como um meio.»^{*1}

^{*1} Kant, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Lisboa Editora, 1995, p. 101.

Fórmula da lei universal Uma das fórmulas do imperativo categórico de Kant: «Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal.»^{*2}

^{*2} Kant, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Edições 70, 1988, p. 59.

Hedonismo Doutrina segundo a qual o prazer é a essência da felicidade, constituindo o supremo bem do ser humano. De acordo com as éticas hedonistas, o único princípio da moral consiste na necessidade de procurar o prazer e evitar a dor.

Heteronomia Condição de quem recebe do exterior a lei à qual se submete e obedece. Refere-se à sujeição do indivíduo a leis que outros lhe impõem e o obrigam a cumprir, seja a sociedade, seja Deus, seja outra qualquer autoridade. Opõe-se à autonomia.

Ícone Segundo Peirce, é um signo que se assemelha ao objeto que representa, estabelecendo, portanto, com ele uma relação de semelhança (por exemplo, um retrato é um ícone da pessoa retratada).

Imperativo categórico Ordem ou mandamento com carácter absoluto e incondicional. É um princípio objetivo, universal e racionalmente necessário, assumindo a forma: “Não faças x!” ou “Faz x!”. O imperativo categórico de Kant, ainda que apresente várias formulações – como a fórmula da lei universal e a da humanidade –, constitui o princípio de todos os imperativos categóricos, o princípio ético fundamental, indicando a forma como devemos agir.

Imperativo hipotético Ordem ou mandamento com carácter condicional que nos diz o que devemos fazer ou como devemos agir se tivermos determinados desejos, fins ou inclinações, assumindo a forma: “Se queres/não queres x, faz/não faças y”. Contrasta com o imperativo categórico.

Inclinação sensível Em Kant, refere-se à dependência da faculdade de desejar em relação às sensações, sendo sempre sinal de uma necessidade. A inclinação sensível diz respeito ao que queremos ou fazemos enquanto movidos pelas sensações, traduzindo-se em paixões, apetites, desejos ou impulsos.

Incompatibilismo Perspetiva segundo a qual o determinismo é incompatível com o livre-arbítrio, de tal modo que ou tudo está determinado e, por isso, não temos livre-arbítrio (determinismo radical) ou temos livre-arbítrio e, por isso, nem tudo está determinado (libertismo).

Indeterminismo Perspetiva segundo a qual alguns acontecimentos ou fenómenos não são o resultado necessário das leis da natureza e de acontecimentos anteriores, mas sim devidos ao acaso.

Índice Segundo Peirce, é um signo que se refere ao objeto que denota pelo facto de ser realmente afetado por esse objeto, estabelecendo com ele uma relação direta de contiguidade física ou de conexão causal (por exemplo, o fumo é índice de fogo).

Intelecto Entendimento, faculdade de pensar por conceitos ou faculdade de conhecer, compreender e conceber.

Intenção Desígnio de fazer algo (projeto), fim que se propõe atingir ou razão de um ato.

Interculturalismo Modelo de compreensão da realidade multicultural que pretende superar o etnocentrismo e o relativismo cultural, assentando na interação, no diálogo e no respeito pela diversidade cultural e defendendo a possibilidade de alguns princípios e valores serem universais e partilhados por todas as comunidades.

Juízo Operação mental que permite estabelecer uma relação entre conceitos ou termos e está subjacente à formação de proposições. É também sinónimo de "proposição".

Juízos de facto Juízos que pretendem descrever a realidade, sendo, por isso, descritivos. Têm valor de verdade (podem ser considerados verdadeiros ou falsos), independentemente dos sujeitos individuais ou das culturas.

Juízos de valor Juízos que pretendem avaliar a realidade (atribuindo a algo um valor positivo ou negativo) ou reconhecer nela a presença de determinado valor. Podem ser considerados normativos ou prescritivos (mas também descritivos, segundo algumas perspetivas).

Legalidade No âmbito da ética kantiana, refere-se à qualidade relativa às ações realizadas em conformidade com o dever, mas que foram realizadas com fins egoístas, por desejos, inclinações ou interesses diferentes do puro respeito pelo dever.

Lei moral Na filosofia de Kant, é um princípio objetivo e universal, válido para a vontade de qualquer ser racional – o princípio a partir do qual ele deve agir, para realizar a sua autonomia. A lei moral expressa-se pelo imperativo categórico.

Liberdade Num sentido geral, significa “o estado do ser que não sofre constrangimento e age segundo a sua vontade e a sua natureza”. Podemos distinguir a liberdade circunstancial (capacidade de realizar algo sem coações) do livre-arbítrio (poder de escolher realizar um ato), associado à responsabilidade moral. Segundo Kant, a liberdade consiste na obediência e submissão da vontade à lei moral que ela impõe a si mesma (autonomia).

Liberdade circunstancial Capacidade de realizar uma ação sem a interferência de obstáculos, coações ou forças que a restrinjam ou que a imponham.

Libertismo Teoria incompatibilista segundo a qual nem tudo está determinado, havendo lugar para o livre-arbítrio e a responsabilidade.

Língua Sistema de signos (convencional e socialmente instituído) que se associam ou combinam segundo determinadas regras e que pretendem fornecer ao ser humano meios para exprimir ideias, sentimentos, emoções, entre outros.

Linguagem Sistema e processo de comunicação de mensagens; faculdade ou capacidade de comunicar, transmitir e expressar pensamentos, ideias, valores ou sentimentos, através de um conjunto de sinais ou de um sistema de signos convencionais, organizados segundo determinadas regras.

Livre-arbítrio No sentido mais usual, consiste no poder de escolher (ou não escolher) um ato, na possibilidade de agir de outra forma, no poder de optar por um curso de ação em vez de outro ou no exercício da vontade de um agente racional capaz de escolher entre várias possibilidades de ação. Distingue-se da liberdade circunstancial, sendo, por vezes, também chamado “liberdade metafísica”.

Lógica Disciplina filosófica que estuda a distinção entre argumentos corretos e incorretos, através da identificação e da compreensão dos processos que conduzem da verdade de certas crenças (premissas) à verdade de outras (conclusão), visando o desenvolvimento de uma argumentação correta ou adequada.

Logos Significa, simultaneamente, “discurso”, “palavra”, “argumento”, “razão” e “princípio”. Para Aristóteles, no âmbito da retórica, *logos* é a dimensão da linguagem e do discurso (que deve estar bem estruturado, em termos lógico-argumentativos).

Máxima Para Kant, é o princípio subjetivo do querer, uma regra de conduta considerada pelo sujeito que a adota como valendo para a sua vontade própria, sem referência à de outrem.

Metafísica Investigação ou disciplina filosófica que levanta questões acerca da realidade para lá ou por detrás das que podem ser tratadas pelos métodos científicos. Estuda os seres que estão para além da experiência sensível, as primeiras causas e os primeiros princípios, a substância primeira, o ser enquanto ser, a natureza ou a essência das coisas e os fundamentos últimos da realidade.

Método Conjunto de procedimentos, orientados por regras, que pretendem atingir um determinado resultado.

Moralidade Na ética kantiana, refere-se ao acordo da máxima da ação com a lei moral, isto é, ao respeito (interior) pela lei moral e às ações realizadas por dever. Distingue-se de "legalidade".

Objeto Na teoria do conhecimento, é o elemento conhecido, representado ou pensado pelo sujeito, sendo distinto do ato de conhecer.

Orador É aquele que elabora a argumentação; corresponde ao emissor do processo comunicativo. O seu objetivo é agir sobre o recetor (auditório), a quem a sua mensagem se dirige, no sentido de o levar a aderir à tese proposta.

Padrões de cultura Conjunto de hábitos regulares, formas de comportamento ou práticas repetitivas, de carácter convencional, comuns aos membros de uma determinada cultura ou grupo social.

Pathos Aristóteles caracteriza como "*pathos*" a dimensão própria do auditório, que tem de ser emocionalmente impressionado pelo orador.

Pensamento Num sentido geral, designa toda a atividade mental do sujeito: operações do entendimento, da vontade, da imaginação, dos sentidos, entre outras. Em sentido mais restrito, designa a atividade cognitiva, intelectual ou racional e a capacidade de ponderar, refletir ou conhecer, através de conceitos, juízos e raciocínios.

Persuasão Prática do discurso que tem como finalidade levar alguém a aceitar uma tese (ou ideia) ou a realizar uma ação.

Pessoa Ser individual, singular, consciente de si mesmo e dos valores, dotado de razão, reflexão, autonomia e dignidade, integrado e participante numa comunidade, tendo um carácter de projeto e de abertura ao mundo e aos outros.

Prazeres inferiores Segundo Mill, são os prazeres corporais, provenientes das sensações.

Prazeres superiores Segundo Mill, são os prazeres ligados ao espírito ou às faculdades intelectuais, à imaginação e aos sentimentos morais.

Preconceito Ideia, opinião ou conceito formado antecipadamente, de maneira precipitada e sem fundamento objetivo, que interfere no comportamento do indivíduo. Pode conduzir à discriminação.

Premissa Proposição que, num argumento, se usa para justificar ou servir de suporte a uma determinada conclusão.

Princípio da maior felicidade Fundamento da moralidade segundo a ética consequencialista ou utilitarista, de Stuart Mill. De acordo com este princípio, a ação correta é aquela que maximiza a felicidade ou o bem-estar geral.

Princípio da utilidade O mesmo que "princípio da maior felicidade".

Problema Dificuldade ou obstáculo que pode ser expresso em forma de pergunta, de ordem teórica e especulativa, mas também prática.

Proposição Pensamento ou conteúdo, verdadeiro ou falso, expresso por uma frase declarativa.

Raciocínio Operação mental que está na base do argumento, na qual se efetua a transição lógica entre proposições, permitindo extrair uma conclusão a partir de razões ou premissas. Sinónimo de “inferência”.

Racismo Teoria sem fundamento científico que afirma a superioridade de certas raças humanas e defende o direito de estas dominarem ou mesmo exterminarem as consideradas inferiores. Tipo de discriminação baseada em preconceitos raciais.

Razão Faculdade humana de raciocinar de modo discursivo, combinar conceitos e proposições, julgar e agir, segundo certos princípios.

Realidade Tudo o que é ou existe, distinguindo-se das aparências e opondo-se àquilo que não é ou não existe.

Reflexão Retorno do pensamento ou do espírito sobre si próprio e sobre os seus atos.

Refutação Conjunto de argumentos usados para contestar uma tese, procurando mostrar a sua falsidade.

Relativismo cultural Perspetiva segundo a qual não existe um padrão universal para avaliar as culturas, devendo as práticas e os valores de uma cultura ser compreendidos e avaliados em relação ao seu próprio contexto, sem serem julgados com base em padrões, normas ou valores externos.

Responsabilidade Situação ou característica de todo aquele que pode ser chamado a responder sobre um determinado facto, associada à obrigação de reparar o mal causado a outrem ou à possibilidade de ser julgado e punido por um delito ou crime. Podemos considerar diferentes tipos de responsabilidade: moral, civil, penal, entre outras.

Responsabilidade moral Consciência do agente em relação aos atos que realmente quis realizar, assumindo-os e reconhecendo-se como autor dos mesmos. A responsabilidade moral exige que haja livre-arbítrio.

Retórica Arte de bem falar, tendo por objetivo persuadir e convencer um auditório a respeito de determinado assunto e levando-o a aceitar uma certa tese ou opinião.

Signo Segundo Peirce, é aquilo que substitui qualquer coisa para alguém, isto é, aquilo que representa um dado objeto ou facto para alguém na ausência desse objeto ou facto.

Símbolo Segundo Peirce, é um signo que se refere ao objeto que representa por uma lei ou uma regra, estabelecendo com ele uma relação arbitrária e convencional (por exemplo, a palavra “gato” é um símbolo que representa este animal).

Situações-limite Para Karl Jaspers, são situações que constituem a própria existência, ou seja, situações fundamentais, exigidas pela vida, que não podemos transpor nem alterar, como a culpa, a dor, a fraqueza, o acaso, a insegurança, o sofrimento e a morte.

Sujeito Na teoria do conhecimento, é o elemento que conhece, representa ou pensa o objeto.

Tese Ideia ou posição que se pretende defender, a propósito de um dado problema. No âmbito da Filosofia, constitui uma resposta a um problema em aberto, estando, por conseguinte, sujeita a discussão.

Tolerância Atitude ou disposição pela qual se deixa a cada um a liberdade de expressão das suas opiniões e de adoção de modos de vida diferentes dos nossos.

Utilitarismo Teoria ética consequencialista, como a de John Stuart Mill, segundo a qual as ações moralmente corretas são aquelas que maximizam a felicidade ou o bem-estar geral.

Valor Característica ou propriedade em função da qual avaliamos coisas, pessoas, situações ou ações, atribuindo-lhes mais ou menos importância.

Valor de verdade É o facto de uma proposição ser verdadeira ou falsa.

Valor instrumental É o valor que algo tem enquanto meio para outra coisa ou para atingir determinada finalidade.

Valor intrínseco É o valor que algo tem em si mesmo, independentemente das circunstâncias ou de quaisquer finalidades que permita alcançar.

Virtude Traço de carácter que merece admiração, tornando melhor aquele que o possui, em termos morais e intelectuais. Em termos morais, refere-se a uma disposição firme e habitual para a realização de determinados atos morais ou para a prática do bem. Para Aristóteles, ser virtuoso significa possuir traços de excelência de carácter e agir de acordo com eles.

Virtude dianoética Também chamada "virtude intelectual". Para Aristóteles, diz respeito à racionalidade humana, à faculdade racional da alma, e consiste no próprio exercício da razão. Aristóteles distingue cinco virtudes dianoéticas: a arte e a prudência (virtudes da razão prática), a ciência, a inteligência e a sabedoria (virtudes da razão teórica). Estas podem ser reduzidas a duas principais: a prudência e a sabedoria.

Virtude ética Para Aristóteles, é adquirida pelo hábito e consiste no domínio da razão sobre os impulsos sensíveis, equivalendo a um justo meio entre dois vícios, um marcado pelo excesso e outro pelo defeito.

Vontade Capacidade de representar mentalmente uma intenção ou um desejo, para os realizar através de um ato consciente. Para Kant, a vontade é a faculdade de se determinar a si mesmo a agir conforme a representação de certas leis. É a razão prática.

Bibliografia

- AAVV. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, vol. XI, 1987.
- AAVV. *Logos – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Editorial Verbo, vols. 1-5, 1989-1992.
- AAVV. *Retórica e Comunicação*. Porto: Edições ASA, 1994.
- Abbagnano, Nicola. *História da Filosofia*. Lisboa: Editorial Presença, vols. 1-12, 1999-2001.
- Alberoni, Francesco. *Valores*. Venda Nova: Bertrand Editora, 2000.
- Alberoni, Francesco; Veca, Salvatore. *O Altruísmo e a Moral*. Lisboa: Bertrand Editora, 1993.
- Almeida, Aires; Murcho, Desidério. *Janelas para a Filosofia*. Lisboa: Gradiva, 2014.
- American Philosophical Association. *Proceedings and Addresses*, vol. 60, (3), 1987.
- Aristóteles. *Ética a Nicómaco*. Lisboa: Quetzal Editores, 2004.
- Aristóteles. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.
- Auroux, Sylvain; Weil, Yvonne. *Dicionário de Filosofia*. Porto: Edições Asa, 1997.
- Ayer, Alfred Jules. *Philosophical Essays*. Londres e Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1972.
- Bassols, Luis Cuéllar; Martínez, J. M. Rovira. *Introducción a la filosofía*. Barcelona: Editorial S. A. Casals, 1977.
- Baggini, Julian. *The Pig that Wants to be Eaten: And 99 Other Thought Experiments*. Granta Books, 2010.
- Benedict, Ruth. *Padrões de Cultura*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, s/d.
- Blackburn, Simon. *Dicionário de Filosofia*. Lisboa: Gradiva, 1997.
- Borges, José Ferreira; Paiva, Marta; Tavares, Orlanda. *Contextos – Filosofia do 10.º ano*. Porto: Porto Editora, 2007.
- Borges, José Ferreira; Paiva, Marta; Tavares, Orlanda. *Em Questão – Filosofia do 10.º ano*. Porto: Porto Editora, 2021.
- Borges, José Ferreira; Paiva, Marta; Tavares, Orlanda. *Introdução à Filosofia – 11.ª Classe*. Maputo: Plural Editores, 2011.
- Borges, José Ferreira; Paiva, Marta; Tavares, Orlanda. *Novos Contextos – Filosofia do 10.º ano*. Porto: Porto Editora, 2013.
- Borges, José Ferreira; Paiva, Marta; Tavares, Orlanda. *Novos Contextos – Filosofia do 11.º ano*. Porto: Porto Editora, 2014.
- Breton, Philippe. *A Argumentação na Comunicação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- Carlos, Elter Manuel. *Experiência da Bildung (Formação Humana) em Eugénio Tavares e Baltasar Lopes da Silva*. Universidade de Santiago de Compostela – Centro Internacional de Estudos de Doutoramento e Avançados da USC (CIEDUS), Santiago de Compostela, 2019.
- Carlos, Elter Manuel. *Filosofia, Arte e Literatura – Uma Abordagem sobre a Formação Poética, Literária e Estética do Povo Cabo-Verdiano*. Lisboa: MIL – Movimento Internacional Lusófono; Linda-a-Velha: DG Edições, 2015.
- Carvalho, Adalberto Dias. *Interculturalidade, Educação e Encontro de Pessoas e Povos*. Porto: Edições Afrontamento, 2014.
- Cassirer, Ernst. *Ensaio sobre o Homem. Introdução à Filosofia da Cultura Humana*. Lisboa: Guimarães Editores, 1995.
- Cordón, Juan; Martínez, Tomas. *História da Filosofia*. Lisboa: Edições 70, vol. I, 1990.
- Coreth, Emerich. *O Que É o Homem?*. Lisboa: Editorial Verbo, 1988.
- Costa, Elisa Maria Lopes da (Org.). *Ditos e Reditos – Provérbios da Lusofonia*. Prior Velho: Paulinas, 2005.
- Deleuze, Gilles; Guattari, Félix. *O Que É a Filosofia*. Lisboa: Editorial Presença, 1992.
- Dennett, Daniel Clement. *A Liberdade Evolui*. Lisboa: Temas e Debates, 2005.
- Descartes, René. *Discurso do Método*. Porto: Porto Editora, 1991.
- Descartes, René. *Princípios da Filosofia*. Porto: Areal Editores, 2005.
- Entralgo, Pedro Laín. *El cuerpo humano. Teoría actual*. Madrid: Espasa-Calpe, 1989.
- Gaarder, Jostein. *O Mundo de Sofia – Uma Aventura na Filosofia*. Lisboa: Editorial Presença, 2002.
- Giddens, Anthony. *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- Gleitman, Henry. *Psicologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- Grayling, Anthony Clifford. *O Significado das Coisas*. Lisboa: Gradiva, 2002.
- Guerra, Maria Luísa. *Temas de Filosofia 10.º*. Porto: Porto Editora, 1983.
- Hessen, Johannes. *Filosofia dos Valores*. Coimbra: Arménio Amado Editor, 1980.
- Hume, David. *Investigação sobre o Entendimento Humano*. Lisboa: Edições 70, 1985.
- Jacquard, Albert. *Pequeno Manual de Filosofia para Uso dos Não-Filósofos*. Lisboa: Terramar, 1997.
- Jaspers, Karl. *Iniciação Filosófica*. Lisboa: Guimarães Editores, 1993.

- Kant, Immanuel. *Crítica da Razão Prática*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- Kant, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Lisboa Editora, 1995.
- Kant, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- Kristeva, Julia. *História da Linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- Lalande, André. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. Porto: RÉS-Editora, vols. 1-2, s/d.
- Lima, Augusto Mesquitela; Martinez, Benito; Filho, João Lopes. *Introdução à Antropologia Cultural*. Lisboa: Editorial Presença, 1981.
- Lipovetsky, Gilles. *A Era do Vazio*. Lisboa: Relógio D'Água, s/d.
- Locke, John. *Ensaio sobre o Entendimento Humano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. II, 1999.
- Malinowski, Bronislaw. *Uma Teoria Científica da Cultura e Outros Ensaios*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- Malson, Lucien. *As Crianças Selvagens*. Porto: Livraria Civilização, 1978.
- Marías, Julián. *Introducción a la filosofía*. Madrid: Revista de Occidente, 1947.
- Merleau-Ponty, Maurice. *Phénoménologie de la perception*. Paris: Éditions Gallimard, 1976.
- Milch, Robert. *Ética Nicomaqueia*. Mem Martins: Publicações Europa-América, s/d.
- Mill, John Stuart. *Utilitarismo*. Porto: Porto Editora, 2005.
- Mora, José Ferrater. *Diccionario de Filosofía*. Barcelona: Editorial Ariel, S. A., vols. 1-4, 1994.
- Mounier, Emmanuel. *O Personalismo*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2010.
- Nagel, Thomas. *Que Quer Dizer Tudo Isto? Uma Iniciação à Filosofia*. Lisboa: Gradiva, 1995.
- Natário, Celeste; Bezerra, Cunha Cícero; Carlos, Elter Manuel; Epifânio, Renato (Orgs). *Errâncias de um Imaginário: entre o Brasil, Cabo Verde e Portugal*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2015.
- Oizerman, Théodore. *Problemas de História da Filosofia*. Lisboa: Livros Horizonte, 1976.
- Ortega y Gasset, José. *O Que É a Filosofia?*. Lisboa: Edições Cotovia, 1999.
- Perelman, Chaïm. *O Império Retórico*. Porto: Edições ASA, 1999.
- Pissarra, Mário; Reis, Alfredo. *Rumos da Filosofia: Introdução à Filosofia – 10.º ano*. Lisboa: Edições Rumo, 1998.
- Platão. *Fédon*. Porto: Porto Editora, 1995.
- Popper, Karl. *Em busca de Um Mundo Melhor*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1989.
- Putnam, Hillary. *Razão, Verdade e História*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- Quental, Antero de. *Tendências Gerais da Filosofia na Segunda Metade do Século XIX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
- Rachels, James. *Elementos de Filosofia Moral*. Lisboa: Gradiva, 2004.
- Rachels, James. *Problemas da Filosofia*. Lisboa: Gradiva, 2009.
- Reale, Giovanni. *Introdução a Aristóteles*. Lisboa: Edições 70, 2001.
- Rocher, Guy. *Sociologia Geral*. Lisboa: Editorial Presença, vol. I, 1977.
- Rowe, William Leonard. *Introdução à Filosofia da Religião*. Lisboa: Verbo, 2011.
- Russ, Jacqueline. *Dicionário de Filosofia*. Lisboa: Didáctica Editora, 2000.
- Russell, Bertrand. *Os Problemas da Filosofia*. Coimbra: Almedina, 2001.
- Russell, Bertrand. *Why I Am Not a Christian*. Nova Iorque: Simon And Schuster, 1962.
- Sandel, Michael. *Justiça – Fazemos o que Devemos?*. Lisboa: Editorial Presença, 2022.
- Sartre, Jean-Paul. *O Existencialismo É Um Humanismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1962.
- Saussure, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- Savater, Fernando. *As Perguntas da Vida*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000.
- Savater, Fernando. *Ética para Um Jovem*. Lisboa: Editorial Presença, 2007.
- Schaff, Adam. *Linguagem e Conhecimento*. Coimbra: Livraria Almedina, 1974.
- Silva, Tomé Varela da. *Finasons di Ña Nasia Gomi*. Praia: Instituto Kauberdianu di libru, 1985.
- Simmel, Georg. *Problemas Fundamentais da Filosofia*. Coimbra: Atlântida Editora, 1970.
- Singer, Peter. *Ética Prática*. Lisboa: Gradiva, 2000.
- Soares, Maria Luísa Couto. *Do Outro Lado do Espelho*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2005.
- Sousa, Maria Carmelita Homem de. *As Ilusões da Razão*. Porto: Brasília Editora, 1986.
- Spinoza, Baruch. *Complete Works*. Indianapolis: Hackett Publishing Company, Inc., 2002.
- Thinès, Georges; Lempereur, Agnès (Dir.). *Dicionário Geral das Ciências Humanas*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- Unamuno, Miguel de. *Do Sentimento Trágico da Vida*. Lisboa: Relógio D'Água, s/d.
- Vicente, Joaquim Neves. *Razão e Diálogo. Introdução à Filosofia – 10.º Ano*. Portugal: Porto Editora, 1997.
- Warburton, Nigel. *Elementos Básicos de Filosofia*. Lisboa: Gradiva, 1998.
- Warburton, Nigel. *Grandes Livros de Filosofia*. Lisboa: Edições 70, 2013.
- Weston, Anthony. *A Arte de Argumentar*. Lisboa: Gradiva, 1996.
- Wolff, Jonathan. *Introdução à Filosofia Política*. Lisboa: Gradiva, 2004.

Filosofia 10.º ano

Criação intelectual

José Ferreira Borges

Revisão científica

- Artur Galvão
- Universidade de Cabo Verde

Design

Porto Editora

Créditos fotográficos

Shutterstock.com
©Stock.Adobe.com

Imagem da capa

Kiki Lima, Bancada de plurim, 2012

Edição

2025

Este manual segue o programa experimental da disciplina, publicado pelo Ministério da Educação.

Cabo Verde



Brasão



Bandeira



Hino Nacional

Cântico da Liberdade

Canta, irmão
Canta, meu irmão
Que a liberdade é hino
E o homem a certeza.

Com dignidade, enterra a semente
No pó da ilha nua;
No despenhadeiro da vida
A esperança é do tamanho do mar
Que nos abraça,
Sentinela de mares e ventos
Perseverantes
Entre estrelas e o Atlântico
Entoa o cântico da liberdade.

Canta, irmão
Canta, meu irmão
Que a liberdade é hino
E o homem a certeza!